

Jean Rodrigues Sales

O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974).

**Campinas
Dezembro de 2005**

Jean Rodrigues Sales

O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974).

Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) sob a orientação do prof. Dr. Cláudio Henrique de Moraes Batalha e em acordo Co-tutelle com Universidade de Borgonha (França) sob a orientação do Prof. Dr. Serge Wolikow.

Este exemplar corresponde à redação final da tese julgada e aprovada pela comissão julgadora em 20 de dezembro de 2005.

Prof. Dr. Cláudio Henrique de Moraes Batalha (orientador)

Prof. Dr. Serge Wolikow (co-orientador)

Pro. Dr. Marcelo Siqueira Ridenti (UNICAMP)

Prof. Dr. Michael MacDonald Hall (UNICAMP)

Pro. Dr. Pierre Guenancia (Universidade da Borgonha)

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Sa 32 i Sales, Jean Rodrigues
**O impacto da revolução cubana sobre as organizações
comunistas brasileiras (1959-1974) / Jean Rodrigues Sales. - -
Campinas, SP : [s. n.], 2005.**

Orientador: Cláudio Henrique de Moraes Batalha.

**Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Guerrilhas. 2. Comunismo - Brasil. 3. Nova Esquerda
(Ciência política). 4. Cuba – Revolução, 1959. I. Batalha,
Cláudio Henrique de Moraes. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

(mfbm/ifch)

Palavras-chave em inglês (Keywords):

Bushwhackers.

Comunism – Brazil.

New Left.

Cuban Revolution, 1959.

Área de Concentração: História Social

Titulação: Doutorado em História

**Banca examinadora: Prof. Dr. Claudio Henrique de M. Batalha (orientador)
Prof. Dr. Serge Wolikow (co-orientador)
Prof. Dr. Marcelo Siqueira Ridenti
Prof. Dr. Michael MacDonald Hall
Prof. Dr. Pierre Guenancia**

Data da defesa: 20 de dezembro de 2005

Para Maria José de Almeida Sales, por tudo.

Agradecimentos

Em primeiro lugar ao professor Cláudio Batalha, que nestes oito anos de mestrado e doutorado sempre esteve disposto a colaborar com tudo que fosse possível para o andamento da pesquisa. Entre outras coisas, a minha viagem à França para fazer um doutorado sanduíche dificilmente teria se realizado sem a sua boa vontade em fazer os contatos e tirar as minhas dúvidas sobre os tramites burocráticos. Por tudo isso, registro o meu agradecimento sincero.

Ao professor Serge Wolikow, da Universidade da Borgonha, por ter me dado todo o suporte necessário para que eu pudesse realizar a pesquisa na França a respeito das relações entre o Partido Comunista Francês e a revolução cubana e ainda ter vindo para participar de minha defesa no Brasil.

Aos professores Fernando Teixeira e Marcelo Ridenti pela participação no exame de qualificação. Igualmente aos professores que aceitaram fazer parte da defesa: Marcelo Ridenti, Michael MacDonald Hall, Serge Wolikow e Pierre Guenancia.

Tive o privilégio de ter o professor Marcelo Ridenti em minha qualificação e defesa de mestrado e agora também no doutorado. Além disso, em outras ocasiões sempre pude contar com a sua gentileza e aprender com a sua excelente produção acadêmica sobre as esquerdas brasileiras. Fica o registro do meu respeito pessoal e intelectual.

Ao professor Marco Aurélio Garcia, meu orientador de mestrado, com quem iniciei os primeiros passos na pesquisa sobre as esquerdas brasileiras e discuti o esboço de meu projeto de doutorado. As primeiras idéias sobre a pesquisa atual surgiram na convivência com ele, por isso agradeço uma vez mais por ter me encorajado a continuar a pesquisa sobre os comunistas brasileiros.

A minha irmã Gilvania, que foi fazer o curso de letras para ajudar o irmão na revisão da tese.

Henry Bournet, é sempre bom ter um amigo que mora no Rio de Janeiro. Obrigado pela estadia e pelo cabrito com brócolis no Capela.

Aos meus amigos que tornaram a inóspita Campinas um lugar agradável para escrever uma tese: Adriano Correia, Adriana Delbó, Pedro Bahia, Suely Aires, Sérgio Franco, Victória Vivacqua, Victor Epifânio, Cristina Pascoal e Maurício Borges (*o Magal*).

À família Souza Leite (Valter, Claudia e Gustavo). A acolhida em Toulouse, a viagem à Espanha e a convivência em Campinas foi “tudo de bom”.

Ao Eder Soares Santos, amigo do princípio ao fim, não sei se agradeço pela convivência de oito anos, pelas conversas a respeito do mestrado e doutorado ou pelas divagações sobre o presente, passado e futuro.

Com a Lílian Miranda tudo na vida ficou muito mais agradável.

À FAPESP pelo financiamento do doutorado no Brasil. À CAPES pela Bolsa Sanduíche durante a minha estadia na França.

Resumo

SALES, Jean Rodrigues. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*. Tese de doutorado. Campinas/SP: IFCH/UNICAMP, 2005.

O objetivo principal desta tese é analisar as relações entre as esquerdas comunistas brasileiras e a revolução cubana entre 1959 e 1974. Trata-se de entender em que medida essa revolução influenciou o debate ideológico dos comunistas brasileiros e quais os desdobramentos para as suas formulações teóricas e prática política. A conclusão geral é a de que o processo revolucionário cubano esteve presente, sobretudo, no debate a respeito da definição da luta armada contra a ditadura militar e na adoção da bandeira do socialismo por uma parte dessa esquerda. Foi importante ainda na crise que se abateu após 1964 sobre as organizações que já existiam antes do golpe militar, que vieram a se fragmentar e dar origem a diversos grupos da Esquerda Revolucionária.

Palavras-chave

Revolução Cubana; Guerra de guerrilhas; Comunismo brasileiro; Esquerda Revolucionária.

Abstract

SALES, Jean Rodrigues. *The impact of the Cuban revolution on the Brazilian communist organizations (1959-1974)*. Doctorate thesis. Campinas/SP: IFCH/UNICAMP, 2005.

The main objective of the present thesis is to analyze the relationships between the Brazilian communist leftist movements and the Cuban revolution between 1959 and 1974. We aim at understanding how far that revolution influenced the ideological debate of the Brazilian communists and the consequences for its theoretical formulations and the political practice. The general conclusion is that the Cuban revolutionary process was mainly present in the debate on the definition of the armed resistance to the military dictatorship and the adoption of socialism by a part of that leftist movement. It was further important during the crisis that took place after 1964 among those organizations that had existed before the military coup, which then fragmented and gave birth to several groups of the Revolutionary Left.

Key-words

Cuban Revolution; Guerrilla Warfare; Brazilian Communism; Revolutionary Left.

Résumé

SALES, Jean Rodrigues. L'impact de la révolution cubaine sur les organisations communistes brésiliennes (1959-1974). Thèse de doctorat. Campinas/SP: IFCH/UNICAMP, 2005.

Le but principal de cette thèse est d'analyser les rapports entre la gauche communiste brésilienne et la révolution cubaine entre 1959 et 1974. Il s'agit de comprendre à quel point cette révolution a influencé le débat idéologique des communistes brésiliens et quelles sont les conséquences pour ses formulations théoriques et la pratique politique. En général, on peut conclure que le processus révolutionnaire cubain était surtout présent dans le débat sur la définition de la lutte armée contre la dictature militaire et dans l'adhésion d'une partie des mouvements de gauche au socialisme. Elle a aussi joué un rôle important pendant la crise qui s'est abattue après 1964 sur les organisations préexistantes au coup militaire, qui se sont fragmentées à ce moment-là et qui sont à l'origine de divers groupes de la Gauche Révolutionnaire.

Mots-clés: Révolution cubaine, Guerre de guérillas, Communisme brésilien; Gauche Révolutionnaire.

Lista de abreviaturas e siglas

AC: Ação Católica

AGTC: Associação Goiana dos Trabalhadores do Campo

ALN: Ação Libertadora Nacional

ANAC: Associação Nacional de Agricultores Cubanos

AP: Ação Popular

C. C.: Comitê Central

C. E.: Comitê Estadual

COLINA: Comando de Libertação Nacional

DI's: Dissidências do PCB

DI-GB: Dissidência do PCB da Guanabara

DI-RJ: Dissidência do PCB do Rio de Janeiro

DI-SP: Dissidência do PCB de São Paulo

ELN: Exército de Libertação Nacional

ELN-TUPAMAROS: Exército de Libertação Nacional – TUPAMAROS

FALN: Forças Armadas de Libertação Nacional

FAR: Forças Armadas Revolucionárias

FMP: Frente Nacionalista Popular

IC: Internacional Comunista

JAC: Juventude Agrária Católica

JEC: Juventude Estudantil Católica

JIC: Juventude Independente Católica

JOC: Juventude Operária Católica

JUC: Juventude Universitária Católica

Komiform: Escritório de Informação dos Partidos Comunistas

Komitern: Internacional Comunista

MCI: Movimento Comunista Internacional

MIR: Movimento da Esquerda Revolucionária

MR-13: Movimento Revolucionário 13 de Novembro

MR-8: Movimento Revolucionário 8 de outubro

OEA: Organização dos Estados Americanos
OLAS: Organização Latino-americana de Solidariedade
ORM-POLOP: Organização Revolucionária Marxista – Política Operária
PC do B: Partido Comunista do Brasil
PC do B-AV: Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha
PC's: partidos comunistas
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PCBR: Partido Comunista Revolucionário
PCCh: Partido Comunista Chinês
PCF: Partido Comunista Francês
PCI: Partido Comunista Italiano
PCUS: Partido Comunista da União Soviética
POC: Partido Operário Comunista
PRT: Partido Revolucionário dos trabalhadores
PTB: Partido trabalhista Brasileiro
SAPPP: Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco
TSE: Tribunal Superior Eleitoral
TSE: Tribunal Superior Eleitoral
UDN: União Democrática Nacional
UEE: União Estadual dos Estudantes
ULTAB: União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNE: União Nacional dos Estudantes
URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VPR: Vanguarda Popular revolucionária

SUMÁRIO

Agradecimentos	7
Resumo	9
Abstract.....	11
Résumé	13
Lista de abreviaturas e siglas	15
Introdução	19
PARTE I.....	37
A REVOLUÇÃO CUBANA E A ORTODOXIA COMUNISTA: PCB, PC DO B E PCF.....	37
Capítulo I.....	41
Cuba e o debate do movimento comunista internacional nos anos sessenta.	41
<i>A conferência de 1960</i>	44
<i>Cuba e o movimento comunista internacional</i>	46
<i>A revolução cubana e o comunismo latino-americano</i>	50
Capítulo II.....	54
O Partido Comunista Brasileiro: defesa da revolução cubana e crítica ao foquismo.....	54
<i>A Declaração de março de 1958 e a nova política do PCB</i>	57
<i>Cuba: o sonho realizado.</i>	59
<i>As primeiras divergências sobre o significado da revolução cubana.</i>	62
<i>O golpe, a luta armada e a revolução cubana.</i>	70
Capítulo III	81
O Partido Comunista do Brasil (PC do B) e a revolução cubana.....	81
<i>A quebra da ortodoxia: o surgimento do PC do B</i>	82
<i>As definições ideológicas</i>	84
<i>Cuba: “honra e consciência da América Latina”</i>	87
<i>Em defesa da ortodoxia: críticas à exportação da revolução cubana.</i>	92
<i>A Guerrilha do Araguaia: uma experiência foquista?</i>	98
Capítulo IV	107
Uma outra ortodoxia: o caso do Partido Comunista Francês.	107
<i>A definição do caráter da revolução cubana e a defesa do marxismo-leninismo.</i>	110
<i>A revolução cubana como exemplo para a América Latina.</i>	113
<i>A Tricontinental e as divergências do MCI</i>	115
<i>A OLAS e a luta armada.</i>	117
PARTE II.....	123
A NOVA ESQUERDA BRASILEIRA E O INFLUXO CUBANO	123
Capítulo V	127
As ligas camponesas e os campos de treinamento guerrilheiro no Brasil.	127
<i>O surgimento das Ligas e seu projeto de Reforma Agrária</i>	128
<i>Primeira viagem a Cuba: a descoberta.</i>	130
<i>A influência cubana</i>	134
<i>Segunda viagem a Cuba: os preparativos da guerrilha.</i>	139
<i>O dispositivo militar e os campos de treinamento guerrilheiro.</i>	141
Capítulo VI	153

A adesão ao marxismo e a influência da revolução cubana na história da Ação Popular..	153
<i>Origens da AP</i>	155
<i>O nascimento da AP</i>	158
<i>Socialismo com humanismo</i>	159
<i>O impacto do golpe e a atração pelo foquismo.</i>	163
<i>O castro-guevarismo da AP</i>	166
<i>O afastamento do foquismo e a adesão ao maoísmo.</i>	172
Capítulo VII.....	179
POLOP: da insurreição de massas ao foco catalisador.....	179
<i>Socialismo e insurreição proletária</i>	180
<i>Cuba: antiimperialismo e revolução</i>	182
<i>Do foco de Copacabana ao foco catalisador</i>	186
PARTE III	195
A ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA E A ADAPTAÇÃO DO FOQUISMO À REALIDADE BRASILEIRA.....	195
Capítulo VIII	199
Ação Libertadora Nacional (ALN): foquismo e guerra de movimento.....	199
<i>O golpe de 1964, a crise do PCB e a insurgência de Carlos Marighella</i>	200
<i>A influência cubana e a guerrilha como único caminho para a revolução brasileira</i>	206
<i>A volta ao Brasil, o surgimento da ALN e o desencadeamento da guerrilha</i>	211
<i>O treinamento guerrilheiro e a ligação orgânica com a revolução cubana</i>	214
<i>“A guerrilha não é um foco”</i>	215
Capítulo IX	219
O foquismo no projeto político da Esquerda Revolucionária: PCBR, MR-8, PC do B-AV e COLINA.	219
PCBR: entre a tradição comunista e a guerra revolucionária.	219
MR-8: da luta de massa à guerrilha urbana	226
PC do B-AV: influência maoísta e prática foquista	230
Comando de Libertação Nacional: o foquismo como resposta à inação da POLOP .	239
CONSIDERAÇÕES FINAIS	243
FONTES	247
BIBLIOGRAFIA GERAL.....	250
APÊNDICE	257

Introdução

Ao tratarmos do impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras nos anos sessenta estamos lidando com um problema teórico que não está resolvido neste campo de estudo da história da esquerda no país. Trata-se da pertinência ou não da afirmação de que uma revolução vitoriosa (seja ela a russa, a chinesa ou a cubana) pode interferir nas definições ideológicas e na prática política de organizações em outros países. A questão é saber se podemos, ou qual o peso que devemos atribuir à influência externa nas definições políticas e ideológicas das organizações comunistas brasileiras nos anos sessenta. Um estudioso do grupo guerrilheiro Tupamaros, do Uruguai, afirma que este agrupamento surgiu em grande parte por causa do “furacão revolucionário” que soprava de cuba e que, mesmo considerando outros fatores, a revolução cubana exerceu um peso maior em seu surgimento do que as causas puramente locais.¹ Se pegarmos o caso brasileiro, não seria difícil encontrar interpretações próximas as do historiador uruguaio. Mas será essa uma perspectiva teórica válida para o entendimento da trajetória da esquerda comunista brasileira, ou pelo menos daquela que pegou em armas contra a ditadura militar nos anos 60 e 70? Antes de voltar a esta questão, devemos apresentar quais são as interpretações correntes sobre a problemática das influências externas na política dos comunistas brasileiros.²

Podemos dizer que no que diz respeito às relações das esquerdas brasileiras com o comunismo internacional há pelo menos duas proposições teóricas para o entendimento do problema. Uma, ainda que nem sempre explicitada, vê a relação com os centros revolucionários como elemento fundamental para o entendimento das definições ideológicas e da atuação política dos grupos nacionais, e, dessa forma, como fator decisivo para a compreensão da história dos agrupamentos. Assim, momentos cruciais de sua trajetória são apresentados como reflexo, ou, pelo menos, conseqüências de debates suscitados por acontecimentos no mundo comunista, principalmente na União das

¹LESSA, Afonso. *La revolución imposible. Los Tupamaros y el fracasso de via armada en el Uruguay del siglo XX*. Uruguay: Editorial Fin de Siglo, 2003, p. 19, 26 e 56.

² Aprofundamos aqui uma discussão que havíamos começado em nossa pesquisa de mestrado SALES, Jean Rodrigues. *Partido Comunista do Brasil – PC do B: propostas teóricas e prática política (1962-1976)*. Dissertação de mestrado. Campinas,SP: UNICAMP, 2000.

Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). São os casos, por exemplo, do posicionamento do PCB diante da revolução de 1930; da política de união nacional do período de 1945/1947; da radicalização representada pelo *Manifesto de agosto de 1950* e, por fim, o da nova mudança política representada pela *Declaração de Março de 1958*. Em seu extremo, essa interpretação vê a atuação dos grupos comunistas como sendo determinada pelos centros revolucionários internacionais, quase como se aqueles funcionassem como satélites destes.³

Uma segunda abordagem foi proposta em um trabalho importante sobre as organizações comunistas brasileiras na década de sessenta. O autor, Daniel Aarão Reis Filho, foi o primeiro a colocar e discutir sistematicamente o problema das relações entre os comunistas brasileiros e os centros revolucionários internacionais e suas implicações nas abordagens teóricas sobre o tema. Por sua importância, vejamos as suas proposições.

O autor parte da observação de que é corrente na bibliografia especializada a interpretação de que a relação das organizações comunistas brasileiras com os centros revolucionários seria de submissão às orientações internacionais, sendo essa a causa das sucessivas derrotas sofridas pelas esquerdas. Ao traçar suas políticas através de ecos de diretrizes estrangeiras, os comunistas brasileiros não conseguiriam entender e atuar na sua própria realidade e cometeriam erros na elaboração e na aplicação de seus programas.⁴

As fontes principais que alimentariam essa linha interpretativa seriam os próprios documentos e declarações das organizações comunistas, nos quais se encontra facilmente a reivindicação de uma filiação internacional, de uma relação estreita com os centros revolucionários e mesmo a explicação da mudança de suas linhas políticas a partir das mudanças dentro do comunismo internacional. Exemplar neste sentido foi a conhecida

³Nessa linha estão muitos trabalhos sobre a história do PCB, entre os quais podemos citar: CARONE, Edgard. *O PCB (1922-1982)*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1973, 3 v; PACHECO, Eliezer. *O partido Comunista do Brasil (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984; SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988;. O extremo dessa interpretação pode ser vista nos trabalhos de VINHAS, Moisés. *O partidão. A luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: HUCITEC, 1982 e CHILCOTE, Ronald. *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

mudança na política do PCB na segunda metade dos anos cinqüenta, que, segundo seus dirigentes, teria sido possível graças aos desdobramentos do XX Congresso do PCUS.

Do mesmo modo, nas disputas, divergências e cisões das organizações comunistas, é comum na crítica daqueles que deixam o partido, e na autocrítica daqueles que permanecem, a referência ao incondicionalismo em relação às orientações internacionais como responsável pelos erros cometidos. Por exemplo, no referido processo de mudança da linha política do PCB nos anos cinqüenta, vários dirigentes deixaram a organização fazendo duras críticas à política e ao funcionamento partidário. No centro do debate estava a crítica ao servilismo que teria marcado a política do partido em relação à URSS.

Para Reis Filho, a referência ao incondicionalismo como fonte dos erros nas elaborações políticas não se limitaria ao PCB. Os grupos da Nova Esquerda de uma forma geral, que tinham em comum uma crítica ao tipo de relação estabelecida entre o PCB e URSS, apontada como um dos motivos pela grave derrota de 1964, não deixavam por sua vez de reivindicar experiências internacionais (principalmente as revoluções chinesa e cubana) como modelos exemplares.⁵

Diferentemente das interpretações vigentes que vêem as influências externas como determinantes nas formulações e na prática política das organizações comunistas, Reis Filho defende que estes não aderiam a um modelo internacional, o que poderia ser demonstrado pelo fato de geralmente invocarem ao mesmo tempo variadas experiências revolucionárias e também por tratarem com extrema prudência as cisões dentro do comunismo internacional, não se posicionando ao lado de nenhum dos países em contenda. Segundo o autor, o “ecletismo” e a “prudência” dos comunistas em lidar com as revoluções vitoriosas revelam a autonomia das organizações nacionais frente aos modelos internacionais.

Com a conclusão de que as concepções que imaginam os comunistas como joguetes dos centros internacionais estão equivocadas, restaria ao autor explicar a persistência da questão entre os comunistas e “qual o exato papel que desempenham”.⁶ Para Reis Filho, de um lado é preciso compreender que os modelos internacionais

⁵ Para essas observações que apresentamos, ver principalmente o capítulo “Derrotas e desencontros – as interpretações correntes” *Ibidem*, p. 77-103.

⁶ *Ibidem*, p. 94.

aparecem como sociedades socialistas construídas, “vitrines da utopia realizada”. De outro lado, representam o desdobramento de um caminho evolucionário, de onde decorrem lições exemplares. Nesse sentido, sendo vitrines de um amanhã possível e exemplos de caminhos a serem seguidos, os centros revolucionários “desempenharão um papel insubstituível como fatores de coesão”, na medida em que provam aos militantes que as dúvidas, as dificuldades e sofrimentos do presente valerão à pena. Assim, a lógica do procedimento é a de que os modelos internacionais “legitimam as opções com o selo das experiências vitoriosas”.⁷

Concluindo, para o autor, essa relação serviria para dar “coesão, segurança e legitimação” aos agrupamentos comunistas nacionais, que recorreriam aos exemplos das revoluções vitoriosas para respaldarem as suas opções políticas. Em suas palavras:

“...a pesquisa conduziu à rejeição das apreciações correntes de que a teoria e a ação dos comunistas brasileiros não passam de ecos de diretrizes internacionais. Na verdade, as reviravoltas das linhas políticas partem de reflexões e motivações internas. No discurso (das organizações) os modelos internacionais aparecem como fatores decisivos das mudanças. Além das aparências, porém, seriam apenas fontes de argumento de autoridade, assegurando legitimação e coesão.”⁸

Parece-nos que a tese do autor se justifica plenamente frente a análises que subordinam a dinâmica das esquerdas nacionais às “ordens” vindas de fora, deixando de lado, ou inferiorizando, os aspectos nacionais e as contradições internas das organizações enquanto motivadores de suas atuações. Como bem disse Reis Filho, se de fato as organizações brasileiras agissem de acordo com ordens vindas do exterior, os historiadores teriam que procurar as fontes para sua pesquisa na URSS, na China ou em Cuba, e não nos arquivos brasileiros.

Porém, para além desse tipo de análise que reduz a história das esquerdas comunistas a suas relações com os centros revolucionários internacionais, parece-nos que a hipótese de Reis Filho, ao ressaltar estritamente os aspectos de “coesão, segurança e legitimação”, pode levar, talvez, em sentido oposto ao da interpretação anterior, a desconsiderarmos todas as dimensões e implicações que possam assumir as relações dos agrupamentos comunistas entre si e com os centros revolucionários. Entender que a

⁷ *Ibidem*, p. 94-96.

⁸ *Ibidem*, p. 17.

história das esquerdas é fruto de questões internas, tanto das organizações quanto do país, não deve implicar em negar a força que as relações internacionais desempenham nas organizações comunistas. Como frisou o próprio Reis Filho ao se referir ao relacionamento eclético da ORM-POLOP com os modelos internacionais, não se tratava “de mera retórica, inserida numa política de relações públicas revolucionárias. *Impregnaria a própria linha política*, quando se foi buscar a dupla inspiração soviético-cubano para a definição do caminho armado.”⁹

Há de se considerar ainda, como já apontou Carlos Alberto Barão, que a proposta analítica de Reis Filho ao reduzir o papel dos modelos internacionais à legitimação das decisões políticas adotadas pela esquerda brasileira, “obscurece as diferenças reais existentes entre guevarismo, maoísmo e outras opções, bem como o tipo de influência que exerceram”.¹⁰ Em resumo, se o papel de legitimação é sem dúvida uma das marcas fundamentais da relação dos grupos comunistas nacionais com os centros revolucionários internacionais, resta verificar a natureza dessa relação, que comporta certamente aspectos bem mais complexos do que apenas o de legitimar as ações internas. A nosso ver, há diversos outros pontos que merecem ser considerados ao se discutir a questão.

Um exemplo de análise que ultrapassa os limites da “coesão, segurança e legitimação”, pode ser visto no trabalho de Jorge Luiz Ferreira. O autor, partindo de referências teóricas propostas por Bronislaw Baczko, Raul Girardet e Pierre Ansart, discute a importância mítica e simbólica da URSS para os comunistas brasileiros, e como esses aspectos influenciaram a prática, a política, a ideologia e mesmo a subjetividade da militância comunista.¹¹ À importância simbólica atribuída por Ferreira a URSS, não seria difícil traçar um paralelo com a força de atração exercida por outras correntes revolucionárias nos anos sessenta, particularmente o maoísmo e o guevarismo, que comportam aspectos que ultrapassam os limites da análise política, mas que nem por isso

⁹ *Ibidem*, p. 90. (grifo nosso.)

¹⁰ BARÃO, Antonio Carlos. A influência da revolução cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60. In: MORAES, João Quartim de e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. 2. ed. Campinas: Edit. Da UNICAMP, 2003, v. I, p. 283.

¹¹ FERREIRA, Jorge Luiz. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 1996.

são menos importantes para o entendimento do voluntarismo que marcou a atuação da Nova Esquerda no Brasil.

Um outro aspecto do problema que merece ser considerado é o fato do tema ultrapassar os limites da história da esquerda brasileira, remetendo-nos a problemas teóricos e metodológicos da história do comunismo mundial. Neste caminho, Eric J. Hobsbawm fez comentários pertinentes a respeito das dificuldades e das possibilidades na apreensão das relações estabelecidas entre os partidos comunistas e o comunismo internacional. Neste caso, que diz respeito mais especificamente ao *Komintern*¹², mas que acreditamos ser perfeitamente possível relacionar com certo tipo de ligação que a esquerda revolucionária estabeleceu com Cuba e China. Para Hobsbawm, o que o historiador deve fazer é, entre outras coisas, uma distinção entre os elementos nacionais e internacionais da prática dos comunistas, inclusive para aquelas correntes dos movimentos nacionais que colocavam em prática de forma clara a linha internacional, não porque tivessem que fazê-lo, mas porque estavam realmente de acordo com ela.¹³

A proposta de Hobsbawm, de distinguir os elementos nacionais dos internacionais na política dos partidos comunistas, certamente não é tarefa simples. Aldo Agosti teve que enfrentá-la ao discutir a ligação dos grupos dirigentes dos PCs europeus com o *Komintern*. Para Agosti, esse relacionamento foi marcado por uma "soberania limitada". A existência dessa limitação, porém, não deveria nos levar, segundo o autor, a pensar as relações entre o centro e as seções como um processo de mão única, uma vez que, mesmo nos momentos de maior intervenção do *Komintern*, as decisões foram sempre o resultado não apenas de pressões externas, "mas também de impulsos endógenos, o efeito da articulação entre alinhamento de conveniência e amadurecimento autônomo de posições políticas"¹⁴

A respeito dessa dimensão internacional, tão presente na trajetória dos comunistas, muitas vezes acusados de serem seguidores de linhas internacionais, a interpretação dos historiadores franceses Stéphane Courtois e Marc Lazar pode ser útil para

¹² Abreviação em russo de Internacional Comunista.

¹³ HOBBSAWM, Eric J.. Problemas da história do comunismo. In: *Idem. Revolucionários. Ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 18.

¹⁴ AGOSTI, Aldo. O mundo da terceira internacional: os estados maiores. In: HOBBSAWM, Eric J. (org.). *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, v. 6.

o caso brasileiro. Referindo-se ao Partido Comunista Francês (PCF), afirmam que a sua história se constitui a partir da intersecção de duas variáveis: uma, que vem das relações orgânicas com os centros revolucionários, no caso de Moscou; outra, que vem da inserção do partido na vida social francesa. Essas duas dimensões conviveriam na elaboração de sua política, ora em harmonia, ora em conflito. De qualquer forma, escrever a história do PCF supõe entender “a institucionalização e articulação dessas duas dimensões, mas também as contradições que elas não deixam de provocar no aparelho partidário e junto aos militantes.”¹⁵

É claro que não podemos, se não de forma aproximada, comparar o tipo de relação estabelecida entre os comunistas e a revolução cubana com aquela que existia entre a IC e a União Soviética, pois esta era certamente mais orgânica. Entretanto, dada a dimensão que a revolução em Cuba teve sobre o comunismo latino-americano, acreditamos que ela trouxe conseqüências de vários matizes sobre a esquerda comunista brasileira. Como veremos adiante, a revolução cubana esteve presente em debates importantes da esquerda brasileira no decorrer dos anos sessenta. Essa presença de Cuba, longe de se comparar a ligações orgânicas que existiam entre os PC's e a União Soviética, não pode ser desprezado no entendimento da história do comunismo brasileiro.

* * *

No Brasil, a vitória de uma revolução nesse pequeno país da América Central causou grande debate. Para alguns autores, o evento pode ser visto como um divisor de águas na história das esquerdas brasileiras. Marco Aurélio Garcia, ao comentar a trajetória do conceito de revolução no Brasil, vê no reflexo da revolução cubana na década de sessenta o marco que delimitaria a passagem de um primeiro momento, marcado pelo impacto da revolução russa, que se estendera até fins dos anos cinquenta, para uma segunda fase, identificada pelo surgimento de novas organizações de esquerda influenciadas, em grande parte, pelos valores e pela teoria da revolução cubana.¹⁶

¹⁵ COURTOIS, S., LAZAR, M. *Histoire du Parti Communiste Français*. 2. éd. Paris: PUF, 2000, p. 12.

¹⁶ O terceiro momento apontado pelo autor teria lugar a partir do final dos anos sessenta com o declínio da esquerda revolucionária e o surgimento da chamada esquerda social.

O processo revolucionário cubano acontece em um momento no qual a temática da revolução está em pauta no debate político brasileiro, o que deve ter potencializado as discussões a seu respeito. Um pequeno inventário dos livros publicados no período pode dar uma idéia da presença do tema: *Introdução à revolução brasileira; Revolução e contra-revolução no Brasil; O caminho da revolução brasileira; Perspectiva da revolução brasileira – para onde vai o proletariado brasileiro? Reforma ou revolução?; Política e revolução social no Brasil; A revolução Brasileira*, entre outros.¹⁷

Em meio a um ambiente de impasse econômico e de rearticulação política, a revolução cubana colocaria questões importantes para esquerda comunista brasileira. Ainda para Garcia, entre outros aspectos, ela reabre para a esquerda latino-americana três temas que estavam cristalizados em seu pensamento, tendo recebido até então pouca contestação. A primeira questão diz respeito à atualidade do socialismo nos países do continente. Até os anos sessenta a idéia hegemônica era a de que a revolução seria antiimperialista, antifeudal, nacional e democrática, e na qual a burguesia nacional desempenharia um papel revolucionário. Em segundo lugar, a revolução cubana questionava a idéia que tomara força no comunismo internacional, sobretudo a partir de 1957, sobre as possibilidades da transição pacífica ao socialismo. Por fim, o fato de ter sido dirigida não por um partido comunista, mas sim pelo Movimento 26 de julho, de Fidel Castro, colocava na ordem do dia a discussão sobre o papel da vanguarda revolucionária.¹⁸

As questões suscitadas incidiram diretamente no debate sobre a revolução brasileira nos anos sessenta, particularmente em sua perspectiva de esquerda. Assim, o processo de luta político-ideológico aberto no interior das esquerdas brasileiras, que vai ser responsável pelo surgimento dos grupos revolucionários no período, está vinculado, “ainda

¹⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à revolução brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958; OLIVEIRA, Franklin de. *Revolução e contra revolução no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962; MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O caminho da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Mello, 1962; PERI, Marcos. *Perspectiva da revolução brasileira – para onde vai o proletariado brasileiro? Reforma ou revolução?* [s. l.], Autores Reunidos, 1962; IANNE, Octávio et al. *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965; PRADO JR, Caio. *A revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1965. Ver a respeito GARCIA, Marco Aurélio. As esquerdas no Brasil e o conceito de Revolução: trajetórias. In: ARAÚJO, Angela M. C. (org.). *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997, p., 38.

¹⁸ ¹⁸ Marco Aurélio Garcia. Como surge a esquerda armada brasileira. *Em Tempo*, São Paulo, n. 81, 13 a 19/09/1979.

que de maneira nem sempre perceptível, à revolução cubana e seus desdobramentos na América Latina.”¹⁹

A atração pelas idéias cubanas, e o foquismo em particular, não se dava ao acaso. Entre outros motivos, assinala Jacob Goreneder, deve-se destacar que a teoria do foco guerrilheiro partia do pressuposto de que as condições objetivas estavam prontas para o desencadeamento do processo revolucionário nos países da América Latina e que, portanto, conforme os ensinamentos marxistas, faltariam apenas as condições subjetivas. Estas, por sua vez, poderiam ser criadas pela ação dos guerrilheiros. Além disso, ele subordinava o fator político ao fator militar, fazia uma crítica ácida ao burocratismo e à corrupção que tomara conta de muitos partidos comunistas latino-americanos e propunha que o foco guerrilheiro se responsabilizaria pelo início da luta, surgindo a partir dele o embrião do partido revolucionário.²⁰ Estas idéias, particularmente após o golpe de 64, foram ao encontro de muitas das aspirações da esquerda revolucionária brasileira.

É de se destacar ainda que o prestígio mundial do guevarismo e do maoísmo nos anos sessenta, como lembra Marcelo Ridenti, se ancorava na própria vitória da revolução cubana e na nova fase da revolução chinesa, marcada então pela evolução cultural proletária. Além disso, havia outros exemplos, como o da Guerra do Vietnã e da independência da Argélia, que enfatizavam a importância do campo e dos camponeses como palco da luta revolucionária. Junte-se a isso as críticas à acomodação da classe operária e da crise do modelo soviético de socialismo e podemos compreender o processo de busca de inspiração da esquerda brasileira em revoluções vitoriosas da época.²¹

Além dos aspectos mencionados acima, há outros elementos que ajudam a entender como a revolução pôde irradiar a sua influência para além da esquerda tradicional, ou comunista. Para Emir Sader, entre outras coisas, ela serviu como “legitimação da heterodoxia política e ideológica” no continente, na medida em que foi dirigida pelo grupo 26 de Julho, quebrando assim o pretense monopólio dos PCs na direção dos movimentos revolucionários no continente. Ela articulou ainda em seu processo duas bandeiras em voga no período: “antiimperialismo e anticapitalismo”.

¹⁹ Marco Aurélio Garcia. Como surge a esquerda armada brasileira. *Em Tempo*, São Paulo, n. 81, 13 a 19/09/1979.

²⁰ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1998, p. 89).

²¹ RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 213.

Enfim, vale lembrar do uso da guerra de guerrilha, que tanta influência teve na América Latina.²²

Com essa configuração a revolução cubana chegou às esquerdas brasileiras. Claro que a apreciação e as leituras que fariam da revolução em cuba variaram de acordo com as modificações que passavam a política brasileira, os grupos comunistas e a própria política externa cubana. Entretanto, de uma forma geral, para Emir Sader, havia duas leituras sobre a vitória da revolução cubana. Uma “suave”, comandada pelo PCB e pelos nacionalistas em geral, “ressaltando as rupturas com o imperialismo e com o latifúndio como plataforma nacional, democrática e popular”; outra, dos grupos da esquerda revolucionária, que “colocavam ênfase no caráter socialista que assumiu rapidamente o processo revolucionário cubano e a estratégia armada como caminho de resolução da questão do poder na sociedade.”²³

Ainda em relação às influências da revolução cubana sobre as esquerdas brasileiras, é necessário ressaltar que para o movimento estudantil de uma forma geral, e particularmente em suas lideranças, o exemplo cubano mostrava o horizonte da luta armada para aqueles jovens que ingressavam na Nova Esquerda e que não queriam repetir, em sua avaliação, o mesmo erro que o PCB cometera ao não se preparar para uma resposta eficaz ao golpe militar de 1964. Essa questão é importante pelo fato de o movimento estudantil ter sido, na segunda metade da década de sessenta, o grande “fornecedor” de militantes para as organizações da esquerda revolucionária. Disso decorre a necessidade de considerar que a revolução cubana, ao mesmo tempo em que causava discussões no interior das organizações, também influenciava diretamente o setor que mais fornecia militantes para os grupos revolucionários.²⁴

* * *

²² Essa caracterização do significado da revolução cubana foi feita por SADER, Emir. Cuba no Brasil: influências da revolução cubana na esquerda brasileira. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. *História do marxismo o Brasil, vol. I*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 167-171.

²³ *Ibidem*, p. 176.

²⁴ Sobre o tema, ver: RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993 e MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar*. Campinas: Papirus, 1987.

Temos enfatizado, pelo próprio tema desta tese, a relação direta da revolução cubana com a esquerda comunista brasileira. Entretanto, é importante lembrar, mesmo que apenas de passagem, que Cuba atraiu as atenções de setores mais amplos da sociedade brasileira. Nesse caminho, a aproximação das esquerdas brasileiras do ideário revolucionário cubano passa por um espaço social e político mais amplo, para além dos debates mais restritos das esquerdas. A grande imprensa dava grande espaço aos acontecimentos ligados a revolução. Se pegarmos, por exemplo, dois dos maiores veículos da época, as revistas *Manchete* e *O Cruzeiro*, podemos acompanhar a chegada dos jovens revolucionários do Movimento 26 de Julho ao poder, a viagem de Che Guevara ao Brasil, a crise com os EUA, as transformações do regime político socialismo, etc. Tudo isso inserido dentro do clima da *guerra fria* que prevalecia no período, e em relação ao qual a imprensa não era neutra²⁵.

Além disso, conforme pode ser visto na relação de fontes no final da tese, mais de uma dezena de livros foram publicados na década de sessenta sobre a revolução cubana, o que por si só pode revelar a importância do tema no período. Entre outros, podemos lembrar (além dos livros que serviriam quase como manuais para a militância, como o *Guerra de guerrilhas*, de Che Guevara e *Revolução na revolução*, de Régis Debray) os trabalhos de Paul M Sweezy e Leo Huberman, *Cuba: anatomia de uma revolução*; de C. Wright Mills, *A verdade sobre Cuba*; e de Theodore Draper, *A revolução de Fidel Castro: mitos e realidades*.

Os ecos da revolução cubana estiveram presentes em pelo menos dois temas que mobilizaram as discussões das esquerdas, tanto antes quanto depois do golpe de 64: o debate sobre a *revolução brasileira* e sobre a chamada teoria da *dependência*. Em relação ao primeiro, vale lembrar que ele esteve na cena política e intelectual pelo menos desde a década de 20. Para nós, entretanto, interessa muito mais a discussão entre as décadas de cinquenta e sessenta.²⁶ Neste período, como vimos acima, a quantidade de livros publicada

²⁵ A dissertação de mestrado de Rafael Baitz mostra como as duas revistas receberam com entusiasmo a revolução cubana, com muitos elogios a Fidel Castro e a derrubada da ditadura de Batista. Aos poucos, porém, na medida em que Castro se aproxima do comunismo, o entusiasmo dá lugar a duras críticas, chegando-se a fazer manipulação de fotos com o intuito de atacar o regime cubano. (BAITZ, Rafael. *Um continente em foco: a imagem fotográfica da América Latina nas revistas semanais brasileiras (1954-1964)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 1998.).

²⁶ Para uma reconstituição histórica do debate sobre a revolução brasileira, ver: DEL ROIO, Marcos. A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo. In: MORAES,

sobre o tema demonstra a sua evidência no período.²⁷ Essa valorização da temática da revolução no período, não se dava ao acaso. Nesse momento, o Brasil, bem como a América Latina, segundo Garcia, demonstrava claras manifestações do esgotamento de um modelo de desenvolvimento. Assim,

“essa crise punha na ordem do dia a necessidade de mudanças de caráter sócio-econômico - e daí a emergência da problemática das Reformas de Base – como de também de caráter político, o que (re)introduzia a idéia de revolução como horizonte estratégico (socialista) e/ou como processo ‘etapa’ (‘nacional e democrática’, antiimperialista e antifeudal”, para reter duas fórmulas mais em evidência)...”²⁸

A revolução cubana aparece nesse debate como um caminho possível de ser seguido diante dos “impasses” da revolução brasileira. Como exemplo da utilização do caso cubano no debate sobre a problemática da revolução brasileira, podemos citar, primeiramente, os dois livros mais importantes que remetem diretamente à nossa hipótese: *Revolução cubana e revolução brasileira*, de Jamil Almansur Haddad²⁹ e *Cuba: a revolução na América*, de Almir Matos.³⁰ Em ambos, Cuba aparece exatamente como um acontecimento que abria possibilidades para todos os povos da América Latina se libertarem do imperialismo norte-americano. Nesse caminho, para Almir Matos, “Cuba, território livre da América, está mostrando com o seu exemplo qual o caminho a seguir”.³¹ Ainda no mesmo sentido, a revolução cubana aparece também nos livros de Franklin de Oliveira, Paulo de Castro e de Caio Prado Jr.³²

Quanto às relações entre revolução cubana e a teoria da dependência³³, segundo Emir Sáder, ainda que não se possa apontar nenhum vínculo causal entre ambas, seria

João Quartim de e DEL ROIO, Marcos (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas/SP: Ed. da UNICAMP, 2000, vol. IV, p. 69-125.

²⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à revolução brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958; OLIVEIRA, Franklin de. *Revolução e contra revolução no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962; BANDEIRA, Moniz. *O caminho da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Melso, 1962; PERI, Marcos. *Perspectiva da revolução brasileira – para onde vai o proletariado brasileiro? Reforma ou revolução?* [s. l.], Autores Reunidos, 1962; IANNE, Octávio et al. *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965; PRADO JR, Caio. *A revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1965.

²⁸ GARCIA, Marco Aurélio. As esquerdas no Brasil e o conceito de revolução: trajetórias. op. cit., p. 38-39.

²⁹ Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

³⁰ Rio de Janeiro: Vitória, 1961.

³¹ MATTOS, Almir, *Cuba: a revolução na América*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961, p. 29.

³² OLIVEIRA, Franklin de, op. cit., p. 73-98; CASTRO, Paulo de. *Subdesenvolvimento e revolução*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962 e PRADO JR, Caio. op. cit., p. 20-21.

³³ Nas formulações de André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Theotonio dos Santos.

possível dizer que elas se fortaleceram mutuamente. Por exemplo, enquanto Gunder Frank apontava para Cuba como uma das saídas para círculo vicioso da dependência no qual entrara os países latino-americanos, o regime de Fidel ajudava a difundir as idéias do autor alemão através de seus meios de comunicação.³⁴ De qualquer forma, seja qual for a medida das relações entre a revolução cubana e a teoria da dependência, o fato é que nesta teoria a revolução cubana aparece como um exemplo de saída possível para os impasses da dependência política e econômica dos países latino-americanos. Nas palavras de Marini:

“A ação internacionalista de Guevara, a política revolucionária de Cuba, antecipam a resposta que darão os povos do continente a seus opressores. Mais ainda, fazem com que apareça no horizonte o que parece ser a contribuição mais original da América Latina a luta do proletariado. Aqui onde o internacionalismo proletário alcançará uma nova etapa de desenvolvimento e assentará as bases de uma sociedade mundial de nações livres da exploração do homem pelo homem.”³⁵

Apontamos acima alguns dos caminhos possíveis que colocaram a revolução cubana em pauta no interior da sociedade e das esquerdas brasileiras. Sejam por esses, sejam por outros caminhos, o fato é que Cuba aparece como um elemento importante no imaginário revolucionário da década de sessenta. Poderíamos lembrar rapidamente da atração exercida sobre o setor estudantil, que prontamente se manifestou a favor dos cubanos contra as várias tentativas de intervenção dos EUA na ilha.³⁶ O surgimento, após o golpe, de vários jornais da chamada imprensa alternativa, muitos ligados ao setor estudantil, como o *Amanhã*, *Poder Jovem* e o *Sol*, que, segundo Kucinski, se deu sob a influência direta da revolução cubana, sendo, portanto, frutos “de todo um novo imaginário oriundo da revolução cubana, da proposta de uma guerrilha continental, da teoria do foco de Debray...”³⁷

Podemos lembrar também a influência sobre a intelectualidade progressista do país, exemplificado pela realização, no Brasil, do Congresso Continental de Solidariedade a

³⁴ SADER, Emir, op. cit., p. 162.

³⁵ MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. México: Siglo Veintiuno, 1969, p. 28. A tradução é nossa.

³⁶ Ver, por exemplo, o jornal *Movimento*, órgão oficial da UNE entre 1961 e 1963, no qual há uma ampla cobertura e apoio ao regime cubano. Na edição de novembro de 1962, para se ter uma idéia, foi publicado um encarte especial sobre Cuba.

³⁷ KUCINSKI, Bernardo *Jornalistas e revolucionários. Nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991, p. 4.

Cuba³⁸. Este Congresso, que deveria ter acontecido na Associação Brasileira de Imprensa, na Guanabara, acabou se realizando, pela proibição do governador desse Estado, em Niterói, entre os dias 28 e 30 de março de 1963.³⁹ Ainda vale lembrar da vinda ao Brasil em 1960 de Jean Paul-Sartre, durante a qual fez palestras a respeito da revolução cubana e lançou, na Livraria Francesa de São Paulo, o seu livro *Furacão sobre Cuba*, no qual fazia proselitismo do regime cubano.

Por fim, é bom frisar que nem todos eram solidários com a revolução cubana e setores conservadores se pronunciaram a respeito do assunto preocupados com possibilidade de que algo parecido acontecesse no Brasil. Além da constante vigilância do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que fazia duras críticas aos cubanos e ao governo Brasileiro por manter relações cordiais com Cuba, podemos lembrar do posicionamento da igreja católica, que também criticava o regime cubano. Por exemplo, o editor de um livro de crítica ao regime cubano, publicado em 1963 pela editora *Dominus*, ligada a igreja católica, afirmava que a publicação era de “oportuniíssimo e de fundamental importância para a América Latina, particularmente para nós brasileiros, que inconscientemente vamos caminhando por uma trilha política das mais perigosas, capaz inclusive de levar-nos a uma situação semelhante a de Cuba, se não idêntica”⁴⁰.

Em resumo, o importante a reter neste tópico é que o debate sobre a revolução cubana não se restringia aos limites dos círculos da esquerda comunista. Nacionalistas, conservadores, liberais, etc., acompanhavam o desenrolar dos acontecimentos em Cuba. Toda essa visibilidade da revolução cubana, por sua vez, teve eco entre as esquerdas comunistas. Sobretudo após 1964, a experiência revolucionária cubana influenciou e serviu de inspiração para os grupos da esquerda revolucionária que começava a surgir, ao mesmo tempo em se constituiu em um tema incontornável dentro das organizações que já existiam antes do golpe.

³⁸ Ver *Anais do Congresso Continental de Solidariedade a Cuba*. (IEB-USP). No mesmo sentido, foram criados em quase todos os estados brasileiros Comitês de Apoio a Cuba, que promoviam debates e faziam divulgações e campanhas em favor dos cubanos. Sobre este assunto, há uma vasta documentação nos Fundos DEOPS-SP, DOPS-RJ e da secretaria de segurança pública de Pernambuco.

³⁹ Sobre a proibição do governador Lacerda, ver: “Proibição de Lacerda não tem fundamento jurídico”. *O Semanário*, Rio de Janeiro, n. 328, 4 a 10/04/1963.

⁴⁰ RIVERO, Nicolas. *Fidel, um dilema americano*. São Paulo: Dominus, 1963.

* * *

Retomando a nossa questão inicial a respeito da pertinência de se atribuir importância às influências externas nas definições das propostas e das práticas políticas dos comunistas brasileiros, devemos, em primeiro lugar, descartar completamente um tipo de abordagem que explica a história das esquerdas comunistas a partir de uma perspectiva internacional, sem considerar os influxos nacionais nessa trajetória.⁴¹ Ao mesmo tempo, porém, acreditamos ser necessário considerar as reivindicações internacionais feitas por essas esquerdas como um dos elementos constitutivos de sua identidade políticas. Assim, concordamos com Marco Aurélio Garcia, quando afirma a impossibilidade de se analisar as esquerdas brasileiras “exclusivamente em seus contextos nacionais”.⁴²

Nesse caminho, tomamos a influência da revolução cubana como um dos elementos que caracterizaram as definições políticas e ideológicas da esquerda brasileira nos anos sessenta. Seja pelo apoio e filiação a muitos aspectos do projeto revolucionário cubano (caso da Nova Esquerda), seja pela crítica à aspiração cubana de irradiar seu modelo revolucionário para o continente (como pode se ver nos casos do PCB e do PC do B), seja ainda pela tentativa de adequar o foquismo à realidade brasileira (como foi o caso de muitas organizações da esquerda revolucionária no pós-64), em todos os casos, a discussão em torno do significado da revolução cubana aparece como um problema fundamental para as definições de sua identidade política.

Ao tomar a influência do modelo revolucionário cubano como um dos elementos definidores do projeto político da esquerda comunista nos anos sessenta (seja pela afirmação ou negação dessa influência), estamos partido do pressuposto de que as referências feitas pelas organizações a este modelo não se tratam, como já disse Reis Filho, de mera retórica. Entendemos que essas referências impregnaram a própria linha política das organizações e, nesse sentido, também a sua prática.⁴³

Dessa forma, a questão principal desta pesquisa é desvendar como se deu historicamente as relações e a influência da revolução cubana sobre as organizações

⁴¹ Vimos acima a crítica feita por Daniel Aarão Reis Filho a esta perspectiva analítica, crítica com a qual concordamos.

⁴² GARCIA, Marco Aurélio. *As esquerdas no Brasil e o conceito de Revolução: trajetórias*, op. cit., p. 37.

⁴³ Como apontamos acima, Daniel Aarão refere-se à linha política da POLOP, que teria inspiração soviético-cubana. (REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*, op. cit., p. 90).

comunistas brasileiras, particularmente sobre o seu projeto político. Assim, mesmo considerando os aspectos mais amplos que essa relação possa comportar, a prioridade será o entendimento de sua incidência no debate ideológico e na elaboração da linha política das organizações comunistas brasileiras.

Nesse sentido, vale adiantar, acreditamos que essa influência aparece de diversas maneiras, menos como tentativa de cópia mecânica do que aconteceu em Cuba. Nenhuma das organizações pesquisadas, nem mesmo aquelas que são normalmente apontadas como tipicamente foquistas, jamais admitiram que queriam transplantar para o Brasil a experiência cubana. Entretanto, como veremos no decorrer desta tese, isso não significa dizer que, em muitos aspectos e de formas variadas, tais organizações não tenham se inspirado no processo revolucionário cubano.

Entre as formas que essa influência pode assumir, estão a de uma inspiração política ampla, servindo para fortalecer bandeiras socialistas e antiburocráticas, sobretudo antes do golpe de 1964. Podemos citar como exemplo a ORM-POLOP e a Ação Popular, que ao surgirem no início dos anos sessenta se apoderaram dessas bandeiras para elaborar os seus programas políticos e, ao mesmo tempo, criticarem o PCB. Outro aspecto que essa relação pode assumir é uma forma orgânica, como foi o caso das organizações brasileiras que enviaram militantes para fazerem treinamento guerrilheiro em Cuba. Duas outras características da influência de Cuba sobre os comunistas brasileiros, e que serão enfatizadas nesta tese, são as da interferência no debate ideológicos das organizações em no encaminhamento de suas estratégias políticas e na tentativa dessas organizações adaptarem as idéias centrais do foquismo à realidade política e geográfica brasileira.

Resta nestas notas introdutórias esclarecer que não pretendemos fazer um estudo sistemático das obras Fidel Castro, Che Guevara ou Régis Debray. Tampouco nos deteremos na análise do processo revolucionário cubano propriamente dito. O que se encontrará nesta tese é uma discussão a partir da leitura, certamente seletiva, feita pelos comunistas brasileiros em relação ao episódio, as idéias, as referências, as teorias e, por que não, o mito que se surgiram com a chegada do Movimento 26 de Julho ao poder em 1959.

Nesse caminho, acompanhando os próprios documentos das organizações comunistas pesquisadas, usaremos como sinônimos termos que, em uma análise

aprofundada, poderiam ser vistos como diferentes: *foquismo*, *guevarismo*, *castro-guevarismo* e *debraysmo*. Entretanto, os empregamos aqui de forma ampla, como eram utilizados entre as esquerdas nos anos sessenta, caracterizando, de uma forma geral, movimentos que, influenciados pela revolução cubana, acreditavam que seria possível fazer uma revolução socialista através da guerra de guerrilhas e sem a presença de um partido comunista. Acreditava-se que esse era caminho adequado para a América Latina e que as condições objetivas estavam prontas, restando criar as condições subjetivas, tarefa esta que a presença do *foco guerrilheiro* se encarregaria. Uma vez iniciados os combates, as massas acabariam por se aliar aos guerrilheiros, e estes conseguiriam aumentar o seu poder ofensivo até a tomada do poder.⁴⁴ Durante o processo revolucionário, a guerrilha seria a vanguarda política, estando todas as outras tarefas a ela subordinadas.

* * *

A tese está dividida em três partes. Na primeira, trataremos da relação da ortodoxia comunista brasileira, tributária da tradição da IC, com a revolução cubana, representada no Brasil pelo PCB e pelo PC do B. Antes, porém, faremos uma breve discussão sobre a inserção da revolução cubana no debate do movimento comunista internacional, uma vez que essa problemática traz conseqüências para relação dos partidos comunistas com Cuba. Em seguida, discutimos como, ainda que o PCB e o PC do B tenham criticado firmemente a aspiração dos cubanos tentarem irradiar seu modelo revolucionário para a América Latina, o debate sobre o foquismo constituiu uma peça importante na definição de seus projetos políticos nos anos sessenta. Fechamos esta parte com um exercício de história comparada, no qual discutimos a forma como o Partido Comunista Francês avaliou a experiência cubana e, a partir do estudo do caso francês, procuramos elementos que ajudem no entendimento da temática brasileira.

⁴⁴ Ver a esse respeito, primeiramente, a obra do próprio Régis Debray (*Revolução na revolução*. São Paulo: Centro Editorial Latino Americano, s/d.) e de Che Guevara (*A guerra de guerrilhas*. In: *Obras completas*. São Paulo: Edições Populares, 1981, vol 9.). Uma síntese dos textos de Guevara e Debray pode ser vista em BARÃO, Antonio Carlos. A influência da revolução cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60. In: MORAES, João Quartim de e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. 2. ed. Campinas: Edit. Da UNICAMP, 2003, v. I, p. 259-316. Ver ainda SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *A política armada. Fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

Na segunda parte da tese, trataremos das Ligas Camponesas, da Ação Popular e da POLOP. As três organizações, de origens distintas, sofreram influências variadas da revolução cubana. Vale destacar que elas foram fundadas antes de 1964, são representativas da perda do monopólio do PCB sobre o marxismo no país e estão na origem do que se convencionou chamar de Nova Esquerda brasileira. Além disso, todas tiveram origem antes do golpe militar, o que se torna importante na medida em que normalmente ao se falar da influência cubana se ressalta o período posterior ao golpe, sobretudo quando aparecem as organizações que pegaram armas contra a ditadura militar.

O próximo passo é tratar das relações entre a chamada esquerda revolucionária brasileira e a revolução cubana, o que fazemos na terceira parte. Começaremos tratando da ALN, organização apontada como a mais representativa da presença do foquismo na esquerda revolucionária. Em seguida, discutimos de uma forma ampla a influência que o castro-guevarismo teve sobre o projeto político da Nova Esquerda nos anos sessenta, escolhendo para isso grupos como MR-8, PCBR, PC do B-AV e COLINA. A idéia aqui é perceber o tipo de relação que estabeleceram com o foquismo e como tentaram adaptar aspectos da experiência cubana à realidade brasileira.

PARTE I

**A REVOLUÇÃO CUBANA E A ORTODOXIA COMUNISTA: PCB, PC DO B E
PCF.**

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B) eram no início dos anos sessenta os principais representantes da ortodoxia comunista no Brasil. Os dois herdavam o arcabouço teórico da III Internacional Comunista (IC), da experiência revolucionária russa e reivindicavam, cada um a seu modo, ser o verdadeiro representante dessa tradição no país.⁴⁵ Exatamente por isso, os dois partidos tiveram que lidar com uma situação difícil em suas relações com a vitoriosa revolução cubana: ao mesmo tempo em que saudavam a vitória do grupo de Fidel Castro como exemplo do crescimento das forças socialistas, que chegavam então a América Latina, deveriam enfrentar a realidade de que o processo revolucionário cubano, em muitos aspectos, se afastava profundamente da tradição revolucionária da qual eram tributários.

O fato de a revolução cubana ter sido liderada pelo Movimento 26 de Julho e não por um partido comunista; ter sido feita através do uso da luta armada e ter assumido rapidamente um caráter socialista, foram algumas das questões que os partidos comunistas brasileiros tiveram que enfrentar ao se depararem com o fenômeno revolucionário cubano. A forma como os dois partidos lidaram com o modelo revolucionário cubano – que rapidamente atraiu simpatizantes no Brasil – trouxe conseqüências para a trajetória de ambos, tanto em suas elaborações teóricas e definições ideológicas, quanto em sua prática política.

Antes de passarmos à análise do PCB e do PC do B, vamos fazer uma breve discussão sobre a inserção da revolução cubana no debate do comunismo internacional nos anos sessenta, uma vez que, pela própria tradição comunista, a dimensão internacional de sua política ocupa um lugar importante em suas atividades. No caso que discutimos aqui, a forma como o Movimento Comunista Internacional lidou com as questões suscitadas pela revolução cubana, trouxe conseqüências para os comunistas brasileiros.

Em seguida, finalizando esta primeira parte da tese dedicada ao entendimento da relação da ortodoxia comunista com a revolução cubana, trataremos do Partido

⁴⁵ O fato do PC do B ter passado a ter uma relação privilegiada com o Partido Comunista Chinês (PCCh) a partir de 1963 não contradiz o fato dele se apresentar como herdeiro da tradição da III IC e da revolução russa, uma vez que o próprio partido chinês, em que pese as suas divergências com os dirigentes soviéticos, também reivindicava a tradição de 1917.

Comunista Francês. A idéia é, num exercício de história comparada, enriquecer a discussão sobre o caso do comunismo brasileiro.

Capítulo I

Cuba e o debate do movimento comunista internacional nos anos sessenta.

A revolução cubana aconteceu em um período no qual o Movimento Comunista Internacional (MCI) passava por profundas modificações. Aos poucos, ele abandona os modelos centralizadores que adotara pelo menos até 1956, para inaugurar um período marcado pelas conferências internacionais, que dariam novas características ao internacionalismo proletário. No decorrer da década de sessenta, em cada uma das conferências realizadas, percebe-se a perda de força da idéia de monolitismo do MCI.

Foi com a III Internacional Comunista (IC) que se desenvolveu a idéia não somente de uma extrema centralização do internacionalismo proletário, através da aceitação pelos partidos que nela ingressavam de regras estritas, mas também a incorporação do modelo bolchevique de organização partidária. Ao mesmo tempo, se cristalizou a concepção de que os partidos comunistas (PCs), como seções nacionais da IC, deviam colocar em prática a linha política traçada por este organismo.⁴⁶

A IC foi dissolvida em maio de 1943. A partir de então, oficialmente, os partidos comunistas estavam livres para formular e implementar as suas respectivas estratégias políticas. Entretanto, segundo Lilly Marcou, as tradições, os ritos e os mecanismos estruturais, enfim, o “estado de espírito” do *Komintern* se perpetuaram na organização que lhe sucedeu, o *Kominform*.⁴⁷ A nova organização, que foi criada em setembro de 1947, em uma reunião da qual participaram nove partidos comunistas⁴⁸, surgiu se definindo como um organismo internacional do movimento comunista, mas recusando a se identificar como continuidade da IC. De toda forma, mesmo não tendo a estrutura institucional do *Komintern*, na prática, as suas reuniões continuavam a influenciar os

1 Sobre a noção e as implicações do internacionalismo proletário, ver: WOLICOW, Serge. Internationalistes e internationalismes communistes. In: DREYFUS, Michel et al. (dir.). Le siècle des communismes. Paris: Les éditions de l'atelier, 2000, p. 341-368. Sobre a historiografia do MCI, ver WOLICOW, Serge. Les interprétations du mouvement communiste international. In: *Ibidem*, p. 83-91.

⁴⁷ MARCOU, Lilly. L'Internationale après Staline. Paris : Bernard Grasset, 1979, p. 13).

⁴⁸ Os partidos comunistas soviético, yugoslavo, búlgaro, húngaro, romeno, polonês, tchecoslovaco, francês e italiano.

partidos comunistas, que utilizavam as suas resoluções como documentos de base na elaboração de suas políticas.⁴⁹

A grande mudança trazida para a estratégia dos comunistas em relação ao período da IC, ainda segundo Marcou, foi a adoção da política de luta pela paz “que substitui o combate pela revolução”, o que vai aparecer na tática dos PCs durante o decênio de vigência do *Kominform* como luta “pela independência nacional, o boicote ao plano Marshal e aos social-democratas, luta que deveria se exercer através de uma ação de massas cada vez mais largas.”⁵⁰

O *Kominform* cessou as suas atividades em abril de 1956. Pela primeira vez em sua história os partidos comunistas deixavam de ter um organismo que centralizasse as suas estratégias políticas, ou que pelo menos elaborasse documentos que pudessem servir de inspiração para suas discussões, o que traria importantes mudanças para o MCI. Antes, porém, de refletir sobre o caminho que seguiriam diante da nova situação, os comunistas tiveram de lidar com as graves consequências políticas suscitadas pelo XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), realizado em fevereiro.

O XX Congresso do PCUS costuma ser apontado como um dos eventos de maior importância na história do comunismo internacional. Isso porque, de um lado, foram denunciados os crimes que Josef Stalin havia praticado durante o período em que estivera no poder, o que foi um grande choque para os comunistas do mundo inteiro, que tiveram as suas formações política e ideológica calcadas na imagem de um Stalin identificado como exemplo de homem e dirigente político. De outro lado, as teses aprovadas, como a da consagração da via não violenta e parlamentar ao socialismo e da coexistência pacífica entre os sistemas capitalista e comunista, eram contrárias à política adotada até então pelo *Kominform*.

Outros acontecimentos que antecederam a conferência de 1957, e que também tiveram consequências importantes para o comunismo internacional, foram as rebeliões da Polônia e da Hungria, em 1956, que colocaram em xeque o incondicionalismo face ao

⁴⁹ Sobre a história do *Kominform*, ver: MARCOU, Lilly. *Le Kominform: le communisme de guerre froide*. Paris: Presse de la fondation nationale de sciences politique, 1977 e CLAUDIN, Fernando. *La crise du mouvement communiste: du Komintern au Kominform*. Paris: Maspéro, 1972.

⁵⁰ MARCOU, Lilly. *Le mouvement communiste international depuis 1945*. Paris: PUF, 1980.

comunismo soviético e à estrutura organizacional do MCI. Estes eventos, que acontecem logo após o XX congresso do PCUS, apareceram como símbolos dos novos caminhos que haveriam sido sugeridos pelos próprios soviéticos, ao adotarem a tese da pluralidade das vias nacionais de acesso e desenvolvimento do socialismo.

Foi nessa situação que os comunistas se viram impelidos a pensarem em um novo espaço de centralização de suas ações políticas, o que dificilmente se poderia fazer a partir da retomada do modelo *Kominformiano*, que aliás acabara de ser dissolvido. Nesse momento, o modelo da *conferência internacional* aparece como a saída mais viável para assegurar o mínimo de unidade do movimento comunista internacional. Entretanto, ainda que aparentemente a conferência de 1957 tenha assegurado certa coesão ao MCI, foi nela também que se manifestaram os primeiros sinais de desagregação do antigo modelo de ação dos comunistas.⁵¹ As discussões em torno do papel dirigente da União Soviética; a presença da China, que aos poucos rivalizava com os soviéticos o papel dirigente dentro do MCI; as consequências do XX Congresso e as rebeliões húngara e polonesa, levaram à divergências que fizeram com que o documento apresentado pelos russos não fosse aprovado por unanimidade.

De uma maneira geral, o centro das divergências estava na crítica que o Partido Comunista Chinês (PCCh) fazia às teses do XX Congresso do PCUS, cobrando uma retomada da ortodoxia política e institucional que teria sido abandonada pela URSS. Ao posicionamento dos chineses se contrapunha principalmente os italianos que, representados por Togliatti, se mostravam contrários a qualquer forma permanente ou momentânea de centralização das decisões dos partidos comunistas, buscando salvaguardar a autonomia dos PCs. Por sua vez, contra as teses defendidas pelo Partido Comunista Italiano (PCI) se levantava o Partido Comunista Francês, que denunciava o “revisionismo” do partido italiano, que teria se manifestado desde as primeiras apreciações de Togliatti sobre o XX Congresso.⁵²

Outras questões que causariam discussões acirradas durante os trabalhos da conferência diziam respeito ao centro mesmo das teses aprovadas pelo XX congresso do

⁵¹ MARCOU, Lilly. *L'Internationale après Staline*. Paris, op. cit., p. 50.

⁵² *Ibidem*, p. 59. Ainda sobre o PCI, ver RONY, Jean. *Préliminaires à une “troisième voie”*: le parti communiste italien et l'URSS. In : MARCOU, Lilly. *L'URSS vue de gauche*. Paris: PUF, 1982, p 211-229.

PCUS. Trata-se das propostas do movimento de luta pela paz, como tática fundamental para os partidos comunistas, e a de via pacífica de passagem ao socialismo como caminho privilegiado a ser seguido. Nos dois casos, o PCCh se oporia firmemente. O resultado final do conclave se deu a partir da tentativa de buscar um certo consenso entre as propostas apresentadas, o que vai aparecer tanto na elaboração do documento final, como na forma que cada partido iria utilizá-lo na definição de sua tática política. Assim, se a resolução enfatiza a tática de luta pela paz e a possibilidade da via pacífica ao socialismo, aparece também a hipótese da utilização de “meios não pacíficos“, como fruto das exigências dos chineses.⁵³

No que diz respeito ao uso da resolução da conferência de 1957, enquanto partidos como o francês seguiria o caminho tradicional de tomá-la como um claro suporte para a elaboração de sua estratégia política; outros, como chineses e italianos, ainda que por motivos diferentes, vão apresentar uma posição crítica em relação a sua aplicação. De qualquer forma, o movimento comunista sai da conferência portando certa coesão, o que viria a perder no decorrer dos próximos encontros.

A conferência de 1960

Em novembro de 1960 aconteceu em Moscou mais uma conferência, da qual participaram 81 partidos comunistas. Os grandes temas debatidos ficaram por conta das divergências dentro do MCI. Em primeiro plano, aparecia o conflito entre chineses e soviéticos, que a muito custo se mantinha ainda dentro das normas tradicionais de disputas entre os comunistas, que pressupunha muito cuidado no trato das divergências internas. Em segundo lugar está o conflito envolvendo os soviéticos, a Albânia e a Iugoslávia, que aos poucos minava o monolitismo do movimento comunista internacional.

O conflito com os iugoslavos, que torna-se público apenas em 1958, já era gestado desde as revoltas da Polônia e da Hungria após o XX Congresso, passando pela refutação da Iugoslávia em assinar a declaração da conferência de 1957. Entretanto, quando enfim o partido iugoslavo passa a defender em seus documentos que cada país comunista deveria ter o direito de neutralidade entre os blocos político-militares, e que

⁵³ MARCOU, Lilly. *Le mouvement communiste international depuis 1945*. Paris: PUF, 1980. p. 63.

poderiam, por exemplo, deixar o Pacto de Varsóvia se assim desejassem, os soviéticos reagiram com energia. Junte-se a isso a intervenção virulenta dos chineses, exigindo medidas centralizadoras por parte do MCI, que compreende-se facilmente a condenação da Jugoslávia durante a conferência, que vai ser apontada, a partir de então, como expressão do revisionismo contemporâneo.⁵⁴

Outra disputa dentro do campo comunista, que também eclode durante o encontro, é divergência entre chineses e soviéticos.⁵⁵ O problema, que vai ser o centro do debate ideológico do movimento comunista no decorrer da década de sessenta, e que tem suas origens pelo menos desde as discussões em torno do XX Congresso do PCUS, não foi resolvido durante o encontro de Bucareste, realizado em junho⁵⁶. Ele seria o principal tema de debate no decorrer da conferência.

Entre 1956 e 1960, embora reinasse uma aparente concórdia entre os chineses e soviéticos, inclusive com a assinatura em conjunto do documento da conferência de 1957, uma série de divergências se acumulavam entre os dois partidos e, logo, entre os dois Estados. Foi em abril de 1960, com a publicação pelos chineses do panfleto *Viva o leninismo*, que o conflito entrou no terreno ideológico. Em outras palavras, foi no momento em que os chineses trataram publicamente dos grandes temas do MCI, como o da natureza da coexistência pacífica, da guerra e da luta pela paz, ou, ainda, das vias de passagem ao socialismo, que o problema foi enfrentado pela URSS e, em certa medida, por todos os partidos comunistas. Foi exatamente o que se passou durante a conferência de 1960. Pela primeira vez na história do MCI, dirigentes da URSS e da China expuseram publicamente suas diferentes perspectivas em torno dos grandes temas que envolviam o comunismo internacional.

Mais um evento que marcaria a conferência, e apontaria para o fim do monolitismo do MCI, foi a intervenção do secretário geral do Partido do Trabalho da Albânia, Hever Hoxha. Tendo ele já se posicionado contra as teses dos soviéticos em 1957,

⁵⁴ Sobre a Conferência de 1960, ver MARCOU, Lilly. *Le mouvement communiste international depuis 1945*, op. cit., p. 77-130).

⁵⁵ A respeito do conflito sino-soviético, ver, entre outros, LEVESQUE, Jacques. *Le conflit sino-soviétique*. Paris: PUF, 1973 e FEJTO, François. *Chine-URSS, de l'alliance au conflit, 1950-1972*. Paris: Seuil, 1973.

⁵⁶ Em junho de 1960, à margem do III Congresso do PC romeno, foi realizado um encontro dos partidos do campo socialista, mas que do qual participaram inúmeros outros PCs. Durante este encontro, a URSS teria usado toda a sua influência para tentar isolar os chineses dentro do MCI. MARCOU, Lilly. *Le mouvement communiste international depuis 1945*, op. cit., p. 55.

dessa vez, de forma “explícita, abrupta, e mesmo violenta”⁵⁷, criticou toda a política levada a cabo pelos soviéticos desde a chegada de Krushchev ao poder, responsabilizando-a pela crise do movimento comunista e pela ascensão de correntes revisionistas.

Ainda uma vez as teses defendidas pelo PCUS receberam o apoio da maioria dos participantes, sem conseguir, no entanto, a unanimidade almejada. No documento final, a ênfase recaiu sobre a unidade do movimento comunista internacional. Quanto a estratégia política, o seu centro giraria em torno da luta pela paz, da coexistência pacífica e da possibilidade de várias vias de acesso ao socialismo, com ênfase na via pacífica, como queriam os soviéticos.⁵⁸

Foi dentro desse panorama, de um movimento comunista internacional que, aos poucos, mas irremediavelmente, perdia o seu caráter monolítico, sobretudo a partir da cisão sino-soviética, que a revolução cubana aparece na cena política mundial. Em um primeiro olhar, a partir de uma perspectiva européia, a experiência cubana vai ser tomada como mais um elemento de tensão dentro do conturbado MCI nos anos sessenta.

Cuba e o movimento comunista internacional

No decorrer dos anos sessenta Cuba estabeleceu uma relação contraditória com o comunismo internacional. De um lado, ela se manteve inserida no MCI, permanecendo em geral próxima das teses da União Soviética no que concerne as discussões ideológicas. Por outro lado, a revolução cubana provocou uma grave crise política nos partidos comunistas latino-americanos, que sofreram várias cisões oriundas de discussões causadas pelo que se convencionou chamar de castrismo-guevarismo.⁵⁹ Essa ambivalência cubana frente à ortodoxia comunista vai transparecer, em sua clara participação, na engrenagem do comunismo internacional em alguns momentos e, em outros, em sua negação e crítica aberta aos partidos comunistas do continente americano.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 59.

⁵⁸ Ver a resolução da conferência em WALLON-LEDUC, Christian-Marie. *Le parti communiste français et le mouvement communiste international (depuis la dissolution de l'internationale)*. Thèse de doctorat d'Etat; science politique, Lille II, 1978, p. 225-253).

⁵⁹ Usamos a expressão castrismo-guevarismo como o conjunto de idéias oriundas de escritos de Che Guevara e discursos de Fidel Castro, que foram sistematizadas por Régis Debray em seu livro *Revolução na revolução*. Em resumo, tratava-se de mostrar que a luta armada, através da guerra de guerrilhas, era o método que deveria ser utilizado na América Latina dos anos sessenta para se fazer a revolução, o que podia prescindir da presença de um partido comunista e de outras condições preconizadas pelos marxistas.

Nesse caminho, na primeira metade da década de sessenta, os cubanos vão aparecer no cenário mundial como próximos da política internacional soviética, tanto no que concerne aos conflitos com os EUA, quanto ao que se refere à crise com os chineses. Vale lembrar que entre 1961 e 1962 Cuba esteve no centro da grave polêmica que envolveu os EUA e a União Soviética, que enviara mísseis nucleares para a ilha de Fidel Castro. Interceptados pelo serviço de inteligência americano antes de seu desembarque em Cuba, o incidente levou as duas potências mundiais à beira de uma catástrofe nuclear. No final, os soviéticos concordaram em fazer voltar os mísseis para o seu território em troca de uma promessa dos EUA de não invadirem Cuba. Em que pese o protesto do governo cubano, por não ter sido consultado sobre as decisões tomadas a respeito do destino de seu país⁶⁰, a imagem de Cuba, um ano após de ter proclamado o caráter socialista de sua revolução, passou a ser vista irremediavelmente como de um importante aliado dos soviéticos na América Latina.⁶¹

Em dezembro de 1964, os cubanos deram mais uma prova de sua fidelidade à estrutura do comunismo internacional. Foi realizada em Havana, com o apoio da União Soviética, uma conferência regional dos partidos comunistas do continente. Mesmo que o PCCh tenha enviado representantes, a não participação e condenação de partidos pró-chineses, que já existiam na América Latina no início dos anos sessenta,⁶² pode representar uma tomada de posição contra o fracionismo do MCI no continente, que para alguns estaria sendo apoiado pela China.⁶³ Ainda no caminho da proximidade com o MCI, o Partido

⁶⁰ Sobre as relações entre Cuba e a União Soviética, ver LEVESQUE, Jacques. *L'URSS et la révolution cubaine*. Paris: Presses de la Fondation nationale des sciences politiques; Montréal: Presses de l'Université de Montréal, 1976.

⁶¹ O tema das relações entre Cuba, URSS e os EUA no contexto da guerra fria costuma ser tratado na maioria dos livros sobre a história da América Latina no período. Ver, entre outros, RIADO, Pierre. *L'Amérique latine de 1945 à nos jours*. Paris: Masson, 1992. p. 131-144) e VAYSSIÈRE, Pierre. *L'Amérique latine de 1890 à nos jours*. 2. ed. Paris: Hachette, 1999, p. 150-161).

⁶² Caso exemplar é o do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Surgido em 1962, a partir de uma cisão no Partido Comunista Brasileiro (PCB), havia tido conversações com os cubanos e foi o responsável pela primeira tradução e publicação no Brasil do famoso escrito de Che Guevara, *Guerra de guerrilhas*. A partir de 1963, o PC do B assume uma orientação maoísta e, como tal, não foi convidado para a conferência de Havana, à qual fazia duras críticas. A principal delas, era a de que Cuba teria se transformado em um centro do revisionismo contemporâneo no continente americano, na medida em que Fidel Castro passara a apoiar a política revisionista do PCUS. Sobre a história do PC do B, ver: SALES, Jean Rodrigues. *Partido Comunista do Brasil – PC do B: propostas teóricas e prática política (1962-1976)*. Dissertação de mestrado. Campinas, SP: UNICAMP, 2000.

⁶³ Sobre a conferência dos partidos comunistas realizada em Cuba, ver LEVESQUE, Jacques. *L'URSS et la révolution cubaine*, op. cit.

Popular Socialista Cubano participou da conferência realizada em Moscou, em março de 1965, a qual conseguiu reunir apenas 19 partidos.⁶⁴

O posicionamento de Cuba frente ao MCI vai mudar a partir de 1966, com a realização da conferência Tricontinental e, sobretudo, 1967, através da realização da I conferência da Organização Latino-americana de Solidariedade (OLAS). Desde o início, os cubanos guardaram uma certa autonomia, e mesmo rebeldia, em relação às teses apresentadas pelo MCI, o que demonstra a ambivalência da política de Cuba. Basta lembrar que, muito antes da OLAS, durante os anos em que os cubanos participavam das reuniões do MCI, Cuba apoiava claramente grupos que propunham o desencadeamento da luta armada no continente através da guerra de guerrilhas. Faziam isso, entre outros meios, através do treinamento guerrilheiro oferecido a diversos agrupamentos, o que era contrário à linha adotada pelos comunistas. Um exemplo flagrante dessa política é o das Ligas camponesas, um grupo brasileiro, particularmente ativo antes de 1964, que após ter recebido tal treinamento em Cuba, foi responsável pela tentativa de criar um campo de treinamento de guerrilha no Brasil, projeto descoberto e desbaratado pela polícia.⁶⁵ De qualquer forma, certamente foi a partir da reunião da OLAS que se tornou público e patente a intensão dos cubanos de exportarem seu modelo de revolução para o conjunto do continente e tornar-se um centro revolucionário, para além das influências chinesa e soviética.

Uma primeira consequência do novo posicionamento cubano foi a oposição tenaz dos partidos comunistas contra a nova política de Cuba, que procurava exportar a revolução para os países latino-americanos. Com a divulgação de eslogans do tipo “criar dois, três, vários Vietnams”, ou “o dever de todo revolucionário é fazer a revolução”, os cubanos acabavam colocando em cheque os PCs do continente, que sofreram diversas cisões, dando origem a grupos que se inspiravam no exemplo de Cuba, sobretudo no que diz respeito a utilização da guerra de guerrilha. A nova orientação de Fidel Castro será

⁶⁴ Para a conferência de Moscou, ver: MARCOU, Lilly. *L'Internationale après Staline*, op. cit.

⁶⁵ A respeito do treinamento de guerrilheiros brasileiros em Cuba, ver: ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001. Trataremos adiante das relações das Ligas Camponesas com a revolução cubana.

percebida também pela ausência de seu país das reuniões do MCI realizadas em Moscou, em março de 1965, e em Budabeste, em fevereiro de 1968.⁶⁶

Segundo Marcou Lilly, quanto mais o modelo castrista tentava se afirmar no plano teórico e institucional, maior era o número de PCs que reclamavam a condenação de Cuba pelo conjunto do MCI. Entretanto, a hora não era para exclusões. A maior preocupação naquele momento era a unidade do movimento comunista, que já estava suficientemente abalada pelas discussões entre a China e a União Soviética. Assim, a conferência de Budapeste, em que predominou os partidos europeus, “não aborda nem mesmo o tema” das divergências dos PCs da América Latina em relação à política de exportação da revolução, que vinha sendo praticada pelos cubanos⁶⁷.

Nesse momento de radicalização da revolução cubana, os soviéticos preferiram não responder com condenações ou rompimento público. Seja pela grave crise que já passava a unidade do MCI, seja pelas questões que envolviam a coexistência com os EUA, a União Soviética seguiu um caminho de lentas negociações com o governo cubano para convencê-lo a parar de apoiar as guerrilhas no continente. Porém, ao mesmo tempo, não deixava de oferecer as páginas de seus jornais para que os partidos comunistas latino-americanos mostrassem o seu descontentamento face à política de Fidel Castro.⁶⁸

No final da década de sessenta, as relações de Cuba com o MCI, e com os soviéticos, voltaram a se normalizar. Mesmo não tendo feito parte de sua preparação, os cubanos participaram da Conferência de Moscou, em junho de 1969. Sobre um dos temas principais da reunião, o posicionamento de Cuba, dada sua atuação política dos últimos tempos, causaria uma grande surpresa. A delegação cubana se pronunciou em favor da invasão da Tchecoslováquia pelas tropas soviéticas, na primavera de 1968. Para os cubanos, mesmo que a invasão significasse juridicamente uma violação da soberania do país, ela era politicamente necessária para salvaguardar as conquistas do socialismo.⁶⁹ A posição de Cuba nesta reunião pode servir como símbolo de sua reaproximação da União

⁶⁶ Essas duas reuniões serviram como preparativo para a conferência dos partidos comunistas que foi realizada em 1969, em Moscou.

⁶⁷ MARCOU, Lilly. *L'Internationale après Staline*, p. 213.

⁶⁸ Sobre as reações dos soviéticos face à nova política cubana, ver LEVESQUE, Jacques. *L'URSS et la révolution cubaine*, op. cit., p. 155-162).

⁶⁹ MARCOU, Lilly. *L'Internationale après Staline*. p. 253-254.

Soviético, uma relação que se tornaria estável até os anos oitenta, quando o socialismo real entraria em sua crise irreversível.

A revolução cubana e o comunismo latino-americano

A revolução cubana causou um grande impacto sobre as esquerdas latino-americanas nos anos sessenta e setenta. Uma vez vitoriosa em 1959, os seus protagonistas passam a proclamar o seu modelo como válido para o conjunto do continente, o que levaria esta revolução a representar um marco na história do socialismo e das lutas revolucionárias na América Latina. Michael Löwy, ao fazer uma periodização da história do marxismo latino-americano, coloca a revolução cubana como o ponto de referência para a abertura de um terceiro período revolucionário, marcado pela ascensão de correntes radicais, que tinham em comum a defesa da natureza socialista da revolução e a legitimidade da luta armada.⁷⁰

Ainda para Löwy, a consolidação e ampliação do trotskismo na América Latina nos anos sessenta ocorreram, entre outras razões, pelo fato da revolução cubana ter sido vista por muitos setores da juventude como a concretização da tese como da revolução permanente, além das críticas a URSS, feitas há décadas por esta corrente, e que pareciam agora ter muito mais sentido. Outra vertente marxista que sofreu influência da experiência cubana foi a socialista, que em alguns lugares foi atraída para os caminhos das armas.⁷¹

Juan Carlos Portantiero, também tratando do marxismo latino-americano no século XX, aponta o princípio dos anos 60 como o início de uma nova etapa de sua história, marcada pela influência do castrismo “enquanto fusão ideológica de nacionalismo e de socialismo”, bem como pela influência do guevarismo, como inspiração política. A influência cubana poderia ser identificada em dois momentos. Inicialmente, teria sido mais por simpatia que por fruto de uma decisão elaborada pelo novo centro de poder socialista.

⁷⁰ O primeiro momento seria o período dos anos 20 até meados dos anos 30, cuja maior expressão foi Mariátegui e teve na insurreição salvadorenha de 1932 a mais importante manifestação prática. De 1930 até 1959 seria a fase na qual a interpretação soviética do marxismo foi hegemônica, e, dessa forma, a definição da revolução por etapas, na qual estava definida a primeira das etapas, a democrático-burguesa, para a América Latina. LÖWY, Michael (org.). O marxismo a América Latina. Uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Perseu Abramo, 1999, p. 9-10.

⁷¹ *Ibidem*, p. 51-52.

Em uma segunda fase, se constitui com o apoio ativo de Cuba aos novos revolucionários do continente, o que definiria uma oposição inicialmente silenciosa, mas logo depois explícita, em face dos partidos comunistas que, por sua vez, sempre encararam com desconfiança o surgimento do castrismo.⁷²

Por fim, ainda no que diz respeito ao significado mais amplo da revolução cubana sobre as esquerdas latino-americanas, a sua importância pode ser medida por dois fatos que hoje, segundo Castañeda, costumam ser ignorados. Primeiro, que desde a expedição do Granma em 1956 foi incessante a luta armada revolucionária na América Latina e, segundo, que em todos os países do continente a esquerda foi influenciada por cuba. A esquerda como um todo,

“- partidos comunistas, intelectuais, dirigentes sindicais e ex-caudilhos populistas – converteu-se à linha cubana ou dividiu-se entre pró-cubanos e o *resto*: ortodoxos, comunistas pró-soviéticos, defensores dos governos locais e partidários da noção de uma aliança com a ‘burguesia nacional’”⁷³

Nesse caminho, surgiram uma série de grupos no início dos anos 60 sob a influência da revolução cubana. Em sua maioria tomaram o caminho da guerrilha rural, com nítida inspiração na vitória do Movimento 26 de julho. São os casos, por exemplo, da FALN (Forças Armadas de Libertação Nacional) e do MIR (Movimento de Esquerda Revolucionária) na Venezuela; das FAR (Forças Armadas Revolucionárias) e o MR-13 (Movimento Revolucionário 13 de Novembro) na Guatemala; do MIR e do ELN (Exército de Libertação Nacional) no Peru; da FSLN (Frente Sandinista de Libertação Nacional) na Nicarágua; do Movimento 14 de Junho na República Dominicana e o ELN do próprio Che Guevara, na Bolívia.⁷⁴

Além do surgimento dessa série de grupos, outro aspecto que figura entre os mais importantes relacionados à influência cubana na América Latina, e que interessa diretamente a esta pesquisa, é o das relações estabelecidas com os partidos comunistas do continente. Estes, em uma aparente contradição, estariam entre os primeiros defensores da

⁷² PORTANTIERO, Juan Carlos. O marxismo latino-americano. In: HOBBSAWM, Eric. J. História do marxismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, vol. 6, p. 333-357.

⁷³ CASTAÑEDA, Jorge. A utopia desarmada. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

⁷⁴ Além desses grupos citados por LÖWY (1999, p. 47), existem outros que podem ser lembrados, como o Exército Guerrilheiro do Povo, na Argentina, e setores das Ligas Camponesas no Brasil.

revolução cubana e seriam também um dos setores das esquerdas no continente que veriam as suas orientações políticas e ideológicas mais intensamente questionadas pelo exemplo cubano. Na verdade, para toda uma geração de revolucionários que iniciaria sua militância política nos anos sessenta, a revolução cubana colocaria em xeque a orientação dos partidos comunistas, que lutavam, entre outras coisas, por uma revolução democrático-burguesa, através de um caminho pacífico, com uma aliança importante com a burguesia nacional, tida então como revolucionária, e com a presença incontestada de um partido comunista no processo revolucionário. A revolução cubana seja através de sua própria propaganda⁷⁵, ou através das interpretações feitas por uma grande parte da esquerda do continente, aparecia aos olhos dessa nova geração de militantes como algo muito diferente disso.⁷⁶

Não é difícil entender o choque com os partidos comunistas. Uma passagem, mesmo que panorâmica, sobre algumas características do processo revolucionário cubano é suficiente para o esclarecimento do problema. Havia pelo menos seis características dessa revolução que incomodavam os partidos comunistas: 1. Um chamado para a necessidade de uma revolução continental, para evitar o cerco do imperialismo norte-americano; 2. A natureza socialista da revolução no continente; 3. A luta armada como caminho necessário para a revolução; 4. A liderança da revolução foi a classe média, urbana e ilustrada; 5. Uma aliança privilegiada entre estudantes e intelectuais com o campesinato (e não com o proletariado); 6. Os partidos comunistas deixam de ser instrumentos revolucionários.⁷⁷

A presença da influência cubana não se restringe nem aos partidos comunistas, nem apenas aos primeiros anos da década de sessenta. Ainda após a morte de Che Guevara na Bolívia, em outubro de 1967, surgiram vários grupos de inspiração foquista. Diferentemente daqueles do início dos anos 60, estes seriam formados por movimentos guerrilheiros urbanos, ainda que propusessem muitas vezes a necessidade da guerrilha rural. Entre outros, são os casos do Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros no

⁷⁵ Nos referimos aqui aos discursos de Fidel Castro e de Che Guevara, além das teses da OLAS, que iam de encontro às orientações dos comunistas.

⁷⁶ É um tema por demais amplo para se tentar indicar uma bibliografia. Assim, além dos textos de PORTANTIERO, Juan Carlos. O marxismo latino-americano, op. cit.; LÓVY, Michael (org.). O marxismo a América Latina. Uma antologia de 1909 aos dias atuais, op. cit e CASTAÑEDA, Jorge. A utopia desarmada. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, consultar o livro de MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. De Martí a Fidel. A revolução cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, que é uma interessante contribuição para o entendimento das tensões entre os partidos comunistas e a revolução cubana na América Latina.

⁷⁷ Sobre estes postulados da revolução cubana, ver CASTAÑEDA, Jorge. op. cit.

Uruguai; do PRT-ERP (Partido Revolucionário dos Trabalhadores-Exército Revolucionário do Povo) na Argentina; do MIR (liderado por Miguel Enríquez) no Chile e da Ação Libertadora Nacional, no Brasil. Haveria ainda, talvez representando o último momento dessa fase de movimentos de inspiração castrista, a organização de uma junta de Coordenação Revolucionária, formada pelo PRT-ERP, o MIR chileno, os Tupamaros e o ELN boliviano.⁷⁸

O início dos anos setenta marcou a derrota da maioria dos grupos revolucionários que surgiram inspirados pela luta revolucionária cubana. Mas, para alguns autores, o ciclo revolucionário aberto por essa revolução não estaria esgotado, tendo se estendido ainda até a vitória da revolução nicaragüense e o desenvolvimento de frentes revolucionárias na América Central nos anos oitenta, eventos com ligações tanto orgânicas como ideológicas com os cubanos.⁷⁹ Entretanto, nesta pesquisa, nos interessa o significado da revolução particularmente nos anos sessenta e início dos anos setenta, quando uma parte significativa da esquerda latino-americana em geral, e brasileira em particular, se inspiraram em muitos de seus aspectos.

Todas as implicações da revolução cubana para o comunismo latino-americano trouxeram conseqüências para os comunistas no Brasil. Entre estes, estavam o PCB e PC do B que, como representantes da ortodoxia no continente, tiveram que responder a todas as dúvidas suscitadas por Cuba no debate sobre validade do marxismo enquanto teoria revolucionária para o continente latino-americano nos anos sessenta.

⁷⁸ LÔWY (1999, p. 48).

⁷⁹ LÔWY (1999, p. 55-56) e CASTAÑDA (1994, p. 84).

Capítulo II

O Partido Comunista Brasileiro: defesa da revolução cubana e crítica ao foquismo.

No momento em que eclode a revolução cubana e, principalmente, quando os seus líderes declaram o caráter socialista do estado cubano, o PCB vivia uma fase intensa e singular de sua história. No decorrer da década de cinquenta, sobretudo em sua segunda metade, foram impressas mudanças em sua política que, juntamente com as possibilidades abertas pela conjuntura do início dos anos sessenta, o levaram a desempenhar o seu mais importante papel na história do país. O caminho até chegar a esta situação, entretanto, foi tortuoso, passando por grandes reviravoltas em suas formulações programáticas. Assim, se faz necessário, antes de tratarmos de sua relação com a revolução cubana, entender como foi delineado e quais eram as características de seu programa político no período que antecede o golpe militar de 1964.

No início dos anos cinquenta o partido passava por uma fase de grande radicalização política, expressa em seu conhecido *Manifesto de agosto de 1950*, uma resposta à situação de ilegalidade que lhe fora imposta pelo sucesso de Getúlio Vargas na presidência, o General Eurico Gaspar Dutra. No *Manifesto*, o PCB rompe com a política de união nacional dos anos da guerra, que lhes havia dado importantes frutos⁸⁰, e propôs uma plataforma radical. Entre outras coisas, o documento denunciava o governo de “traição nacional”, apontava a existência no país de uma “minoridade de latifundiários e de grandes capitalistas de um lado”, e de um “bloco nacional e revolucionário” de outro. Para a resolução do impasse somente uma “revolução agrária, antiimperialista”, a ser conduzida por uma “Frente Democrática de Libertação Nacional”, sob a direção do proletariado e de seu partido. Propunha ainda que os comunistas rompessem as alianças com outros partidos,

⁸⁰ A política de união nacional contra o fascismo, implementada durante os anos da guerra, rendeu seus frutos após o término do conflito. Com o fim do Estado Novo e a legalização da legenda, ao mesmo tempo em que o país vivia a redemocratização, o PCB viu a suas fileiras crescerem rapidamente. Em sua primeira participação nas eleições (no pleito de 2 de novembro de 1945) teve 9% do total de votos, elegendo 14 deputados federais e um senador.

mesmo o PTB e o PSB, e desmascarassem os sindicatos controlados pelo Ministério do Trabalho, criando uma estrutura sindical própria.⁸¹

Desnecessário dizer que essa política levou o partido a um descompasso com a realidade social e a um profundo isolamento político. No final de 1954, o PCB aprovou a resolução de seu IV Congresso, que de uma maneira geral seguia as indicações do *Manifesto de Agosto*. Chama a atenção que o partido continuasse a classificar o governo traidor nacional, como se não houvesse qualquer diferença entre o General Dutra e Getúlio Vargas, o que o mantinha em grande isolamento político.

Aos poucos, porém, o PCB dava sinais do esgotamento da política ancorada nas formulações do *Manifesto de Agosto*, buscando novas formas de atuação, ainda que oficialmente prevalecessem as resoluções de seu IV Congresso. Assim, já a partir de 1952 os militantes do setor sindical voltaram a participar das lutas sindicais com diferentes forças políticas. Além disso, outros eventos levariam o partido, de forma mesmo dramática, a reavaliar a sua atuação. Por exemplo, no momento do suicídio de Getúlio Vargas, em agosto de 1954, ocorreram várias manifestações populares contra os inimigos de Vargas, entre os quais o PCB chegou a ser identificado, quando teve alguns de seus jornais depredados pelos manifestantes.

Os maiores sinais de mudanças da linha partidária tornaram-se mais visíveis a partir da retomada das alianças com os trabalhistas – impulsionadas depois da morte de Vargas – e o apoio explícito do PCB a chapa composta entre Juscelino Kubitschek e João Goulart nas eleições de outubro de 1955, o recolocando novamente na cena política. Como lembra Reis Filho, nesse momento o programa do Congresso de 1954 já era letra morta, “não correspondia mais ao que os comunistas vinham fazendo e dizendo em público”, ainda assim ficaria nos arquivos “até a revogação formal, que só veio alguns anos mais tarde”.⁸²

Antes da mudança formal da linha política, o PCB seria ainda mobilizado por um evento externo que lhe traria importantes conseqüências: o *XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética*, realizado em fevereiro de 1956. Nele, o secretário geral do PCUS, Nikita Khrutchev, com um relatório “secreto” mas que logo foi publicado pela

⁸¹ Ver sobre o tema o excelente artigo de REIS FILHO, Daniel Aarão. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). História do marxismo no Brasil, vol V. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002, p. 69-102.

⁸² *Ibidem*, p. 83.

imprensa mundial, fez severas denúncias aos crimes praticados por Josef Stalin. O PCB, aturdido, demorou a enfrentar o problema e o fez pressionado por um artigo publicado em seu jornal *Imprensa Popular*, sem a autorização do Comitê Central, que tinha o sugestivo título de “Não se pode adiar uma discussão que já está em todas as cabeças”, de autoria do jornalista João Batista Lima e Silva.

O debate uma vez iniciado tomou proporções jamais vistas dentro do PCB. Uma enxurrada de artigos chegava às redações de seus jornais e defendendo posições variadas sobre os problemas suscitados pelo relatório de Khrutchev⁸³. Podemos identificar, de uma maneira geral, pelo menos duas correntes que polarizavam a discussão. Uma, defendia que o debate ficasse restrito ao interior do partido. Entendia que feita à autocrítica e reconhecidos os erros, o PCB estaria preparado para seguir seu caminho, idéia que aglutinava a maioria do núcleo dirigente.

Outra corrente, que contava com o apoio de muitos militantes, propunha um debate amplo e irrestrito sobre as causas que levaram o partido soviético, e também o PCB, a se deixar influenciar de forma nociva pelo stalinismo. Além disso, duvidava mesmo que o núcleo dirigente estivesse preparado para fazer as modificações necessárias na estrutura partidária. Entre os que defendiam estas idéias, os que ganharam maior destaque, e acabaram expulsos no decorrer do debate, foram Osvaldo Peralva e Agildo Barata.

Uma primeira consequência do debate foi a derrota do grupo que propunha modificações mais profundas na estrutura partidária, representada pela expulsão de Agildo Barata e a saída de Osvaldo Peralva ainda em maio de 1957. As mudanças, porém, não pararam aí. Após a saída do grupo “fracionista” e “revisionista” de Agildo Barata, chegava a vez dos dirigentes mais identificados com os chamados erros dogmáticos e sectários pagarem seu tributo. Neste sentido, em reunião realizada em agosto de 1957, foram destituídos do *Presidium* quatro membros: Diógenes Arruda, João Amazonas, Sérgio Holmos e Maurício Grabois. Em seus lugares entraram Giocondo Dias, Mário Alves, Calil

⁸³ Sobre as repercussões do congresso do PCUS no PCB, ver SANTOS, Raimundo. A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988 e SEGATTO, José Antonio. Reforma e evolução. As vicissitudes políticas do PCB (1954-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

Chade e Carlos Marighella, que, juntamente com Luís Carlos Prestes, passaram a estar no centro do poder partidário.⁸⁴

O grupo instalado no poder em 1957 modificou profundamente a linha política partidária. Abandonou definitivamente as formulações do IV Congresso, propondo novamente a atuação a partir de uma ampla frente política. Essa mudança, coroada na chamada *Declaração de março de 1958*, acompanhou o partido por toda a década de sessenta.

A Declaração de março de 1958 e a nova política do PCB

A *Declaração de março de 1958* veio expressar a linha política defendida pelo novo núcleo dirigente que se instalara a partir de 1957 e se tornava agora hegemônico. Ela representou modificações que acompanhariam o partido de forma clara até o golpe militar de 1964, trazendo conseqüências importantes para o seu futuro político. Por exemplo, foi contra suas formulações da declaração que o grupo de militantes que formaria o PC do B se insurgiria e, após o golpe de 1964, foi responsabilizada ainda pelo imobilismo que as forças de esquerda demonstraram diante dos militares, passando então a ser atacada dentro e fora do PCB.

Um dos aspectos mais polêmicos da Declaração é a análise feita sobre o desenvolvimento do capitalismo nacional. A partir desse momento, o partido o verá de forma essencialmente progressista, o que levaria o PCB a reavaliar sua intervenção política. De acordo com a análise da nova direção,

“...surgiu e se fortaleceu no setor da indústria pesada um capitalismo de Estado de caráter nacional e progressista, que abrange empresas poderosas como a PETROBRAS e a Companhia Siderúrgica Nacional(...), surgiu e se fortaleceu

⁸⁴ Sobre as divergências dentro do PCB no período, e a mudanças na linha e na estrutura partidária, ver a edição do jornal *Voz Operária* (V.O. de agora em diante) de 07/09/1959, na qual foram publicados a “Resolução do Comitê Central sobre a atividade antipartidária de Agildo Barato”, “o trabalho da direção e a composição do Presidium e do Secretariado do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil” e um “Comunicado do comitê central”. Nestes textos, a direção fecha as discussões abertas após o XX congresso do PCUS fazendo críticas tanto ao “grupo” de Agildo Barata quanto aos setores mais conservadores do núcleo dirigente. Sobre o assunto, ver SALES, Jean Rodrigues. *O PC do B e o movimento comunista internacional nos anos 60. História: questões & debates*, Curitiba, n. 35, p. 275-303, 2001.

cada vez mais uma burguesia interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia do país.”⁸⁵

A caracterização do regime, acompanhando o otimismo da análise sobre o progresso econômico, faz elogios ao momento de democratização pelo qual passava o Brasil. As perspectivas eram as melhores possíveis:

“A democratização do regime político do país, que tomou impulso com os acontecimentos de 1930, não segue o seu curso em linha reta, mas, enfrentando a oposição das forças reacionárias e pró-imperialistas, sofre, em certos momentos, retrocessos ou brutais interrupções, como sucedeu com o Estado novo, com a ofensiva reacionária de 1947 ou por ocasião do golpe de 1954, mas o processo de democratização é uma tendência permanente. Por isto pode superar quaisquer retrocessos e seguir incoercivelmente para diante. Vem-se firmando, assim, em nosso país, a legalidade democrática, que é defendida por amplas e poderosas forças sociais.”⁸⁶

Na análise da situação política do país, o documento apontava a existência de duas contradições fundamentais. A primeira entre a nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda, entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais na agricultura. A primeira contradição, naquela etapa, seria a principal e deveria subordinar todas as outras. Assim, a revolução brasileira seria antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática.⁸⁷

O instrumento de luta, na primeira fase da revolução, deveria ser uma frente única que agregaria os setores progressistas da sociedade e que, naquele momento, estavam próximos do movimento nacionalista: “a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a burguesia e os *setores de latifundiários* que possuem contradições com o imperialismo norte-americano.”⁸⁸ Quanto ao problema da direção do movimento revolucionário, os comunistas inovavam ao não se colocarem como os únicos e necessários dirigentes, ao contrário, para o PCB os participantes da frente única poderiam ou não

85 NOGUEIRA, Marcio Aurélio (org.). PCB: vinte anos de política – 1958-1979. São Paulo: LECH, 1980, p. 4-5.

86 *Ibidem*, p. 8.

87 *Ibidem*, p. 13.

88 *Ibidem*, p. 15. Grifo nosso. Vale chamar a atenção para o fato de se aceitar a presença de “setores de latifundiários” na frente política proposta pelo PCB, o que demonstra a ampla abertura que marca a Declaração de março, se afastando definitivamente das resoluções de seu IV congresso.

aceitar as suas opiniões somente a partir da sua comprovação pela experiência política concreta.⁸⁹

Por fim, quanto à via a ser seguida, optam pelo caminho pacífico como o mais adequado naquele momento que o país atravessava, o que se tornara possível graças à democratização pela qual passava o Brasil, pela ascensão do movimento operário e o desenvolvimento da frente única nacionalista. Além disso, havia as mudanças na situação internacional, que estava “decididamente favorável à classe operária e ao movimento de libertação dos povos...”⁹⁰ O uso da violência revolucionária aparece na Declaração como resposta, caso fosse necessária, às forças reacionárias. Ainda assim, seria usado o eufemismo "solução não pacífica" para evitar qualquer dúvida quanto aos objetivos do partido:

“No caso em que os inimigos do povo venham a empregar a violência contra as forças progressistas da nação, é indispensável ter em vista outra possibilidade - a solução não pacífica. Os sofrimentos que recaírem sobre as massas, em tal caso, serão de inteira responsabilidade dos inimigos do povo brasileiro...”⁹¹

A linha política delineada pela *Declaração de março de 1958* acompanharia o PCB pelo menos até o golpe de 1964. Ela seria ratificada no V Congresso, realizado em 1960, ainda que contra ela tenha se insurgido um grupo de militantes que, expulsos do partido, fundariam o PC do B em 1962. Foi também criticada por setores partidários como responsável pelo imobilismo do partido no momento do golpe.

Cuba: o sonho realizado.

O PCB, assim como o restante da esquerda brasileira, apoiou prontamente a revolução cubana. Nas páginas de seu jornal pode-se ver o entusiasmo com que foi saudada a vitória de Fidel Castro. Não era para menos, tratava-se da derrubada de uma das piores ditaduras do Caribe, que dava lugar a um grupo de jovens nacionalistas liderados por Castro, prometendo democratizar o país e fazer reformas de caráter político, econômico e social, a começar pela reforma agrária. Enfim, e de fundamental importância, era inegável o

⁸⁹ *Ibidem*, p. 16.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 22.

⁹¹ *Ibidem*, p.23.

golpe que fora dado pelo *Movimento 26 de julho* contra a penetração do imperialismo norte-americano no continente. Não era algo muito parecido que o PCB queria para o Brasil no início dos anos 60 ao apoiar João Goulart e sua proposta de reformas de base? Essa pelo menos foi a primeira leitura que o PCB fez da revolução cubana. O caminho e os resultados da revolução em cuba demonstrariam e exemplificariam o acerto da política do partido no Brasil.⁹² Nesse caminho, apresentaria a revolução cubana como a corporificação do modelo apregoadado pela teoria revolucionária tributária da III Internacional (IC): ela teria sido autenticamente nacional, golpeava diretamente o imperialismo norte-americano e buscava a verdadeira independência nacional.⁹³

Para explicar o significado dessa revolução, o PCB publicou um artigo do Secretário-geral do Partido Popular Socialista (essa era a denominação do partido comunista cubano), Blas Roca. O dirigente começa lembrando das principais tarefas que estavam em realização: 1) independência completa e soberania da nação. 2) Reforma Agrária que liquide com o latifúndio e com “outros restos feudais”. 3) Desenvolvimento econômico sobre base independente. 4) Aprofundamento da democracia, dando-lhe um caráter mais real aos trabalhadores. Diante disso, para Roca, a revolução seria “patriótica e democrática, nacional-libertadora e agrária”.⁹⁴

Quanto à luta revolucionária, o PCB entendia que tinha sido dirigida por uma aliança entre a “classe operária”, as “massas camponesas”, a “burguesia nacional” e “outras

⁹² Estamos nos referido à política delineada pela “Declaração de Março de 1958”, que comentamos rapidamente acima, e a “Resolução Política do V Congresso”, que, de uma forma geral, dão as balizas da atuação do partido nos anos sessenta. Sobre a história do PCB entre as décadas de cinquenta e sessenta, ver, entre outros, SEGATTO, José Antonio, op. cit.; SANTOS, Raimundo, op. cit.; REIS FILHO, Daniel Aarão. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964, op. cit.; CARONE, Edgard. O PCB (1922-1982). Rio de Janeiro: Bertrand, 1973, 3 v. PACHECO, Eliezer. O partido Comunista do Brasil (1922-1964). São Paulo: Alfa-Ômega, 1984; VINHAS, Moisés. O partidão. A luta por um partido de massas (1922-1974). São Paulo: HUCITEC, 1982 e CHILCOTE, Ronald. O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972). Rio de Janeiro: Graal, 1982.

⁹³ Pedro Pomar. “Solidariedade à Revolução Cubana”. *Novos Rumos* (N. R. de agora em diante) 6 a 12/11/1959. Em sua análise sobre a influência da revolução cubana sobre a esquerda brasileira, Emir Sader refere-se a leitura que o PCB (e os “nacionalistas em geral”) fez da revolução cubana como “suave”, na medida em que ressaltava “as rupturas com o imperialismo e com o latifúndio como plataforma nacional, democrática e popular”. SADER, Emir. *Cuba no Brasil: influências da revolução cubana na esquerda brasileira*. In: *História do marxismo no Brasil*, vol I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 157-183.p. 176.

⁹⁴ Blas Roca. “Que tipo de revolução é esta?” N. R. 6 a 12/11/1959. Sobre o significado do movimento revolucionário, ver ainda: “Cuba: a revolução não foi comunista nem anticomunista”. N. R. 8 a 14 /05/1959 e “Fidel: o bem-estar do povo se consegue com medidas revolucionárias”. N. R. 8 a 14/05/1959.

camadas” que compreenderam que a nação cubana via-se “literalmente oprimida pelo imperialismo norte-americano”.⁹⁵ Diante dessas características, Luis Carlos Prestes afirmaria que

“com a vitória da Revolução Cubana e as realizações do governo revolucionário de Fidel Castro, nossa luta pelo progresso, que implica na conquista da independência econômica, na libertação do jugo imperialista e na reforma agrária que acabe com os restos feudais e a grande propriedade latifundiária, adquire maior consistência, sai, por assim dizer, do terreno da teoria para o da prática. *Tudo aquilo que poderia até ontem parecer um sonho, que muitos sabichões afirmavam irrealizável ou apenas possível noutras terras, materializou-se na pequena ilha do Caribe*”.⁹⁶

Considerada então como *materialização* no continente americano da estratégia revolucionária comunista, a revolução cubana será apontada como um exemplo para o Brasil e para a América Latina. Assim, ainda nas palavras de Prestes, “a revolução cubana ensinava e revelava a própria força do PCB” e “a viabilidade dos objetivos revolucionários apontados pelos comunistas e demais correntes efetivamente progressistas, democráticas e antiimperialistas da América Latina”⁹⁷

Outro membro do PCB, Marco Antonio Coelho, dava detalhes de como a revolução cubana contribuía para a luta dos brasileiros. Em primeiro lugar, estava o fato de Cuba ter transformado um esquema teórico geral (o da defesa de uma revolução “antiimperialista e antifeudal) em “realidade viva”. Assim, se antes era necessário, a fim de convencer a população, apelar para longas explicações teóricas, agora bastava indicar que “o necessário a se fazer aqui é aquilo que se faz em Cuba”:

“a reforma agrária com a divisão dos latifúndios; a luta sem quartel contra as empresas imperialistas; a solução do gravíssimo problema da habitação popular, através da reforma urbana e da construção de dezenas de milhares de casas populares; a modificação radical do sistema de educação para liquidar o analfabetismo e dar escola aos trabalhadores, etc. *Assim, o nosso trabalho para educar revolucionariamente o povo brasileiro foi facilitado de forma extraordinária, com o exemplo cubano emocionante e convincente*.”⁹⁸

⁹⁵ Pedro Pomar. Solidariedade à revolução cubana. N. R. 6 a 12/11/1959.

⁹⁶ Luis Carlos Prestes. “Em defesa de Cuba”. N. R. 20 a 26/01/1961 (grifo nosso). No mesmo caminho, ver: Mário Alves. “O que Giron nos ensina”. N. R. 28/04 a 04/05/1961; “Cuba: vanguarda e farol da América”. N. R. 14 a 20/07/1961 e Paulo Derengoski. “O sentido da II Declaração de Havana”. N. R. 1 a 7/06/1962.

⁹⁷ Luis Carlos Prestes. “Em defesa de Cuba”. N. R. 20 a 20/01/1961.

⁹⁸ Marco Antonio Coelho. “Nossos deveres frente à revolução cubana”. N. R. 30/12/60 a 05/01/1961. Grifo nosso.

Além de facilitar a formação política das massas brasileiras, a revolução cubana demonstrava ainda que um povo, que contava com apenas alguns milhões de habitantes, pôde “destruir e vencer com galhardia o imperialismo ianque”. No mesmo caminho, os cubanos ajudavam a desmascarar a política do Estados Unidos no continente, que se utilizavam de organismos como a Organização de Estados Independentes (OEA), e faziam os governantes latino-americanos mostrarem sua verdadeira face, na medida em que teriam que se posicionar diante da campanha movida pelos norte-americanos contra o Estado cubano.⁹⁹

As primeiras divergências sobre o significado da revolução cubana.

Em que pese o esforço do partido em demonstrar que a revolução cubana seguira o roteiro previsto pelas teses comunistas, ou seja, que em sua primeira fase tenha sido democrático-burguesa de libertação nacional, feita a partir de uma ampla aliança política, com a presença da burguesia nacional, e que tenha rapidamente avançado para a fase socialista, logo surgiram dúvidas em seu interior sobre a interpretação e o significado político do processo revolucionário cubano.¹⁰⁰ Na verdade, aspectos heterodoxos deste processo – principalmente no que diz respeito ao uso da guerra de guerrilhas – passaram a exercer uma influência considerável nas críticas sofridas pelo PCB mesmo antes de 1964¹⁰¹. Este quadro pode ser medido pela preocupação crescente de sua direção em combater idéias inspiradas pela revolução cubana e contrárias a orientação partidária, o que o levaria, segundo Michael Löwy, a ser o partido comunista latino-americano que experimentaria a crise mais profunda relacionada ao impacto da revolução cubana.¹⁰²

As divergências do PCB em relação a alguns aspectos da revolução cubana, ou mais precisamente àqueles que iam de encontro as suas formulações ideológicas, apareceram inicialmente de forma discreta, já que o partido era um dos maiores defensores

⁹⁹ *Ibidem.*

¹⁰⁰ Sobre o surgimento do socialismo em Cuba ver: “Cuba: vanguarda e farol da América”. N. R. 14 a 20/07/1961 e “Fidel anuncia o nascimento da revolução socialista em Cuba”. N. R. 5 a 11/05/1961.

¹⁰¹ Segundo Wladimir Pomar, a influência da revolução cubana se fez sentir nas teses para o V congresso do PCB, realizado em 1960. Sobretudo aqueles setores “mais engajados nas idéias de um caminho pacífico, haviam torcido o nariz para a vitória de Fidel e seus guerrilheiros”, e afirmavam que o que acontecera em Cuba teria sido “uma exceção à regra”. POMAR, Wladimir. Pedro Pomar: uma vida em vermelho. São Paulo: Xamã, 2003, p. 234.

¹⁰² LÖWY, Michael. O marxismo a América Latina. Uma antologia de 1909 aos dias atuais, op. cit., p. 53.

do regime cubano, ainda mais com a constante ameaça de uma invasão norte-americana na ilha de Fidel Castro. Mesmo nos momentos de maior crise, o partido não fez ataque aberto aos cubanos, evitando assim fortalecer o posicionamento de setores conservadores no Brasil.¹⁰³ Assim, era necessário responder aos membros partidários mais influenciados pelo ideário revolucionário cubano, mas sem deixar dúvida quanto à defesa do “primeiro território livre da América”.

De qualquer forma, quando um dirigente do PCB chega a indagar que Cuba, “aquela ilha pequenina, já fez sua revolução e nós aqui no Brasil não fizemos revolução nenhuma”¹⁰⁴, tornava-se necessário uma resposta ao conjunto partidário sobre o significado do processo revolucionário cubano. É nesse momento que o partido começa a se posicionar mais claramente a respeito de aspectos heterodoxos que envolviam a revolução cubana e que estavam sendo utilizados para criticar a política dos comunistas no continente latino-americano, inclusive no Brasil.

Ainda em março de 1959, apenas três meses após o triunfo revolucionário em Cuba, a direção partidária demonstrou a sua preocupação com o tipo de interpretação que essa revolução suscitava em suas fileiras. Para os dirigentes, setores do partido não demonstravam o devido entusiasmo pelo “movimento de massas” e pelo “caminho pacífico da revolução”. Essa concepção decorreria da idéia predominante a muito tempo de que somente os meios ilegais ou violentos poderiam ser considerados revolucionários, e que o caminho pacífico seria um idílio entre as classes. Assim, “há quem se refira à luta armada vitoriosa do povo cubano contra a ditadura de Batista como um exemplo a ser seguido”¹⁰⁵, o que seria um grande erro, pois

“este exemplo, precisamente, demonstra que as massas empregam a luta armada em resposta à violência da reação. Contra a ditadura sanguinária de Batista, que suprimiu as liberdades, afogou em sangue as greves operárias e as lutas estudantis e populares, o único caminho possível foi o da insurreição”¹⁰⁶.

¹⁰³ COELHO, Marco Antonio. Herança de um sonho. As memórias de um comunista. Rio de Janeiro: Record, 2000, , p. 321.

¹⁰⁴ Essa indagação, segundo Luis Carlos Prestes, foi feita por um dirigente ao voltar de uma viagem a Cuba em 1961. Ver: MORAIS, D. e VIANA, Francisco. Prestes: lutas e autocríticas. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 181.

¹⁰⁵ O caminho pacífico da revolução. N. R., 20 a 26/3/1959.

¹⁰⁶ *Ibidem*.

Para o PCB, a experiência do povo cubano teria sido sumamente importante para o desenvolvimento da luta revolucionária no continente, e merecia ser estudada com cuidado. Seria, porém, errôneo “pretender transplantá-la para outros países onde a situação política, nas condições atuais, é diferente da situação em que se encontrava Cuba sob o jugo de Batista”¹⁰⁷. Mário Alves, um dos principais dirigentes do partido no início dos anos 60, formulou a interpretação que deveria ser adotada pelos militantes em relação a Cuba. Ao fazer uma resenha que apresentava o livro lançado por Almir Matos, *Cuba: a revolução na América*, ele discorre sobre algumas apreciações errôneas que estariam sendo feitas em relação ao significado da revolução ocorrida em Cuba e sobre os problemas que poderiam acarretar para a política dos comunistas no Brasil. Em primeiro lugar, haveria aqueles que, partindo de aspectos particulares do processo revolucionário cubano, o apresentavam como uma negação frontal da teoria marxista sobre as revoluções de libertação nacional e as revoluções socialistas, não faltando os que utilizavam aspectos “falsamente” analisados dessa revolução, para justificar suas “próprias idéias falsas sobre os caminhos da revolução na América Latina”.¹⁰⁸

Uma segunda interpretação, ainda segundo Mario Alves, era aquela segundo a qual a revolução cubana teria sido, ao menos em sua primeira fase, dirigida pela burguesia nacional. Essa concepção exagerada do papel da burguesia procurava diminuir o significado da participação do proletariado, dos camponeses e de outras forças revolucionárias, o que levaria a negação da tese marxista sobre a hegemonia da classe operária.¹⁰⁹

Mais uma tese equivocada que o livro de Almir Matos teria esclarecido era a de que a revolução cubana comprovaria a tese “revisionista” de que o socialismo pode ser vitorioso sem um partido baseado nos princípios marxista-leninistas. Ao contrário, Matos teria demonstrado em sua obra o papel fundamental desempenhado pelo Partido Socialista Popular (PSP) nessa revolução.¹¹⁰ Finalmente, contra todos os que apontavam a revolução cubana como a negação da “teoria revolucionária da classe operária”, o dirigente afirmaria que

¹⁰⁷ *Ibidem.*

¹⁰⁸ Mário Alves. Um estudo marxista sobre a Revolução Cubana. N. R. 23 a 29/06/1961.

¹⁰⁹ *Ibidem.*

¹¹⁰ *Ibidem.*

“a revolução cubana é uma notável confirmação histórica da vitalidade dos seus princípios básicos. Precisamente quando se acentuam as tentativas dos revisionistas para ‘superar’ ou ‘renovar’ o marxismo-leninismo, declarando-o caduco, ele brota com vigor juvenil e floresce triunfante nas terras da América. De outro lado, pela riqueza de suas peculiaridades, pela originalidade das soluções que deu a vários problemas, a revolução cubana confirma igualmente a validade do método marxista, porquanto refuta o esquematismo seco e estéril das concepções dogmáticas”.¹¹¹

Para a mesma direção aponta outro dirigente do PCB, Jacob Gorender, que refuta a tentativa daqueles que pretendem utilizar a revolução cubana para desacreditar a política do partido no Brasil. Para Gorender, isso apareceria nas apreciações sobre dois pontos fundamentais do processo revolucionário cubano. O primeiro, na questão do papel desempenhado pelos comunistas cubanos na revolução, que não teriam nada feito na luta contra a ditadura de Batista, e somente teriam colhido os frutos da vitória. O segundo, diz respeito à participação da burguesia nacional na revolução, que estaria sendo superestimado por aqueles que também superestimam o papel da burguesia na luta antiimperialista no Brasil, apresentando-a aqui e em Cuba como a dirigente da primeira etapa da revolução. Ao contrário disso, para Gorender

“se a revolução cubana pôde triunfar, isto se deu porque, desde o início e em todo o seu transcurso, estiveram à sua frente os operários (principalmente assalariados da lavoura canavieira), os camponeses e ala radical da pequena burguesia urbana. E se a revolução cubana pôde transpor, com tanta rapidez e energia, os limites da etapa antiimperialista e democrática, transformando-se em revolução socialista, isto se deu porque na sua orientação política triunfou a ideologia do proletariado”¹¹²

Nem todos no partido tinham a mesma convicção de Gorender sobre o papel desempenhado pelo proletariado na revolução cubana. Em um suplemento sobre Cuba publicado no jornal *Novos Rumos*, Jover Telles, ao tratar da implantação do socialismo na ilha de Fidel, afirma que o processo revolucionário “entrou em ascenso” com a ação de um pequeno grupo que desembarcou na *Sierra Maestra*. Telles defende ainda que no “início os camponeses constituíram a força principal da revolução” e que o proletariado, no princípio

¹¹¹ *Ibidem*.

¹¹² Jacob Gorender. “Ensinamentos de uma grande revolução”. N. R. 7 a 13/07/1961.

da fase armada da revolução, “atrasou-se momentaneamente” na luta, ainda que depois tenha conquistado o seu lugar de vanguarda.¹¹³

A preocupação do PCB nos primeiros anos da década de sessenta, no período que antecede o golpe militar, em discutir o significado da revolução cubana não se dava por simples gosto pelas disputas teóricas e ideológicas. Ela revela o impacto que o exemplo cuba exercia em amplos setores da esquerda no país, o que poderia causar danos na direção da revolução brasileira pretendida pelo partido. É preciso lembrar que o Brasil vivia um delicado momento político e que havia uma grande mobilização social em torno das mudanças pelas quais passavam o país, com destaque para organizações ligadas aos trabalhadores do campo e da cidade. E o PCB desempenhava um papel significativo neste que provavelmente foi o momento de maior importância política em toda a sua trajetória, o que não impedia que houvesse divergências em seu interior sobre a tática política adotada no período.

Segundo Segatto, havia uma mudança da política do PCB em relação ao governo João Goulart, sobretudo após 1962, quando há “um nítido deslocamento à esquerda, ao propor que se deveria radicalizar o combate à política conciliatória de Jango”.¹¹⁴ Essa transformação aparecia, por exemplo, no fato de que as reformas apoiadas pelo PCB deixavam cada vez mais de significar mudanças no capitalismo, passando a ser um elemento de acumulação de forças no sentido de uma ruptura ou “ter função de quebrar os entraves que se antepunham ao caminho do socialismo”.¹¹⁵ Acreditamos que tanto no que se refere a divergências dentro do partido sobre a tática política, quanto à radicalização a que se refere Segatto, tornava-se imperioso uma clara definição dos dirigentes sobre os ensinamentos da revolução cubana, sob pena de ver a sua política criticada pelos próprios militantes, o que pode justificar o esforço em discutir e esclarecer o significado da revolução em Cuba.

Além das discussões internas, é necessário considerar que foi também neste mesmo momento que surgiram várias organizações que se reivindicavam marxistas, ou que propunham uma revolução socialista, quebrando e ameaçando o monopólio da

¹¹³ Jover Telles. “Cuba: vanguarda dos povos da América”. N. R. 7 a 13/07/1961.

¹¹⁴ SEGATTO, José Antônio, op. cit., p. 154.

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 220.

interpretação do marxismo no país que o PCB exercia desde os anos vinte.¹¹⁶ Surgiram, entre outras, o Partido Comunista do Brasil (PC do B), fruto de uma cisão causada por divergências no interior do próprio PCB; a Ação Popular (AP), organização oriunda da esquerda cristã que defendia inicialmente um socialismo independente da influência soviética; a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP), grupo formado a partir de diversas influências teóricas, que vai fazer uma defesa intransigente da revolução socialista e, por fim, as Ligas Camponesas, que surgiram na segunda metade dos anos cinquenta, e que, pelo menos um de seus setores, entraria em conflito com as orientações do PCB no início dos anos 60.¹¹⁷

O comunismo internacional também passava por modificações importantes. Pelo menos desde 1956, com os acontecimentos do XX Congresso do PCUS, o MCI perdera o seu caráter monolítico, o que não só se acentuaria, mas ganharia dimensões até então impensáveis com o cisma sino-soviético. Além disso, havia o surgimento do maoísmo no início dos anos 60 como uma corrente revolucionária alternativa à perspectiva soviética, atraindo variados grupos que eram contrários à política dos partidos comunistas pró-Moscou, particularmente na América Latina. Por fim, como já indicamos acima, viu-se o aparecimento do castro-guevarismo, que veio a exercer forte influência sobre a nova esquerda que aos poucos se gestava nos vários países do continente.

É, portanto, em um momento marcado pela ascensão à cena política de setores populares; pelo surgimento de várias organizações comunistas que aos poucos ameaçavam a preponderância pecebista e o aparecimento de correntes políticas e ideológicas alternativas ao modelo soviético dentro do movimento comunista internacional, que devemos entender as discussões que os dirigentes do PCB fazem no início dos anos sessenta sobre o significado político da revolução cubana para a estratégia revolucionária no Brasil. Em outras palavras, o partido precisava fazer a defesa de sua linha política diante das outras correntes de esquerda que surgiam fazendo propostas diferentes para o desenlace da revolução brasileira e que, muitas delas, se apoiavam já no exemplo cubano.

¹¹⁶ Claro que além das organizações comunistas que surgem no início dos anos 60 é preciso lembrar da presença desde anos 30 da corrente trotskista no país, que sempre questionou às teses do PCB. Ver a esse respeito: KAREPOVS, Dainis e NETO, José Castilho Marques. Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966). In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). História do marxismo no Brasil. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002, p. 103-155. .

¹¹⁷ Trataremos detidamente destas organizações ao discutirmos as relações da Nova Esquerda com a revolução cubana.

Não foi por outro motivo que nesse período o PCB esteve preocupado com o destino das Ligas Camponesas. Essa organização, que havia surgido por volta de 1955, ganhou destaque nacional através da figura de seu principal líder, Francisco Julião. As Ligas, que surgem propondo uma reforma agrária dentro dos marcos legais, a partir de 1960 passaram a sofrer grande influência da revolução cubana, e acabaram modificando suas propostas, que cada vez mais se aproximavam de uma revolução social. Um dos seus setores foi responsável, entre 1961 e 1962, por uma tentativa frustrada de implantação de um campo de treinamento guerrilheiro em Goiás, que teve ajuda direta dos revolucionários cubanos.¹¹⁸

Diante da aproximação das Ligas Camponesas da revolução cubana, e dos pronunciamentos de seu líder afirmando que Cuba deveria servir de exemplo para a luta revolucionária no Brasil¹¹⁹, Giocondo Dias, dirigente do PCB, partiu em defesa do programa de seu partido. O motivo que o levou à polêmica foi uma palestra proferida por Francisco Julião em que ele teria, entre outras coisas, defendido que nas condições brasileiras se poderia fazer uma revolução imediatamente socialista e que ela seria inicialmente impulsionada pelos camponeses e não pela classe operária, que por vez estaria mais preocupada com a dinâmica do aumento de salários. Além disso, negara qualquer caráter revolucionário à burguesia nacional, o que ia contra os pilares da política pecebista.

Para o dirigente do PCB, a origem das afirmações de Julião estaria em uma interpretação falsa da experiência cubana. Segundo Giocondo Dias, o representante das Ligas não compreendera que a revolução cubana mostrava exatamente que para se chegar ao socialismo era necessário previamente passar por uma etapa democrático-burguesa e que, o que aconteceu em Cuba, foi uma transição rápida entre as etapas, o que não significa nem que as etapas não tivessem existido, nem que a luta na primeira delas não tivesse sido conseqüentemente revolucionária. Quanto ao papel das classes na luta revolucionária do povo cubano, diria que em Cuba a revolução só adquiriu o caráter socialista a partir do momento em que a direção do proletariado se afirmou de maneira incontestável. Diante

¹¹⁸ Trataremos adiante especificamente dessa tentativa de implantação de um campo de treinamento guerrilheiro por parte de setores das ligas camponesas, com clara inspiração na revolução cubana.

¹¹⁹ Ver a esse respeito diversos artigos no jornal da organização chamado Liga, dirigido por Francisco Julião, entre os quais “Em Cuba está o exemplo!”. Liga, 3/04/1963.

dessas falsas interpretações, Giocondo Dias lembra quais lições os revolucionários brasileiros deveriam extrair:

“As tarefas que temos hoje pela frente, repetimos, não são as de uma revolução socialista, mas sim as de uma revolução antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. (...) Para que essa revolução se torne vitoriosa impõe-se hoje no Brasil a formação da frente única de todas as forças da sociedade brasileira interessadas na libertação nacional, na democracia, no progresso e na paz. Essa frente única se destina a conquistar um governo de coalizão que promova as transformações de estrutura que as condições reclamam”.¹²⁰

Mais um exemplo de preocupação com o rumo que começava a tomar no Brasil as interpretações sobre a revolução cubana, e as suas implicações para o movimento revolucionário no país, veio do secretário geral do PCB, Luis Carlos Prestes. Ainda antes do golpe militar reclamava de grupos que propunham a luta armada como estratégia revolucionária para o Brasil. Em uma entrevista ao jornal cubano *Hoy*, em março de 1963, afirmava Prestes:

“Há pessoas que equivocadamente acreditam que o melhor apoio a Cuba seria dar começo a uma luta armada no Brasil para depor o Governo. Nas atuais condições do Brasil isso seria completamente falso. Isolaria os comunistas das massas e facilitaria o trabalho daqueles que pressionam o Governo no sentido de romper as relações com o Governo cubano. A política dos comunistas tampouco é compreendida por algumas pessoas que chegam a supor que somos contrários à II Declaração de Havana (...). Os comunistas do Brasil pensam que interessa às massas fazer todos os esforços para utilizar as possibilidades existentes do caminho pacífico para a revolução no Brasil.”¹²¹

O PCB foi relativamente feliz na defesa de seu programa político nos primeiros anos da década de sessenta, na medida em que, mesmo com o surgimento de outras correntes comunistas, conseguiu se manter como o partido mais importante no espectro das esquerdas¹²² e, principalmente durante o governo de João Goulart, parecia mesmo que o seu programa estava se concretizando nas reformas de base e na ampla frente política nacionalista que existia no país. Entretanto, as críticas a esse programa, que se anunciavam

¹²⁰ Giocondo Dias. “Teses errôneas e nocivas”. N. R. 29/06/ a 05/07/1962. Ver ainda a resposta de Francisco Julião a este artigo, “Giocondo Dias, os comunistas e a revolução brasileira”. N. R. 10 a 16/08/1962, e a réplica do dirigente do PCB, Giocondo Dias. “Etapas da revolução e frente única”. N. R. 17 a 23/08/1962.

¹²¹ “Caminho da revolução pode ser pacífico. Entrevista de Luis Carlos Prestes em Havana”. N. R. 1 a 9/05/1963.

¹²² Estamos nos referindo a esquerda comunista brasileira, portanto não nos referimos aqui ao PTB, partido que tinha grande influência no período.

nestes mesmos anos, explodiriam com a vitória dos militares no golpe de primeiro de abril de 1964. Nesse momento, quando o PCB foi responsabilizado pela grande derrota representada pelo golpe, e muitos setores do partido e das esquerdas passaram a procurar novos caminhos para a revolução brasileira, a influência do modelo cubano se faria sentir com mais força sobre o PCB, que aos poucos perderia o seu posto de maior partido da esquerda brasileira, entrando em uma crise política e orgânica da qual jamais sairia.

O golpe, a luta armada e a revolução cubana.

Entre outros temas que ganharam destaque após o golpe no meio das esquerdas em geral, e do PCB em particular, estava a adoção da luta armada enquanto forma adequada para a revolução brasileira e para a luta contra a ditadura militar instaurada, problema que se tornaria um divisor de águas entre revolucionários e reformistas, para usar a linguagem da nova esquerda brasileira.

Ainda que a problemática da luta armada estivesse colocada já antes de 1964, mesmo que de forma incipiente, foi certamente após o golpe que ela, juntamente com outros temas, ganharia força e incidiria na crise política que se abateu sobre o PCB. Permeando a discussão, direta ou indiretamente, estava a influência da revolução cubana, que a partir de então foi tomada, por setores contrários à orientação da direção partidária, como fonte de argumento para as suas críticas e como inspiração para a formulação do incipiente projeto político que estaria na origem de grande parte das organizações da Nova Esquerda que pegaria em armas contra a ditadura militar.

Marco Antonio Coelho, o mesmo que escrevera um artigo em 1961 demonstrando a importância da revolução cubana para o desenvolvimento da luta revolucionária no Brasil, foi testemunha, após o golpe de 1964, de como a influência do foquismo causou danos ao PCB. Para ele, isso se explica pela derrota sofrida pelo partido em 1964 e a decorrente e compreensível busca de outra estratégia. Nesse ponto, enquanto o PCB propunha um paciente trabalho de acumulação de forças que somente apresentaria resultados no futuro, a experiência cubana revestia-se de um atrativo fundamental: “a promessa de rápido e brilhante sucesso em contraste com o demorado e cinzento traçado

pelo PCB”.¹²³ Marco Antonio relata em suas memórias o episódio de uma reunião que participou com o setor universitário do partido em 1966, na qual, ao terminar uma longa exposição, percebeu que tudo o que dissera havia caído no vazio diante da influência da “opção pelo caminho trilhado por Guevara e Marighela”.¹²⁴

Nos dois primeiros anos após o golpe, o PCB agiria ainda com cautela em relação às divergências com o projeto revolucionário cubano. Nesse caminho, ele saudou com entusiasmo a realização da I Conferência Tricontinental de Solidariedade aos povos da África, Ásia e América Latina, realizada em Havana entre três e 15 de janeiro de 1966. Sobre o evento, o PCB destacou seus aspectos de luta contra o principal inimigo do desenvolvimento dos países desses continentes, o imperialismo norte-americano. Além disso, permanece a defesa de Cuba socialista, “primeiro território livre da América”.¹²⁵

Na reunião foi eleito, além de um órgão executivo para a então criada “Organização de Solidariedade aos povos da África, da Ásia e da América Latina”, um “Comitê de assistência e ajuda”, do qual o Brasil faria parte. O objetivo do organismo era o de prestar auxílio aos povos que lutavam “de arma na mão, ou por outros meios à sua escolha”, por sua libertação nacional ou contra uma agressão do imperialismo.¹²⁶

Após o término da Conferência, aproveitando-se da representação de quase todos os países da América Latina, foi criado também um organismo regional, denominado Organização Latino-americana de Solidariedade (OLAS), do qual também o Brasil faria parte. Na mesma ocasião ficou decidida a realização, para 1967, da I Conferência Latino-americana de Solidariedade. Entretanto, o PCB, que participara ativamente da Conferência Tricontinental e da organização regional, não esteve presente no ano seguinte na I Conferência da OLAS. Foi exatamente entre as duas conferências que as diferenças entre o PCB e o projeto revolucionário cubano se agravaram a ponto de se tornarem públicas.

O PCB, pelo menos desde o mês de junho de 1967, se queixava de que a OLAS, em seus comunicados e declarações, se manifestava sistematicamente como se a luta armada fosse a única forma de luta revolucionária, o que estaria em desacordo com as recomendações da Tricontinental, que se referia a “todas as formas de luta, conforme as

¹²³ COELHO, Marco Antônio, op. cit., p. 320.

¹²⁴ *Ibidem*, p. 321.

¹²⁵ A apreciação do PCB sobre a Conferência Tricontinental, ver: “O Brasil e a conferência de Havana”. V. O. janeiro de 1966 e “A conferência tricontinental, novo marco na luta antiimperialista”. V. O. março de 1966.

¹²⁶ “A conferência tricontinental, novo marco na luta antiimperialista”, op. cit.

condições concretas específicas de cada país”. Além disso, o Comitê dirigente da organização estaria tentando ditar diretivas para o movimento revolucionário nos diversos países do continente, desrespeitando os respectivos partidos marxistas-leninistas nacionais, o que dificultaria a participação do PCB na reunião marcada para agosto.¹²⁷

De fato o PCB acabou não participando da reunião da OLAS e justificou a sua ausência, além das divergências citadas acima, pelo fato dos organizadores do evento terem resolvido, sem lhe consultar, constituir no Brasil um Comitê Nacional da OLAS, do qual deveriam fazer parte o PCB e outras forças políticas, entre as quais “conhecidos renegados e fracionistas”. Discordava ainda da tentativa de tornar esse órgão um centro para orientar o movimento revolucionário no Brasil. Por fim, condenaria os ataques que organização estava fazendo aos partidos comunistas no continente, principalmente ao Partido Comunista da Venezuela.¹²⁸

Na verdade foram várias as motivações que levaram o PCB a se chocar publicamente com os cubanos. De um lado, a preparação e a realização da OLAS, em julho de 1967, que representou uma declaração e um chamamento a todos os revolucionários do continente para que seguissem o caminho das armas e abandonassem a política até então seguida pelos comunistas. De outro lado, se agravava o debate interno no PCB sobre a responsabilidade da derrota de 1964 e a elaboração de uma estratégia revolucionária para enfrentar a ditadura implantada. Neste último caso, o exemplo cubano não passava despercebido para os setores partidários que estavam voltados para uma crítica profunda da política seguida pelo PCB e que estavam dispostos a uma mudança radical, em que a proposta de luta armada ocuparia um lugar central. As divergências no interior do partido sobre as mudanças em sua linha política e o papel da luta armada, inspirado pela revolução cubana, explodiriam no decorrer de 1967 e estariam imbricados com eventos importantes, como a expulsão de Carlos Marighella em agosto e os debates preparatórios para o VI Congresso, realizado em dezembro.

Em agosto de 1967, a direção do PCB expulsou Carlos Marighella de suas fileiras, o que representou muito mais do que apenas a saída de um dirigente, ela simbolizou o caminho que uma grande parte do PCB seguiria nos meses seguintes.

¹²⁷ “A situação internacional e as tarefas do partido”. V. O. junho de 1967.

¹²⁸ “Nosso partido e a Conferência da OLAS”. V. O. setembro de 1967.

Marighella, dirigente importante e respeitado até mesmo pelos seus adversários, havia sofrido as perseguições e prisões durante a ditadura do Estado Novo e, já nos primeiros dias após o golpe de abril, foi preso e torturado pelos policiais. Desse episódio resultou um texto por ele escrito intitulado *Porque resisti à prisão*, narrando a sua tentativa de escapar da perseguição policial, e que acabaria se tornando um símbolo da luta contra a arbitrariedade da ditadura militar. Além disso, o dirigente comunista também foi um dos que mais responsabilizaram o “desvio de direita” da política do PCB durante o governo Jango pela derrota de 1964.

Em meados de 1967, como vimos acima, o PCB se negou a participar do I Conferência da OLAS. Ainda assim, sem autorização, não somente Marighella participou do evento, como deu entrevistas em Havana criticando a passividade da política do PCB tanto antes quanto depois do golpe de 1964. De volta ao Brasil, expulso do partido, ele criou, em fevereiro de 1968, o Agrupamento Comunista de São Paulo e, em agosto, a Ação Libertadora Nacional (ALN), que rompe com o modelo político e teórico do PCB e propõe a luta armada para a libertação do país do imperialismo e da ditadura militar, estabelecendo ligações orgânicas com o regime revolucionário cubano.¹²⁹ O caminho trilhado por Marighella foi seguido por amplos setores partidários, que também saíram ou foram expulsos do PCB e criaram organizações que participariam da luta armada contra a ditadura militar, tendo em comum uma forte inspiração no foquismo.¹³⁰

Ao PCB, diante da grave crise interna, restava fazer a defesa de sua linha política no decorrer dos debates preparatórios para o seu VI Congresso, realizado em dezembro de 1967. Logo no início, um dos participantes criticava os setores que pregavam a necessidade da luta armada, sem se preocupar em definir o sentido e o modo de desenvolvimento da mesma. Para esse militante, a proposta viria de setores jovens e românticos do partido, o que seria até compreensível, mas também de velhos militantes, demonstrando “desespero” e “falta de perspectiva”. Além disso, os “esquerdistas” julgavam os programas e alianças políticas como “bagatelas superadas”. Não entendiam que a luta

¹²⁹ Trataremos do projeto político da ALN no capítulo sobre as relações da Nova esquerda com a revolução cubana.

¹³⁰ Apolônio de Carvalho, membro do PCB e futuro líder do PCB, em suas memórias, relata a influência que o foquismo exerceu no debate travado internamente no PCB após o golpe de 1964, sobretudo das idéias defendidas por Régis Debray. CARVALHO, Apolônio. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997 p. 198-199.

armada jamais poderia ser feita por pequenos grupos de comunistas e simpatizantes, mas somente “com a participação das massas, com um apoio mais ou menos ativo destas, quer no campo, quer nas cidades vizinhas.”¹³¹

Se em um primeiro momento as críticas aos setores “esquerdistas” do partido se dão de uma forma genérica, sem se indicar a origem de tais concepções, logo se faria menção a presença da revolução cubana que estaria sendo usada como modelo. Foram constantes na tribuna de debates as críticas aos militantes que estavam partindo de uma “ideologia pequeno-burguesa” ao não aceitar a revolução como um fenômeno histórico e de classe. Estariam tomando a revolução como um ato de “livre arbítrio”, que poderia ser realizada a qualquer momento e por qualquer classe social, independente das “condições objetivas”. A revolução estaria sendo entendida como obra de personalidades que, com seus exemplos espetaculares, impulsionariam as massas para a luta armada num ritmo crescente até se chegar à insurreição generalizada. Essas idéias, que seriam a negação do marxismo-leninismo, estariam, segundo um dos participantes do debate, em curso no interior do partido e viriam de setores

*“supostamente apoiadas na experiência da revolução cubana, que seus portadores pretendem que seja modelo único e obrigatório para o nosso país. Os camaradas portadores dessas concepções aceitam e divulgam a negação feita por ideólogos pequeno-burgueses da validade atual das condições descobertas por Lênin como necessárias para o êxito de uma revolução, e pregam o “foco guerrilheiro” – ação de um grupo armado que se instala em uma serra ou floresta e se declara em revolução – como suficiente para desencadear no país um processo revolucionário de luta armada de massas, quaisquer que sejam as condições político-sociais existentes. Implicitamente esses camaradas aceitam igualmente as teses de tais ideólogos de que o proletariado está acomodado e perdeu sua condição revolucionária, de que os partidos comunistas se constituem hoje num anacronismo histórico e de que a capacidade revolucionária passou hoje para as mãos da pequena burguesia (para o campesinato, segundo uns; para os estudantes, segundo outros.)”*¹³²

A defesa teórica mais completa da linha partidária, diante da pressão exercida em suas fileiras pela inspiração da revolução cubana, antes do VI Congresso do partido, veio com um longo artigo assinado por Simão Bonjardim (pseudônimo de Renato

¹³¹ Décio Correia. “Sobre a luta armada”. V.O. 15/01/1967 (Tribuna de debates do VI Congresso)

¹³² Vinicius de Andrade. “Sobre a luta armada”. V. O. outubro de 1967. (grifo nosso).

Guimarães)¹³³. No auge da crise interna, o dirigente, ao criticar o livro de Régis Debray *Revolução na revolução?*, faz um balanço do significado do foquismo para a estratégia revolucionária no continente americano e, assim, tenta dissuadir os setores partidários que estavam cada vez mais distantes das orientações do núcleo dirigente e próximos do ideário revolucionário cubano.

Para Renato Guimarães, os esforços teóricos de Régis Debray estavam concentrados em três direções. Em primeiro lugar, procurava impor a guerrilha como fórmula obrigatória para o movimento revolucionário da América Latina, “calcado numa interpretação falsa do processo revolucionário em geral e numa interpretação errada dos processos da revolução cubana em particular”. Em segundo lugar, tentava desacreditar a categoria marxista-leninista da crise revolucionária e fazer o enterro histórico da luta de classes e das massas como forças motrizes da revolução, substituindo-as por uma guerrilha conduzida por uma minoria heróica. Finalmente, nessa concepção, o partido comunista era substituído por uma liderança de “caudilhos” saídos da “pequena-burguesia”.¹³⁴

O grande problema dessa teoria, segundo Guimarães, seria o de não fundamentar as suas críticas ao modelo de revolução leninista, e isso, nenhum deles o fazia, “nem Debray, nem Marighella, nenhum outro. Contentam-se em dar seu palpite, e pronto. Na verdade, pretendem desenterrar o blanquismo, voltar, aí sim, à pré-história do movimento revolucionário socialista e ao domínio neste das concepções pequeno burguesas”.¹³⁵

O processo de divergência do PCB com a revolução cubana teve seu desfecho no VI Congresso do partido, realizado em dezembro de 1967. Nesse momento, ao mesmo tempo em que foi oficializada a saída e a expulsão dos setores chamados de “radicais” e/ou “fidelistas”, ele esclareceu definitivamente o seu posicionamento frente à pretensão dos cubanos irradiarem seu modelo revolucionário para toda a América Latina.

Sem exagerar o papel da problemática cubana no interior do PCB, podemos dizer que em torno dela se deu parte substancial dos debates preparatórios para o Congresso. Pelo menos é o que podemos perceber a partir da leitura do “Informe de

¹³³ O artigo foi dividido em três partes e publicado nas edições do jornal Voz Operária dos meses de setembro, outubro e novembro. Segundo Luís Mir, Simão Bonjardim é pseudônimo de Renato Guimarães. MIR, Luís. *A revolução impossível. A esquerda e a luta armada no Brasil*. São Paulo: Best Seller, 1994, p. 225.

¹³⁴ Simão Bonjardim. “A revolução e a revolução de Régis Debray I”. V. O. setembro de 1967.

¹³⁵ Simão Bonjardim. “A revolução e a revolução de Régis Debray II”. V. O. outubro de 1967.

balanço do CC ao VI Congresso”, documento elaborado pela Comissão Executiva resumindo as discussões feitas até que se chegasse o momento da realização do conclave. Assim, nas discussões sobre temas importantes do congresso, como a análise da situação internacional, o caráter da revolução, as classes que deveriam compor a frente política e o papel da luta armada, a influência cubana aparecia de forma clara.¹³⁶

Nesse sentido, para o Comitê Central do PCB, a origem dos erros dos militantes que acusavam a linha política de “direitista”, ou de refletir “posições burguesas”, residia numa falsa avaliação da correlação de forças no quadro mundial, em que consideravam os problemas de um ponto de vista exclusivamente militar. Não levavam em conta o caráter fundamentalmente político do conflito que envolvia o imperialismo, os países socialistas, o movimento operário internacional e o movimento democrático e de libertação nacional e que, nessa situação, o mais importante era a luta pela paz. Daí não compreenderem o esforço da URSS e do MCI em limitar os focos de guerra e paralisar “o braço do agressor imperialista”.¹³⁷

Outra tese que deveria ser combatida nas fileiras partidárias, era a concepção de que a revolução seria o resultado da “ação heróica de alguns indivíduos”, ou de pequenos “grupos audaciosos”, expressa no lema “*o dever de todo revolucionário é fazer a revolução*”. Essa posição estaria sendo propugnada por todos aqueles que insistiam na criação de “focos guerrilheiros” no interior do país. Eles afirmariam que os focos de luta poderiam desencadear o processo revolucionário no país e levar as massas à revolução “independentemente das condições objetivas e subjetivas indispensáveis”, tudo isso justificado com a experiência revolucionária cubana. Entretanto, esses grupos reduziam os acontecimentos históricos de Cuba à criação das guerrilhas na *Sierra Maestra* por Fidel Castro. Para a direção PCB, mostrando a sua própria interpretação da revolução cubana, esses setores

“silenciam a respeito da amplitude da frente única contra a tirania de Batista. Não levam em conta o acerto da orientação prática de concentrar-se o fogo contra a ditadura. Escamoteiam a evolução do quadro econômico e político em Cuba, o qual, sob a tirania, marchava para a situação revolucionária que levou à

¹³⁶ “Informe de balanço do CC ao VI Congresso”. In NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.). *PCB: vinte anos de política – 1958-1979*. São Paulo: LECH, 1980, p. 71-152.

¹³⁷ *Ibidem*, p. 93-94.

greve geral, cuja importância, segundo o próprio Fidel Castro, foi decisiva nos acontecimentos, e que teve a participação ativa e dirigente dos comunistas.”¹³⁸

Também se apoiando na experiência do povo cubano, havia os que se opunham a tese do Comitê Central de que o caráter da revolução brasileira, em sua etapa “atual”, seria nacional e democrática e, embora não admitindo claramente, partiam do pressuposto de que a revolução deveria ser, desde o início, socialista. Por fim, havia a crítica de que as teses não assumiam a luta armada como a “única e exclusiva forma de luta contra a ditadura” que poderia levar à vitória. A essa crítica, os dirigentes responderam que não se podia pensar a revolução brasileira nos limites “estreitos dos esquemas deduzidos das experiências de outros povos” e que o caminho da revolução brasileira estaria sendo elaborado através da prática do movimento democrático e revolucionário, nas condições particulares de Brasil e não seria jamais mera cópia da revolução na Rússia, na China ou em Cuba.¹³⁹

Finalmente, identificaria claramente as características do grupo que fazia oposição às teses, não deixando dúvidas quanto à influência do modelo revolucionário cubano. Para o Comitê Central, tais setores

“defendem uma política que dispensa a consideração das condições objetivas, ou que supões existir na realidade, já pronta ou iminente, numa situação revolucionária que apenas existe em suas cabeças. Tal grupo quer reviver com roupas “novas” de guerrilhas, a concepção de revolução feita por a partir de ‘focos’ insurrecionais aventureiros, desligados do movimento real das massas. Quer substituir o Partido marxista-leninista por um agrupamento militarizado de revolucionários, obediente à sapiência e ao gênio de caudilhos.”¹⁴⁰

O final do VI Congresso fecha um ciclo importante da história do PCB que havia se iniciado, simbolicamente, com a publicação da *Declaração de março de 1958*. Esse período, marcado, entre outras coisas, pela proposta de uma ampla frente política, com a presença importante da burguesia nacional, para, através do caminho pacífico, fazer uma revolução democrático burguesa no Brasil, que se materializou na atuação partidária no pré-64, entrou em crise com o golpe de Abril. Nesse momento, amplos setores do partido questionaram a validade da política de união nacional até então praticada e passaram a fazer

¹³⁸ *Ibidem*, p. 94-95.

¹³⁹ *Ibidem*, p. 100.

¹⁴⁰ *Ibidem*, p. 135.

novas propostas que se distanciaram muito da tradição ideológica do PCB. Entre elas estava o do uso da luta armada, sob forte inspiração e influência da revolução cubana. No final do VI Congresso foram derrotadas e seus proponentes expulsos do PCB, que por sua vez também não se pode dizer vitorioso, na medida em que, desde então, perdeu força, prestígio político e centenas de militantes, entrando em uma crise política e organizacional da qual jamais se recuperou.

A partir do VI Congresso, a relação com a revolução cubana se manteria no patamar de uma crítica constante às tentativas dos cubanos de exportarem o seu modelo revolucionário e influenciarem assim a luta política no Brasil. Ao mesmo tempo, o partido se esforçaria em tentar fazer ver às organizações da Nova Esquerda o desastre político de sua opção pelo luta armada, seja de inspiração maoísta ou foquista. Insistiria na defesa de seu programa político de lenta acumulação de forças, no momento em que o restante da esquerda comunista se preparava ou já pegava em armas contra a ditadura militar. Para o PCB, certamente essa opção redundaria em fracasso e, em maio de 1968, antes da “imersão geral na luta armada”, para usar a expressão de Jacob Gorender, já apontava como exemplo da inviabilidade desse caminho as

“leviandades de Julião e Brizola, o protesto dos sargentos de Brasília, a tentativa do coronel Jeferson Cardim no Paraná e o núcleo da serra do Caparão, principalmente. A isso pode ser acrescido ainda o que se passou na América Latina, nos influenciando de perto, e onde o sacrifício do valoroso Guevara, assim como de outros importantes revolucionários, são fatos ainda a serem serenamente analisados.”¹⁴¹

As críticas feitas à revolução cubana não impediam, é bom que se diga, seguindo a tradição do PCB de evitar atritos com os países socialistas, que o partido continuasse apoiando à revolução em Cuba, mesmo que lhe fazendo restrições, principalmente no que diz respeito à sua interferência no processo revolucionário de outros países. Nem nos momentos de maior conflito, a direção do PCB deixou de ressaltar a importância da defesa de Cuba. Na Resolução Política do VI Congresso, afirmava que era seu dever “impulsionar um amplo movimento de solidariedade à Revolução Cubana. Defendendo-a, defenderemos nossos próprios interesses, a liberdade, a dignidade e o futuro

¹⁴¹ B. M. Beto. “A luta armada na revolução brasileira”. V. O. maio de 1968.

do nosso povo”.¹⁴² E, pouco tempo antes, havia prestado toda a sua solidariedade em relação ao assassinato de Che Guevara, “exemplo de lealdade e abnegação à causa da libertação dos povos, dado por Guevara, continuará vivo no coração, na memória e na ação de milhões de outros combatentes pela libertação nacional e o socialismo”.¹⁴³ Entretanto, não pode passar despercebido que, sem colocar em dúvida a sinceridade da homenagem prestada, os dirigentes do PCB não deixaram de afirmar, ainda que nas entrelinhas, o equívoco do revolucionário argentino nas terras bolivianas e do projeto de revolução socialista no continente. O caminho, mais uma vez afirmava que o PCB, era outro:

“Contra o imperialismo norte-americano e seus agentes se unirão, sem dúvida, num processo que seguirá seu curso normal e atenderá às *particularidades da cada país e às tradições de cada povo*, os combatentes das Américas. Isto representa uma garantia de que, cedo ou tarde, sejam quais forem os sacrifícios impostos aos povos, *a revolução nacional-libertadora* e o socialismo triunfarão.”¹⁴⁴

As críticas a influência cubana sobre o processo revolucionário brasileiro permaneceriam até meados dos anos setenta, quando, ao mesmo tempo, chegava ao fim o ciclo político da esquerda revolucionária no Brasil e o regime cubano, pressionado por problemas internos e pela União Soviética, fazia um recuo em sua tentativa de exportar a revolução. Nesse momento, se tornou possível uma reconciliação do PCB com os dirigentes revolucionários de Cuba.

* * *

A relação do PCB com a revolução cubana foi de diferentes níveis e matizes no decorrer dos anos sessenta. Passou pela defesa do processo revolucionário de Cuba; pelas divergências em torno da tentativa dos cubanos interferirem nas formulações ideológicas e na prática política dos comunistas no Brasil e pela atração que o foquismo exerceu em suas fileiras. Enfim, passou pelo debate final travado durante o VI Congresso, que levou à saída de centenas de militantes descontentes com a linha oficial e se voltaram para a adoção da luta armada como estratégia política, com claro viés foquista.

¹⁴² “Resolução Política do VI Congresso”, op. cit.

¹⁴³ “Guevara: exemplo de lealdade e abnegação”. V. O. Novembro de 1967.

¹⁴⁴ *Ibidem* (grifo nosso)

A idéia que esperamos que tenha ficado clara é a de que, longe de querer explicar a trajetória do PCB pelas influências externas, como já esclarecemos anteriormente, a influência da revolução cubana pode ser tomada como um dos elementos fundamentais para o entendimento da crise política que se abate sobre o PCB na segunda metade dos anos sessenta, na medida em que estava a influenciar os setores do partido que se voltaram para a adoção da luta armada contra a ditadura militar.

Assim, diferente de outras análises que privilegiam as relações do PCB com o comunismo soviético, acreditamos que no decorrer dos anos sessenta é também fundamental entender a sua relação com o regime cubano, na medida em que era o ideário revolucionário (juntamente com o chinês) que pressionava o partido a se pronunciar sobre as opções de estratégias que se abriam diante da sua militância, obrigando-o a fazer a defesa de sua linha política. Nesse caminho, a importância de se entender as relações entre o PCB e a revolução cubana reside no fato de que todo o debate ideológico e político feito pelo partido no período, sobretudo após o golpe, está permeado pelo impacto da revolução cubana sobre a sua militância. Dessa forma, acreditamos que o entendimento de seu projeto político fica substancialmente prejudicado se não se considerar tal influência, que, diferentemente do caso da esquerda revolucionária, se deu não como exemplo a ser seguido, e sim como influência a ser combatida, mas nem por isso menos importante para o entendimento da história do PCB.

Capítulo III

O Partido Comunista do Brasil (PC do B) e a revolução cubana.

As relações do PC do B com a revolução cubana foram bastante complexas. Sobre elas incidiram fatores relacionados ao processo revolucionário cubano, aos problemas da conjuntura brasileira e às discussões internas do próprio partido. Além disso, havia o debate envolvendo a China e a URSS, que então passava a ser travado publicamente e polarizava discussões em torno da problemática do alinhamento internacional por parte das esquerdas comunistas. Nesse sentido, para Emir Sader, no caso do PC do B, a defesa da via chinesa viria junto com as críticas ao regime cubano, visto então como um reforço para aos revisionistas soviéticos.¹⁴⁵

Ainda que o aspecto apontado por Sader seja sem dúvida uma das marcas distintivas do relacionamento do partido com a revolução cubana, o autor deixa escapar elementos importantes para o entendimento da questão. Em primeiro lugar, é necessário lembrar que, diferentemente do que é apontado em grande parte da bibliografia sobre o partido, ele não surge alinhado ao ideário maoísta.¹⁴⁶ O PC do B só assumiria um relacionamento privilegiado com o Partido Comunista Chinês a partir de 1963. Antes disso tentou aproximações com a União Soviética e sofreu influências inclusive do regime cubano. De outro lado, mesmo após se tornar um forte aliado dos chineses, e fervoroso defensor das idéias de Mao Tse-tung, o partido continuou a fazer ampla campanha em defesa da revolução cubana, dando grande espaço em seus periódicos e documentos para a divulgação de idéias oriundas de Cuba, não tendo qualquer problema com os cubanos até 1966.¹⁴⁷

Nesse caminho, para efeito de análise, podemos apontar dois momentos no relacionamento do PC do B com a revolução cubana. Um iniciado em 1962, quando a

¹⁴⁵ SADER, Emir, op. cit.

¹⁴⁶ Sobre o surgimento do PC do B, ver SALES, Jean Rodrigues. *Partido Comunista do Brasil – PC do B: propostas teóricas e prática política (1962-1976)*. Dissertação de mestrado. Campinas, SP: UNICAMP, 2000.

¹⁴⁷ Sobre a história do PC do B, em suas relações com o comunismo internacional, ver: SALES, Jean Rodrigues. O PC do B e o movimento comunista internacional nos anos 60. *História: questões & debates*, Curitiba, n. 35, p. 275-303, 2001.

revolução era tida pelo partido como um exemplo para o continente latino-americano e para o Brasil em particular; e outro, a partir de 1966, quando passa a fazer duras críticas às aspirações dos cubanos de se tornarem catalisadores de uma revolução continental, ao mesmo tempo em que tenta com grande dificuldade implementar um projeto de luta armada que, inspirado no modelo da *Guerra popular prolongada* chinesa, aglutinasse a totalidade de seus militantes. Por fim, restaria ainda fazer comentários sobre a polêmica Guerrilha do Araguaia. Em que pese as afirmações de seus dirigentes de que tenha sido uma experiência baseada nos ensinamentos chineses, para muitos críticos e interpretes teria se aproximado muito mais do modelo foquista, que tanto havia sido criticado pelo PC do B.

Antes, porém, de passarmos as discussões sobre o PC do B e a revolução cubana propriamente ditas, é necessário lembrar, mesmo que sumariamente, das definições ideológicas e das propostas políticas do partido no decorrer dos anos sessenta, já que serão principalmente a partir delas que entenderemos o seu posicionamento em relação ao regime cubano.

A quebra da ortodoxia: o surgimento do PC do B

O Partido Comunista do Brasil (PC do B) surgiu em fevereiro de 1962 a partir de uma cisão no interior do velho Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em 1922. A divisão está ligada à tensa conjuntura político-social da segunda metade da década de cinquenta e início da década de sessenta no Brasil e a uma aguda crise política que se abateu sobre o PCB. Nesse momento, como vimos acima, o partido passava por uma fase de modificações de suas formulações teóricas. Aos poucos, e não sem muita dificuldade, abandona a política que havia marcado sua atuação na primeira metade da década cinquenta – uma política de enfrentamento, representada no *Manifesto de Agosto de 1950* e nas resoluções do seu IV Congresso, realizado em 1954 – e caminha em direção a uma ampla Frente política, para realização de uma revolução antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática, que deveria ser feita, preferencialmente, através do caminho pacífico. A nova política foi coroada com a *Declaração de Março de 1958* e referendada nas resoluções do V Congresso, realizado em 1960.

Vale lembrar ainda, como apontamos anteriormente, da forte influência do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), realizado em 1956. No PCB, as discussões sobre o peso a ser dado tanto às críticas aos crimes praticados por Stalin, quanto às mudanças nas formulações e práticas políticas, cindiram o partido em vários grupos com posições diferenciadas. Entre estes, destaca-se a atuação dos militantes que viriam a fazer parte da primeira Comissão Executiva do PC do B: João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois, Carlos Danielli e Calil Chade. O grupo, junto com a maior parte do núcleo dirigente, desempenhou um papel importante na defesa da ortodoxia partidária contra os que defendiam um aprofundamento tanto nas críticas a Stalin, quanto nas mudanças que o partido deveria sofrer para resolver seus problemas políticos e organizacionais. Apesar da importância que teve no início dos debates, seus membros acabaram perdendo espaço político na estrutura partidária e, com isso, os cargos mais importantes que ocupavam. A partir desse momento, Agosto de 1957, até a cisão propriamente dita, é possível perceber uma grande coesão em suas intervenções no interior do PCB.

Como grupo coeso, esses dirigentes fizeram duras críticas aos rumos que a política do PCB estava tomando, a começar pelo símbolo dessas mudanças, a *Declaração de março de 1958*. Em seguida, participaram dos debates preparatórios para o V Congresso, durante os quais se esforçaram ao máximo na tentativa de ganhar espaço político perdido em 1957. Mas o fato é que a maioria partidária seguiu ao lado da direção e o Congresso referendou os principais pontos da *Declaração de março*.

Em agosto de 1961, o Comitê Central eleito durante o V Congresso modificou os estatutos partidários para facilitar o registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE); o nome do partido passou a ser Partido Comunista Brasileiro, mantendo, porém, a mesma sigla (PCB); também foram retiradas do programa as referências ao marxismo-leninismo. O motivo para tais modificações seria, segundo o grupo dirigente, responder às acusações de que o partido seria um agente externo, subordinado às ordens de Moscou. Nesse momento, o grupo oposicionista organizou um protesto escrito, que ficaria conhecido como a *Carta dos cem*, na qual declara que o documento publicado no jornal *Novos Rumos* era a negação

do partido revolucionário.¹⁴⁸ Os dirigentes do PCB acusaram os principais responsáveis pela carta de estarem fazendo fracionismo e os expulsaram do partido.

Em fevereiro de 1962, o grupo que fora expulso convoca uma Conferência Nacional Extraordinária, elege um novo Comitê Central, aprova novos estatutos e declara a reorganização do partido que, segundo seus membros, o grupo de Prestes tentara liquidar. A partir desse momento, o Brasil passou a conviver com dois partidos comunistas, o PCB e o PC do B.

As definições ideológicas

Foi durante o governo parlamentarista de Goulart que o PC do B tornou público o seu programa que, pelo menos teoricamente, lhe daria feição ideológica e pautaria a sua atuação política em seus primeiros anos de vida. Para efeito de análise, discutiremos três questões que podem nos ajudar no entendimento das definições ideológicas e das práticas políticas do partido. Questões que, aliás, estiveram em pauta no debate de grande parte das esquerdas brasileiras no decorrer da década de sessenta, e que foram responsáveis por muitas cisões no interior da esquerda revolucionária: a caracterização da revolução, a natureza do regime a ser implantado no país e os meios que deveriam ser utilizados para sua efetivação.

A problemática da caracterização do tipo de revolução idealizada pelo PC do B está fortemente marcada, entre outras coisas, por uma tradição que remonta às formulações teóricas da III Internacional Comunista sobre a revolução democrático-burguesa.¹⁴⁹ Nesse caminho, o *Manifesto Programa* é iniciado com a descrição catastrófica da realidade nacional. A causa dos problemas da economia e da sociedade brasileira estava

¹⁴⁸ Carta dos cem. In: CARVALHO, Ferdinando de. *O comunismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1967. v. 3, p. 414-415.

¹⁴⁹ A discussão sobre a caracterização da revolução democrático-burguesa pode ser vista em ZAIDAN, Michel. O grande *tournant*: o VI Congresso da Internacional Comunista (1928-1929). In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. *História do marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 89-104, v. 1; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992 e DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB (1928-1935)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

ligada à “exploração do país pelo imperialismo, em particular o norte-americano, ao monopólio da terra e à crescente concentração de riquezas nas mãos de uma minoria”.¹⁵⁰

O partido via, desse modo, no imperialismo norte-americano, no latifúndio e em parte da burguesia os responsáveis pelo entrave em que se encontrava o desenvolvimento do país e, por conseguinte, pela situação de penúria dos trabalhadores brasileiros. Mesmo o desenvolvimento econômico experimentado durante o governo de Juscelino Kubitschek não fora suficiente para qualquer otimismo por parte do PC do B em relação às possibilidades de melhoria na vida do país. Isso porque, segundo o partido, “este desenvolvimento econômico, foi feito através de uma inflação desenfreada, da maior penetração do capital imperialista em setores fundamentais da indústria e com a manutenção da estrutura agrária.”¹⁵¹

A situação de domínio do imperialismo e do latifúndio, gerando um desenvolvimento calcado no capital estrangeiro e responsável por uma estrutura agrária perversa, daria origem a um regime reacionário e antinacional, o que poderia ser medido pela própria Constituição de 1945, que serviria unicamente aos interesses das classes dominantes.

O regime não poderia ser modificado a partir das teses que então estavam em voga, como, por exemplo, a da troca dos governantes, ministros ou gabinetes, pois estes deveriam executar a política das classes dominantes e a não execução acarretaria a deposição dos cargos. A única solução encontrava-se na implantação de um *governo popular revolucionário* e de um *regime antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista*. Essa formulação define o caráter de sua revolução dentro dos marcos democrático-burgueses, tributária das análises da III IC.

De acordo com a definição do caráter democrático-burguês da primeira fase da revolução, o novo regime, através do governo popular revolucionário, deveria criar condições para que todos os requisitos dessa etapa revolucionária fossem cumpridos, para depois se passar para a segunda etapa – socialista – da revolução. As primeiras tarefas deveriam, dentro dessa lógica, propiciar o pleno desenvolvimento do capitalismo no país.

¹⁵⁰ Manifesto Programa. In: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil*. Lisboa: Maria da Fonte, 1974, p. 13.

¹⁵¹ *Ibidem.*, p. 15.

Assim, era necessário, antes de tudo, libertar o Brasil da espoliação que sofria do capital norte-americano e, ao mesmo tempo, livrar o campo dos entraves feudais e do latifúndio, através de uma reforma agrária radical.

Para a efetivação desta proposta de governo, o partido teria que esclarecer quais vias deveriam ser percorridas para se chegar até ele, já que os caminhos traçados por outros grupos estariam equivocados. Nesse ponto, como poderemos perceber, o PC do B teve dificuldade em apresentar uma estratégia que se diferenciasse, em sua essência, da estratégia do PCB. Em sua tentativa de aparecer à esquerda de sua matriz no espectro das esquerdas, o partido acabaria trilhando o perigoso caminho do radicalismo retórico.

O caminho apontado pelo partido foi o da violência revolucionária, ainda que (diferente do que correntemente é salientado nos estudos a seu respeito), no *Manifesto programa*, ela não apareça nem como o único caminho a ser seguido, nem com toda a clareza que se costuma apontar. O que transparece nesse documento é uma certa hesitação em optar, com todas as palavras, pelo uso da violência revolucionária. O que pode ser exemplificado pelo fato de o partido não dizer claramente que assume o emprego da violência e sim que as classes dominantes tornavam *inviável* o caminho pacífico.

Outro elemento importante é o instrumento político que deveria ser utilizado em sua estratégia revolucionária. A proposta é de uma frente única sob a direção da classe operária. Aqui, mais uma vez, devemos fazer menção à influência internacional na adoção dessa tática. Ela é tributária de pelo menos dois eventos. Primeiro, da política de Frente Popular adotada a partir do VII Congresso da IC. Segundo, da influência da tese propagandeada pela China do Bloco de quatro classes. Quanto a esta influência, não importa se a revolução chinesa correspondeu, na prática, a seu discurso oficial. O fato é que sua teoria surge de uma revolução vitoriosa, em um país periférico, numa realidade próxima dos países latino-americanos. Além disso, a estratégia revolucionária chinesa, para além de sua especificidade, não feria a ortodoxia stalinista a respeito da revolução por etapas, podendo assim ser utilizada no continente americano.¹⁵²

¹⁵² Ver: GARCIA, Marco Aurélio. Le parti communiste chilien et les alliances de classes. *Critiques de l'Economie Politique*, Paris, n. 27, p. 41-61, avril-juin, 1977 e DASSÚ, Marta. Frente única e frente popular: o VII Congresso da Internacional Comunista. In: HOBBSAWM, Eric J. *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 293-336, v. 6.

Finalmente, mais um ponto importante nas definições teóricas do partido foi o seu alinhamento político e ideológico ao Partido Comunista Chinês (PCCh) e ao maoísmo. Essa adesão às idéias chinesas, entre outras coisas, ajudaria o PC do B na defesa da ortodoxia stalinista, já que o PCCh passou a criticar duramente os rumos tomados pela Rússia após o XX Congresso do PCUS, e também na adoção de uma estratégia de luta armada – a guerra popular prolongada – que, diferentemente do foquismo, não abria mão da estrutura partidária ancorada na tradição da III IC.

A defesa da revolução democrático-burguesa, feita com a união de amplos setores da sociedade, formando uma frente política sob a direção da classe operária e com a utilização, caso fosse necessário, da violência revolucionária, no plano político; e a defesa da ortodoxia stalinista e adesão ao maoísmo, no plano ideológico, dariam os contornos à atuação do partido no decorrer dos anos sessenta. Como veremos, são a partir dessas características que podemos entender a relação que o PC do B estabeleceu com a revolução cubana.

Cuba: “honra e consciência da América Latina”

Conforme apontamos acima, é possível perceber dois momentos na relação do PC do B com a revolução cubana. Quanto ao primeiro, caracterizado pelo apoio irrestrito aos cubanos e pela tomada dessa experiência revolucionária como exemplo para o Brasil e para a América Latina, ele pode ser facilmente exemplificado através da observação das páginas do periódico oficial do PC do B, *A Classe Operária*. São raras as edições entre 1962 e 1964, em que não haja referências simpáticas a Cuba. Seja através de artigos dos dirigentes do partido, seja por documentos assinados por Fidel Castro e Che Guevara, o apoio à revolução cubana estava estampado nas páginas de seu jornal.

Entre os temas principais dos artigos publicados estão aqueles relacionados à defesa da revolução cubana diante das ameaças dos Estados Unidos e os que apontam Cuba como vanguarda da revolução no continente latino-americano e fonte de inspiração para luta do partido no Brasil. Para o PC do B, guardadas as proporções, o impacto do processo revolucionário cubano no continente corresponde a “influência que teve a Grande Revolução Socialista de Outubro para a Revolução Mundial, e a Revolução Chinesa, para

o movimento de libertação nacional nos países coloniais.”¹⁵³ Nesse caminho, ao comentar as guerrilhas que explodiam pela América Latina, em países como Guatemala, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Paraguai, o PC do B afirmava que

“...o exemplo vitorioso da Revolução Cubana é contagiante. Por isso, centenas e mesmo milhares de camponeses, de operários, de estudantes, de patriotas de outras camadas, em cada um dos cinco países citados, tomam armas e procuram fortalecer e ampliar seus núcleos guerrilheiros a fim de impulsionar o movimento libertador e democrático de milhões de explorados e oprimidos pelo jugo que secularmente os mantém atados à miséria e ignorância...”¹⁵⁴

Para o Brasil, o exemplo cubano seria ainda mais representativo. Em um artigo, um dos dirigentes do PC do B, Lincoln Oest, lembra que quando ocorreu a revolução, Cuba se encontrava sob o total domínio do latifúndio e dos monopólios norte-americanos. Os Estados Unidos dominavam a totalidade da produção de energia elétrica e a única companhia telefônica. Controlavam o sistema bancário e 73% das exportações e 71% das importações se davam com os EUA. Internamente, o país sofria com o fato de mais de metade das terras pertencerem a cerca de duas mil famílias, enquanto 64% dos camponeses não possuíam terra. E no Brasil? A situação seria diferente, pergunta Oest. A resposta é a de que aqui o domínio do latifúndio e do imperialismo também se repetia, porém, em contrapartida, pela posição geográfica, pelo tamanho territorial, pelo número de habitantes, entre outras características, a situação no Brasil seria mais favorável ao desencadeamento de um processo revolucionário. Em outras palavras,

“em certo sentido, as condições em Cuba eram menos favoráveis objetivamente do que as que temos no Brasil. No entanto, Fidel Castro lançou-se, com seus companheiros, à luta pela libertação de seu povo.”¹⁵⁵

O entusiasmo em relação às possibilidades que teriam sido abertas pela revolução cubana era tamanho que, mesmo quando o partido tentava amenizar o alcance da influência cubana, lembrando das peculiaridades que singularizariam o processo revolucionário em cada país, a ênfase recaía sobre a importância dos fatores subjetivos.

¹⁵³ “Cuba – Honra e consciência da América Latina”. A classe operária, março de 1962.

¹⁵⁴ “Comentário internacional” A classe operária, maio de 1962.

¹⁵⁵ Lincoln Oest. “A II Declaração de Havana e a nossa responsabilidade”. A Classe Operária, janeiro de 1963.

Nesse caso, o papel da vanguarda revolucionária era fundamental e os cubanos teriam demonstrado isso como ninguém. Assim, ainda segundo Lincoln Oest,

“...efetivamente seria funesto que não levássemos em conta as particularidades nacionais ao abordarmos o problema da Revolução. Mas creio que não é simplesmente constatando as peculiaridades do processo revolucionário cubano que fugiremos de modo oportunista à realidade objetiva que reclama imperiosamente nossa ação. E uma das leis gerais mais importantes da Revolução é que ela não se desencadeia lá onde no movimento operário e camponês dominam os oportunistas...”¹⁵⁶

Uma questão para a qual se deve estar atento ao tratar das relações do PC do B com a revolução cubana é a de que nelas incidiram problemas relacionados tanto às propostas políticas do partido, quanto as suas disputas com o PCB, temática que recebia forte atenção da direção pecedobista. Dessa forma, de acordo com as proposições retoricamente radicais feitas pelo PC do B no decorrer dos anos sessenta, ele enfatiza na experiência cubana aspectos mais próximos de seu programa. Por exemplo, quando o PC do B explica aos leitores de seu jornal a sua proposta de *Reforma agrária radical*, ele aponta justamente aquela que havia sido feita em Cuba como exemplo do que seria uma verdadeira "reforma agrária radical", completamente diferente da proposta feita pelos “revisonistas” no Brasil.¹⁵⁷ Observemos de passagem que Cuba, naquele momento, estava em processo rápido de socialização - ou estatização - não só da terra, mas também de empresas estrangeiras e de grandes grupos nacionais, isto é, estava em pleno processo revolucionário, o que tornava possível a solução lá adotada. Para o problema da terra no Brasil, nem todos estariam de acordo com uma solução desse tipo. Nem mesmo o PC do B, que em seu Manifesto-Programa não chega a propor algo tão radical como o que foi feito em Cuba, o que não impediu que ele se apoiasse no exemplo cubano para respaldar suas propostas diante de seus interlocutores políticos.

Outro exemplo da forma como o partido utilizava o modelo cubano em suas disputas políticas é o do significado atribuído pelo PC do B ao uso da luta armada na revolução cubana, que representaria um “desmentido vivo” às teses que defendem a possibilidade de superar pacificamente os entraves que se antepõem ao progresso e ao

¹⁵⁶ *Ibidem.*

¹⁵⁷ Sobre tema ver o artigo “O que é reforma agrária radical”, publicado no primeiro número do jornal A Classe Operária sob a direção do PC do B em março de 1962.

bem-estar. O movimento liderado por Fidel Castro, “negação do oportunismo e do revisionismo”, revelara que somente a luta armada poderia levar a vitória contra o imperialismo, os latifundiários e os grandes capitalistas.¹⁵⁸ A ênfase no uso das armas se direciona certamente aos membros do PCB, que apoiava entusiasticamente o chamado caminho pacífico da revolução.¹⁵⁹ Além disso, como vimos acima, o PC do B, ao nascer, defendia o uso de uma indefinida violência revolucionária, mas que de qualquer forma era mais radical do que as teses aprovadas pelo PCB em seu V Congresso, daí as referências à guerrilha cubana.

Ainda sobre esta primeira fase das relações do PC do B com a revolução cubana, vale fazer um comentário sobre um artigo do principal dirigente partidário, João Amazonas, no qual, à luz da experiência cubana, ele critica a postura e a atuação dos comunistas latino-americanos, ao mesmo tempo em que ressalta a sua importância para a teoria revolucionária no continente. A pergunta que Amazonas pretende responder é a de como foi possível que a revolução tivesse acontecido justamente em Cuba, um país que, pela análise tanto dos comunistas cubanos quanto brasileiros, fazia parte dos países dependentes, estando longe de passar por um processo revolucionário, que teoricamente deveria acontecer primeiro nos países desenvolvidos. Cuba teria, segundo Amazonas, negado frontalmente tais concepções teóricas. Nesse caminho, seria necessário

“...rever muitas opiniões que ainda hoje têm curso no movimento comunista da América Latina (...). Os que realizaram a revolução em Cuba não se consideravam, ainda, marxistas, mas atuaram, praticamente, como se fossem. Houve, assim, no movimento comunista latino-americano, evidente contradição entre a teoria e a prática. E, sendo axioma para o marxismo, que a prática, em última instância, é o supremo critério da verdade, não se pode deixar de admitir que as nossas concepções eram errôneas.”¹⁶⁰

Mas quais seriam as razões que teriam levado os dirigentes do continente a não enxergarem a realidade que a revolução cubana tornara tão clara? Para João Amazonas, pelo menos três fatores teriam afastado os comunistas do entendimento correto da realidade. Em primeiro lugar, a análise da crise do capitalismo não era feita corretamente,

¹⁵⁸ “Histórico triunfo para a América Latina”. A classe operária, janeiro de 1963.

¹⁵⁹ Em outro artigo, Lincoln Oest afirmava que, diante da revolução cubana, “não se pode compreender a atitude dos reformistas que ainda esperam resolver os problemas do povo através de eleições ou dos que ainda acreditam no chamado caminho pacífico”, em clara referência ao PCB. Lincoln Oest. “Histórico triunfo para a América Latina”, op. cit.

¹⁶⁰ AMAZONAS, João. Uma perspectiva nova. A classe operária, 1 a 15/10/1962.

na medida em que não apontava a possibilidade que dela pudesse surgir uma situação revolucionária imediata. Um segundo erro, era a crença de que somente uma profunda crise política poderia levar a uma revolução. Por fim, não se pensava a luta armada como parte inseparável de um processo revolucionário, isso por se partir de uma premissa falsa: a de que a revolução aconteceria inevitavelmente nas cidades e que seria gerada por uma insurreição. Diante desses equívocos,

“o exemplo de Cuba e de alguns países da Ásia enriquece o arsenal do movimento revolucionário mundial. Revela a possibilidade real de tornar vitoriosa a revolução em nosso país. Sem essa perspectiva, sem que os trabalhadores das cidades e do campo, os intelectuais progressistas e outras camadas da população saibam como se desenvolverá a luta revolucionária, esta tende a cair na rotina, encerrada em horizontes estreitos, não passando de manifestações parciais que não abalam o poder dos grandes capitalistas e dos latifundiários.”¹⁶¹

Claro que é necessário entender as observações de João Amazonas dentro do debate ideológico então travado com o PCB, no qual o PC do B acusava o partido de Prestes de reformista, tendo abandonado à perspectiva da luta armada. Para isso, se apoiava no exemplo cubano para fustigar a sua matriz política. Entretanto, curiosamente, pode-se observar também que os argumentos de Amazonas podem ser tomados como uma crítica implícita ao próprio PC do B, na medida em que este também era tributário da tradição teórica que está criticada no artigo. Se essa nuance passou despercebida nesse momento, antes do golpe de 1964, seria retomada com força por setores descontentes do partido depois do golpe de abril.

Além dos artigos, há outros elementos que manifestavam a atenção dispensada pela direção do PC do B à revolução cubana. Por exemplo, o partido foi o responsável pelas primeiras edições do famoso escrito de Che Guevara, *Guerra de guerrilhas*, que teve a tradução feita por Maurício Grabois, e dos livros de Fidel Castro, *A história me absolverá* e *De Moncada à ONU*. Além disso, dirigentes partidários estiveram em Cuba por ocasião das comemorações do primeiro de maio de 1962 e João Amazonas chegou a fazer conferências no Brasil para divulgar e defender as conquistas da revolução em Cuba.¹⁶²

¹⁶¹ *Ibidem*.

¹⁶² Sobre esses eventos, ver: CARVALHO, Péricles e ALMEIDA, Francisco de. *PC do B (1962-1984). A sobrevivência de um erro*. São Paulo: Novos Rumos, 1985 e A classe operária, 1 a 15/08/1962.

No mesmo caminho, Wladimir Pomar, na biografia que escreveu de seu pai, Pedro Pomar, afirma que, no período que antecede o golpe, a experiência de Cuba pesava nas discussões que tomavam conta do PC do B no momento que estava se definindo seu posicionamento político. Em suas palavras: “ao contrário do que pensam alguns, não foi o Partido Comunista da China a referência maior para os novos dissidentes, mas o novo Partido Comunista de Cuba. A Revolução Cubana era o exemplo que maior influência exercia sobre o PC do B nesse período”.¹⁶³ Ainda segundo o autor, foi somente a partir de várias discussões que a Comissão Executiva descartou formalmente a idéia do foco revolucionário, na medida em que, a partir de 1963, o PC do B passou a conhecer as experiências militares chinesa, vietnamita e albanesa. Foi a partir de então, continua Pomar, “que tais experiências começaram a ter alguma influência nas discussões internas sobre a luta armada no Brasil”¹⁶⁴.

O apoio irrestrito a revolução cubana, tomada como exemplo para o Brasil e para a América Latina, e mesmo a permeabilidade do PC do B às idéias oriundas de Cuba, mesmo após ter estreitado os laços com o Partido Comunista Chinês, não duraria muito. A mudança da conjuntura política nacional com o golpe de 1964; a crise no movimento comunista internacional, que explodira em 1963 com o rompimento público da China em relação à União Soviética; a mudança da política externa cubana, que cada vez mais e de forma mais contundente procurava expandir o seu processo revolucionário levaram o PC do B para caminhos que o afastaram do ideário revolucionário que emanava da ilha de Fidel Castro, do qual se tornaria crítico tenaz.

Em defesa da ortodoxia: críticas à exportação da revolução cubana.

Em março de 1966, a direção do PC do B criticou publicamente os rumos tomados pela revolução cubana. Tem início aqui um segundo momento nas suas relações com o país de Fidel Castro, cuja característica central foi de crítica a pretensão cubana de exportar seu modelo revolucionário para a América Latina, interferindo na atuação dos partidos comunistas. Antes de tudo, é necessário compreender a mudança de

¹⁶³ POMAR, Wladimir. *Pedro Pomar: uma vida em vermelho*. São Paulo: Xamã, 2003, p. 254.

¹⁶⁴ *Ibidem*, p. 260.

posicionamento do partido frente à revolução cubana a partir de uma série de fatores. Em primeiro lugar, aconteceu o golpe militar de 1964, cujas conseqüências foram destrutivas, sobretudo para o PCB, que foi responsabilizado pela derrota de abril, mas que nem por isso deixou o PC do B impune. Na verdade, após o golpe se impôs a necessidade da avaliação das causas da derrota, da não resistência ao movimento civil-militar. No percurso de avaliação, e de definição de uma nova política, a opção pelo enfrentamento armado com o regime militar ganhou força entre setores importantes das esquerdas. Nessa discussão, o PC do B, aos poucos e com dificuldade, opta pela inspiração nas idéias de Mao Tse-tung, que, grosso modo, propunha a *guerra popular prolongada*, com o cerco da cidade pelo campo, em um movimento dirigido pelo partido de vanguarda, mas que teria nos camponeses atores importantes.

Naquela conjuntura pós-golpe, em que pegar ou não em armas contra a ditadura militar passou a significar verdadeira linha divisória entre revolucionários e reformistas, e em que o as idéias de Che Guevara e Régis Debray atraíam cada vez mais o interesse de novos e veteranos militantes comunistas, não bastou a direção do PC do B a simples opção pelo maoísmo, era necessário esclarecer porque não lhe servia o modelo cubano. E aqui chegamos a uma das marcas principais da relação do PC do B com Cuba no decorrer da segunda metade dos anos sessenta. Ao mesmo tempo em que adota oficialmente o modelo da *guerra popular prolongada*, se vê obrigado a fazer duras críticas ao foquismo, que atraía simpatias em suas próprias fileiras.¹⁶⁵

Uma segunda questão a ser considerada, é a crise por que passa o movimento comunista internacional na segunda metade dos anos sessenta, quando perde definitivamente seu caráter monolítico, que fora cultivado com zelo pelos soviéticos desde os tempos da III IC. E, nessa crise, o grande tema é a divergência envolvendo a China e a União Soviética, que não somente acabava com o monolitismo do MCI, mas o cindia em duas áreas de influência. Nesse caso, o PC do B, ao se aproximar da China, acaba por se colocar no debate internacional contra o regime cubano, que, em que pese às dificuldades,

¹⁶⁵ Sobre a história do PC do B e suas relações com o maoísmo, ver: SALES, Jean Rodrigues. O PC do B e o movimento comunista internacional nos anos 60. *História: questões & debates*, Curitiba, n. 35, p. 275-303, 2001.

esteve sempre mais próximo da órbita soviética, ou pelo menos mais distantes dos chineses.

Em terceiro lugar, e não menos importante, está a política do regime cubano, sobretudo após 1966, de se tornar um centro revolucionário no continente americano. A realização em terras cubanas da Conferência Tricontinental, em 1966, e, principalmente, da Organização Latino-americana de Solidariedade no ano seguinte, são as partes mais visíveis dessa política. Na proposta dos cubanos para a luta revolucionária na América Latina há uma forte crítica ao imobilismo dos partidos comunistas, além, é claro, da negação de pilares básicos do marxismo adotado pelos PCs.¹⁶⁶

O documento através do qual o PC do B rompeu com o regime cubano é datado de março de 1966, assinado pelo Comitê Central: *O marxismo-leninismo triunfará na América Latina (carta aberta a Fidel Castro)*¹⁶⁷. Inicialmente, o texto faz um retrospecto da importância da revolução cubana para o continente latino-americano, de seu papel na derrota das teses revisionistas e na afirmação da necessidade do uso da violência revolucionária. Além disso, Fidel Castro nunca se intimidara com as ameaças do imperialismo norte-americano. E durante todo esse período, afirma o PC do B, o partido apoiou Cuba através da divulgação de notícias e fazendo propaganda do regime de Castro.¹⁶⁸

Apesar dos méritos enumerados, o regime cubano, ainda segundo o documento acima, passou a se aproximar do revisionismo soviético. A primeira demonstração teria sido a sua participação na *Conferência dos 19 partidos comunistas e operários*, realizada em 1965. Depois, foi a vez da organização da Conferência da Tricontinental em Cuba, que deixou de convidar os “partidos revolucionários” do continente, entre os quais o próprio PC do B. Por fim, vieram os ataques ao que Fidel Castro chamou de “grupinhos” revolucionários do continente e, principalmente, as críticas infundadas e injustas contra à

¹⁶⁶ A respeito da crise do movimento comunista internacional nos anos sessenta, ver: MARCOU, Lilly. *L'Internationale après Staline*. Paris : Bernard Grasset, 1979.

¹⁶⁷ In: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil*. Lisboa: Maria da Fonte, 1974, p. 85-100.

¹⁶⁸ *Ibidem*, p. 85-87.

China. Tudo isso, afirma o PC do B, mostravam a passagem de Fidel do campo revolucionário para o do revisionismo contemporâneo.¹⁶⁹

É bom lembrar que, como já apontamos anteriormente, após o golpe militar de 1964 a adesão à luta armada passou a representar, para grande parte das esquerdas comunistas, um divisor de águas entre revolucionários e reformistas. A força de atração pela luta armada e pelo foquismo chegou a ser um dos principais responsáveis por duas cisões que o PC do B sofreu ainda em 1966, que dariam origem ao PC do B-AV e ao PCR. Nos dois casos, os militantes que deixaram o partido o acusaram de falta de empenho na preparação da luta armada contra a ditadura militar e seguiram imediatamente o caminho das armas. No momento da escrita do documento *O marxismo-leninismo triunfará na América Latina (carta aberta a Fidel Castro)*, já se fazia sentir no PC do B a oposição daqueles setores que viriam a ser expulsos.

Nesse caminho, era fundamental que o partido se pronunciasse contra uma teoria que colocava em xeque o tradicional modelo de partido comunista, do qual o PC do B era herdeiro. Ao mesmo tempo, o ideário cubano atraía amplos setores da esquerda nacional e particularmente do movimento estudantil, que era o setor mais combativo à ditadura militar e o grande fornecedor de militantes para a esquerda comunista no período. Assim, o PC do B deixava claro que

"...toda tentativa de aplicar, dogmaticamente em outro país, o que há de específico naquela revolução só poderá redundar em fracasso. Ainda que o exemplo de Cuba, em especial no que se refere ao princípio geral da luta armada, continue a inspirar os que lutam pela liberdade e contra o imperialismo norte-americano, o fidelismo não vem dando frutos neste continente, não foi comprovado em nenhum outro país..."¹⁷⁰

A partir de então, haveria sempre um espaço reservado nos documentos do partido para críticas ao modelo cubano, as quais parecem aumentar em quantidade e intensidade na medida em que aumenta a pressão no interior do PC do B por uma adesão efetiva à luta armada. O partido se vê obrigado, quando assume de forma cada vez mais clara o modelo revolucionário chinês, a aprofundar as críticas ao foquismo. Por exemplo,

¹⁶⁹ *Ibidem, passim.*

¹⁷⁰ *O marxismo-leninismo triunfará na América Latina, op. cit., p. 91-92.*

dedicou nove páginas de uma resolução de novembro de 1967 para atacar, ponto a ponto, as propostas do “fidelismo”, que se caracterizaria naquele momento por apregoar

“...que a revolução nos países latino-americanos é socialista e que se travará, como processo único, em todo o continente. Considera que é desnecessária a existência do partido revolucionário para desencadear a luta armada e que o partido se formará com os que empunharem armas. Do ponto-de-vista militar, defende a teoria do ‘foco’, expressa na idéia de que um núcleo armado é bastante para cumprir todas as tarefas relacionadas com a revolução nos países da América Latina.”¹⁷¹

A partir da conceituação do que seria o fidelismo, o PC do B passa a discutir as concepções errôneas que tal teoria comportava. Em primeiro lugar estava o problema da defesa feita pelo foquismo da revolução socialista. Nesse caso, o grande problema era que tal proposta restringia as forças revolucionárias, na medida em que deixava de fora amplos setores sociais. Além disso, a experiência histórica demonstrara que em países dependentes e coloniais, como os da América Latina, a revolução, em sua primeira etapa, tem caráter nacional e democrático. Enfim, o próprio exemplo de Cuba mostrava “que não foi com bandeiras socialistas que ali se iniciou e se tornou vitoriosa a revolução.”¹⁷²

No que diz respeito à defesa de uma revolução continental, então feita pelo fidelismo, seria algo completamente estranho ao marxismo-leninismo, que afirmava antes ser necessária a resolução da contradição entre o proletariado e a burguesia dentro das fronteiras nacionais, tarefa dos trabalhadores de cada país. Desse modo, era um grande erro pretender varrer as diferenças existentes entre os países da América Latina “para justificar a revolução continental única, com uma só tática, com exército e direção comuns”.¹⁷³

Outro grave erro do fidelismo seria a tese de que era desnecessária a existência do partido para desencadear a luta armada, e que este surgiria a partir da guerrilha. Essa idéia seria uma “generalização mecânica do que ocorreu em Cuba”, quando a experiência de milhões de pessoas haveria demonstrado que nenhuma revolução triunfou sem que houvesse antes um partido revolucionário capaz de dirigi-la. No final das contas, insiste o

¹⁷¹ O partido Comunista do Brasil na luta contra a ditadura militar. In: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Guerra popular – caminho da luta armada no Brasil*. Lisboa: Maria da Fonte, 1974, p. 50.

¹⁷² *Ibidem*, p. 50-51.

¹⁷³ *Ibidem*, p. 51.

PC do B: “não é o fator militar que dirige o político, mas justamente o contrário: o fator político é que dirige o militar”.¹⁷⁴

Da subestimação do papel do partido e das massas, o fidelismo chegava a idéia do foco, que se situava no plano puramente militar. Assim, seria suficiente um pequeno número de homens armados, escondidos em lugares inacessíveis, para levar adiante a revolução. Em essência, seria a “falsa teoria dos heróis ativos que arrastam atrás de si as multidões.”¹⁷⁵ A essa concepção de luta armada, o PC do B opõe a da *guerra popular prolongada*, de inspiração chinesa. As duas concepções propõem o uso da tática de guerrilha, entretanto, enquanto na primeira os grupos se bastariam a si mesmos, esperando que as massas os seguissem; na segunda, os grupos guerrilheiros se esforçariam para criar bases no campo e sua atuação estaria voltada para ajudar as próprias massas à “se levantar e a fazer a sua guerra”. Afirmaria ainda, citando Mao Tse-Tung, que “a guerra revolucionária é a guerra das massas, e somente pode realizar-se mobilizando as massas e apoiando-se nelas”.¹⁷⁶

Entre tantos outros documentos representativos da relação do PC do B com a revolução cubana, o que comentamos acima, *O partido Comunista do Brasil na luta contra a ditadura militar*,¹⁷⁷ reveste-se de importância por deixar claro o aspecto mais marcante dessa relação. Ou seja, no decorrer da segunda metade dos anos sessenta, a medida em que o partido define o seu projeto de luta armada, fortemente inspirado no maoísmo, ele passa a dedicar especial atenção à necessidade de criticar o foquismo, que então exercia grande influência entre seus militantes. É verdade que a vigilância do PC do B em relação ao foquismo não impediu que dezenas de seus membros deixassem o partido nas cisões que deram origem ao Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha e ao Partido Comunista Revolucionário que, como veremos em outro capítulo desta tese, tinham em seus programas e em suas ações políticas uma forte influência cubana. De qualquer forma, pensava o PC do B que ao definir a sua estratégia de luta armada, as idéias foquistas estavam definitivamente derrotadas em seu interior. Entretanto, para alguns interpretes e ex-militantes, a experiência guerrilheira levada a cabo pelo partido, a chamada *Guerrilha do Araguaia*, teve mais

¹⁷⁴ *Ibidem*, p. 54.

¹⁷⁵ *Ibidem*.

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 55.

¹⁷⁷ In: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Guerra popular – caminho da luta armada no Brasil*, op. cit., p. 23-70.

semelhanças com o foquismo, tão combatido por sua direção, do que da *guerra popular prolongada*, então oficialmente defendida pelo núcleo dirigente.

A Guerrilha do Araguaia: uma experiência foquista?

A adoção da estratégia de luta armada por parte do PC do B não se deu de forma tão simples como quer certa bibliografia. Tivemos a oportunidade de demonstrar em outra pesquisa¹⁷⁸ que, diferente do que se costuma salientar, o partido não surge defendendo o uso da violência revolucionária, nem muito menos da luta armada propriamente dita, como caminho privilegiado e sua atuação política. Essa perspectiva, adotada no decorrer dos anos sessenta, e incorporada de forma sistemática ao discurso partidário, foi aceita pouco criticamente por alguns estudiosos.

Como o restante das esquerdas brasileiras, o PC do B se viu aturdido pelos acontecimentos de abril. Em agosto de 1964 lança o documento *O golpe de 1964 e seus ensinamentos*¹⁷⁹, no qual faz uma análise do significado do golpe e das conseqüências para o país e, pela primeira vez, afirma que a luta armada deve nortear o “pensamento e a ação de todos os verdadeiros revolucionários”, ainda que não insista sobre o tema. Entretanto, diante da grandeza dos problemas a enfrentar, não consegue traçar uma nova tática para o período pós-golpe, o que só viria a ser feito em sua VI Conferência, realizada em junho de 1966, através do documento *União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista*.¹⁸⁰ No que se refere ao uso da violência, a resolução da VI Conferência enfatiza a necessidade do uso da luta armada, e que esta assumiria a forma de *guerra popular prolongada*.

A opção explícita pela guerra popular prolongada só aparentemente resolve o problema da definição estratégica para o período. Como bem aponta Jacob Gorender, na primeira parte do documento expõe-se que, apesar da ditadura militar, persistiam oportunidades de atuação legal e de movimentos de massa. Nesse caminho, propõe a luta por um governo democrático, representativo de todas as forças patrióticas, e a convocação de uma Assembléia Constituinte livremente eleita. Na conclusão de Gorender, “embora se

¹⁷⁸ SALES (2001)

¹⁷⁹ In: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL A política revolu (1974a: p. 45-84).

¹⁸⁰ *Ibidem*, p. 101-175.

fale em *derrubar* a ditadura militar, é inequívoco o caráter eleitoral da saída apontada”.¹⁸¹ Da perspectiva de eleições democrático-burguesas, a resolução passa, sem mediações, a proposta da guerra popular prolongada. A essa verdadeira “justaposição de táticas diametralmente opostas”, o autor chama de “dualismo tático-estratégico”, que só seria rompido com o lançamento, em janeiro de 1969, da resolução intitulada *Guerra Popular-Caminho da luta armada no Brasil*.¹⁸²

De fato, o documento de 1969 dá um passo adiante na adoção da tática da guerra popular prolongada, e antecede em quatro anos a eclosão da Guerrilha do Araguaia. Com ele, o partido pretende revolucionar suas fileiras e chamar a atenção para necessidade de se voltar para a preparação da luta armada contra a ditadura militar, dissipando qualquer dúvida sobre sua adesão a proposta de guerra popular prolongada.¹⁸³ Em resumo, afirma o PC do B que o caminho da luta armada apresenta os seguintes aspectos básicos:

“será uma guerra de cunho popular, travar-se-á fundamentalmente no interior e mobilizará a grandes massas camponesas, será prolongada, deverá apoiar-se em recursos do próprio país, empregará o método de guerrilha o método da guerrilha em grande escala, forjará o exército popular, estabelecerá bases de apoio no campo. Terá que se orientar, durante muito tempo, pelos princípios da defensiva estratégica e deverá guiar-se por uma política correta.”¹⁸⁴

¹⁸¹ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1998, p. 118.

¹⁸² *Ibidem*, p. 117-118. A respeito do documento da VI Conferência, outro autor, Wladimir Pomar, afirma que ele refletia divergências mais profundas que existiam no interior do partido a respeito da tática para o período. De um lado, havia os que criticavam a morosidade da implementação da luta armada; de outro lado, estavam aqueles que, influenciados pelas idéias chinesas, preocupavam-se primeiro em criar bases de massas como alicerces para o trabalho militar. A estratégia de luta armada do PC do B teria se definido a partir da simbiose entre essas duas teses, ainda que nem sempre fossem explicitadas claramente nos documentos. POMAR, Wladimir. *O partido e a guerrilha*. São Paulo: Brasil Debates, 1980, p. 13.

¹⁸³ Ainda neste documento, segundo Wladimir Pomar, persistiria contradições envolvendo a relação entre a luta no campo e as lutas de massa nas cidades, revelando dúvidas que ainda pairavam internamente sobre a estratégia partidária no período. *Ibidem*, p. 23).

¹⁸⁴ Guerra popular – caminho da luta armada no Brasil, op. cit., p. 132. Mais uma vez, como se tornara praxe no decorrer da segunda metade dos anos sessenta, o PC do B aproveita o documento para criticar o “foquismo”, afirmando, entre outras coisas, que: “a concepção do foco nega a necessidade do Partido, contrapõe a guerrilha ao Partido e defende que o grupo armado é a vanguarda política da revolução. É pois, grandemente nociva. Sem a existência de um partido revolucionário que prepare e dirija em todos os terrenos, e em âmbito nacional, a luta armada, é impossível alcançar a vitória” e ainda “a teoria do foco conduz à renúncia do trabalho entre as massas e não confia na capacidade destas de assimilar as idéias revolucionárias e de lançar-se à luta. Por isso a guerrilha baseada no foco é alheia às massas. O foquismo é uma com concepção puramente militar da revolução”. (p. 138).

Foi com essa idéia na cabeça que, em abril de 1972, o PC do B se viu em luta contra o Exército brasileiro na região do Araguaia.¹⁸⁵ Somente neste momento o conjunto partidário pôde saber como havia sido montada a guerrilha. A hora, no entanto, não era para discussões, afinal, independente das divergências sobre qual a melhor forma de se estruturar o projeto de luta armada, algumas dezenas de militantes estavam lutando contra a ditadura militar e enquanto durou a batalha aplacaram-se as divergências e todo o partido voltou-se para apoiar os militantes que estavam em contenda.

O combate parece ter tido início por causa de informações prestadas por uma militante. De qualquer forma, naquele momento faltavam poucos membros para completar o número que o partido achava ideal, e, assim, iniciar as ações armadas. Quando se inicia a guerrilha havia na região 69 militantes, divididos em três destacamentos sob os comandos de João Borges Ferreira, Osvaldo Orlando da Costa e Paulo Mendes Rodrigues. No comando geral estava a Comissão Militar, composta por Maurício Grabois, Angelo Arroyo, João Carlos Haas Sobrinho, Gilberto Olímpio e Líbero Giancarlo Castiglia.¹⁸⁶

Iniciada a batalha, descortinava-se o projeto de preparação do Araguaia: a escolha do local se deu basicamente pelas condições físicas e geográficas, longe de qualquer grande centro urbano ou demográfico; a preparação absolutamente sigilosa do projeto, feito à base de uma preparação estritamente militar, em que o trabalho político não tinha espaço nem mesmo entre os moradores da região. Somente quando foram descobertos, redigiram um programa - *União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo* - e o distribuíram entre a população local. De uma hora para a outra o partido pedia à população que pegasse em armas contra o exército, que mandara centenas de homens para o local. O programa, claro, não conseguiu o objetivo de agregar a população e dar início à guerra

¹⁸⁵ Não é nossa intenção nos deter na história da guerrilha do Araguaia propriamente dita. Pretendemos apenas discutir a forma como ela foi implementada, para tratarmos da interpretação de que ela tenha sido uma experiência foquista. Para informações específicas sobre o assunto, ver: POMAR, Wladimir. *O partido e a guerrilha*. São Paulo: Brasil Debates, 1980; PORTELA, Fernando. *A Guerra de guerrilhas no Brasil*. São Paulo: Global, 1979; DÓRIA, Palmério et al. *A guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978; CAMPOS FILHOS, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia. A esquerda em armas*. Goiânia: Edit. da UFG, 1997 e PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1996. Foi ainda publicado o diário dos guerrilheiros: MOURA, Clovis. *Diário da guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. Por fim, temos o relato, em forma de memórias, de um dos participantes (SÁ, Glênio. *Relato de um Guerrilheiro*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990.) e uma versão romaneada dos acontecimentos: CABRAL, Pedro. *Xambioá - Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Record, 1993.

¹⁸⁶ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas, op. cit.*

popular prolongada. Para piorar a situação, a censura conseguiu isolar a guerrilha do resto do país. Com uma ou outra exceção, os meios de comunicação nada disseram sobre os acontecimentos do Araguaia. Os guerrilheiros ficaram isolados até sua completa aniquilação. Além disso, após a eclosão da guerrilha, o partido foi implacavelmente cassado nas cidades pela repressão e logo seria atingido e quase desmantelado, o que dificultava mais ainda o apoio de que a guerrilha precisava. Exemplo dessa perseguição foi o fato de que, entre 1972 e 1973, foram mortos quatro membros do seu C. C.: Carlos Danielli, Lincoln Oest, Luís Guilhardini e Lincoln Bicalho Roque.

Apesar de todos os percalços, os guerrilheiros conseguiram resistir por aproximadamente dois anos ao cerco imposto pelo exército, que precisou de três campanhas até conseguir eliminar todos os militantes. A última teve início em outubro de 1973 e, entre janeiro e março de 1974, conseguiria destruir o núcleo guerrilheiro. O resultado final foi de cerca de 76 mortos, sendo 59 militantes do partido e 17 recrutados na região.¹⁸⁷

Da morte dos guerrilheiros até o momento em que o partido admitiu que os combatentes do Araguaia tinham tombado, haveria ainda um longo percurso. Seja pelo duro impacto da derrota, ou pelas dúvidas a respeito do que realmente havia acontecido com os militantes - se haviam sido presos ou mortos -, somente em abril de 1976 a direção do partido admitiu publicamente um “temporário” retrocesso na guerrilha.¹⁸⁸

Consumada a derrota, abriu-se uma longa e desgastante discussão no interior do PC do B sobre a experiência do Araguaia. Entre as posições em debate ressaltavam-se a de Angel Arroyo, sobrevivente da guerrilha, de que apesar dos erros, o balanço político era altamente positivo. De outro lado, Pedro Pomar argumentava que teria sido uma derrota estratégica, política e militar. As divergências, entretanto, não tiveram seu curso normal. Uma reunião realizada em dezembro de 1976, que tinha em pauta exatamente a guerrilha do Araguaia, foi interceptada pela polícia, que assassinou três de seus participantes: Pedro Pomar, Ângelo Arroio e João Batista Franco Drummond.¹⁸⁹

¹⁸⁷ *Ibidem*, p. 238.

¹⁸⁸ Invencível bandeira de luta C. O. abril de 1976.

¹⁸⁹ Estamos reduzindo para os propósitos deste capítulo uma ampla discussão que se deu no interior do PC do B sobre a Guerrilha do Araguaia. Para o aprofundamento no tema, ver a bibliografia que citamos acima, particularmente o livro de POMAR, Wladimir. *O partido e a guerrilha, op. cit.*

A partir desse momento, o PC do B ficou praticamente desarticulado até pelo menos 1980.¹⁹⁰ Nesse ínterim, o C. C. se reorganizou no exterior em torno de nome de João Amazonas. A discussão que havia sido iniciada na reunião da Lapa não teve continuidade e a nova direção, cujo maior expoente passou a ser Amazonas, elegeu o documento "Gloriosa jornada de lutas" como versão oficial do partido sobre o assunto.¹⁹¹ Em meados de 1979, o partido realizou sua VII Conferência, e, nela, o documento foi definitivamente aprovado como a versão do PC do B sobre a guerrilha do Araguaia. Apesar disso, na realidade, a questão não se resolvera efetivamente. Muitos militantes não aceitaram a decisão da Conferência - como em outras ocasiões, houve divergências quanto aos métodos utilizados em sua realização - e continuaram a discutir a problemática do Araguaia. Nessas discussões, após a Conferência, muitos foram expulsos - outros se afastaram. Alguns foram para o Partido dos Trabalhadores e outros chegaram a criar o Partido Revolucionário Comunista, que teve, porém, vida efêmera.¹⁹²

Feito esse apanhado da experiência guerrilheira levada a cabo pelo partido, e do debate suscitado em suas fileiras após a sua derrota, cabe perguntar – de forma certamente polêmica, uma vez que a resposta dos protagonistas é negativa – se o tipo de ação travada na região do Araguaia pode ser considerada foquista? Para Jacob Gorender, importante intérprete da luta armada no Brasil, o paradoxal foi que a guerrilha, que fora planejada como *guerra popular prolongada*, segundo modelo maoísta, reproduzisse, no essencial, a tática do foquismo castro-guevarista. Ou seja, “nenhum trabalho político prévio, início da luta por núcleo guerrilheiro com autonomia de comando etc”¹⁹³. Já para Marcelo Ridenti, pelos próprios argumentos de Pedro Pomar no debate interno sobre o problema, pode-se concluir que a política do PC do B “tinha muito em comum com as idéias foquistas”. Por exemplo, “a subordinação da ‘fator político’ ao ‘militar’” (...), a luta iniciada por um núcleo implantado de fora numa determinada área rural, sem ter desenvolvido um trabalho político prévio (embora tivesse uma convivência assistencial e de vizinhança com a população local); a proposta de incorporação das massas só num segundo momento da luta; o campo

¹⁹⁰ GORENDER, Jacob, op. cit.

¹⁹¹ POMAR, Wladimir. *O partido e a guerrilha*, op. cit., p. 56.

¹⁹² GORENDER, Jacob, op. cit. p. 241; GARCIA, Marco Aurélio. PC do B: os impasses dos anos 70. *Em tempo*, São Paulo, novembro de 1979 e OLIVEIRA, Elvira de. “Uma ‘gloriosa jornada de lutas’?” *Em tempo*, São Paulo, novembro de 1979.

¹⁹³ GORENDER, Jacob, op. cit., p. 240.

como local privilegiado para deflagrar a revolução, em detrimento da organização nas cidades etc”, poderiam atestar a proximidade das idéias foquistas.¹⁹⁴

Sem nos alongar na discussão, vale lembrar que se atentarmos para o próprio documento *Guerra popular – caminho da luta armada no Brasil*, em que o partido define o seu projeto de luta armada, podemos perceber facilmente que o que ocorreu no Araguaia, se não foi uma prática foquista, não foi, tampouco, um luta inspirada na guerra popular. Por exemplo, na sua IV parte, intitulada “surgimento e desenvolvimento da guerra popular”, afirma o PC do B:

“o início da guerra popular não pode ser um ato voluntarista desta ou daquela corrente política. Na realidade, surge numa determinada situação em que se torna necessária a passagem da fase da luta de massas não-armada para a fase da luta armada de massas. Em tal situação, o trabalho consciente da vanguarda desempenha um papel muito importante, tanto no que respeita à indicação de um rumo acertado, como no referente à ação prática orientada no sentido da passagem de uma fase à outra. Nesta questão é sumamente falsa qualquer posição espontaneista.”¹⁹⁵

Ou ainda, no mesmo documento, a afirmação de que sendo esta uma tarefa de todo o povo, é uma tarefa de todo o partido: “não é trabalho exclusivo de alguns setores partidários ou, como pensa o inimigo, de alguns especialistas. Todos os membros do partido precisam atuar em função da guerra popular”.¹⁹⁶ Desnecessário insistir que a experiência guerrilheira no Araguaia se mostrou diferente, e mesmo contrária, a toda a teorização que havia sido feita pelo partido, que estava embasada na experiência chinesa.

Quando o exército chegou à região, entre outras contradições reveladas, iniciou-se o conflito sem que houvesse qualquer trabalho político com os moradores, a Comissão Militar mostrou-se autônoma em relação ao partido e, em fim, a guerrilha ficou isolada tanto da sociedade, quanto da direção partidária. A conclusão, ainda que contra todas as

¹⁹⁴ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993, p. 231. Em uma entrevista a Marcelo Ridenti, o ex-militante do PC do B, José Genuíno, afirma que a guerrilha do Araguaia foi uma mistura de guerra popular prolongada e foquismo. Outro ex-militante, Oséas Duarte, em entrevista ao autor desta tese, diz que foi um “foco clássico”. Ambas as entrevistas estão à disposição no AEL.

¹⁹⁵ Guerra popular – caminho da luta armada no Brasil, op. cit., p. 141. Ver, no mesmo sentido, a afirmação: “Mesmo que a situação esteja madura, impõe-se que os combatentes tenham forjado sólidos vínculos com as massas da região e saibam formular suas reivindicações, conheçam perfeitamente o terreno em que vão atuar e que este, por suas condições geográficas, seja favorável às forças revolucionárias e desfavorável às do inimigo. É necessário também que se tenham preparado física e moralmente para a luta”. (p. 142).

¹⁹⁶ *Ibidem*, p. 156.

avaliações feitas pelo PC do B, foi que o partido, que criticara o foquismo durante a segunda metade dos anos sessenta, acabou sendo responsável pela experiência que mais se aproximou da teoria foquista no Brasil. É importante lembrar que, embora muitos grupos da esquerda revolucionária fossem influenciados pelo ideário cubano, e almejassem iniciar o foco guerrilheiro no campo, acabaram sendo derrotados na fase de preparação deste plano enquanto se encontravam nas cidades. Somente o PC do B conseguiu levar um grupo de militantes para o campo e iniciar assim uma guerrilha rural. Os dois casos, porém, revelaram o mesmo desfecho, certamente por terem na origem elementos comuns.

A experiência do projeto de luta armada do PC do B, como dissemos anteriormente, foi acompanhada desde o seu início por muitas contradições, principalmente no que diz respeito ao conflito entre “massismo” e “militarismo” em sua política. O fato foi que por mais que o partido tentasse se afastar "teoricamente" da esquerda revolucionária estava inserido no mesmo universo de atuação política e não conseguiu manter-se imune à atração exercida por um aspecto tão marcante da Nova Esquerda: o voluntarismo político. Nesse caminho, ele, como de resto todos os grupos que pegaram em armas contra a ditadura, padeceu do desacerto da mesma avaliação política: que as condições objetivas estavam "maduras", faltando apenas desenvolver as condições "subjetivas", o que cabia justamente à vanguarda política. Com esse tipo de análise, acreditava que, iniciada a guerrilha rural, o povo se levantaria a seu lado, característica essa tão marcadamente foquista. A sociedade não entendeu o recado e todos foram massacrados pela ditadura, enquanto a maioria da população não sabia exatamente nem mesmo qual era o seu projeto político. No final, por mais que o partido se esforce em negar, a experiência do Araguaia fez parte do mesmo processo político que deu origem aos grupos que foram dizimados nas cidades. Mudou o cenário, mas o enredo e o final foram tragicamente os mesmos.

* * *

Ao concluir esta parte da tese dedicada ao relacionamento do PC do B com a revolução cubana, vale primeiramente salientar que a ligação do partido com o movimento comunista internacional foi muito mais complexa do que se pode costuma apontar nos

estudos existentes a seu respeito¹⁹⁷. Na maioria dos casos, ao se comentar a dimensão internacional da história partidária, se reduz a discussão as suas relações com o Partido Comunista Chinês. Certamente a influência do maoísmo sobre o PC do B foi importante, entretanto, como esperamos ter deixado claro, a discussão sobre a revolução cubana e o foquismo também se configurou em tema fundamental nas definições ideológicas do partido na segunda metade dos anos sessenta.

Nesse caminho, cabe lembrar que, inicialmente, a revolução cubana, sobretudo naqueles aspectos mais radicais, como o uso da luta armada e execução de uma reforma agrária radical, serviu de apoio às críticas ao “revisionismo” do PCB, com o qual o PC do B travava uma forte disputa ideológica no período que antecede o golpe. Em seguida, com a mudança na conjuntura brasileira, que levaria a uma grave crise na esquerda brasileira, há um rompimento do partido com os dirigentes cubanos, que então passavam a incentivar o surgimento de grupos guerrilheiros na América Latina, em detrimento da política dos partidos comunistas. Nesse momento, o PC do B fez a opção pela estratégia revolucionária de inspiração maoísta, que lhe permitia, entre outras coisas, dar uma resposta a sua militância e ao seu campo de interlocução no que diz respeito à adoção da luta armada, que no pós-golpe de 1964 se tornara verdadeiro divisor de águas entre “reformistas e “revolucionários”, mantendo, porém, a estrutura de um partido comunista tradicional.

Mesmo após a adoção teórica do modelo de *guerra popular prolongada*, o foquismo continuou a desempenhar papel relevante nas discussões do partido. Agora não como modelo de experiência revolucionária para a América Latina e o Brasil, mas como uma doutrina “revisionista” a ser combatida. Ainda mais quando, no avançar da segunda metade da década, as idéias de Che Guevara e Régis Debray atraíam simpatias entre suas próprias fileiras. A atração exercida pelo foquismo levou o PC do B a dedicar parte de seus esforços teóricos para criticá-lo aos olhos de seus militantes, em que foi razoavelmente bem sucedido, na medida em que manteve certa coesão interna em torno da idéia da guerra popular prolongada. O que não impediu, entretanto, que o partido sofresse duas cisões, em

¹⁹⁷ Sobre a história e historiografia do PC do B, ver SALES, Jean Rodrigues. *Partido Comunista do Brasil – PC do B: propostas teóricas e prática política (1962-1976)*. Dissertação de mestrado. Campinas,SP: UNICAMP, 2000.

1966, que deram origem ao PC do B-AV e ao PCR, ambos com claras influências foquistas.

Por fim, é interessante notar que as críticas públicas, tanto do PC do B quanto do PCB, à revolução cubana se deram em 1966, revelando que, em muitos aspectos, as diferenças entre os dois eram bem menores do que ambos gostariam. De fato, o rompimento público dos PCs brasileiros data do mesmo ano e teve em sua essência uma oposição à tentativa de expansão do modelo revolucionário cubana para a América Latina. Nesse sentido, essas divergências podem ser tomadas como exemplos, no caso brasileiro, da profunda crise aberta entre os PCs do continente relacionada à influência de Cuba, e ainda, de forma mais ampla, do questionamento prático que a experiência cubana representava para a ortodoxia comunista latino-americana.

Capítulo IV

Uma outra ortodoxia: o caso do Partido Comunista Francês.

O objetivo de se investigar a repercussão da revolução cubana no partido comunista francês é de buscar, por meio do uso da história comparada¹⁹⁸, trazer elementos que possam nos ajudar a compreender a problemática brasileira. Nesse caso, trata-se de verificar como um importante partido comunista europeu, inserido no MCI, aliado da URSS, mas com demandas políticas muito diferentes daquelas presentes na América Latina, reagiu às questões colocadas pela revolução cubana no debate do mundo comunista. E, nesse caminho, verificar as aproximações e diferenças que existiram em relação ao caso brasileiro. Acreditamos ainda que seja possível demonstrar, contra aqueles que querem explicar a história dos comunistas a partir de determinações internacionais, que as conjunturas nacionais desempenham um papel fundamental na forma dos partidos comunistas – europeus e latino-americanos – lidarem com o fenômeno cubano.

Um primeiro ponto a ser destacado, é o fato de a revolução cubana, ainda que tenha tido uma importância fundamental na história do comunismo no continente americano, aparecer no cenário do MCI como mais um elemento de complicação para união dos comunistas em nível internacional, que passavam então por um lento, mas irreversível processo de desestruturação.¹⁹⁹ Dessa forma, o objetivo principal era contornar os problemas causados pelo cisma sino-soviético e lutar pela unidade dos comunistas.

¹⁹⁸ Nos apoiamos aqui principalmente em um texto de Heinz-Gerhard Haupt, que ao comentar algumas possibilidades do uso da história compara afirma: “Em primeiro lugar, pode orientar a escolha das problemáticas e das diretrizes de uma pesquisa, e permitir uma melhor definição do campo de análise. Com efeito, os exemplos estrangeiros e as historiografias dos outros países podem ampliar o horizonte das problemáticas. Em segundo lugar, monografias históricas, quer sejam regionais ou nacionais, podem confrontar, numa introdução ou num capítulo final, a evolução particular com a de outros países, servindo-se da literatura secundária. Neste caso, podem testar o valor de explicações propostas e ser obrigadas a uma escritura mais analítica. Enfim, estudos partindo de uma problemática comum podem analisar estruturas, processos e mentalidades em duas ou mais sociedades, seja para acentuar diferenças, seja para encontrar analogias, de qualquer maneira, para ampliar a base documentária e propor uma interpretação das evoluções baseada no conhecimento de realidades sociais, econômicas e políticas diferentes.” HAUPT, Heinz Gerhard. O lento surgimento de uma história comparada. In: BOUTIER, J. e JULIA, D. (org.). *Passados recompostos: campos e conceitos da História*. Rio de Janeiro, Edit. UFRJ e FGV, 1998, p. 211.

¹⁹⁹ Discutimos na primeira parte desta tese tanto a importância da revolução cubana para a história do socialismo na América Latina, como as implicações de sua inserção dentro do MCI.

Do mesmo modo que em relação ao movimento comunista internacional, no caso do PCF, em um primeiro olhar, a revolução cubana parece não estar presente em seu debate político e ideológico, o que pode ser demonstrado a partir de quatro exemplos. Primeiro, uma conferência apresentada, em 1977, na escola central do partido, por um de seus dirigentes, Jean Canapa, intitulada *Le mouvement communiste international hier et aujourd'hui*; segundo, o livro de François Fejtö *The french communist party and the crisis of international communism*; terceiro, uma tese de doutorado em ciência política: *Le parti communiste français et le mouvement communiste international (depuis la dissolution de l'internationale)*. Como os títulos indicam, trata-se de textos que têm como tema às relações do partido comunista francês com o MCI de uma forma geral. De origens diferentes, os três têm em comum o fato de não fazerem referência à revolução cubana, nem em relação ao PCF, nem no que diz respeito à crise do movimento comunista internacional. Por fim, temos a bibliografia geral sobre a história do partido, que também não oferece qualquer destaque à problemática cubana no que concerne às preocupações do PCF no período.²⁰⁰

Como entender essa ausência da temática cubana na história das relações internacionais do PCF? É preciso considerar que, de um lado, os autores que citamos acima tratam da crise do MCI como uma temática que diz respeito aos partidos europeus, passando pela problemática do cisma sino-soviético. O comunismo latino-americano, nesse contexto, não é tomado como protagonista importante das discussões que abalavam o comunismo internacional nos anos sessenta. Além disso, não podemos esquecer que o partido partia de análises a respeito da revolução na América Latina que remontavam às formulações da IC.

De outro lado, como vimos acima, com a crise pela qual passava o MCI nos anos sessenta, o objetivo mais importante era assegurar, através das conferências dos partidos comunistas, a coesão do comunismo internacional, abalada desde o XX Congresso do PCUS. Nesse caminho, excetuando o incontornável problema com os chineses, o MCI

²⁰⁰ A bibliografia sobre a história do PCF é ampla e variada. Consultamos apenas alguns títulos que devem ser suficientes para os objetivos deste texto: COURTOIS, Stéphane et LAZAR, Marc. *Histoire du parti communiste français*. 2. éd. Paris: PUF, 2000; ROBRIEUX, Philippe. *Histoire intérieure du parti communiste*. Paris: Fayard, 1984. (vol. II); KRIEGEL, Annie. *Les communistes français dans leur premier demi-siècle, 1920-1970*. Paris: Ed. du Seuil, 1985 e BRUNET, Jean-Paul. *Histoire du parti communiste français: 1920-1982*. Paris: PUF, 1982.

evitava temas polêmicos, como as divergências dos partidos comunistas da América Latina em relação aos cubanos. O maior exemplo disso é conferência de Moscou de 1969. Mesmo depois da realização da reunião da OLAS em agosto de 1967, que marcou um claro rompimento dos cubanos com os princípios do marxismo-leninismo, o documento de Moscou²⁰¹ não faz comentário algum sobre a questão.

No caso do PCF, a nossa hipótese é que o partido tenha seguido essa mesma linha de atuação, uma vez que ele era um importante aliado dos soviéticos na defesa da centralização do MCI.²⁰² Nesse caminho, em um primeiro olhar, o partido parece deixar de lado os temas mais polêmicos que envolvem a revolução cubana e o comunismo latino-americano, o que ajuda a explicar a ausência da temática cubana na bibliografia que trata do PCF, bem como na própria história contada pelo partido²⁰³, quando tratam do assunto. Entretanto, não é tarefa fácil silenciar sobre um tema desta envergadura e, ao analisarmos os documentos partidários, percebemos que o PCF estava atento aos problemas que Cuba colocava para o comunismo em geral, e latino-americano em particular. Assim, mesmo sem o fazer de forma sistemática, é possível perceber o modo como o PCF encarava o socialismo na ilha de Fidel Castro.²⁰⁴

²⁰¹ Ver o documento final da conferência e as intervenções dos partidos comunistas em ZARADOV, K. (dir.). *Conférence internationale des partis communistes et ouvriers (Moscou 1969)*. Prague: Editions paix et socialisme, 1969.

²⁰² Ver a esse respeito MARCOU, Lilly. *L'Internationale après Staline*. Paris : Bernard Grasset, 1979; FEJTO, François. *The french communist party and the crisis of international communism*. Cambridge, Mas., MIT Press, 1967; LAVOU, Georges. *L'URSS et eux...(le parti communiste français et socialisme existant, 1964-1981)*. In: MARCOU, Lilly. *L'URSS vue de gauche*. Paris: PUF, 1982, p. 189-210 e WALLON-LEDUC, Christian-Marie. *Le parti communiste français et le mouvement communiste international (depuis la dissolution de l'internationale)*. Thèse de doctorat d'Etat; science politique, Lille II, 1978. Sobre o posicionamento do PCF em relação às divergências que envolvem a China, ver ainda PARTI COMMUNISTE FRANÇAIS. *Problèmes du mouvement communiste international: documents*. Paris: Ed. du Parti Communiste Français, 1963 e Charles Haroche. *Confondre et combattre les scissionnistes chinois*. *France nouvelle* (8/4/1964).

²⁰³ Estamos nos referindo, por exemplo, à conferência de Jean Kanapa citada acima. Vale lembrar que Kanapa era um dos responsáveis pelas questões internacionais do PCF, e que ele esteve em Cuba por alguns meses em 1966, podendo assim presenciar as discussões que giravam em torno da revolução cubana. Ainda assim, no momento em que ele apresenta uma história do movimento comunista internacional, não se refere em nenhum momento seja à revolução cubana, seja à crise pela qual passaram os partidos comunistas latino-americanos nos anos sessenta.

²⁰⁴ Para discutir as análises feitas pelo PCF em relação a revolução cubana, consultamos artigos publicados em diferentes periódicos do partido entre 1959 e 1969: *Les cahiers du communisme*, uma revista teórica, voltada, entre outras coisas, para a formação política dos militantes; *La nouvelle revue internationale*, revista publicada em Praga que trata de temas que envolvem o comunismo internacional; *France nouvelle*, jornal semanal do partido e, para alguns eventos, *L'humanité*, jornal diário do PCF.

Quanto aos temas a serem discutidos, deixaremos de lado as longas descrições sobre as conquistas da revolução cubana no plano econômico, político e social, ou as declarações de apoio contra as tentativas de invasão da ilha por parte dos Estados Unidos, que foram apresentadas em inúmeras ocasiões pela imprensa do PCF. Nos deteremos em alguns pontos que julgamos importantes para o entendimento do posicionamento do partido sobre o significado da revolução cubana para o movimento comunista internacional. Ou seja, a discussão deve girar em torno da análise feita pelo Partido Comunista Francês a respeito da singularidade do processo revolucionário cubano e suas conseqüências para a teoria e a prática dos partidos comunistas na América Latina e no mundo.

A definição do caráter da revolução cubana e a defesa do marxismo-leninismo.

Uma primeira questão que se impunha era a definição do caráter da revolução cubana e das forças sociais que foram responsáveis pela sua realização. Algo que poderia parecer relativamente simples, se torna bastante complexo quando os comunistas utilizam um arsenal teórico cuja origem estava nas formulações da IC para analisar um movimento revolucionário liderado por setores da classe média, através de uma guerra de guerrilhas, sem a liderança de um partido comunista.²⁰⁵ Nesse caminho, as primeiras definições apresentadas pelo Partido Socialista Popular (PSP) afirmariam, de maneira bastante contraditória, que a revolução cubana não corresponderia a nenhum esquema clássico, mas “ela confirmaria de forma irrefutável a validade e o acerto das teses fundamentais do marxismo-leninismo”.²⁰⁶

O problema da caracterização era imprescindível na medida em que, de um lado, setores anticomunistas diziam que a revolução em Cuba teria sido claramente comunista, usando este argumento para criticar o governo de Fidel Castro; de outro lado, havia os que eram simpáticos ao movimento 26 de julho, mas que não pertenciam aos PCs, afirmando que o que se passara em Cuba teria sido algo “original e único em seu gênero”,

²⁰⁵ Não estamos endossando aqui o mito de que a revolução cubana tenha sido feita unicamente pelo Movimento 26 de julho, ressaltamos apenas que, de qualquer maneira, esta revolução fugia aos esquemas tradicionais elaborados pelos partidos comunistas. Para uma análise que discute criticamente o mito da Sierra Maestra e se dedica a mostrar o papel das organizações de massa nas cidades durante o processo revolucionário, ver: BAMBIRRA, Vânia. *A revolução cubana: uma reinterpretação*. Coimbra: Centelha, 1975.

²⁰⁶ OÙ en est la révolution cubaine? *La nouvelle revue internationale*. n. 6, juin 1960, p. 137.

fugindo a toda teorização praticada até aquele momento pelos comunistas, o que não deixava de ser uma crítica implícita ao marxismo-leninismo.²⁰⁷ Para tentar por fim a discussão, Blas Roca, secretário geral do PSP, afirmaria que a revolução cubana seria “patriótica e democrática, (...) de liberação nacional, agrária, popular e progressista”²⁰⁸

Esse tipo de interpretação, que era largamente discutida na América Latina, também teve seus ecos na Europa. O PCF se posicionou sobre a questão para responder a artigos publicados nos jornais *Le Figaro* e *Le Monde*, os quais afirmavam que o movimento de Fidel Castro teria sido “camponês, burguês e intelectual”, e no qual os operários não haveriam desempenhado nenhum papel, e que tampouco os comunistas tinham tido alguma importância nos acontecimentos. Contra-pondo-se a essas críticas, o PCF afirmaria que a luta contra Batista teria sido feita pelos “comunistas, pelos sindicalistas, que no mesmo país, na clandestinidade e freqüentemente na prisão, organizaram a luta de massas e desencadearam, no campo e nas cidades, as ondas de greves que prepararam a vitória da guerrilha”.²⁰⁹

A preocupação com a definição do caráter da revolução cubana mostrava-se diretamente ligada à defesa do marxismo-leninismo, que estava sendo colocado em xeque na América Latina. Para muitos, o processo revolucionário cubano era a própria negação de pilares fundamentais dessa teoria, como o da necessidade do papel dirigente da classe operária e da presença de um partido comunista. Questões como essas teriam aparecido na França, por exemplo, através de afirmações da imprensa de que a revolução cubana teria acontecido de forma espontânea, pragmática e sem uma teoria revolucionária “científica”, sem o papel dirigente da classe operária e sem partido comunista. Esse tipo de interpretação certamente preocupava o PCF e o levou a aprofundar o seu interesse pelo caso cubano. Ainda mais quando inúmeros intelectuais franceses, entre os quais Jean-Paul Sartre, foram atraídos por essa “nova forma” de revolução, que se afastava do, segundo

²⁰⁷ Blas Roca. Le VIII Congrès national du parti socialiste populaire de Cuba. *La nouvelle revue internationale*. n. 11, novembre 1960, p. 86. A tradução de todos os textos em francês foi feita pelo autor.

²⁰⁸ *Ibidem*.

²⁰⁹ Les communistes et la révolution de Fidel Castro. *France nouvelle*. (29/1/1959). Ainda sobre o papel do movimento operário na revolução cubana, ver : Achille Finzi. Les perspectives de la révolution cubaine. *Les cahiers du communisme*. n. 1 et 2, janvier-février de 1959, p. 94-95.

eles, autoritário socialismo soviético²¹⁰. Ainda sobre as influências de Cuba na França, as idéias suscitadas pela revolução cubana seriam uma das referências do grupo dirigente da União dos estudantes comunistas, que entraria em choque com a direção do partido na segunda metade dos anos sessenta.²¹¹

O PCF procurou responder a essas questões a partir da publicação de um artigo de Roger Garaudy em *Les cahiers du communismo*. Para o autor, a questão principal é saber se a revolução cubana contradiz ou confirma a tese anunciada na Declaração dos 81 partidos comunistas e operários de 1960, segundo a qual:

“a experiência da União Soviética e de outros países socialistas mostrou plenamente o acerto da tese marxista-leninista segundo a qual o desenvolvimento da revolução socialista e a edificação do socialismo obedecem a um certo número de leis essenciais, próprias a todos os países que se engajam na via do socialismo. Essas leis se manifestam em todo lugar, o que não exclui uma grande diversidade nas particularidades e tradições nacionais, que são produtos da história e as quais é necessário absolutamente ter em conta”.²¹²

Após fazer uma análise do processo revolucionário cubano, o autor conclui que nada exemplificaria melhor do que a revolução cubana as leis de passagem do capitalismo ao socialismo, tais como elas foram formuladas pelo movimento operário internacional.²¹³ No mesmo sentido, Jacques Duclos afirmaria que para aqueles que tentaram ver em Cuba o exemplo da falência do marxismo-leninismo enquanto teoria revolucionária, os fatos teriam mostrado que somente através dessa teoria é que se pôde instaurar o socialismo na ilha de Fidel Castro. E ainda, que seja qual for o ponto de partida de um movimento antiimperialista, ele não pode chegar aos seus fins “sem se inspirar e aderir plenamente à

²¹⁰ Sobre as relações dos intelectuais franceses com a revolução cubana, ver: VERDES-LEROUX, Jeannine. *La lune et le caudillo. Le rêve des intellectuelles et régime cubain (1959-1971)*. Paris: Gallimard, 1989. Ainda sobre o tema, mais especificamente sobre viagens de intelectuais franceses a Cuba, ver: HOURMANT, François. *Au pays de l'avenir radieux. Voyages des intellectuels français en URSS, à Cuba et en Chine populaire*. Paris: Aubier, 2000.

²¹¹ A respeito da crise da união dos estudantes comunistas, ver: DREYFUS, Michel. *PCF, crises et dissidences. De 1920 à nos jours*. Paris: Editions Complexe, 1990.

²¹² Roger Garaudy. La classe ouvrière, le parti et l'Etat dans la révolution cubaine. *Les cahiers du communisme*. n. 6, juin 1962, p. 66.

²¹³ *Ibidem*, p. 82.

doutrina do marxismo-leninismo, que é a base das grandes mudanças que caracterizam nosso século”.²¹⁴

A revolução cubana como exemplo para a América Latina.

A revolução cubana, tomada então por prova da validade do marxismo-leninismo e da política traçada pelo movimento comunista internacional, vai ser apontada pelo PCF como um exemplo para a América Latina. Primeiro, no que diz respeito à luta travada contra o imperialismo norte-americano, os cubanos teriam mostrado que era possível fazer uma revolução e conquistar a sua independência nacional, mesmo que há poucas milhas dos EUA. Cuba seria, assim, “um farol que ilumina o caminho por onde deviam passar (...) os países da América Latina.”²¹⁵ Mais ainda, dentro da história dos movimentos revolucionários, a experiência cubana, afirmaria um artigo de *nouvelle revue internationale*, “mostra que (...) a revolução pode (...) se desenvolver a um ritmo rápido e passar dos objetivos agrários e antiimperialistas aos objetivos socialistas sem a necessidade de ficar durante um longo período no estágio democrático-burguês”.²¹⁶

Para o PCF, por todas essas características, a revolução cubana suscitara nos países do continente a pergunta “por que não nós?” Se Cuba, dadas as suas dimensões e localização geográfica, fora capaz de fazer uma revolução democrática e chegar rapidamente ao socialismo, por que os outros países não poderiam fazer o mesmo? E se era verdade que os povos da América Latina haviam levado a cabo muitas lutas contra a

²¹⁴Jacques Duclos. *Eveil aux Amériques. France nouvelle.* (19/9/1962). Este artigo, na verdade, é o prefácio escrito por Jacques Duclos para um livro intitulado *Eveil aux Amériques – Cuba*, o qual reúne textos sobre a revolução cubana, a maior parte já publicados na imprensa do partido.

²¹⁵ Raul Calas. *L’Amérique latine secoue ses chaînes. France nouvelle.* 12/09/1962. Ainda sobre a idéia de que Cuba era um exemplo teórico e prático para a América Latina, ver: Marcel Veyrier. *Punta del Este: L’impérialisme sur la sellette. Les cahiers du communisme.* n. 3, mars 1962; Vadim Zagladine. *La défaite de la contre-révolution a Cuba et ses leçons. La nouvelle revue internationale.* n. 6, juin 1961; Georges Fournial. *La fin d’une époque. France nouvelle.* 20/7/1960 e Georges Fournial. *J’étais parmi un million d’hommes à La Havane. France nouvelle.* 14/2/1962.

²¹⁶ Blas Roca. *Nouvelle étape da la révolution cubaine. La nouvelle revue internationale.* n. 10, octobre 1961.

opressão imperialista, fora a revolução cubana que as fez ainda mais numerosas, elevando a sua combatividade e favorecendo a “união das forças operárias no continente”.²¹⁷

Essa interpretação do significado da revolução cubana para a América Latina, na qual ela aparece como a confirmação da validade do marxismo-leninismo, não era a única a circular nos anos sessenta. Pelo contrário, uma parte importante da esquerda no continente fazia uma análise bastante diferente. De uma maneira geral, para muitos setores, o que havia se passado em Cuba mostrava que era possível fazer uma revolução sem a presença de um partido comunista de tipo leninista, que ela poderia ser imediatamente socialista e que, principalmente, a guerra de guerrilhas era o caminho mais adequado para se fazer a revolução na América Latina. Por fim, havia uma crítica explícita ao Partido Popular Socialista, que teria se oposto ao movimento de Fidel Castro até o último momento.²¹⁸ O PCF diria que essas interpretações contrárias ao marxismo-leninismo viriam de “grupúsculos esquerdistas da América Latina e alhures”, que

“tentam, com uma remarcável irresponsabilidade, tirar do exemplo cubano ensinamentos aventureiros, e que se lançariam com prazer em guerrilhas desesperadas e que veriam o massacre de jovens impacientes, sem condições necessárias de apoio das lutas populares de massa.”²¹⁹

Diferentemente do que afirma o PCF, os setores da esquerda, sobretudo latino-americana, que criticavam a política dos partidos comunistas, não podem ser considerados como simples “grupúsculos”. Em seu conjunto, eles levaram os PCs da América Latina a uma grave crise política, e foram responsáveis por diversos movimentos guerrilheiros que sacudiram o continente no decorrer dos anos sessenta.²²⁰ As divergências entre a esquerda revolucionária e os partidos comunistas, bem como o próprio posicionamento crítico de Cuba frente ao movimento comunista internacional, vão aparecer de forma irremediável no transcorrer da reunião Tricontinental, em janeiro de 1966 e, sobretudo, do encontro da organização latino-americana de solidariedade, realizado em agosto de 1967.

²¹⁷ Raoul Calas. La révolution cubaine et les luttes libératrices des peuples de l'Amérique Latine. *Les cahiers du communisme*. n. 10, octobre 1962.

²¹⁸ Para um panorama geral das esquerdas na América Latina nos anos sessenta, ver: CASTAÑEDA, Jorge, op. cit. e LÖWY, Michael, op. cit.

²¹⁹ Georges Fournial. Cette révolution qui étonne et passionne. *France nouvelle*. 30/5/1962.

²²⁰ Sobre as guerrilhas que surgiram na América Latina, influenciadas pelo exemplo cubano, ver: VAYSSIÈRE, Pierre. *L'Amérique latine de 1890 à nos jours*. 2. ed. Paris: Hachette, 1999, p. 127-185.

A Tricontinental e as divergências do MCI.

A “Conferência Tricontinental: Ásia, África e América latina” tinha como objetivo discutir os problemas comuns aos países do Terceiro mundo e coordenar as lutas contra o imperialismo em nível mundial. A escolha do local mostra a importância de Cuba nos anos sessenta como símbolo das lutas contra o imperialismo norte-americano e como primeiro “território livre da América”. Dela participaram cerca de 27 países, com centenas de delegados, além de outros convidados, como os representantes dos partidos comunistas de todo o mundo. Por essas características, ainda que não estivesse entre seus objetivos, a reunião acabou se tornando palco das divergências que tomavam conta do movimento comunista internacional.

Um desses problemas, como vimos acima, era o da coesão do MCI de uma forma geral, e dos partidos latino-americanos em particular. O PCF já havia se pronunciado sobre a questão em diversos momentos. Por exemplo, em maio de 1963, por ocasião de uma viagem de Fidel Castro à União Soviética, o correspondente do partido em Moscou afirmou que o resultado mais importante da viagem teria sido o de dissipar qualquer dúvida sobre as relações fraternas entre Cuba e os soviéticos e, ao mesmo tempo, forneceu “elementos de solução para um dos mais importantes problemas de nossa época: o da unidade do movimento comunista internacional”.²²¹ Do mesmo modo, ao comentar a conferência dos partidos comunistas da América Latina, realizada em dezembro de 1964, em Cuba, a ênfase recaía sobre a problemática da unidade das forças populares no continente.²²²

Durante a Tricontinental, a questão da coesão voltaria ao centro da discussão. Sobretudo a partir da posição de setores que reclamavam uma resolução que afirmasse a luta armada como via para a revolução nos países do Terceiro Mundo e que criticavam a política de coexistência pacífica adotada pelo MCI, a qual estaria travando as lutas de libertação nacional. Segundo o PCF, esse posicionamento não tivera maior ressonância na

²²¹Jean Cathala. Cuba et l’unité. *France nouvelle*. 29/5/1963.

²²²Pour l’unité des partis communistes. *La nouvelle revue internationale*. n. 3, mars 1965, p. 161-165.

conferência graças “aos esforços da delegação de cuba, à posição unitária da delegação soviética e de outros representantes.”²²³ Os membros do partido francês destacariam as resoluções que defendiam a liberdade de cada país buscar o seu caminho revolucionário a partir de sua própria luta, uma vez que, como dissera Fidel Castro em seu discurso de encerramento, “somente cada povo pode encontrá-lo”.²²⁴

Para Léon Feix, membro do Comitê Central do PCF, e participante da conferência, o problema da unidade esteve diretamente relacionado à atuação da delegação do Partido Comunista Chinês, que teria usado a tribuna para atacar a União Soviética e a política de coexistência pacífica adotada pelo MCI, o que teria sido plenamente rejeitado pela maioria dos delegados presentes.²²⁵ Vale lembrar que não era a primeira vez que o PCF denunciava as práticas “cisionistas” dos chineses. Desde que se tornaram públicas as divergências do PCCh com o PCUS, o partido francês esteve ao lado dos soviéticos em defesa das resoluções do MCI.²²⁶

Interpretação diferente teve outro membro do PCF, que veria nos problemas colocados na Tricontinental mais do que uma simples política cisionista chinesa. Jean Kanapa, que chegou em Cuba quatro meses depois da realização da Tricontinental, com a missão de abrir um escritório do jornal *L'Humanité*, em carta enviada a Waldek Rochet, afirmaria que a linha geral da conferência era contrária à política do movimento comunista, problema ao qual o PCF deveria estar atento. Na mesma carta, Kanapa descreveu ao Secretário Geral do partido o clima que pairava em Cuba após a Tricontinental. Ele se inquietava, sobretudo com a pretensão cubana de institucionalizar uma teorização da luta contra o imperialismo, na qual ela estaria no centro, ocupando assim um espaço que

²²³ J. M. Fortuni, A. Delgado, M. Saliby. La conférence tricontinentale. *La nouvelle revue internationale*. n. 3, mars 1966, p. 109. Ver ainda: José Manuel Fortuni. La conférence des trois continents. *La nouvelle revue internationale*. n. 1, janvier 1966, p. 165-168 e Georges Fournial. La Havana, capitale des trois continents. *France nouvelle*. 5/1/1966.

²²⁴ Georges Fournial. Sur la conférence de La Havane. *Les cahiers du communisme*. n. 2, février 1966, p. 87.

²²⁵ Georges Girard. J'étais à La Havane - interview avec Léon Feix. *France nouvelle*. 2/2/1966.

²²⁶ Ver, por exemplo, Partido Comunista Francês, 1963 e Charles Haroche. Confondre et combattre les scissionnistes chinois. *France nouvelle*. 8/4/1964. Ver ainda: Fidel Castro dénonce les procédés chinois. *France nouvelle*. 23/2/1966.

pertencia ao MCI. Junto com isso, haveria ainda a teoria da necessidade da luta armada no continente, sobre a qual a presença de Régis Debray em Cuba no período, inclusive fazendo críticas à política do PCF, era um símbolo. Jean Kanapa termina a carta afirmando a Waldeck Rochet que era urgente que se fizesse uma crítica na imprensa partidária contra as teses defendidas por Debray.²²⁷

A OLAS e a luta armada.

O ano de 1967 mostrou-se particularmente difícil para as relações entre Cuba e o movimento comunista. Em janeiro, foi publicado, com o financiamento do governo cubano, o livro de Régis Debray *Revolução na revolução*. O autor, a partir de longas conversações com Fidel Castro, apresenta o que seria, ao mesmo tempo, uma interpretação do processo revolucionário cubano e uma proposta inovadora de estratégia para a revolução latino-americana, na qual a necessidade da luta armada era tomada como imperativo absoluto, cabendo apenas se discutir os métodos para a sua efetivação. Para Jacques Levesque, a publicação deste livro representou uma “teorização” de divergências cubanas em relação movimento comunista no continente, que até aquele momento tinham aparecido de forma esparsa.²²⁸ Como se sabe, o livro de Debray logo seria utilizado no continente por grupos que cindiam os partidos comunistas, ou que já surgiam em oposição à tradição marxista-leninista. O ponto culminante das diferenças se deu durante o encontro da OLAS.

Foi na reunião da OLAS, que pode ser tomada como a “institucionalização” do ponto de vista cubano sobre a estratégia revolucionária para o continente²²⁹, e que as grandes divergências do movimento revolucionário do continente viriam à tona. O próprio Fidel Castro daria o tom ao afirmar que a conferência colocava problemas que estariam na base do debate ideológico “entre os que querem fazer a revolução e os que não querem, entre os que a querem fazer e os que a querem frear”.²³⁰

²²⁷ STREIFF, Gérard. *Jean Kanapa, 1921-1978. Une singulière histoire du PCF*. Paris: L’Harmattan, 2001, tome 1, p. 413-414.

²²⁸ LEVESQUE, Jacques. *L’URSS et la révolution cubaine*. Paris: Presses de la Fondation nationale des sciences politiques; Montréal: Presses de l’Université de Montréal, 1976, p. 147-154.

²²⁹ *Ibidem*.

²³⁰ *Ibidem*, p. 154.

Sobre os problemas relacionados a OLAS, a imprensa do PCF daria destaque ao papel da participação dos partidos comunistas enquanto força de coesão do movimento revolucionário, contra aqueles que queriam o levar a cisão.²³¹ Diga-se de passagem, o partido francês não faz maiores comentários sobre a não participação dos partidos comunistas venezuelano, argentino e brasileiro, o que já demonstrava abertamente a negação dos PCs latino-americanos em aceitar a política adotada pelos cubanos e uma grave fratura do comunismo no continente. O enviado especial do PCF preferiu ressaltar o discurso de abertura de Dorticós, que teria negado que Cuba pretendia “exportar ou impor soluções estratégicas ou táticas a outros povos do continente, a outros partidos ou vanguardas revolucionárias”, afirmando que a luta armada seria apenas inevitável quando o imperialismo fechasse todos ou outros caminhos.²³²

O PCF denunciou firmemente o que ele chama de “grupúsculos ultra-revolucionários”. Entre outros, Francisco Prada, secretário político do “Comando de liberação nacional” e do “Exército de liberação nacional” da Venezuela, afirmara que “renunciando a luta armada e à guerrilha, o Partido Comunista da Venezuela teria traído a revolução latino-americana”. No mesmo caminho, Gerardo Sanchez, representante de um grupo “esquerdista” da República Dominicana, atacara violentamente a União Soviética e outros países socialistas pelo comércio que praticavam com as ditaduras militares do continente e por não apoiar as lutas de libertação nacional.²³³

Para o partido francês, uma vez ainda, essas críticas seriam inspiradas nas “teses de Pekin”, e partiriam em defesa da linha política do MCI. Primeiro, responderia o PCF, o comércio dos países socialistas com países de sistema e regime político diferentes não significava a aprovação de tais sistemas, na medida em que este comércio se inscrevia na política de coexistência pacífica. Segundo, que acusar a União Soviética de deixar o Vietnã sem ajuda na luta contra os Estados Unidos era uma flagrante mentira que a Frente de

²³¹ Ver, por exemplo, R. Otero et P. Castellanos. La première conférence de l’organisation latino-américaine de solidarité. *La nouvelle revue internationale*. n. 10, octobre 1967, p. 188-198.

²³² Jacques Arnault. La conférence latino-américaine de solidarité s’est ouverte à La Havane. *L’humanité*. 2/8/67. Em outro artigo, o PCF destacaria a intervenção do delegado do Partido Comunista Chileno, que ia ao encontro do discurso de abertura pronunciado por Dorticós. Ver: A la conférence de l’O.L.A.S. le délégué du P. C. Chilien précise les conditions d’une lutte armée dans son pays. *L’humanité*. 3/8/67.

²³³ Des représentants de groupuscules gauchiste se livrent a de violentes diatribes anticommunistes et antisoviétiques. *L’humanité*. 4/8/67.

Libertação Nacional e a República Democrática do Vietnam já teriam desmentido. Por fim, ao que se refere ao Partido Comunista Venezuelano, afirmaria que este não teria abandonado a luta armada antes de fazer uma séria análise da situação, que mostrava claramente o refluxo do movimento revolucionário e a inviabilidade de seguir o caminho das armas.²³⁴

O PCF, tratando de um dos temas que colocava maiores problemas aos participantes da OLAS e aos PCs do continente, afirmaria que o posicionamento dos partidos latino-americanos frente à questão da guerrilha no continente não significava de forma alguma uma renúncia à luta armada, e sim que

“somente cada povo da América Latina pode encontrar o caminho de sua libertação. É a cada partido comunista que incumbe determinar, em toda independência, a linha política correspondente a cada situação particular do país no qual ele leva a sua luta.”²³⁵

Em uma avaliação geral da conferência, o PCF voltaria à questão fundamental da validade da política do MCI e às críticas que esta teria recebido no decorrer do encontro. Em reportagem, *France-Presse* teria perguntado as resoluções do encontro não seriam uma virtual condenação da coexistência pacífica. Para o partido francês, a resposta a esta questão devia considerar que os princípios da coexistência pacífica eram aplicados entre Estados e jamais entre opressores e oprimidos. Seria exatamente por esta razão que “os comunistas franceses sempre manifestaram ativamente sua solidariedade para com os povos em luta contra o colonialismo e o neocolonialismo, quaisquer que fossem as formas que essa luta se revestisse”.²³⁶

A OLAS marcou a afirmação de uma corrente revolucionária na América Latina que colocou em xeque e levou a uma profunda crise os partidos comunistas do continente. Mais que isso, dizendo-se seguidora do exemplo cubano, essa corrente foi responsável pela eclosão de diversas guerrilhas que sacudiram a América Latina na segunda metade dos anos sessenta e início da década seguinte.²³⁷ O secretário geral do partido comunista de El

²³⁴ *Ibidem.*

²³⁵ La conférence de l'OLAS a été clôturée par un discours de Fidel Castro. *L'humanité*. 12/8/67.

²³⁶ *Ibidem.*

²³⁷ Sobre os diversos grupos e guerrilhas no período, ver VAYSSIÈRE, Pierre. *Les révolutions d'Amérique latine*. Paris: Éditions du Seuil, 1991, LÖWY, Michael, op. cit. e CASTAÑEDA, Jorge, op. cit..

Salvador, em artigo publicado na *nouvelle revue internationale*, apresentou as questões ideológicas que estavam em jogo no período. Entre outros temas em debate, estava o das

“condições objetivas e subjetivas da revolução latino-americana(...); papel potencial e real da classe operária na luta revolucionária do continente, papel da classe média e da burguesia, papel dos camponeses e, de uma forma geral, da população rural; quem forma a vanguarda revolucionária e como deve ser essa vanguarda (...); caráter da revolução no continente e seu programa; (...) possibilidades e limites da coordenação revolucionária regional e continental (...); Vias da revolução e formas de luta. Luta armada e luta não armada(...)”.²³⁸

Em resumo, as questões ideológicas debatidas nos anos sessenta no continente americano colocavam na defensiva os partidos comunistas, os quais viam a cada dia aumentar o número de militantes que deixavam suas fileiras e partiam para a luta armada. O Partido Comunista Francês estava atento a esse debate e em março de 1968 se pronunciaria sobre a problemática geral que envolvia a revolução cubana e o comunismo latino-americano. O PCF continuou a defender a linha política do MCI, e o próprio marxismo-leninismo enquanto teoria revolucionária válida para aquele momento histórico. Nesse sentido, afirmaria que a revolução cubana é “muito maior que uma nova concepção da guerra de guerrilhas”: ela fora a primeira revolução democrática e antiimperialista que, na América, se transformou rapidamente em revolução socialista. Ainda sobre a luta armada, afirma que seria infinitamente mais importante para o movimento antiimperialista do mundo que o “método de guerrilha” não fosse necessariamente aplicável em todos os países do continente, “mesmo quando a situação exija o desencadeamento da luta armada”, uma vez que se fazia necessário verificar as possibilidades de luta de cada país, não se caindo assim em uma visão sectária do processo político.²³⁹ Por fim, é o próprio secretário geral do partido, Waldeck Rochet, que resumiria o sentido das apreciações e relações do PCF com a revolução cubana:

“Em tal ou qual país da América Latina, a luta armada e a guerrilha – combinadas com outras formas de luta e o desenvolvimento do movimento de massas – podem ser indispensáveis para acabar com as ditaduras militares e fascistas devotas do imperialismo americano”.

²³⁸ Schafik Handal. Réflexions sur une stratégie continentale. *La nouvelle revue internationale*. n. 4, avril 1968, p. 105-106.

²³⁹ Georges Fournial. En Amérique latine aujourd’hui. *Les cahiers du communisme*. n. 3, mars 1968, p. 100.

É dessa forma que na Colômbia a guerrilha se desenvolveu – sob a direção do partido comunista da Colômbia – com o apoio dos camponeses e em ligação estreita com outras formas de luta e o desenvolvimento do movimento de massa.

Em definitivo, são aos partidos comunistas e aos movimentos revolucionários e progressistas de cada país que convém apreciar o momento de passar a tal ou tal ação, de determinar as formas de luta que melhor convém, de julgar a situação, as condições, as particularidades e as possibilidades nacionais.

Nosso partido comunista exprimiu e exprime sua plena solidariedade em relação à revolução cubana e a todos os povos que lutam contra o imperialismo yankee. Mas isso não significa que a luta armada é a forma de luta exclusiva em todos os países de todos os continentes.”²⁴⁰

#

Como se pode perceber, a partir das intervenções do Partido Comunista Francês no debate que envolve a revolução cubana e o movimento comunista internacional, ele se coloca ao lado da tradição do internacionalismo proletário representado pelo MCI, que naquele momento se estruturava em torno das conferências internacionais. Em outras palavras, o partido francês defende a política traçada na última reunião, realizada em 1960, que preconizava a existência de várias possibilidades de vias para o socialismo, mas que enfatizava claramente o caminho pacífico. Política esta que havia sido deixada de lado por parte importante de comunistas no continente, que contavam com a ajuda e influência de Cuba.

Nesse momento, em que Cuba entra em colisão com a política traçada pelo MCI, e que numerosos partidos latino-americanos pediam uma condenação dos cubanos pelos comunistas em nível internacional, o PCF restou ao lado da tradição e endossou as críticas da União Soviética e dos PCs do continente aos intentos cubanos de exportarem um modelo de revolução para a América latina, cujas características fugiam aos padrões da ortodoxia comunista.

É interessante notar que o PCF, diferente dos PCs brasileiros, conseguiu manter um distanciamento dos problemas suscitados pelos cubanos para o comunismo

²⁴⁰ *Ibidem*, p. 105.

internacional. Nesse sentido, ele nunca chegou a fazer críticas públicas ao governo cubano, chegando mesmo a participar da reunião da OLAS, o que não foi o caso nem do PCB, nem do PC do B. Os partidos comunistas brasileiros, não participaram da reunião e romperam publicamente com Fidel Castro.

Acreditamos que essa diferença pode ser entendida a partir das realidades nacionais em que os partidos estavam inseridos. As idéias cubanas não significavam uma ameaça direta ao PCF, ainda que exercesse influência entre os estudantes e intelectuais franceses. Ao mesmo tempo, o partido estava voltado para as discussões em torno da guerra da Argélia, que tomava conta da França. No plano internacional, estava interessado na união do MCI, particularmente por causa das divergências entre a China e a URSS. Já no Brasil, a segunda metade da década de sessenta se passa sob égide de uma Ditadura militar, que pouco a pouco se recrudescer. Os comunistas, na definição de uma estratégia de combate aos militares, viram seus militantes atraídos pelo foquismo, o que tornava imperativo um posicionamento enérgico contra as idéias foquistas, impossibilitando uma convivência pacífica com os cubanos.

Em comum, comunistas franceses e brasileiros tinham a defesa dos pilares do marxismo que estava tendo as suas bases questionadas pelas idéias de Che Guevara e Régis Debray. Entretanto, os primeiros puderam fazer um debate fundamentalmente teórico e filosófico sobre o tema, já os brasileiros, tiveram de agir com a firmeza que a situação exigia. Estava em jogo a sua própria existência enquanto partido, daí a forma particularmente violenta que eles, bem como outros partidos comunistas da América Latina de forma geral, reagiram à tentativa de exportação da revolução cubana.

PARTE II

A NOVA ESQUERDA BRASILEIRA E O INFLUXO CUBANO

Até o início dos anos 60 o PCB foi sem dúvida o maior representante da tradição comunista no país, sendo questionado durante este período pela constante presença de uma corrente trotskista no país, sem que isso chegasse a ameaçar o posto do partido. Entre 1961 e 1962, no entanto, surgiram organizações que reivindicam as idéias fundadoras do comunismo, mas sem se alinhar ao socialismo real. Esses novos grupos passam a incomodar o lugar ocupado pelo Partido de Luís Carlos Prestes.

São os casos da Ação Popular e da Organização Revolucionária Marxista Política Operária. A AP surgiu e imediatamente ocupou espaço político e tornou-se hegemônica no movimento estudantil brasileiro. A ORM-POLOP não logrou uma inserção importante nos movimentos sociais do período. Entretanto, graças a presença entre seus membros de promissores intelectuais, suas formulações teóricas foram largamente discutidas entre as esquerdas no período que antecedeu o golpe. Nos dois casos, e de forma diferenciada, a revolução cubana influenciou na trajetória das organizações.

O outro grupo que discutiremos nesta segunda parte da tese é As Ligas Camponesas. Esta organização, que não chegou a ser exatamente comunista, acabou por protagonizar um dos eventos mais reveladores da influência das idéias cubanas sobre a esquerda brasileira. Entre 1961 e 1962, este agrupamento foi responsável pela implantação de campos de treinamento guerrilheiro no interior de Goiás, com claro viés foquista.

São, de uma forma geral, das relações dessa nova esquerda que começa surgir no Brasil em princípios dos anos sessenta com a revolução cubana que nos ocuparemos nesta parte da tese.

Capítulo V

As ligas camponesas e os campos de treinamento guerrilheiro no Brasil.

A trajetória das Ligas Camponesas talvez seja um dos melhores exemplos da complexidade das condições políticas no final dos anos cinqüenta e início da década de sessenta no Brasil e, por isso mesmo, da difícil adequação dos programas dos movimentos e organizações a esse difícil contexto sócio-político. Na maioria dos casos, os grupos fizeram verdadeiro malabarismo teórico em busca de caminhos de atuação que respondessem ao incandescente processo social em curso no país. Nas Ligas foram discutidas muitas das questões que estavam em pauta no período, entre as quais o da proposta de uma reforma agrária e de um projeto revolucionário para o país. No decorrer das discussões, o tema da revolução cubana desempenhou um papel importante, o que tornou o movimento dos camponeses em pioneiro no país a não somente se identificar com o modelo de revolução proposto pelos cubanos, mas a criar, ainda no governo de João Goulart, campos de treinamento guerrilheiro, fortemente influenciados pelo castro-guevarismo. Neste sentido, o agrupamento pode ser considerado como precursor da luta armada no Brasil, cuja estratégia foi influenciada pelo foquismo, que viria a se disseminar entre parte importante das esquerdas após o golpe de 1964.

A nossa proposta é discutir as relações entre o projeto político das Ligas Camponesas e a revolução cubana no início dos anos sessenta, destacando as implicações para a trajetória teórico-ideológica da organização. Para isso, trataremos de temas que estão relacionados à influência cubana, deixando de lado assuntos que, mesmo sendo importantes na história das Ligas, fogem ao interesse de nossa discussão.

Ainda é necessário lembrar que as Ligas Camponesas foi um movimento extremamente heterogêneo, de abrangência nacional, ainda que seu centro político estivesse no nordeste, particularmente em Pernambuco e Paraíba. Neste sentido, o tema poderia ser abordado de várias perspectivas, o que pode ser demonstrado pelas diversas análises já existentes a seu respeito. Escolhemos trabalhar principalmente a partir de seu núcleo dirigente, seus documentos oficiais e imprensa periódica, o que certamente deixa de fora manifestações de outros de seus setores. Ainda assim, para nosso propósito de entender a

influência cubana sobre suas formulações ideológicas e sobre a criação dos campos de treinamento, a análise do posicionamento oficial do movimento, a partir de sua direção política, nos pareceu adequado.²⁴¹

O surgimento das Ligas e seu projeto de Reforma Agrária

A origem das Ligas, de certa forma, remonta ao período da redemocratização do país, após 1945, quando o Partido Comunista Brasileiro (PCB) fundou, em diversos Estados brasileiros, as Ligas Camponesas, reunindo trabalhadores rurais e camponeses. Nesse primeiro momento, a organização atuava a partir da orientação do PCB, que naquele período apontava a necessidade de uma aliança operário camponesa. Nesse caminho, preponderavam em sua direção os militantes de origem operária ligados ao partido.²⁴² Com a cassação do registro partidário em 1947, e sob a dura repressão do governo do general Dutra, o movimento camponês foi praticamente extinto.

No período entre 1948 e 1954 poucas associações rurais sobreviveram e as lutas no campo pareciam se restringir a alguns conflitos envolvendo posseiros e grileiros, mas não chegaram a tomar proporções importantes. São os casos, por exemplo, da chamada guerrilha de Porecatu, em 1950, entre as divisas dos estados de São Paulo e Paraná e a implantação do "território livre de Tromba-Formoso". Em ambos os casos, o PCB teve uma considerável influência na direção dos movimentos.²⁴³

As Ligas Camponesas, as que desempenhariam um papel importante no cenário político brasileiro entre 1955-1964, das quais tratamos aqui, surgiram no Engenho Galiléia,

²⁴¹ Sobre a história das Ligas camponesas, com perspectivas e abordagens diferentes, ver AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; AUED, Bernadete Wrubleski. *A vitória dos vencidos: Partido comunista brasileiro e as Ligas camponesas-1955-1964*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1986; BASTOS, Elide Rugai. *As ligas camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984; NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997; PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o nordeste do Brasil -1955-1964*. Rio de Janeiro: Record, 1972 e MORAIS, Clodomir Santos de. *História das ligas camponesas do Brasil*. Brasília: Edições Iattermund, 1997. Em uma dissertação de mestrado, a autora, além de dialogar com a bibliografia existente, propõe uma instigante análise baseada nos diversos "investimentos" na formação e atuação das Ligas, inclusive as perspectivas dos próprios camponeses, que foram pouco consideradas na bibliografia citada acima. (RANGEL, Maria do Socorro. *Medo de morte e esperança de vida: uma história das Ligas Camponesas na Paraíba*. Dissertação de mestrado. Campinas, SP: UNICAMP, 2000.).

²⁴² MORAIS, Clodomir Santos, MORAIS, Clodomir Santos de. *História das ligas camponesas do Brasil*, op. cit., p. 14.

²⁴³ AZEVEDO, Fernando, op. cit. p. 57.

no município de Vitória de Santo Antão, interior de Pernambuco. Neste local foi criada a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP), que ficaria conhecida como a Liga Camponesa da Galiléia, numa clara alusão às antigas Ligas dirigidas pelo PCB. Dessa forma, a continuidade, se assim podemos chamar, entre as Ligas dos anos quarenta e as da segunda metade dos anos cinquenta, se dá na medida em que muitos comunistas e militantes das antigas associações rurais dos anos quarenta estiveram presentes na criação do movimento que surgiu na década seguinte. Entretanto, não apenas o programa político das Ligas comandadas por Francisco Julião era diferente daquele ligado aos comunistas no passado, como viria mesmo a haver sérias divergências entre o novo movimento e o PCB no que se refere às propostas de resolução do problema agrário brasileiro no início dos anos sessenta.²⁴⁴

Entre os objetivos principais da SAPPP estavam os assistenciais, como a formação de um fundo para a "assistência médica e jurídica, criação de escolas e de uma caixa funerária para os associados".²⁴⁵ Ainda assim, a associação não foi bem recebida pelos proprietários da região, que logo se uniram para tentar acabar com ela. Os foreiros, para escaparem da pressão local, foram procurar apoio na capital do estado. Acabaram conseguindo uma assessoria jurídica, através do advogado Francisco Julião, e a formação de um Comitê Interpartidário, composto por Julião, pelos deputados Ignácio Valadares Filho e José Dias da Silva (UDN), Clodomir Santos de Moraes e Paulo Viana de Queiroz (PTB), pelo vereador José Guimarães Sobrinho (PST), pelo prefeito de Jaboatão, Cunha Priomo e do advogado Djacir Magalhães, ligados ao PCB.²⁴⁶

O conflito com o proprietário, depois de uma longa disputa judicial e política, se resolveu em 1959 com a desapropriação do Engenho da Galiléia e a repartição da terra entre os foreiros. A partir desse episódio, as Ligas se expandiram por Pernambuco e outros estados do país, chegando a contar, em 1961, com mais de 10.000 associados,²⁴⁷ passando a ser um ator importante nos debates sobre a reforma agrária e a revolução brasileira no início dos anos sessenta.

²⁴⁴ Sobre as divergências entre as Ligas e o PCB, ver AUED, Bernadete, *op. cit.*

²⁴⁵ AZEVEDO, Fernando, *op. cit.*, p. 60.

²⁴⁶ *Ibidem*, p. 62.).

²⁴⁷ *Ibidem*, p.73.).

É importante frisar que nessa fase da história das Ligas Camponesas, que vai de seu surgimento, em 1955, até a desapropriação do Engenho da Galiléia, em 1959, quando se expandem rapidamente pelo país, que o seu programa político era basicamente o de uma reforma agrária feita dentro da lei. Em outras palavras, as Ligas reivindicavam inicialmente um tipo de transformação no campo que fosse amparado pelo Código Civil, chegando no máximo a propor a mudança da constituição, como o artigo a respeito das indenizações aos proprietários, para tornar a reforma agrária econômica e politicamente viável.

Esse primeiro projeto político das Ligas, que Jacob Gorender chama de “legalista”²⁴⁸, pode ser evidenciado tanto pelo papel desempenhado no movimento por advogados, caso de seu principal líder, Francisco Julião, como pelos documentos produzidos pela organização até o final de 1961, nos quais não aparece qualquer referência a propostas de cunho revolucionário. Por exemplo, em fevereiro de 1961, Julião lançava o panfleto *Carta de Alforria do camponês*, com o objetivo de explicar como estes poderiam se libertar da opressão do latifúndio. O caminho para isso seria o da conquista de cinco reivindicações: 1) A democracia para o camponês. 2) O sindicato para o camponês. 3) A cooperativa para o camponês. 4) Uma lei justa e humana para o camponês. 5) E o voto para o analfabeto.²⁴⁹ Nas palavras de outro dirigente, Clodomir Santos de Moraes, nessa fase inicial,

“predicava-se contra a intervenção da polícia em assuntos de natureza agrária; predicava-se contra os castigos corporais e outras violências cometidas pelos latifundiários contra os camponeses e os bens destes; contra os restos semifeudais que prevaleciam no meio rural do Nordeste brasileiro...”²⁵⁰

Primeira viagem a Cuba: a descoberta.

A mudança do projeto político das Ligas Camponesas, que inaugurou uma segunda fase de sua história, se deu entre 1960 e 1961. Nesse período, o discurso dos

²⁴⁸ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1998, p. 42.

²⁴⁹ Francisco Julião. “Carta de alforria do Camponês”. In: JULIÃO (1962, p. 69-80). O documento pode ainda ser visto em STEDILE, João Pedro. (org.). *História e natureza das ligas camponesas*. São Paulo: Expressão popular, 2002, p. 163-174. No mesmo caminho, ver ainda o documento “Dez mandamentos das Ligas camponesas para libertar os camponeses da opressão do latifúndio”, de 15 de setembro de 1961, no qual Julião, segundo Gorender, sistematiza ‘reivindicações inspiradas na concepção democrática da reforma agrária e ajustadas ao nível de consciência atingido pelas massas camponesas. (GORENDER, Jacob, op. cit., p. 42).

²⁵⁰ MORAIS, Clodomir Santos de. *História das ligas camponesas do Brasil*, op. cit., p. 23.

líderes do movimento se afasta cada vez mais das propostas de reformas dentro da lei, o que vai aparecer claramente na sua participação no I Congresso Camponês Nacional, realizado em Belo Horizonte, em 17 de novembro de 1962. Neste Congresso, organizado pela União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), entidade criada pelos comunistas em 1955, os representantes das Ligas, mesmo em minoria, fizeram aprovar a proposta de uma “reforma agrária, na lei ou na marra”, rompendo com a sua trajetória de atuação dentro dos marcos legais. É interessante notar ainda que esta proposta derrotou as teses apresentadas pela direção da ULTAB, ligada ao PCB, que propunham reformas das leis de arrendamento rural e de extensão da política salarial e de segurança social urbana às massas do campo como caminho para se chegar à reforma agrária. Isso representou um ponto fundamental de divergências entre os dois grupos, que até então tinham uma convivência pouco conflituosa, chegando a algumas atuações em conjunto.

A radicalização das propostas das Ligas, que aparece de forma irremediável no Congresso de Belo Horizonte, tem as suas origens em acontecimentos que remontam aos anos de 1960 e 1961. E aqui, segundo vários autores, a influência da revolução cubana desempenhou um papel fundamental na mudança do rumo e da natureza das Ligas Camponesas.²⁵¹ Para Jacob Gorender, após a visita que Julião fez a Cuba, em 1960, ele voltou defendendo as idéias que Fidel Castro queria ver aplicadas nos países da América Latina, o que teria tornado as Ligas em pioneiras na defesa de uma das idéias-cheve dos anos sessenta: “a do papel principal dos camponeses na revolução socialista, com explícita depreciação da função revolucionária hegemônica atribuída pelo marxismo ao proletariado.”²⁵² Já para Joseph Page, referindo-se as relações de Julião com a revolução cubana, as palavras do líder das Ligas “freqüentemente continham implicações veladas de que Cuba era para ele mais do que uma simples inspiração.”²⁵³

Os próprios dirigentes das Ligas Camponesas, ao fazer, nos anos setenta e oitenta, um balanço do movimento, ressaltam a importância da influência cubana para as formulações ideológicas e atuação política do grupo. Segundo Francisco Julião, a revolução cubana o teria impressionado fortemente. Sobretudo a Figura de Fidel Castro, um homem

²⁵¹ Ver a esse respeito, PAGE, Joseph A. op. cit.; AZEVEDO, Fernando, op. cit.; e MORAIS, Clodomis Santos de, op. cit.

²⁵² GORENDER, Jacob, op. cit., p. 43.

²⁵³ PAGE, Joseph A, op. cit., p. 116.

que acabara de sair de uma revolução vitoriosa, quando em Pernambuco “vivia-se em condições parecidas às de Cuba antes da revolução”. Dessa forma, continua Julião,

“voltei de Cuba impressionado com o fato de a revolução ter sido agrária, partindo do campo para a cidade. Imaginei que, como já existia aqui no Brasil um movimento camponês que adquiria muita força, muita substância, poderíamos seguir a experiência cubana. Então, de certo modo, eu cometi essa distorção, quando me deixei conduzir, com certo romantismo, pelo grande processo revolucionário cubano, que chegou a empolgar todo o Continente latino-americano, atraindo até a atenção de liberais.”²⁵⁴

Do mesmo modo, para outro importante dirigente, Clodomir Santos de Moraes, a revolução cubana exerceu forte influência “no conteúdo político e no crescimento das Ligas Camponesas”. Após voltarem da viagem a Cuba, junto com a comitiva que acompanhara o então candidato a presidência Jânio Quadros, os dirigentes das Ligas, impressionados pela reforma agrária cubana, organizaram Comitês de solidariedade a Cuba em Pernambuco. O que foi feito contra o posicionamento do PCB, que naquele momento apoiava a candidatura do General Teixeira Lott, que manifestava “uma aversão especial aos revolucionários cubanos”²⁵⁵.

De fato a viagem a Cuba exerceu forte influências em seus líderes, Francisco Julião²⁵⁶ e Clodomir Santos de Moraes. A ida a Cuba, entretanto, não foi projeto pensado pelos líderes. Aconteceu ao acaso, a partir do convite do então candidato à presidência Jânio Quadros, que achou importante levar em sua grande comitiva os representantes daquele movimento que empolgava o nordeste e outras localidades brasileiras.

Antes de aceitar o convite, Clodomir, que era do Comitê Municipal do PCB em Recife, teve que consultar o partido, afinal a viagem acompanhava o adversário do candidato apoiado pelo PCB, General Lott. Após receber o aval do secretário estadual, David Capistrano, ele viajou para o Rio de Janeiro, onde se encontrou com representantes

²⁵⁴ MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988, p. 80-81.

²⁵⁵ MORAIS, Clodomir Santos de, op. cit., p. 32-33.

²⁵⁶ É importante lembrar que no caso de Julião, antes da viagem a Cuba, ele já havia visitado, em companhia de membros do PCB, países do mundo comunista, como China e URSS. Segundo entrevista que nos concedeu Clodomir Santos de Moraes, nestas viagens Francisco Julião já demonstrara mudanças em relação a seu comportamento político.

do Comitê Central, que tinha uma mensagem para o Partido Comunista Cubano, a ser entregue ao seu *Bureau* político.²⁵⁷

Ao chegar a Cuba, Clodomir conseguiu um encontro com os dirigentes do PC cubano. Retirou da barra da calça e das costas do paletó a mensagem codificada e, com surpresa, leu para os cubanos o recado que pedia àquele partido para tomar medidas contra as declarações de Fidel Castro, pois “cada vez que ele lia um discurso na televisão, ele prejudicava a campanha do PCB com o general Lott.”. A reação dos cubanos teria sido de surpresa e indignação diante da mensagem. Entre outras coisas, os comunistas cubanos lembraram que o Brasil era um dos únicos países do continente que não contava com um Comitê de solidariedade a revolução cubana, o que desautorizava qualquer crítica do PCB aos rumos da revolução cubana.²⁵⁸

Fora este mal-estar diante dos dirigentes do partido cubano, o dirigente das Ligas aproveitou para conhecer a experiência revolucionária cubana, sobretudo no que diz respeito à reforma agrária. Dada a importância do que acontecera em Cuba, teria comentado com Julião da necessidade de levar o máximo de material (livros, discursos, folhetos, discos etc.) sobre a revolução cubana para se estudar no Brasil. Voltaram ao Brasil com cerca de 500 kg que, após ser examinado e separado, reduziu-se a 80 Kg.²⁵⁹ Os papéis foram levados ao Comitê Estadual do PCB de Recife, que, em reunião com Clodomir Morais, chegou à conclusão de que as Ligas podiam representar o pensamento da revolução cubana no Brasil, mas não o partido, que naquele momento estava empenhado na campanha de Lott.

A primeira consequência dessa reunião e da viagem foi a criação, por iniciativa das Ligas Camponesas, ainda em 1960, do primeiro Comitê de Solidariedade a revolução cubana no Brasil²⁶⁰, fato este que criou laços diretos entre as Ligas e os cubanos, abrindo caminho para futuras articulações políticas em conjunto, como o treinamento guerrilheiro de alguns de seus membros na ilha de Fidel Castro. A outra consequência, mais profunda, foi ter marcado e influenciado a trajetória dos dois principais líderes políticos das Ligas Camponesas, trazendo desdobramentos para a história da organização.

²⁵⁷ As informações sobre a viagem foram fornecidas em entrevista por Clodomir Santos de Morais, realizada em Porto Velho no dia 29/03/2005.

²⁵⁸ Entrevista de Clodomir Santos de Morais ao autor, op. cit.

²⁵⁹ *Ibidem*.

²⁶⁰ *Ibidem*.

A influência cubana

A trajetória de Francisco Julião e Clodomir de Moraes, que de forma diferente se deixaram levar pelo impacto causado pelas idéias defendidas pelos revolucionários cubanos, são os maiores exemplos da influência da revolução cubana nas Ligas Camponesas. Julião, como principal representante do movimento na segunda metade dos anos cinquenta defendia um projeto de reformas que se adequava às leis vigentes no país. Porém, entre 1960 e 1961 percebemos claramente a mudança de suas propostas, nas quais a experiência cubana, principalmente no que diz respeito ao papel dos camponeses e da questão agrária no processo revolucionário, aparecem como elementos fundamentais de seu novo posicionamento político.

É bom dizer que o fato de após o golpe de 1964 ter-se mostrado que Francisco Julião fazia uma agitação apenas retórica das bandeiras emprestadas de Cuba, não diminui em nada a importância que assumiu em seu discurso e em sua atuação as idéias oriundas da revolução cubana no período que antecede o golpe. Não somente elas serviram para fortalecer a sua identidade como defensor legítimo da “reforma agrária radical”, como, por outro lado, mobilizou seus adversários políticos e os agentes da Secretaria de segurança pública de Pernambuco e do DOPS do Rio de Janeiro, que seguiam de perto os passos do dirigente e dos militantes das Ligas, parecendo mesmo acreditarem em um possível perigo de surgimento no país de um movimento como o que havia acontecido em Cuba.²⁶¹

Nesse caminho, até mesmo os seus aliados apontariam a mudança que Julião sofrera a partir do contato com a revolução cubana. É o caso, por exemplo, de Gregório Bezerra, dirigente do PCB, que era tradicional aliado das Ligas Camponesas até o Congresso de Belo Horizonte. Bezerra relata que até 1958 Julião merecia toda a consideração dos comunistas, e aceitava mesmo algumas orientações do PCB. Até que se

²⁶¹ A Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco acompanhava de perto os passos das Ligas Camponesas em seu relacionamento com a revolução cubana. Pode-se encontrar nos documentos, da pasta referente a Cuba, desde manifestações pró-Cuba organizadas pelas Ligas, como detalhadas listas de membros do movimento que viajavam àquele país. Ver, por exemplo, sobre o Movimento de solidariedade a Cuba: Documento Sem título, datado de 18 de abril de 1961 e assinado pelos agentes Vanderlino Bezerra de Lima e Waldemar de Souza. Sobre viagens de membros das Ligas a Cuba, ver: 1) Documento sem título datado de 27 de julho de 1960, assinado por Vanderlino Bezerra de Lima. 2) “Relatório” – 10 de maio de 1961. 3) “Relatório Aeroporto Guararapes” – 16 de fevereiro de 1962. Todos os documentos citados estão na “Pasta Cuba”, “Documentos da secretaria de segurança Pública”, do Arquivo Público de Pernambuco (APP).

deu o fenômeno da revolução cubana, que impressionara o chefe das Ligas, que ia constantemente a Cuba para conversar com Fidel Castro e Che Guevara e voltava muito eufórico: “achava que o camponês organizado nas Ligas já era suficiente para fazer a revolução agrária e antiimperialista. Nós discordávamos dele, pois não havia condições para um movimento revolucionário”.²⁶²

São nos escritos e discursos de Francisco Julião que se pode perceber de forma mais clara as referências à revolução cubana. Basta ver, por exemplo, as dezenas de artigos publicados entre 1962 e 1963 no jornal do movimento *Liga*, entre os quais se encontram muitos de Julião. Assim, em dois dos principais documentos assinados pelo principal líder das Ligas Camponesas, a presença das idéias cubanas aparecem de forma irrefutável. No primeiro, o manifesto com que ele funda o *Movimento Tiradentes*, em 21 de abril de 1962, em Ouro Preto (MG)²⁶³, diria Julião:

“defendo a gloriosa revolução de Fidel Castro e te recomendo, companheiro e companheira, que leias e sigas os ensinamentos da II Declaração de Havana, proclamada a 4 de fevereiro deste ano, naquela cidade livre, perante um milhão e quinhentas mil pessoas. Essa declaração é alta como os Andes, corajosa como Tiradentes, pura como a face da liberdade e generosa como um seio materno. É a constituição dos povos latino-americanos para esta fase de sua história e de suas lutas pela emancipação econômica”.²⁶⁴

Outro documento importante é a Tese que Julião apresentou para a Conferência que as Ligas Camponesas realizou em 3 de outubro de 1963, em Recife. A idéia do encontro era rearticular a organização, que tinham sofrido sérios problemas nos dois anos anteriores, com o fracasso do dispositivo militar, do Movimento Tiradentes, e a perda da hegemonia dentro movimento agrário, que vira surgir os sindicatos apoiados pelo governo, pela igreja e pelos comunistas. No caso de Francisco Julião, o documento reveste-se de importância na medida em que ele expõe suas opiniões não apenas em um momento no qual as Ligas passavam por uma crise política e organizacional, como ele próprio perdera espaço político e havia sido afastado da Comissão Nacional do Movimento Tiradentes,

²⁶²Moraes, Dênis de, op. cit., p. 80. Ver ainda o debate que envolveu Giocondo Dias e Francisco Julião, do qual tratamos no capítulo sobre o PCB. Naquele momento, o dirigente do partido acusa Julião de querer transplantar a experiência revolucionária cubana para o Brasil.

²⁶³ Segundo Fernando Azevedo, a criação do *Movimento Tiradentes* foi uma tentativa de Julião reunificar as Ligas, que naquele momento passava por uma crise organizacional ligada a disputa de direção, dividida então entre um setor político de massas e outro militar. (AZEVEDO, Fernando, op cit., p. 94).

²⁶⁴ Citado por AZEVEDO, Fernando, op. cit., p. 94.

tendo seu nome vinculado aos embriões de campos de treinamento em Goiás. Nesse momento, mais uma vez Julião se inspiraria nas idéias cubanas e citaria a II Declaração de Havana para defender que

“a revolução tornou-se hoje inevitável em muitos países da América Latina. Tal fato não é determinado pela vontade de ninguém. É resultado das espantosas condições em que vive o homem americano, do desenvolvimento da consciência revolucionária das massas, da crise mundial do imperialismo e do movimento universal de luta dos povos subjugados”.²⁶⁵

Como se vê, da proposta de uma reforma agrária dentro da lei da segunda metade dos anos cinqüenta, Julião chegou, no segundo semestre de 1963, a uma opção de reformas para o país com claras inspirações revolucionárias. Fernando Azevedo afirma que o conteúdo da proposta de Julião, na Conferência de Recife, “era nitidamente de caráter socialista, reiterando as concepções da revolução brasileira adotadas pelas Ligas desde 1960 e fundadas na II Declaração de Havana”.²⁶⁶

Francisco Julião não foi o único a se deixar atrair pelo exemplo cubano. A trajetória de outro dos líderes das Ligas, Clodomir Santos de Moraes, é exemplo de como as idéias oriundas da revolução cubana foram assimiladas por uma parte da esquerda brasileira. Clodomir, após participar de atividades políticas em São Paulo e Salvador, mudou-se para Recife no início dos anos cinqüenta, onde cursou a faculdade de Direito, foi eleito deputado estadual em 1955 e desempenhava a profissão de jornalista. Neste período, rapidamente se aproximou do PCB e chegou ao Comitê Municipal do partido, no qual era responsável pelo setor operário.

Por contingências do momento, acabou se aproximando das Ligas Camponesas e passando a atuar neste setor. Na segunda metade dos anos cinqüenta, era ao mesmo tempo membro do PCB e das Ligas Camponesas, o que não causava qualquer problema nem para o partido, nem para as Ligas. O primeiro registro de divergências com o PCB se deu nos debates preparatórios para o V Congresso, realizado no final de 1960. O problema apareceu em torno da tese sobre a questão agrária no país. De uma maneira geral, para o PCB, a

²⁶⁵ Lançamento do Movimento Unificado da Revolução Brasileira (MURB). *Liga*, Rio de Janeiro, 12-06-1963. Vale ainda citar um artigo que Julião escreveu provavelmente em no final de 1962, e publicado na revista cubana *Alma Mater*, no qual se percebe a distância enorme de sus propostas políticas comparadas ao que defendia apenas dois anos antes. Agora, o que estava em pauta era o socialismo, não mais a reforma agrária feita dentro dos limites das leis. Citado por AZEVEDO, Fernando, op. cit., p. 109.

²⁶⁶ *Ibidem*, p. 103.

resolução do problema da terra estava relacionado à estratégia mais ampla de luta contra o imperialismo, tudo isso dentro da perspectiva da revolução por etapas, em que, na primeira delas, o combate ao imperialismo deveria condicionar todas as outras lutas, inclusive as do campo.²⁶⁷

Nesse momento, Clodomir Santos de Moraes publicou um artigo na Tribuna de debates do Congresso, no jornal *Novos Rumos*, no qual discordava da postura do PCB em relação à questão do campo. Nas palavras do dirigente,

“o nosso problema é institucional agrário, o qual não passa de uma das deformações econômicas impostas pelo imperialismo aos países subdesenvolvidos. Nesse particular, a agricultura atrasada com base no latifúndio e nas relações semifeudais tem a mesma face das leis cambiais e tarifárias que protegem a importação de manufaturas do imperialismo (...). São meras deformações que levam à consecução do caldo de cultura onde se alimentam e se desenvolvem as centenas de germes que nos sugam o sangue – as companhias norte-americanas no nosso país”²⁶⁸

Por tudo isso, Moraes se posiciona contra as teses que, segundo ele, tentam colocar uma “muralha entre o problema do imperialismo e o problema do feudalismo no campo”. Após fazer uma análise de diversas experiências de reforma agrária implementadas em vários países, que estariam de uma forma ou de outra próxima daquela proposta pelo PCB, o autor conclui que somente uma delas, a cubana, que não seguiu a receita dos partidos comunistas, chegou a concretizar uma verdadeira distribuição social da terra. Isso porque,

“Em Cuba a tese defendida pelo Movimento 26 de Julho e pelos comunistas foi outra. O economista revolucionário Pino Santos a desenvolveu considerando o feudalismo no campo, o latifúndio, como uma mera deformação econômica imposta pelo próprio imperialismo. Não subordinou a luta camponesa à luta antiimperialista; a revolução democrática subordinada à revolução nacional. O combate ao imperialismo foi sobretudo uma bandeira de luta dos camponeses que viam na Reforma Agrária a liquidação dos sustentáculos ianques em Cuba. A reação popular partia sobretudo do campo. A bandeira da Reforma Agrária que, antes de mais nada, é uma consigna da Revolução Burguesa, reuniu a maioria da população cubana, os camponeses.

²⁶⁷ As propostas do PCB para o período, inclusive a resolução de seu V Congresso, podem ser vistas em NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.). *PCB: vinte anos de política – 1958-1979*. São Paulo: LECH, 1980.

²⁶⁸ Cláudio Moraes (Na verdade Clodomir Santos de Moraes). Uma questão básica. *Novos Rumos*, 14/07/1960.

E quando as classes dominantes pensaram em frear a ascensão revolucionária com uma junta governativa, os exércitos de rebeldes de milhares de camponeses entraram na capital. E não teve mais quem, com manobras, fizesse parar o vendaval. Resultado: Reforma Agrária radical; política de desenvolvimento industrial com preparação de bases para a passagem ao socialismo e guerra sem quartel à política imperialista”.²⁶⁹

Vale destacar que o artigo foi publicado em julho, e que em abril o autor havia viajado a Cuba, sendo que em setembro se realizou o V Congresso do PCB. Como nos relatou Clodomir Moraes, o conteúdo do artigo, bem como a sua forma de entender o problema da terra foram diretamente influenciados por sua passagem por Cuba. Portanto, chama a atenção no episódio como, já em meados de 1960, o processo revolucionário cubano atraía o interesse de Clodomir, no sentido de tentar utilizar os seus ensinamentos para a compreensão da realidade brasileira, ainda que neste momento mais voltado à problemática da Reforma Agrária.

As divergências de Clodomir Moraes, e de outros militantes do PCB também membros das Ligas, não foram levadas em consideração e a maioria do partido ficou ao lado da tese da direção sobre a questão agrária. O texto de Clodomir chegou a ser aprovado pelo Comitê Municipal do Recife, mas perdeu fragorosamente no debate dentro do Comitê Regional, não tendo sido, portanto, discutido nos trabalhos do V Congresso.²⁷⁰ O grupo que divergia, entretanto, não mudou as suas convicções a respeito do problema e no ano seguinte, durante o Congresso Camponês realizado em Belo Horizonte, esteve junto com Julião na apresentação da Tese de uma “Reforma agrária na lei, ou na marra!”, que derrotou as propostas apresentadas pelo PCB.

Pouco tempo depois, em 1962, Clodomir Santos de Moraes foi expulso do PCB. O motivo, entretanto, ultrapassava os problemas relacionados ao V Congresso e o Congresso Camponês de Belo Horizonte. Através de informantes no exército, os dirigentes pernambucanos souberam das implicações de Clodomir na implantação de campos de

²⁶⁹ *Ibidem.*

²⁷⁰ Entrevista de Clodomir Santos de Moraes ao autor, op. cit.

treinamento guerrilheiro na região centro-oeste, o que era contrário às propostas partidárias para o período.²⁷¹

Segunda viagem a Cuba: os preparativos da guerrilha.

Após a expulsão do PCB, Clodomir Santos de Moraes veio a protagonizar um dos episódios mais importantes da influência e das relações da revolução cubana com as esquerdas brasileiras: a montagem dos campos de treinamento guerrilheiro no Brasil entre 1961 e 1962. A origem o grau de influência e participação dos cubanos na montagem dos campos suscitam interpretações controversas de seus participantes, críticos e defensores.

Ao longo desse período, os órgãos de repressão estavam atentos à movimentação de militantes das Ligas Camponesas que iam e voltavam de Cuba. Em maio de 1962, o DOPS-RJ alertava que militantes das Ligas teriam feito treinamento guerrilheiro em Cuba. Segundo Denise Rollemberg, há informações de que Clodomir Moraes, juntamente com mais 11 membros do movimento, teriam treinado em Cuba entre 28 de julho e 20 de agosto de 1961.²⁷² Na versão dos agentes do DOPS-RJ,

“o curso foi o segundo desta natureza patrocinado pelos cubanos, sendo que o primeiro foi dado em maio de 1961, também em Cuba. A instrução constava de exercícios diários de tiro ao alvo, manobras de guerrilhas simuladas nas montanhas dos Organos, e manejo e identificação de armas e doutrinação ideológica. OS estagiários eram instruídos no desmontar, manejar e a manutenção de armas de fogo norte-americanas...(…). Foram ensinados como fazer o ‘coquetel Molotov’ e a bomba incendiária M-26.”²⁷³

De fato houve, nesse período, o treinamento de alguns militantes das Ligas Camponesas em Cuba. Entretanto, foi bastante diferente do que imaginaram os agentes do DOPS-RJ. As motivações e anseios dos cubanos e brasileiros não eram os mesmos, o que, juntamente com outras questões que veremos logo adiante, acabou por colocar empecilhos para a realização do mesmo. Antes de continuarmos, porém, vejamos como se deu a

²⁷¹ Sobre as divergências do PCB com as Ligas Camponesas no Congresso de Belo Horizonte, ver MORAIS (1997, p. 35-38) e AUED, Bernadete, op. cit., p. 51-71. Sobre a expulsão, entrevista de Clodomir ao autor, op. cit.

²⁷² ROLLEMBERG, Denise, op. cit., p. 24.

²⁷³ DOPS-RJ. “Cuba exporta a revolução”. Setor: informações, pasta 62, folha 92. Citado por ROLLEMBERG, Denise, op. cit., p. 24.

aproximação entre os líderes cubanos e as Ligas, que vieram a se constituir no primeiro grupo brasileiro a receber treinamento e apoio daquele país em sua política de *exportação da revolução*.

Em 1961, veio ao Rio de Janeiro Luis Felipe Carneal, membro do Comitê Central do Partido Popular Socialista de Cuba. A seu pedido, foi até Recife e convidou, de forma preferencial, as Ligas Camponesas a enviar uma delegação para as comemorações do 26 de julho e para a fundação da Associação Nacional de Agricultores Cubanos (ANAC). As Ligas enviaram cerca de 80 membros, entre os quais estavam os que participaram do treinamento em Cuba. Além destes, também foram na viagem dirigentes do PCB, elevando o número da delegação para cerca de 115 pessoas.²⁷⁴ Seja pelo fato de Fidel Castro acreditar que as Ligas eram o movimento que mais chances tinha de fazer uma revolução no Brasil, seja pelas demonstrações que seus membros deram na tentativa de invasão de *Playa Giron*, quando entregaram uma lista de cinco mil camponeses brasileiros dispostos a pegarem em armas para defender Cuba, o fato é que, naquele momento, a organização de Francisco Julião recebia um tratamento diferenciado no país de Fidel Castro.

Segundo Clodomir Santos de Moraes, o seu grupo foi o primeiro entre os brasileiros a treinar em Cuba. Mesmo entre os países da América Latina, aparentemente somente os venezuelanos haviam estado lá anteriormente. Até mesmo por ser o primeiro, o treinamento não aconteceu da forma que se esperava. Em primeiro lugar, para o caso brasileiro, não haveria consenso entre Fidel Castro e Che Guevara para se dar treinamento aos militantes. Guevara se mostrara contrário em função das relações cordiais que o governo brasileiro mantinha com Cuba. Fidel, por sua vez, teve que usar o seu prestígio pessoal para que o treinamento acontecesse. Em segundo lugar, não havia, naquele momento, qualquer preparação, programa ou estrutura prévia para que o curso acontecesse adequadamente, tendo sido feito de forma improvisada.²⁷⁵

Resolvido o impasse com os dirigentes cubanos, os brasileiros, entre os quais estavam os futuros líderes do dispositivo militar das Ligas Camponesas (Clodomir Santos

²⁷⁴ Entrevista de Clodomir Santos de Moraes ao autor, op. cit.

²⁷⁵ *Ibidem*. Sobre a falta de estrutura para a realização dos cursos, vale lembrar que ainda em 1965, quando membros do MNR foram fazer treinamento em Cuba não havia uma estrutura preparada, e os militantes brasileiros acabaram ajudando a construir a escola. Pela leitura do livro de Denise Rollemberg, somente os militantes que foram posteriormente a Cuba (da ALN, do MR-8 e da VPR) encontraram uma estrutura mais adequada, ainda que em muitos aspectos precária. (ROLLEMBERG, Denise, op. cit.).

de Moraes, Adauto Freire da Cruz, Mário Luiz de Carvalho, Ozias Ferreira e Bonilla), foram até um quartel em Manágua para iniciar o treinamento. Lá chegando, se decepcionaram com o fato das atividades se resumirem a questões estritamente militares, não tendo nem mesmo atividades de sobrevivência. Segundo Clodomir, em seu grupo havia gente que sabia manejar tanques de guerra e os cubanos queriam lhes ensinar a atirar com velhos fuzis 1908, quando eles esperavam ter aulas sobre

“o processo revolucionário, sobre a luta armada no concreto...(…). Conhecer mais sobre a luta armada no que diz respeito à organização das massas no geral, quando a luta armada tem uma base social poderosa...porque dar tiro a gente sabe.”²⁷⁶

Os brasileiros acabaram fazendo o curso de acordo com a vontade dos instrutores cubanos muito mais por respeito ao empenho de Fidel Castro em realizar o treinamento. Entretanto, dado as suas características, Clodomir de Moraes não acredita que possa ser considerado um verdadeiro treinamento, na medida em que não aprenderam nada além do que já sabiam em termos militares e nada sobre as questões políticas, que a seu ver eram mais importantes. Após este “curso” realizado em Cuba, ainda outros militantes voltaram àquele país, mas apenas para apreender alguns aspectos específicos úteis à guerrilha, como foi caso de Pedro Porfírio, que lá foi para aprender a fabricar bombas de plástico²⁷⁷. Com essa viagem, o grupo decidiu²⁷⁸ que o treinamento guerrilheiro deveria ser feito no Brasil e, com ajuda de setores cubanos, voltaram e deram início imediato a preparação do dispositivo militar das Ligas Camponesas.

O dispositivo militar e os campos de treinamento guerrilheiro.

Segundo a versão de Clodomir de Moraes²⁷⁸, a motivação para a criação dos “focos de resistência guerrilheira” veio com a invasão da Baía dos Porcos, em abril de

²⁷⁶ Entrevista de Clodomir ao autor, op. cit.

²⁷⁷ *Ibidem*.

²⁷⁸ A versão de Clodomir Moraes sobre a questão dos campos de treinamento guerrilheiro pode ser vista principalmente em um pequeno texto que escreveu, provavelmente no final dos sessenta, sobre a história das Ligas. A primeira edição é de 1970 (MORAIS, Clodomir Santos de. *Peasant leagues in Brazil*. In: STAVENHAGEN, Rodolfo. *Agrarian problems and peasant movements in Latin America*. New York: Anchor Books, 1970, publicada em inglês; a segunda foi publicada em Honduras, em espanhol, em 1976. Somente em 1997 o texto foi traduzido para o português e publicado pelas edições IATTERMUND. Utilizamos ainda a entrevista que ele nos concedeu (op. cit.) e, ainda, a entrevista concedida a Dênis Moraes.

1961. A idéia era a de que o exemplo da tentativa de invasão de Cuba pelos EUA colocava em perigo qualquer governo amigo dos cubanos no continente, inclusive o de Jânio Quadros. Além da ameaça externa, era de se considerar que em sete anos o Brasil havia passado por pelo menos sete tentativas de golpes contra o regime representativo. Por fim, havia os enormes suprimentos de carabinas e fuzis automáticos (25 mil armas) proporcionados pelo governador Adhemar de Barros, do estado de São Paulo, para que os latifundiários se defendessem da Reforma Agrária. Todos esses elementos juntos fizeram com que os dirigentes das Ligas abandonassem o plano de organização camponesa a longo prazo e passassem a preparar a resistência guerrilheira.²⁷⁹

A concepção geral do dispositivo militar ficou sob a responsabilidade de Clodomir Santos de Moraes, que tinha o papel ainda de ligação entre o “setor armado” e o setor “de massas” ou “político” das Ligas camponesas, sendo que este último era liderado por Francisco Julião.²⁸⁰ Pela própria natureza das atividades, a atuação do setor armado era feita de forma absolutamente clandestina e autônoma em relação ao restante do movimento. O que não significa dizer, como fizeram alguns autores, que o setor político, ou mais especificamente Francisco Julião, não soubesse da existência dos preparativos guerrilheiros. Na verdade, por motivos de segurança, as atividades eram compartimentadas e, neste caso, Julião era responsável pelo proselitismo político junto às massas, não lhe cabendo participar de decisões que diziam respeito à guerrilha.²⁸¹

O dispositivo militar não se restringia aos campos de treinamento propriamente dito, como o que se tentou organizar em Goiás. A idéia era ter, espalhados pelo país, diversos esquemas militares que deveriam se juntar no momento da eclosão da guerrilha, como mapeamento de áreas, campos de pouso, estoque de armas etc. Dessa forma, além do campo de treinamento Dianópolis, havia outros dispositivos em Gilbués, no Piauí; em Itanhém, no sul da Bahia; na Serra da Saudade, entre Rondonópolis e Alto Garças, no Mato Grosso, que foi depois transferido para a Serra Jacira. Em um segundo momento, ainda surgiriam os campos de Rio Preto, no interior do Estado do Rio de Janeiro; em

²⁷⁹ MORAIS, Clodomir Santos de. *História das ligas camponesas do Brasil*, op. cit., p. 39.

²⁸⁰ Sobre a autonomia do setor armado, ver AZEVEDO, Fernando, op. cit., p. 94 e MORAIS, Clodomir Santos de. *História das ligas camponesas do Brasil*, op. cit., p.40. Ver ainda sobre a questão PAGE, Joseph, op. cit., p. 119.

²⁸¹ Entrevista de Clodomir ao autor, op. cit.

Prudentópolis, no Oeste do Paraná, depois transferido para uma região entre Cascavel e Toledo; em São João dos Patos, no Maranhão e na fronteira do Acre com a Bolívia.²⁸²

O setor militar também era compartimentado. Os membros de cada dispositivo sabiam apenas o que dizia respeito a suas atividades, e desconheciam a localizações dos outros grupos. Apenas quem conhecia toda a estrutura eram os comandantes militares da guerrilha: Aduino Freire da Cruz, Mário Luiz de Carvalho, Ozias Ferreira e Bonilla. Clodomir Santos de Moraes não sabia da localização de todos os dispositivos, mas fora o responsável, juntamente com a comissão militar, da concepção geral do projeto guerrilheiro, não sendo, porém, responsável por sua implantação propriamente dita, na medida em que esta era uma atividade clandestina e ele trabalhava como jornalista, levando uma vida dentro da legalidade.²⁸³

No caso do campo de treinamento guerrilheiro de Dianópolis, Clodomir Santos de Moraes, e outras pessoas oriundas do nordeste, particularmente de Pernambuco, todos pertencentes ao setor armado das Ligas, começam a chegar em Goiás em novembro de 1961 e a comprar algumas fazendas no município de Dianópolis. Ao mesmo tempo, Clodomir visitou várias das autoridades da cidade (prefeito, juiz, padre etc) anunciando que iria fundar na região uma Companhia Agropecuária, que faria parte da “Companhia Capitalista do Nordeste”.²⁸⁴ Depois de estabelecer legalmente a companhia, chegaram outros membros da organização que, após algum tempo fazendo proselitismo entre os trabalhadores da região, criaram a Associação Goiana dos Trabalhadores do Campo (AGTC), que funcionava como uma Liga Camponesa. A partir deste momento, segundo fontes do exército, o grupo teria começado a fazer agitação e propaganda política na região, buscando o apoio e engajamento dos camponeses.²⁸⁵ Por trás de toda a atividade estava o propósito de criar os “campos de treinamento guerrilheiro”. De fato, sob a fachada legal

²⁸² As informações sobre os campos são de Clodomir Santos de Moraes em entrevista a Dênis de Moraes (MORAES, Dênis, op. cit., p. 84).

²⁸³ Entrevista de Clodomir ao autor, op. cit.

²⁸⁴ Informações sobre a montagem dos campos de treinamento podem ser vistas em PAGE, Joseph, op. cit., p. 118-124 e, principalmente, no “Relatório sobre a infiltração fidelista e os acampamentos de guerrilha” feito pelo Tenente-coronel Nicolau José de Seixas, que foi responsável pela operação do exército que os descobriu. O relatório, que faz uma análise minuciosa dos passos seguidos pelos membros das Ligas, foi publicado no jornal *Correio da manhã*, do Rio de Janeiro, na edição de 30 de janeiro de 1963.

²⁸⁵ “Relatório sobre a infiltração fidelista e os acampamentos de guerrilha”. *Op. Cit.*

das Ligas de Goiás, estava Carlos Montarroyo, que era o responsável pela implantação do campo de treinamento na região.

Durante ou quase um ano em que os militantes estiveram envolvidos na organização dos campos, pouco fizeram em termos práticos. Havia, na verdade, planos relativamente definidos de como deveria funcionar o esquema guerrilheiro. Neste sentido, segundo Clodomir, o campo de Rio Preto poderia servir para ações nas ligações rodoviárias, ferroviárias e energéticas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. O campo do Acre serviria como centro de compra e armazenamento de armas compradas na Bolívia. A guerrilha contava ainda com uma estação de rádio, camuflada em um barco no Rio Araguaia, que funcionava em ondas curtas.²⁸⁶ As atividades dos militantes durante a vigência do esquema guerrilheiro se resumiram ao reconhecimento do terreno e na formação política dos quadros guerrilheiros recrutados nas Ligas. Além disso, fazia-se transferências dos membros entre um campo e outro para “conhecerem vários tipos de terrenos, o que seria útil em caso de eclosão do movimento guerrilheiro”.²⁸⁷

Em termos de ações de treinamento guerrilheiro propriamente dito, quase nada foi feito. O que conseguiram, de fato, foi o que tinham realmente experiência e prática política: a organização dos camponeses em associações, a exemplo das Ligas Camponesas. Como admite o próprio Clodomir Santos de Moraes,

“Os homens das Ligas que fundaram os campos de treinamento de guerrilhas, desprovidos de preparação adequada, pouco puderam transmitir da arte militar aos seus companheiros. Em um ano, à espera de uma voz de comando que nunca chegou, os futuros guerrilheiros tiveram que enfrentar todas as naturais conseqüências de um longo período de isolamento; da falta de atividade prometida; da ausência de um programa armado bem definido e, ainda mais, da falta de uma sólida unidade dos organismos dirigentes, fatores estes que destroem moral, política, ideológica e organicamente a qualquer grupo de combatentes.”²⁸⁸

Foi nesta situação que, em novembro de 1962, o grupo de Dianópolis viu chegar durante a noite um grupo do exército na fazenda, causando a fuga dos militantes que lá se encontravam. As versões sobre a dissolução dos campos são controversas. Primeiro, para alguns, como o próprio Clodomir, as autoridades já sabiam o que se passava na região

²⁸⁶ MORAES, Dênis de, op. cit., p. 85.

²⁸⁷ *Ibidem*, p. 85.

²⁸⁸ *Ibidem*, p. 41.

e vinham a tempo vigiando as atividades do grupo.²⁸⁹ Já em um livro autobiográfico recente, Flávio Tavares, que nos anos sessenta teve ligações políticas com Leonel Brizola e com a chamada Guerrilha do Caparão, relata que a descoberta teria se dado completamente ao acaso. Em sua versão, o tenente responsável foi alertado dos constantes carregamentos de “geladeiras” que chegavam as fazendas, e cogitava que se tratasse de armas que estariam sendo contrabandeadas pelos latifundiários de Goiás, que se preparavam para se opor aos planos de reforma agrária de Jango. Ao chegar na fazenda, o que o exército encontrou

“foi algumas armas e muitas, muitas bandeiras cubanas, retratos e textos de discursos de Fidel Castro e do deputado pernambucano Francisco Julião, manuais de instrução de combatente, além de planos de implantação de outros futuros focos de sabotagem e uma minuciosa descrição *dos fundos financeiros enviados por Cuba para montar o acampamento* e todo o esquema de sublevação armada das Ligas Camponesas noutros pontos do país.”²⁹⁰

Menos de um mês depois do aniquilamento do campo de treinamento de Dianópolis, Clodomir Santos de Moraes foi preso no Rio de Janeiro, juntamente com José Francisco da Silva e Célia Lima, transportando armas que, segundo a polícia, estariam sendo levadas para Goiás, o que é pouco provável dado o recente desbaratamento da organização naquela região.²⁹¹ Segundo Clodomir, eles tinha decidido abandonar um “aparelho” na cidade do Rio e levar as armas para o interior do Estado quando foram pegos pela polícia. Ainda segundo o dirigente, a prisão ocorreu porque o veículo foi denunciado por militantes que não tinham conseguido manter-se no esquema guerrilheiro, voltando-se então contra ele.²⁹² Durante os acontecimentos, as Ligas, por clara estratégia política, negaram qualquer forma de ligação com o esquema guerrilheiro clandestino, e acusaram o exército e a polícia, tanto no caso de Dianópolis, quanto da prisão de Clodomir, de abuso de autoridade e de terrorismo contra a organização dos camponeses.²⁹³

O caso dos campos de treinamento guerrilheiro trouxe à tona um tema que acarretaria problemas para a diplomacia cubana e brasileira. Entre o material apreendido pelo exército em Dianópolis, estavam documentos que mostravam claras ligações entre

²⁸⁹ PAGE, Joseph, op. cit., p. 122.

²⁹⁰ TAVARES, Flávio, op. cit., p. 77-78 (Grifo nosso).

²⁹¹ “Comunistas transportam armas de guerra”. *Correio da manhã*, 14/12/1962.

²⁹² MORAES, Dênis de, op.; cit., p. 89.

²⁹³ Para a visão das Ligas sobre os episódios, ver dois artigos publicados em seu jornal: “Juiz fascista faz do exército capitão-do-mato, inventa umas supostas guerrilhas e executa plano contra Ligas Camponesas”. *Liga*, 11/12/1962 e “Os camponeses devem resistir à violência revolucionária”. *Liga*, 18/12/1962.

Cuba e os campos de treinamento guerrilheiro ainda no período do governo João Goulart. Os papéis apareceram quando um diplomata cubano veio ao Brasil e recebeu os tais documentos do governo brasileiro, que fizera um gesto conciliatório diante das graves implicações da participação cubana em um plano de guerrilha contra um país que mantinha relações diplomáticas com a ilha de Fidel Casto. De volta ao seu país, o ministro cubano morreu em um desastre de avião perto de Lima, no Peru. Os documentos que o cubano transportava, entretanto, caíram nas mãos da CIA, e foram divulgados pela imprensa, inclusive no Brasil.²⁹⁴

Entre outras informações, os documentos assinados por líderes do campo de treinamento guerrilheiro, Tarzan de Castro e Carlos Montarroyo, demonstravam uma série de divergências destes com a liderança de Clodomir Moraes. Por exemplo, um problema que incomodava seria o fato de Clodomir enviar para fazer treinamento em Cuba “boêmios da cidade”, enquanto deixava de lado “companheiros que já estavam nos dispositivos militares há quase dez meses”. Além disso, denunciava ao governo cubano que o dinheiro que este enviava ao Brasil estava sendo aplicado de forma “irresponsável e mentirosa” pelo esquema guerrilheiro.²⁹⁵ Não interessa aqui insistir em temas como este, que dizem respeito a disputas internas que pouco servem aos interesses de nossa pesquisa. Ainda assim, vale registrar a versão de Clodomir Moraes, para quem os documentos foram escritos por Montarroyo e Tarzan de Castro após terem sido expulsos do esquema guerrilheiro, o que explicaria as falsas denúncias que apresentam.²⁹⁶

Outro tema polêmico que envolve a queda dos campos de treinamento é o da implicação do governo cubano no apoio financeiro à guerrilha no Brasil, ainda mais com a apreensão dos documentos citados acima. O que está fora de dúvida é que houve apoio do governo cubano, principalmente de Fidel Castro, na medida em que propiciou os cursos de treinamento em seu país. Em relação aos recursos financeiros, segundo Clodomir de Moraes, vieram não exatamente do governo de Cuba, mas da Associação Nacional dos Agricultores Cubanos, com a qual as Ligas mantiveram contato desde 1961, quando participaram de sua inauguração. A ANAC teria se constituído em importante fonte

²⁹⁴ TAVARES, Flavio, op. cit., p. 78.

²⁹⁵ Os documentos foram publicados sob o título “Agentes de Fidel relatam atividades e pedem recursos para fazer subversão”. *Correio da manhã*, 29/01/1963.

²⁹⁶ Entrevista de Clodomir ao autor, op. cit.

financeira para as Ligas, que recebiam ainda recursos da Federação Sindical Mundial e de outras organizações de trabalhadores de países socialistas.²⁹⁷

Em seu livro sobre o treinamento guerrilheiro em Cuba, Denise Rollemberg demonstra que enquanto havia um setor do Estado cubano que estava sintonizado com a realidade das derrotas das tentativas de implantação de focos, e a redefinição do apoio às guerrilhas no continente, havia outro setor afinado com o mito da vanguarda, que eram os que estavam envolvidos com a *exportação da revolução*.²⁹⁸ Neste sentido, nos parece plausível a versão de Clodomir sobre a origem dos recursos financeiros das Ligas, que viriam da ANAC e não do governo cubano. De qualquer forma, certamente houve o aval de Fidel Castro. Afinal, é difícil imaginar que se pudesse agir em Cuba sem que o aparato do Estado não fizesse pelo menos vistas grossas às operações financeiras envolvendo o Brasil.

As divergências internas que acompanharam as Ligas desde o início dos anos sessenta – entre o setor de massas e o militar - reapareceriam ainda uma vez no momento da avaliação da experiência guerrilheira. Os dois principais líderes, Francisco Julião, maior expoente político das Ligas Camponesas, e Clodomir Santos de Moraes, responsável pela concepção geral do dispositivo militar, fazem avaliações bastante diferentes sobre a questão.

Para Clodomir Moraes, a principal causa estava na falta de unidade das próprias Ligas Camponesas, que desde o início fora um movimento “bicéfalo”. De um lado, o antigo grupo que saíra do PCB, responsável por organizar o esquema guerrilheiro; de outro, Julião, “propagandista urbano da luta armada”. Este último teria deixado vários movimentos “esquerdistas” se aproximarem das Ligas, inclusive com a tentativa de tomar conta dos campos de guerrilha. Além disso, Francisco Julião teria direcionado os recursos do movimento para a sua campanha eleitoral, enquanto os guerrilheiros passavam sérias dificuldades materiais. Todos esses elementos, segundo Clodomir, explicariam o enfraquecimento e a derrota do projeto de luta armada das Ligas Camponesas.²⁹⁹

Já Francisco Julião, mesmo sendo o principal dirigente das Ligas, se isenta de qualquer responsabilidade sobre o problema. Segundo Julião, ele, desde o princípio, havia

²⁹⁷ *Ibidem*.

²⁹⁸ ROLLEMBERG, Denise, op. cit., p. 18.

²⁹⁹ Ver a interpretação de Clodomir sobre o fracasso do projeto de luta armada em MORAIS, Clodomir Santos de. *História das ligas camponesas do Brasil*, op. cit., p. 40-44 e em MORAES, Dênis de, op. cit., p. 80-92.

sido contra a implantação dos campos de treinamentos e tinha tentado dissuadir os participantes, demonstrando a inviabilidade do projeto. Em suas palavras:

“As pessoas encarregadas de implantar o movimento guerrilheiro eram muitas delas ligadas às Ligas, e por isso associavam as guerrilhas a mim. Tive de assumir calado, para não criar problemas no relacionamento entre Brasil e Cuba. Assumi calado a responsabilidade por algo que absolutamente não havia querido que se fizesse no Brasil. Mas se fez. Num dado momento, recebi denúncias de que os focos haviam sido detectados e imediatamente tratei de buscar o encarregado de conduzir esse movimento e avisar: ‘Olha, vocês estão furados, tratem de abandonar esse dispositivo, porque não tem mais sentido’. (...)Essa aventura teve curta duração e foi um fracasso total. *Falta de habilidade.*”³⁰⁰

É interessante notar que, para Francisco Julião, o fato de não saber a localização dos campos de treinamento o isenta da responsabilidade sobre o projeto de luta armada das Ligas Camponesas. Entretanto, é bom que se diga que ele, por outro lado, como principal dirigente das Ligas, não fez qualquer esforço para de fato por fim ao treinamento guerrilheiro. Wanderley Guilherme, que participou de uma reunião com Julião, na qual foram denunciados vários problemas pelos quais passavam os campos guerrilheiros, afirma que a resposta do dirigente foi a de que “as divergências existiam, mas que esperava que se resolvessem da melhor maneira possível”.³⁰¹

Não estamos afirmando que Julião foi responsável pelos campos de treinamento ou por qualquer tentativa de organização armada dos camponeses, o que já foi demonstrado por outros autores. Por outro lado, dificilmente pode-se aceitar a tese de que ele era contrário à idéia de uma solução revolucionária para o Brasil do tipo que havia acontecido em Cuba. Ou ainda, que Clodomir Santos de Moraes tenha conseguido, sozinho, espaço e força política suficientes dentro das Ligas Camponesas para angariar recursos financeiros e humanos para a criação dos campos sem a conivência de Francisco Julião.³⁰²

Não à toa, setores importantes das esquerdas e da direita golpista do período viam Julião como um potencial líder de uma revolta armada dos camponeses. Aceitar pouco criticamente a tese da responsabilidade unilateral de Clodomir Moraes pode se

³⁰⁰ MORAES, Dênis de, op. cit., p. 225 (Grifo nosso).

³⁰¹ *Ibidem*, 1989, p. 90.

³⁰² Na entrevista que nos concedeu, Clodomir Santos de Moraes afirma que, de fato, Julião não sabia a localização dos campos, nem os detalhes sobre o dispositivo militar, mas que “alguma coisas ele sabia”, e não era contra a existência dos mesmos.

revelar tão ingênuo quanto a afirmação de um recente biógrafo de Francisco Julião, segundo o qual não há dúvida que este era contra a luta armada³⁰³. Os discursos do próprio Julião no período que antecedeu o golpe, que apontavam claramente para a defesa de uma solução revolucionária para a questão do campo, se afastando paulatina e irreversivelmente dos caminhos institucionais; e a preocupação que suscitava tanto aos inimigos políticos, quanto aos órgãos de segurança, põem em xeque as interpretações mais simplistas sobre a questão.

A nosso ver, o fato de não ter efetivamente participado da preparação do esquema guerrilheiro e, logo após o golpe, ter se tornado claro que Julião não tinha nenhum dos mil camponeses armados que anunciara a Fidel Castro, e ter apenas com dificuldade conseguido escapar do país para o exílio, não significa que a guerrilha não tivesse o apoio, ou pelo menos simpatia, de setores das Ligas, inclusive de Julião. Não se pode deixar de lado o entusiasmo com o qual membros das Ligas Camponesas participaram da campanha contra a invasão de Cuba; os artigos publicados no jornal *Liga* que, veladamente ou não, elogiavam o regime e o caminho revolucionário cubano. Além disso, havia os inúmeros camponeses nordestinos que visitaram Cuba e os próprios discursos inflamados de Julião em favor da ilha de Fidel Castro, como elementos que devem ter levado parte das Ligas a se deixarem influenciar pelo projeto revolucionário cubano, e mesmo, por que não, de demonstrarem simpatias e apoiarem uma proposta da luta armada a partir do campo.

É o que revela o depoimento de Elizabeth Teixeira, viúva de João Pedro Teixeira, que continuou a luta do marido em Sapé, Paraíba, após o seu assassinato.³⁰⁴ Elizabeth, que não teve qualquer ligação com o esquema guerrilheiro, principal líder da Liga Camponesa de Sapé, e que era mesmo tida como “julianista”, por ser próxima da esfera de influência de Francisco Julião, afirma que não somente ela, mas outros camponeses aprovaram a existência dos campos de treinamento, e achavam correto que eles tivessem armas para se defender e para fazer uma Reforma Agrária. Mais do que isso

³⁰³ SANTIAGO, Vandec. *Francisco Julião - luta, paixão e morte de um agitador*. Recife: Assembléia Legislativa de Pernambuco, 2001, p. 121.

³⁰⁴ Sobre as Ligas Camponesas de Sapé, e sobre Elizabeth Teixeira, ver: RANGEL, Maria do Socorro, op. cit.

pensava que seria importante ter trazido alguns membros do grupo do Clodomir para também “preparar os camponeses da Paraíba”.³⁰⁵

A simpatia de Elizabeth pelo esquema guerrilheiro tinha razões que não são difíceis de entender. Passa certamente pelas campanhas em favor de Cuba, pela adoção de palavras-de-orden pró-cubanas em manifestações das Ligas de Sapé, como “Viva a Cuba!, Viva A Fidel!, Viva as Ligas Camponesas!”, (acrescentaríamos aqui os discursos de Julião sobre a revolução cubana), pela visita de Célia Guevara, mãe de Che Guevara, à Sapé³⁰⁶; pela difícil luta a favor da reforma agrária diante da crescente violência praticada pelos latifundiários, que tiraram a vida de seu próprio marido e tentaram matar seu filho. Diante dessa situação de radicalização das lutas no campo, segundo Elizabeth, ela e seus companheiros ansiavam por algo como o que havia acontecido em Cuba: apoiavam uma guerrilha que implantasse o socialismo e uma reforma agrária no país.³⁰⁷

Por fim, vale dizer que, indo contra uma linha interpretativa bastante presente nas análises sobre a ditadura militar no Brasil e a luta armada, o caso da aproximação de setores das Ligas Camponesas de idéias oriundas da revolução cubana, e, principalmente, a criação dos campos de treinamento guerrilheiro no governo de João Goulart, demonstram que a opção, e/ou a simpatia de uma parte da esquerda brasileira pela luta armada antecede o golpe militar de 1964. Acreditamos que isso coloca em xeque uma interpretação que tem privilegiado a hipótese de que a luta armada no Brasil surgiu exclusivamente como resposta ao golpe de 1964, ou ao fechamento da ditadura com o Ato Institucional número 5. Não se trata de negar a importância do golpe militar como fator de desencadeamento da luta armada nos anos sessenta, mas sim de não obscurecer o debate interno das próprias organizações que surgiram antes de 1964, que não descartavam a utilização da luta armada para a transformação da sociedade brasileira.

A análise de que nas condições sócio-políticas brasileiras nos anos sessenta, sem a instauração da Ditadura militar, não havia condições para o surgimento da luta armada, desconsidera tanto eventos como o dos dispositivos militares das Ligas, como a radicalização e o crescimento vertiginoso da violência no campo brasileiro. Além disso,

³⁰⁵ Memórias das Ligas Camponesas. Uma conversa com Elizabeth Teixeira (Fita 4). Entrevista dada a Maria do Socorro Rangel e Jean Rodrigues Sales em 10 de junho de 2003, à disposição no Arquivo Edgard Leuenroth, na UNICAMP.

³⁰⁶ Sobre a visita, ver: “D. Célia Guevara fala aos camponeses de Sapé”. *Novos Rumos*, 16 a 22/06/1961.

³⁰⁷ *Ibidem*.

deixa de lado exemplos de experiências de várias guerrilhas que surgiram na América Latina nos anos sessenta, em países em que não necessariamente havia se instaurado Ditaduras Militares.³⁰⁸ Destas, vale destacar o caso do Uruguai (àquela altura considerado a “Suíça da América Latina” por causa de sua longa estabilidade política em um continente marcado por uma intensa violência e descontinuidade institucional), no qual em pleno regime democrático viu surgir o movimento guerrilheiro *MLN-Tupamaros*.³⁰⁹

³⁰⁸ Sobre os movimentos guerrilheiros nos anos sessenta e setenta na América Latina, ver VAYSSIÈRE, Pierre. *Les révolutions d'Amérique latine*. Paris: Éditions du Seuil, 1991.

³⁰⁹ Sobre o movimento guerrilheiro no Uruguai, ver ALDRIGUI, Clara. *La izquierda armada. Ideología, ética e identidad en el MLN-Tupamaros*. Uruguay: Ediciones Trilce, 2001 e LESSA, Afonso. *La revolución imposible. Los tupamaros y el fracasso de la via armada em el Uruguay del siglo XX*. Montevideo/Uruguay: Editorial Fin de Siglo, 2003.

Capítulo VI

A adesão ao marxismo e a influência da revolução cubana na história da Ação Popular.

O objetivo geral deste capítulo é entender qual foi a influência do que se convencionou chamar de castro-guevarismo, ou foquismo, na história da Ação Popular (AP) no decorrer da década de sessenta, sobretudo no que diz respeito a sua evolução ideológica rumo ao marxismo. Como em outros capítulos desta tese, trata-se muito mais de fazer uma análise sobre as influências teóricas dessas idéias revolucionárias na trajetória ideológica da AP, do que um estudo exaustivo da história da organização.

O interesse pela história da AP, em uma tese que trata basicamente de organizações comunistas³¹⁰, está na singularidade que marcou a trajetória dessa organização no seio da Nova Esquerda brasileira até a sua adesão ao marxismo, através de uma passagem pelo maoísmo. Além de aspectos levantados por outros autores, como a sua importância nos movimentos sociais do período, particularmente no movimento estudantil, e no caminho aberto no interior da Igreja Católica brasileira, possibilitando, anos mais tarde, não só o surgimento, mas também um alto grau de adesão à Teologia da Libertação e a outros setores progressistas ligados à Igreja é de se destacar a importância da origem e do significado da AP dentro do campo das esquerdas brasileiras no início dos anos 60. Enquanto a maioria dos grupos surge de cisões ou em oposição ao PCB, mas ligados de alguma forma ao ideário representado pela tradição leninista, a AP aparece com uma proposta de luta contra o capitalismo e a favor da construção de um socialismo preocupado com a liberdade do homem e em oposição ao socialismo existente na URSS. Essa característica ideológica a coloca em um lugar especial no processo que Marco Aurélio Garcia chamou de “perda de significação relativa da esquerda tradicional no país, em particular do Partido Comunista”.³¹¹

³¹⁰Com exceção das Ligas Camponesas que, não sendo uma organização comunista, foi responsável, como vimos acima, pela organização de um dispositivo militar com claras influências foquistas.

³¹¹GARCIA(1979). Vale lembrar ainda que o PCB tenha vivido no pré-64 um dos seus momentos de maior importância política e ideológica, nesse momento também surgiram organizações que se contrapunham a ele, caso da POLOP, do PC do B, das Ligas Camponesas, de um nacionalismo revolucionário (Leonel Brizola), da própria AP, o que demonstra a sua relativa “perda de significação”, como indica Garcia.

O que pretendemos aqui é focar o papel que desempenhou as idéias originárias da revolução cubana na trajetória da organização. A esse respeito, vale adiantar que a chamada fase castrista da AP não recebeu ainda a atenção devida. Sempre que é mencionada, ela aparece como momento de transição ou preparatório para a adesão da AP ao maoísmo. Este tipo de interpretação, a nosso ver, pouco acrescenta ao entendimento do intenso debate ideológico que ocorreu na organização após o golpe de 1964, que a levaria a assumir o marxismo-leninismo, e durante o qual as idéias de Che Guevara, de Fidel Castro e de Régis Debray tiveram grande importância. Concordamos plenamente com Reginaldo Dias a respeito da complexidade das tendências, projetos e disputas que acompanharam a trajetória da AP que, muitas vezes, ficaram ofuscados pela análise de Aldo Arantes e Haroldo Lima³¹², que cristalizou certa interpretação sobre a história da Ação Popular,

“como se esta organização, desde a sua origem, tivesse dado passos sucessivos na direção de sua incorporação ao verdadeiro marxismo-leninismo representado pelo PC do B. A avaliação retrospectiva, construída quando a incorporação era fato consumado e sob a leitura que o PC do B fazia do processo, apaga as tensões e a diversidade de posições presentes.”³¹³

A nossa hipótese é a de que entre 1966 e 1967 o castro-guevarismo chegou a ser visto como uma alternativa viável na busca da AP por um caminho para fazer a transformação da sociedade brasileira. Como sabemos, ela acabou aderindo ao maoísmo, mas, antes disso, teve que empreender um amplo debate sobre o significado da experiência revolucionária cubana. Vamos começar o capítulo discutindo as origens da Ação Popular, ressaltando a influência que Cuba pode ter tido em suas primeiras definições de socialismo, para depois discutirmos como essa proposta inicial será modificada pelo impacto do golpe e pela atração exercida pelo foquismo. Em seguida, acompanharemos o momento de maior

³¹² LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

³¹³ DIAS, Reginaldo Benedito. *Sob o signo da revolução brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná – 1962/1973*. Dissertação de mestrado, Assis, UNESP, 1997, p. 131. Felizmente estão surgindo novas interpretações sobre a história da AP que procuram destacar a complexidade da trajetória desta organização, bem como os vários projetos e possibilidades que acompanharam sua história. Podemos lembrar aqui, além da dissertação de Reginaldo Dias (op. cit.), da tese de doutorado de OLIVEIRA Jr., Franklin. *História da Ação Popular*. Tese de doutorado. Recife, UFP, 2000; do texto de RIDENTI, Marcelo. *Ação Popular: cristianismo e marxismo*. In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil vol. V*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002, p. 213-282 e, mais recentemente, da dissertação de OLIVEIRA, Mônica de. *Militantes operários e operários militantes. A experiência da integração na produção na história da Ação Popular (1965-1970)*. Dissertação de emstrado. Campinas: UNICAMP, 2005.

influência do guevarismo dentro do AP. Por fim, trataremos da ofensiva do maoísmo e do abandono por parte da organização das referências cubanas.

Origens da AP

A AP tem as suas origens ligadas à estrutura da Igreja Católica. Ela emerge, fundamentalmente, do interior da Juventude Universitária Católica (JUC), setor especializado no meio universitário, que fazia parte, por sua vez, da Ação Católica (AC), que era uma organização da Igreja voltada para os leigos. Além da JUC, fazia parte da AC uma série de outros grupos especializados em variados setores da sociedade, caso da Juventude Estudantil Católica (JEC); da Juventude Operária Católica (JOC); da Juventude Agrária Católica (JAC) e da Juventude Independente Católica (JIC). É interessante notar que a AC, que foi fundada em 1935, teve em suas origens uma forte ligação com o Integralismo, o qual viria mais tarde a abandonar e a se voltar para um maior envolvimento com os problemas sociais e a defender posições democráticas em meio às lutas sociais no país. Essa trajetória da AC pode ser exemplificada pela atuação de um dos seus membros, o então Padre Hélder Câmara, que fora simpático ao Integralismo na década de trinta e que viria a se tornar uma das personalidades mais proeminentes da Igreja progressista na década de sessenta.

A JUC, por sua vez, embora já existisse anteriormente, passou a organizar-se nacionalmente apenas por volta de 1950. No início, seu objetivo era o de reafirmar os ideais da Igreja, valorizando a ordem e a harmonia social. Caberia a ela no máximo, de acordo com essa visão, “reformatar as consciências individuais para que uma ordem harmônica e justa imperasse no mundo, espelhada na vontade de Deus”³¹⁴. No decorrer da década de cinquenta, porém, haveria uma profunda mudança nas preocupações e na atuação de grande parte dos membros da JUC no sentido de um maior envolvimento com os problemas sociais e políticos do país. Foi essa mudança de rumo que impulsionou muitos membros da JUC a criarem a Ação Popular no início dos anos sessenta.

No processo de transformação da JUC, dois tipos de fatores desempenharam papéis importantes. Um, a mudança ocorrida na própria Igreja, no sentido de uma maior

³¹⁴ Apud RIDENTI, Marcelo. *Ação Popular: cristianismo e marxismo, op. cit.*, p. 215.

aproximação com problemas sociais. Outro, as próprias condições históricas, tanto nacionais quanto internacionais, que marcaram a passagem dos anos cinquenta para a década seguinte. No que diz respeito às mudanças na igreja, segundo Michael Löwy, suas origens remontam ao final da década de 50 e podemos tomar como dois marcos históricos que ocorreram quase simultaneamente em 1958-59:

“um deles no Vaticano – a eleição do Papa João XXIII – e o outro em uma ilha Caribenha: a vitória da Revolução Cubana. Esses eventos possibilitariam, entre outras coisas, o desenvolvimento, no Brasil, no início dos anos 60, de uma *esquerda cristã*, que viria a servir de inspiração para a formação do “cristianismo da libertação”.³¹⁵

Para Löwy, uma das causas do desenvolvimento favorável na igreja brasileira de idéias progressistas está na sua ligação histórica com a Igreja francesa. Isso porque esta, desde o final do século XIX, desenvolveu uma corrente “crítica, anticapitalista, atraída pelo socialismo”. Esta ala, longe de ser unívoca, comportava nomes como Charles Péguy, Thomas Cardonnel, Louis Joseph Lebret, Emmanuel Mounier etc., que viriam a influenciar grandemente os destinos da JUC. Para o autor, as diversas manifestações católicas francesas poderiam ser resumidas em uma frase: “*uma crítica ético-religiosa do capitalismo como sistema ‘intrinsecamente perverso’*”³¹⁶

Dentre as várias corrente francesas, o *Personalismo* de Mounier parece ter sido o que exerceu maior influência sobre a JUC no início dos anos 60, talvez por representar uma terceira posição entre o idealismo cristão e o marxismo. O socialismo de Mounier foi um passo importante na aceitação do marxismo por parte dos militantes da JUC, pois, ainda segundo Löwy,

“Se uma parte do Clero percebia Mounier como uma alternativa cristã aceitável frente ao marxismo, para muitos jovens militantes o socialismo personalista foi uma introdução necessária ao socialismo puro e simples e, às vezes, uma etapa na evolução para o marxismo”³¹⁷

No que diz respeito às circunstâncias históricas, internacionalmente temos em primeiro lugar a vitória da revolução cubana em 1959, que causaria grande impacto nas

³¹⁵ LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 7.

³¹⁶ *Ibidem*, p. 231-233.

³¹⁷ *Ibidem*, p. 239.

esquerdas latino-americanas. No mesmo período, havia ainda a independência da Argélia em 1962; a guerra do Vietnã; as lutas anticoloniais na África e Ásia etc. Além dessas revoluções, que tinham um forte caráter antiimperialista, acontecia também um lento, mas irreversível, processo de crítica ao modelo soviético, iniciado a partir do XX Congresso do PCUS, em 1956. Internamente, o Brasil vivia um processo de efervescência política, particularmente durante o governo de João Goulart, quando boa parte da sociedade se engajou na luta pelas chamadas reformas de base, propostas pelo presidente. Os “tempos de Goulart”, como disse Caio Navarro de Toledo, singularizaram-se dentro da história política brasileira, “neles, a política deixou de ser privilégio do parlamento, do governo e das classes dominantes, para alcançar de forma intensa a fábrica, o campo, o quartel”.³¹⁸ Não seria o caso de insistirmos sobre a história social dos anos sessenta, apenas fixemos que há, naquele momento, uma intensa politização da sociedade, tanto em seus setores progressistas quanto nos conservadores, o que marcou profundamente os jovens da JUC que iriam criar a AP.

Voltando a JUC e ao setor ao qual ela estava inserida, o meio estudantil universitário, devemos lembrar que os estudantes católicos desempenharam um papel importante no período. Já na segunda metade da década de 50, durante o governo JK, a UNE vai aparecer em campanhas importantes, de nítido comprometimento popular, dentro de um processo de politização dos universitários, no qual, segundo João Roberto Martins Filho, mais do que comunistas ou socialistas, o papel principal foi desempenhado pela JUC e pela JEC.³¹⁹

O resultado prático da organização jucista no meio estudantil não demoraria a aparecer. Em 1961, um de seus membros, Aldo Arantes, foi eleito presidente da UNE. A partir de então, a UNE – e, por sua vez, a JUC, já como força hegemônica no movimento estudantil – se envolveu em uma série de episódios importantes da política estudantil e nacional. Entre estes, vale lembrar a participação na campanha pela legalidade liderada por Leonel Brizola, contra a tentativa de um golpe militar em 1961; a campanha pela reforma universitária, que desembocou na chamada *greve de 1/3*, que teve adesão nacional; a

³¹⁸ TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 67.

³¹⁹ MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil na conjuntura do golpe. In: TOLEDO, Caio Navarro de. (org.). *1964: visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo*. Campinas, SP: Edit. da UNICAMP, 1997, p. 75-81, p. 79.

participação na Frente Nacionalista e Popular (FNP) e, por fim, na organização da UNE-Volante, que percorreu praticamente todas as capitais do país, organizando nacionalmente o movimento estudantil.

Toda essa efervescência afetou profundamente os rumos da JUC, cada vez mais comprometida com a luta política nacional, através do movimento estudantil. Foi justamente no meio desse processo, particularmente nos dois primeiros anos da década de sessenta, que foi se forjando a AP, que nasceria oficialmente em 1963.

O nascimento da AP

No decorrer do processo esboçado sumariamente acima, o setor mais à esquerda da JUC se afastava cada vez mais do caminho trilhado pela Igreja, o que aparece de forma clara em seu Congresso realizado em 1960. No documento final, *Algumas diretrizes de um ideal histórico cristão para o povo brasileiro*, foi feita uma condenação do sistema capitalista enquanto estrutura monstruosa, sustentada por toda sorte de abusos, de exploração e de crimes contra a dignidade humana, razão pela qual só poderia merecer a tranqüila condenação da consciência cristã. Junto com essa crítica, foi feita a opção por um “socialismo democrático” e pela “revolução brasileira”, o que implicava uma atuação que ultrapassasse os limites universitários.³²⁰

A mudança de rumo da JUC não tardaria a entrar em choque com a estrutura da Igreja, que em um dos de seus documentos assinalava que os cristãos não poderiam considerar o socialismo como a solução para os problemas políticos e sócio-econômicos do país. Além disso, também foram tomadas medidas contra membros da JUC que tinham ligações com o comunismo, cuja expulsão de Aldo Arantes serve de exemplo, sendo proibida ainda a participação dos jucistas nas eleições e entidades estudantis.³²¹

O conflito com a estrutura da Igreja católica, e a necessidade de uma organização política que fosse capaz de responder aos problemas colocados pela intensa conjuntura política, levou setores da JUC a buscar a criação de uma outra organização,

³²⁰ Ver DIAS, Reginaldo, op. cit., p. 88 LIMA & ARANTES, op. cit., p. 27.

³²¹ DIAS, Reginaldo, op. cit., p. 90.

independente da Igreja. É importante ressaltar que embora o setor oriundo da JUC tenha tido certa predominância na fundação da AP, outros grupos sociais, religiosos e não religiosos, e mesmo alguns que não mais estavam no meio estudantil, tiveram presença na fundação da Ação Popular, conforme afirma Duarte Pereira Pacheco³²², um dos líderes nacionais da AP a partir de 1965.

A Ação Popular foi criada em uma série de três reuniões entre 1962 e 1963, e teve como base principalmente setores da JUC que se encontravam em Minas Gerais, com figuras significativas como Herbert José de Souza (Betinho) e Vinícius Carneira Brant. No Rio de Janeiro, com a presença de Aldo Arantes, primeiro membro do grupo jucista a ocupar a presidência da UNE e na Bahia, a partir da presença Haroldo Lima, Paulo Mendes, entre outros. Além desses Estados, houve apoio para a criação da AP em muitos outros lugares, em grande parte pelo respaldo conseguido pela JUC durante a *greve do 1/3* e da UNE-Volante.

A primeira reunião aconteceu em São Paulo, no início de 1962, e aprovou um documento intitulado *Estatuto Ideológico*, que defendia o “socialismo” e a “revolução brasileira”. O nome então escolhido foi o de Grupo de Ação Popular (GAP), logo depois abandonado para que não se fizesse confusão com um agrupamento de extrema direita chamado Grupo de Ação Patriótica (GAP). Antes de passar a se chamar Ação Popular, o movimento ficou conhecido ainda como “grupão”. A segunda reunião aconteceu em junho de 1962, em Belo Horizonte, momento em que foi adotado o novo nome: Ação Popular. A terceira aconteceu em fevereiro de 1963, na cidade da Salvador. Esta última reunião se constituiu no I Congresso da AP e reuniu um considerável número de participantes, aprovando seu o Documento-Base, que serviria como programa ideológico para a AP, pelo menos oficialmente, até por volta de 1968.³²³

Socialismo com humanismo

³²² *Apud* RIDENTI, Marcelo. *Ação Popular: cristianismo e marxismo*, op. cit., p. 227.

³²³ ARANTES & LIMA, op. cit., p. 35-36.

Chama a atenção no início dos anos 60 a original proposta política feita pela a AP de mudança da estrutura do regime capitalista, que tinha como horizonte claro *um* socialismo que era diferente do que existia na URSS, e voltava-se para a libertação do homem. Nesse sentido, a proposta de socialismo da AP, anterior à sua adesão ao maoísmo, antecipou, em vários aspectos, muitas discussões que surgiriam nas décadas de setenta e oitenta sobre as possibilidades de um socialismo com democracia. Já no documento convocatório para a segunda reunião de constituição da AP, ocorrida em Belo Horizonte, aparecia a proposta singular da AP, dentro do panorama da esquerda nacional, que se definia como “um movimento político-ideológico, fundamentado numa ideologia própria, numa visão do homem e do universo que sendo universal aspira a ser um ponto de convergência e união de todas as forças para trabalhar pelo desenvolvimento integral do homem”. Essa ideologia própria, que se propunha diferenciar-se do marxismo e do idealismo, não impedia que a AP se orientasse em busca do socialismo, constituindo-se em um “movimento revolucionário que se propõe a formar quadros que possam participar de uma transformação radical da estrutura da sociedade brasileira em sua passagem do capitalismo para o socialismo.”³²⁴

Conforme indica Garcia, essas e outras formulações da AP – inclusive aquelas nas quais fala em “Ditadura do Proletariado” – permitiram que alguns dirigentes, em 1967, considerassem a adesão da AP ao marxismo como um reajustamento da teoria a definições políticas que já haviam sido assumidas anteriormente, pelo menos no plano estratégico, que “haviam permitido ao PCB, por exemplo, considerar a Ação Popular como uma organização esquerdista”³²⁵. Destacamos a observação de Garcia para lembrar que, muitas vezes, ao se discutir a história da AP, tem-se dado uma ênfase excessiva a sua adesão formal ao marxismo, deixando de lado as suas propostas e as práticas políticas antes de sua adesão oficial ao “marxismo-leninismo-maoísmo”, que se constituiu em importante experiência da esquerda brasileira.

A proposta de socialismo da AP apareceria de forma mais acabada no documento aprovado em 1963, pelo qual se pautaria até a sua adesão formal ao marxismo-

³²⁴ Apud GARCIA, Marco Aurélio. AP, do cristianismo ao marxismo-leninismo. *Em Tempo*, São Paulo, 1979.

³²⁵ *Ibidem*.

leninismo, via maoísmo. Nele, a organização propunha um “socialismo com o humanismo”. Em outras palavras, um projeto “que procurava harmonizar através de uma nova síntese, a concepção da revolução como necessária negação do capitalismo demandada por suas contradições e o imperativo ético advindo do humanismo.”³²⁶

A perspectiva era de uma revolução socialista, ainda que na análise da sociedade brasileira a AP apontasse a existência de um setor arcaico e feudal no campo, que coexistia com um setor capitalista. Talvez possamos conjecturar que essa opção pela revolução imediatamente socialista esteja ligada ao impacto causado pelo exemplo cubano no continente americano.³²⁷ Do mesmo modo, as idéias oriundas de Cuba, bem como de outras experiências revolucionárias no Terceiro Mundo, talvez tenham levado a organização a não descartar a possibilidade do uso da violência revolucionária. Nas palavras da AP:

“Não nos cabe antecipar a forma pela qual se dará a concretização desse processo revolucionário. No entanto, pode-se dizer que a história não registra quebra de estruturas sem violência revolucionária gerada por essas mesmas estruturas, que produzem, em última análise, essa consequência.”³²⁸

Ainda no Documento Base, a AP, ao analisar as experiências socialistas até então existentes, destaca a revolução cubana como um exemplo da complexidade do “*mundo socialista em gestação*”, que não se confundindo com o bloco “político-militar soviético”, podendo comportar experiências e orientações ideológicas distintas. Nesse sentido, não passa despercebido à AP que “a Revolução Cubana teve um princípio empírico e não ideológico. O caráter marxista-leninista da revolução seria firmado *a posteriori*, apenas em 1961, diante da conjuntura internacional.”³²⁹ Nos parece perfeitamente possível imaginar que na medida em que a AP ressaltava o caráter original da revolução feita pelos cubanos, ela estava ao mesmo tempo justificando a sua proposta de socialismo, que se pretendia independente tanto da tradição de esquerda brasileira como de correntes comunistas internacionais.

³²⁶ DIAS, reginaldo, op. cit., , p. 93.

³²⁷ Marcelo Ridenti também aponta a presença da influência cubana no Documento Base da AP (RIDENTI, Marcelo, op. cit., p. 232).

³²⁸ Documento-Base. In: REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair ferreira de (orgs.). *Imagens da revolução. Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p. 41.

³²⁹ *Ibidem*, p. 38.

Essas conjecturas, pouco usuais, é verdade, ao tratar da influência cubana ainda antes de 1964 na AP, se baseiam principalmente na presença das idéias cubanas na sociedade brasileira em geral, e no movimento estudantil universitário em particular, setor a partir do qual originou-se a AP. É o caso, por exemplo, da própria JUC que, segundo alguns autores, foi influenciada pela revolução cubana em seu processo de radicalização política no final dos anos cinquenta e início da década seguinte.³³⁰

Uma evidência da influência das idéias cubanas sobre o movimento estudantil, e na JUC, o que pode ter se estendido até as primeiras formulações da AP, está nas inúmeras matérias sobre Cuba publicadas no jornal *O Metropolitano*³³¹, órgão oficial da União Metropolitana dos Estudantes do Rio de Janeiro, que circulava como encarte do *Diário de Notícias*, importante informativo do Estado da Guanabara. N^o *O Metropolitano* estava expresso as idéias dos universitários ligados a JUC. Artigos nele publicados, segundo Marcelo Ridenti, deram origem ao livro *Cristianismo hoje*, com textos de frei Cardonnel, do padre Vaz e de Betinho, importantes ideólogos dos primeiros anos da AP.³³² Em muitos dos artigos publicados sobre Cuba, em sua maioria em defesa da ilha de Fidel diante da agressão norte-americana, e de divulgação de notícias sobre a sociedade cubana, era indisfarçável a influência cubana no projeto político dos estudantes brasileiros. Em um dos editoriais, afirmava *O Metropolitano*:

“sabemos que em Cuba tomou-se uma decisão continental: a nossa decisão de liberdade, de democracia e de realização história autentica. Isto nos basta, a nós, os estudantes de uma nação que projeta para sua história a realização deste princípio”.³³³

Outro exemplo do significado e influência de Cuba sobre membros da JUC é o da experiência de Herbert de Souza, que veio a ser o primeiro coordenador da AP e, no pós-64, criticado por defender posições próximas das cubanas. Para ele, nos anos de 59, 60, 61, a revolução cubana era uma presença marcante em Belo Horizonte, “e todos

³³⁰ Nas palavras de LIMA & ARANTES, op. cit., p. 27): “uma melhor compreensão dos problemas estruturais brasileiros, o desenvolvimento da luta de massas no país e o êxito da Revolução Cubana, em 1959, despertaram a JUC para a idéia da Revolução Brasileira” . Ver ainda, RIDENTI, Marcelo, op. cit., p. 216; MARTINS FILHO, João Roberto, op. cit., p. 48) e DIAS, Reginaldo, op. cit., p. 88.

³³¹ Ver, a título de exemplo, as seguintes matérias d’*O Metropolitano*: “Cubanos no Rio” (05/05/1959); “Fidel na praça e na UME” (10/05/1959); “A América Latina não se renderá” (23/04/1961); “a verdadeira face da revolução” (25/12/1960), entre outras.

³³² RIDENTI, Marcelo, op. cit., p. 220-221.

³³³ “Cuba: decisão continental”. *O Metropolitano*, 04/09/1960.

éramos revolucionários cubanos”.³³⁴ Betinho relata um episódio revelador desse espírito “cubano” que reinava no meio estudantil. Quando atuava no Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) pensou em uma manifestação na qual simulariam uma visita de Fidel Castro a Belo Horizonte, aproveitando-se do fato de Castro estar efetivamente naquele momento no Rio de Janeiro, o que ajudava a compor a cena. No dia marcado, um estudante colocou uma barba postiça e fez um discurso em “espanhol” do terceiro andar da sede do DCE. O impressionante no caso, e revelador do clima do período, é que compareceram estudantes de “direita” que não somente acreditaram no simulacro, mas que ameaçaram de morte os organizadores. Após terem conseguido escapar, foram para o centro da cidade fazer discursos sobre a revolução em Cuba.³³⁵

Ainda que possamos levantar a hipótese de que uma certa influência cubana estava presente já nos tempos da JUC, podendo ter chegado às primeiras formulações políticas da AP, é certo que o período de maior impacto das idéias oriundas de Cuba na organização se deu entre 1965 e 1967, no momento em que a AP estava discutindo as perspectivas abertas pelo golpe de 1964 e, neste caminho, a adoção do marxismo-leninismo como teoria oficial. Nessa discussão, as idéias cubanas foram um ponto fundamental de seu debate ideológico, mesmo que a maioria dos militantes tenha optado no final pela adoção do maoísmo como teoria revolucionária para embasar a sua prática política.

O impacto do golpe e a atração pelo foquismo.

Toda a mobilização popular do início dos anos 60, que parecia enfim anunciar uma maior democratização do país, desmoronou sob os tanques que saíram dos quartéis no último dia do mês de março de 1964. A derrota do que parece ter sido o maior movimento de massas da história brasileira marcou profundamente os atores que participaram de seus acontecimentos. A grande culpa recaiu sobre o PCB, então o partido mais importante entre

³³⁴ SOUZA, Herbert José de. *No fio da navalha*. Rio de Janeiro: Revan, 1996. Ver ainda SOUZA, Herbert José de. Depoimento. In: CAVALCANTE e RAMOS (orgs.). *Memórias do exílio*. São Paulo: Livramento, 1978, p. 74.

³³⁵ SOUZA, Herbert José de. *No fio mda navalha*, op. cit., p. 34-35.

os grupos de esquerda, e que estava profundamente identificado com a política de João Goulart. A partir das discussões sobre os erros cometidos e os novos caminhos a serem trilhados, a esquerda brasileira se dividiu em enorme número de grupos, que caminhariam, em muitos casos, na luta armada contra a ditadura militar.

No caso da AP, também as discussões feitas após o golpe modificariam sensivelmente a organização, que reavaliaria criticamente suas posições políticas e ideológicas anteriores. A mudança de rumo da AP apareceria em sua prática – parte de sua direção chegou a se articular com Leonel Brizola, então no exílio uruguaio, em sua tentativa de fazer resistência armada ao regime militar³³⁶ – e, principalmente, em suas concepções ideológicas, com a aprovação da *Resolução Política de 1965*.

Nesse documento, mesmo afirmando certa continuidade com as idéias anteriores, passou-se a enfatizar a necessidade da luta armada revolucionária, com nítida influência foquista. Neste caminho, a *Resolução* fez uma série de críticas a alguns aspectos do Documento Base, como a imprecisão em relação aos objetivos estratégicos e, em consequência, à tática da AP. Segundo a Resolução

“o Documento Base encaminhava para o modelo estratégico de infiltração gradual no poder estabelecido e de radicalização progressiva, através das lutas de massa e ideológicas, tudo conduzindo a uma grave crise decisiva do poder, ou seja, a um desfecho revolucionário. Só que, não prevendo para esse desfecho nenhuma saída, sua estratégia conduzia a um impasse, do que já estamos colhendo frutos antecipados com a ditadura militar implantada no país.”³³⁷

As características da Resolução que têm nítida inspiração foquistas são inúmeras, sobretudo no que se refere ao caminho da luta armada para se chegar a *Revolução Socialista de Libertação Nacional*, conceito eclético que revela diversas influências e incertezas na elaboração na nova política revolucionária da AP. Um primeiro ponto que deve ser ressaltado é que no balanço da “perspectiva histórica latino-americana” a AP reafirma como objetivo político a “revolução socialista”, e afirma como estratégia a “luta insurrecional”.³³⁸

³³⁶ Sobre as articulações de líderes da AP com Brizola no Uruguai ver SOUZA, Herbert José de. Depoimento. In: CAVALCANTE e RAMOS (orgs.). *Memórias do exílio*. São Paulo: Livramento, 1978.

³³⁷ O documento “Uma política revolucionária para o Brasil (Resolução Política de 1965)” pode ser consultado no Fundo Duarte Pereira Pacheco (FDPP) no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), na UNICAMP.

³³⁸ *Ibidem*, p. 33.

A opção desse tipo de luta deveria considerar a falta de condições objetivas da “forma clássica de insurreição ou levante armado urbano”.³³⁹ Neste caminho, devia-se escolher uma estratégia de luta insurrecional que contemplasse certas condições: 1. a possibilidade de sustentar militarmente, desde o início, as frentes de luta institucional; 2. Desenvolver a luta a partir do campo, onde são maiores as condições de resistência diante da superioridade do inimigo; 3. possibilidade de desgaste progressivo do aparelho policial-militar, ao mesmo tempo em que se vai montando o dispositivo armado; 4. favorecer o crescimento das forças populares e a elevação de seu nível de consciência. Em suma, era necessário escolher uma forma de “luta insurrecional” que desse condições para que o povo pudesse “criar gradativamente o seu próprio poder”, “primeiro para vencer o inimigo, e logo como poder para construir a nova sociedade”. O tipo de luta que observava tais condições, segundo a Resolução, era a “*guerra revolucionária*” ou “*guerra de guerrilhas*”, “cuja eficácia já confirmada por várias experiências históricas e cuja estratégia, sistematizada a partir mesmo dessas diversas experiências, *se adapta às condições em que se terá de desenvolver a luta revolucionária no Brasil*”.³⁴⁰

Sobre as condições mínimas necessárias à implantação da guerrilha, entre as quais estava o apoio das massas, o documento pondera que seria necessário buscar um equilíbrio entre o apoio popular e a necessidade urgente do desencadeamento da luta armada. Entretanto, enveredando ainda mais pela idéia tipicamente foquista de que era possível acelerar o processo revolucionário, afirma que

“se a falta das condições mínimas de mobilização e organização condenam a guerrilha a um desastre inevitável, *a exigência prévia de um movimento de massas fortíssimo e perfeitamente estruturado condenaria as forças revolucionárias a uma espera perpétua*, pois não é provável que os movimentos de massas, nas condições presentes e pelas razões já pontadas, sobretudo pela repressão policial, consigam atingir este nível, sem que se desenvolvam simultaneamente no campo uma frente de luta armada que sirva de apoio e sustentação.”³⁴¹

Para a resolução desta difícil equação entre apoio popular e desencadeamento da luta guerrilheira, a Resolução Política se apóia no exemplo das três contribuições fundamentais da revolução cubana para a América Latina apontadas por Che Guevara:

³³⁹ *Ibidem*, p. 55.

³⁴⁰ *Ibidem*, p. 56. Grifo nosso.

³⁴¹ *Ibidem*, p. 63. Grifo nosso.

“primeiro: as forças populares podem ganhar uma guerra contra o exército. Segundo: na América subdesenvolvida, o terreno da lutar armada deve ser fundamentalmente o campo. Terceiro: nem sempre se tem de esperar que dêem todas as condições para a revolução, o foco insurrecional pode ajudar a criá-las”.³⁴²

Como podemos perceber, as formulações da *Resolução Política de 1965* têm clara influência da experiência cubana, o que não significa dizer que a AP teve uma fase tipicamente “castrista”. Essa afirmação, contudo, não diminui em nada a importância do papel desempenhado pelas idéias cubanas no debate ideológico da organização entre 1965 e 1967.³⁴³ Diferentemente de outras interpretações, acreditamos que a linha castro-guevarista chegou a ser uma opção real a ser seguida pela Ação Popular e não apenas uma simples fase de transição ao maoísmo. Essa importância aparecerá, por exemplo, na persistência dentro da AP até 1968 de militantes e de idéias fortemente inspirados pela revolução cubana e na dificuldade da inteira aceitação das teses maoístas pela totalidade da organização.

O castro-guevarismo da AP

Como dissemos acima, não concordamos com afirmações que apontam a existência de uma fase castrista propriamente dita na trajetória da AP, pelo menos na forma que a organização assumiu a fase maoísta como ideologia oficial a partir de meados de 1967.³⁴⁴ O que houve, e é disso que trataremos agora, foi uma presença marcante de idéias cubanas no debate que ocorreu dentro da AP após o golpe, durante o qual o castro-

³⁴² *Ibidem.*

³⁴³ Nos referimos aqui interpretações como a de LIMA & ARANTES, op. cit., que apresenta a história da AP no decorrer dos anos sessenta como uma evolução linear rumo à adesão ao maoísmo e à incorporação ao PC do B.

³⁴⁴ Para Duarte Pereira Pacheco, se entendermos guevarismo como opção pela luta armada; opção pela de guerra de guerrilhas como método para desenvolvê-la e opção pela montagem imediata de um foco guerrilheiro no campo como forma de iniciar a guerra de guerrilhas, a AP não pode ser considerada guevarista, pois nunca aderiu completamente a este programa. Para Pacheco, setores sim da AP chegaram a aderir ao foquismo. (Apud RIDENTI, Marcelo, op. cit., p. 275). Concordamos com a observação de Duarte Pereira sobre o fato da AP não poder ser considerada foquista. Entretanto, suas observações talvez não deixem transparecer que se não era propriamente foquista, se aproximou bastante disso, como pode-se ver pelas formulações da própria *Resolução Política de 1965* e de outras questões que passaremos a discutir adiante.

guevarismo teve um papel fundamental, sendo uma das orientações que a organização poderia vir a assumir como estratégia política.

Ainda sob influência da Resolução Política de 1965, foram feitas mudanças na estrutura organizacional da AP, passando-se do sistema de “coordenação” para o de “comandos”³⁴⁵. Foram criados os Grupos de Ação Armada, os Grupos Armados de Defesa Popular, que deveriam atuar na cidade e uma Comissão Militar, responsáveis pela futura guerrilha no campo. No documento intitulado *Formação do dispositivo armado*, publicado após a Resolução de 1965, ficaria ainda mais clara a influência foquista neste período da história da AP. Sobre o comando da luta política e armada, o texto tentaria encontrar um denominador comum entre a tradição do partido de vanguarda e a guerrilha foquista:

“Do ponto de vista estratégico o comando da luta revolucionária deverá ser único. Isto porque um comando estratégico deve ter uma noção de todo o desenvolvimento da luta revolucionária para ter condições de planejar os desdobramentos da luta. Do ponto de vista tático os comandos deverão ser descentralizados, para maior eficiência da luta. Do ponto de vista tático, ninguém melhor que os que estão diretamente dirigindo a luta para definir a melhor tática a ser seguida. A fixação de um comando tático, único, distanciado das ações concretas leva a um distanciamento das condições sociais de luta, levando a conseqüências desastrosas”.³⁴⁶

A criação dos Comandos Regionais, da Comissão Militar, e a presença de idéias foquistas, trouxeram conseqüências para AP, levando-a a praticar algumas ações militares. São os casos do conhecido atentado ao Aeroporto dos Guararapes, em Recife³⁴⁷; da expropriação de um banco no interior de Alagoas e a tentativa de sabotagem do processo eleitoral na Bahia, com a explosão de uma bomba no Fórum Ruy Barbosa.³⁴⁸ Vale ainda registrar a informação de Jean Marc van Der Weid de que, em 1967, setores castristas da organização chegaram a preparar um plano, não concretizado, para a tomada de cidades no interior do Maranhão, a partir da organização de camponeses liderados por Manuel da Conceição.³⁴⁹

³⁴⁵ Para OLIVEIRA Jr., Franklin. *História da Ação Popular*. Tese de doutorado. Recife, UFP, 2000, p. 246 e RIDENTI, Marcelo, op. cit., p. 231, a mudança organizacional, com a criação do Comando Nacional, revela uma influência da Revolução Cubana.

³⁴⁶ Apud OLIVEIRA Jr., Franklin, op. cit., p. 246.

³⁴⁷ Trataremos adiante mais especificamente sobre este atentado, por hora fica registrado apenas como uma das ações, que se pode chamar em sentido amplo de foquista, praticada pela AP.

³⁴⁸ Sobre as ações armadas da AP, ver *Ibidem*, p. 268).

³⁴⁹ Apud RIDENTI, Marcelo, op. cit., p. 240.

As ações descritas acima eram acompanhadas de uma visão positiva dentro da organização sobre o processo revolucionário cubano. Ainda estava distante o momento em que a sua direção acusaria a revolução cubana de ser um movimento “pequeno-burguês”. Em 1966, Cuba era apresentada ao conjunto da AP como um exemplo de que a luta guerrilheira era correta e que era possível libertar um país da dominação estrangeira, mesmo quando a potência dominadora esteja a menos de 200 km de distância. Enfim, ela ensinara que quando uma “ditadura domina violentamente o povo e o foco guerrilheiro inicia a luta e conclama o povo e o povo adere, a revolução é vitoriosa e o país se liberta”³⁵⁰

O interesse e a permeabilidade da AP ao foquismo vai aparecer de forma ainda mais clara nos “Textos para debates”³⁵¹, organizados pelo Comando Nacional, entre 1965 e 1966, em seu esforço de buscar uma definição ideológica e um caminho de luta contra a ditadura militar. Entre outros textos publicados, estavam o *Guerra de guerrilhas um método*, de Ernesto Che Guevara; *Fidelismo: a longa marcha da América Latina* e *América Latina: alguns problemas da estratégia revolucionária*, de Régis Debray.

Inegável que a escolha dos textos não se dava ao acaso, foram escolhidos exatamente os autores responsáveis pela elaboração da teoria do foco para se discutir uma perspectiva revolucionária para AP³⁵², em um momento em que setores importantes da organização pensavam em uma forma eficaz de recriação, de acordo com as condições brasileiras, do foco guerrilheiro. É o que demonstra, por exemplo, a apresentação do “Texto para debate n. 9”, escrito provavelmente por Duarte Pereira Pacheco, que era o responsável pelo setor de formação de militantes. Nesta apresentação, ao comentar o texto de Régis Debray *América Latina: alguns problemas da estratégia revolucionária*, Pacheco afirma que diante do fato de não haver condições no continente para a aplicação clássica da guerra de guerrilhas e que esta teoria deveria ser não somente assimilada mas também recriada por cada o povo da América Latina, “chegamos assim à tese que defendíamos

³⁵⁰ *Revolução*, n. 5, 21 de maio de 1966, p. 5. (F.D.P.P. (Caixa 8) (obs. Trata-se do jornal publicado pela AP a partir de 1965, que seria depois substituído pelo jornal *Libertação*).

³⁵¹ Além dos “Textos para debate”, a AP organizou também os “Textos para militantes”. A diferença entre um e outro, segundo Duarte Pereira Pacheco em observação à margem do “Texto para militante 2”, é que este último, escrito por militantes, apresentava uma perspectiva da organização, enquanto o primeiro, que continha escritos de autores variados, tinha uma perspectiva que não era necessariamente da AP. Ver a observação de Pacheco no “Texto para militante n. 2”, F.D. P. P. Caixa 4.

³⁵² Sobre estratégia revolucionária foi publicada também a versão chinesa sobre a lutar armada, a partir do texto de Lin Piao *Salve a vitória da Guerra Popular*. (Texto para debate n. 6 – F.D.P.P. caixa 4).

desde o início³⁵³: a tarefa mais urgente dos movimentos revolucionários na América Latina é a reinterpretação crítica da teoria do foco”.³⁵⁴ Sobre a forma como poderia se dar essa “reinterpretação crítica”, a AP afirmava que, dando uma clara definição do que poderia ser o seu “castro-guevarismo”,

“ é preciso ter claro que, sem o foco, nunca se atingirá um nível de luta e organização que ameace de fato o poder dominante e garanta a continuidade e o crescimento da luta pela tomada evolucionária do poder. Por outro lado, porém, é preciso compreender que o êxito e a continuidade do foco não estarão assegurados se não existirem certas condições mínimas. Todo o problema está na definição dessas condições mínimas. Mas o caminho da revisão crítica parece já esboçado: primeiro, condições mínimas para criar o foco, entre os quais um início de partido revolucionário; depois o próprio foco ajudará a criar as condições máximas”.³⁵⁵

Temos neste documento uma verdadeira definição de como setores importantes da AP pretendiam adaptar teorias foquistas para usar na luta contra ditadura e em sua estratégia revolucionária: *a criação de condições mínimas para criar o foco e a presença de um “início” de partido revolucionário, eis o foquismo da AP*. É interessante ainda observar que na continuidade da apresentação que estamos comentando, será afirmado que essa adaptação das idéias de Guevara estava contemplada nas formulações da *Resolução Política de 1965*, sobretudo naquelas que dizem respeito à necessidade de que a vanguarda revolucionária criasse as condições mínimas para a implantação do foco guerrilheiro. Neste sentido, indaga o documento se a proposta de uma “etapa de preparação revolucionária ativa”, presente na Resolução, não seria a forma de reinterpretação crítica da teoria do foco e responde que todo o problema estaria apenas “em definir o conteúdo exato dessa ‘preparação revolucionária’ e, com isso, as condições mínimas para a criação dos focos insurrecionais”.³⁵⁶

³⁵³ O documento faz referência aqui a apresentação do “Texto para debate n. 6”, que afirmava que “uma das tarefas mais urgentes para os movimentos revolucionários latino-americanos era a recriação crítica da teoria do foco”. (F.D.P.P. Caixa 4.).

³⁵⁴ Texto para debate n. 9 (F.D.P.P. caixa 4). Ver ainda no mesmo sentido a apresentação do Texto para debate n. 11, intitulado “As tarefas urgentes da Revolução Brasileira”. Este texto, escrito antes da Resolução Política de 1965, foi escolhido para encerrar a série sobre “problemas estratégicos da luta revolucionária” por colocar a discussão sobre a teoria do foco nos devidos termos: “quais são os aspectos positivos e quais são os aspectos negativos da teoria do foco? Como separa-los? E como pensar, a partir dos aspectos positivos da teoria do foco, a estratégia correta para a luta revolucionária na América Latina? Eis a tarefa urgente das vanguardas revolucionárias dignas de nome”. (F.D.P.P. caixa 4)

³⁵⁵ Texto para debate n. 9, op. cit. Grifo no original.

³⁵⁶ *Ibidem*.

Além dos “Textos para debate”, há outros elementos que atestam a presença de idéias foquistas dentro da AP. Por exemplo, em 1967, o Comando Nacional reuniu-se para discutir o livro de Régis Debray, *Revolução na revolução*. Como já apontamos em outro capítulo desta tese, ele foi responsável não somente pela sistematização teórica do foquismo, como serviu de atalho para a luta armada para os grupos da chamada esquerda revolucionária que pegaram em armas contra a ditadura. Nessa reunião, não foram feitas críticas ao caminho proposto por Debray para a criação do foco guerrilheiro, ao contrário. Pelo menos é o que indica o documento *Autocrítica do Comando Nacional*, de maio de 1968. Ao que parece, os participantes da reunião aceitaram ou foram complacentes com as idéias fundamentais de Debray, como a de que o partido de vanguarda surge a partir da luta armada, e sobre o caminho da luta armada através da guerra de guerrilhas. Nas palavras dos dirigentes da AP,

“Ao reexaminarmos o problema da construção do partido de vanguarda e da luta armada em função das críticas e das questões contidas e levantadas em *Revolução na revolução*, não poderíamos ter escolhido pior conselheiro. Tanto na Resolução Política de 1965 como em Régis Debray, soma-se, a uma análise da situação oportunista de direita, ou seja, a consideração estratégica do inimigo e o desprezo da força da massa, com a propagação de uma solução oportunista de esquerda, aventureira, que é o foco, o início da luta armada sem basear-se na força da massa”.³⁵⁷

Como podemos perceber neste documento, há uma crítica importante ao foquismo, que aliás só aumentaria na medida em que a adoção do maoísmo se acentuava na organização, assunto que trataremos adiante. Por hora, vejamos ainda um último tema revelador da importância das idéias cubanas na trajetória da AP: a ida de militantes a Cuba para fazer treinamento guerrilheiro e para participar da I Encontro da Organização Latino-americana de Solidariedade (OLAS), em 1967.

Logo após o golpe de 1964, os primeiros dirigentes que chegaram a Cuba foram Alípio de Freitas e Paulo Wright, que conseguiram escapar do Brasil via embaixada do México. Em território cubano, parece ter havido, segundo informações de Duarte Pereira Pacheco, alguma dificuldade para que os dois recebessem a autorização para fazerem o treinamento guerrilheiro.³⁵⁸ Talvez por essa passagem e treinamento em Cuba,

³⁵⁷ Autocrítica do Comando Nacional – maio de 1968, p. 58-59. (F.D.P.P. caixa 3).

³⁵⁸ Apud OLIVEIRA Jr., Franklin, op. cit., p. 241.

Wright e Alípio, nos debates que ocorriam na AP, foram tidos como defensores da linha cubana, sendo que o último deixou a AP em 1968, juntando-se a outros militantes que criaram o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), que para muitos tinha características foquistas.³⁵⁹

A segunda viagem de militantes da AP a Cuba foi feita por Betinho e, mais uma vez, Paulo Wright, ambos escolhidos para representarem a organização na reunião da OLAS.³⁶⁰ No evento, Betinho foi escolhido para participar da coordenação da organização, permanecendo em Cuba por cerca de onze meses.³⁶¹ As informações sobre a participação dos delegados da AP podem ser vistas no *Informe sobre a I Conferência da OLAS*, provavelmente escrito por Wright e Betinho³⁶². De uma maneira geral o documento destaca que a grande questão da reunião foi a “luta ideológica” entre “vários partidos revisionistas” e a “maioria da conferência” sobre a atualidade da revolução no continente. A atuação dos membros da AP se deu em torno da defesa “do caráter de classe da luta anti-imperialista na América Latina, do papel central da luta armada na estratégia revolucionária, e da necessidade e atualidade da revolução latino-americana”.³⁶³

O Informe sobre a participação na OLAS foi discutido pela direção da AP em reunião do Comando Nacional em janeiro de 1968, recebendo críticas por parte de alguns de seus membros. Pelo menos dois aspectos do relatório causaram polêmica. Primeiro, o fato dos delegados não terem feito uma clara autocrítica por terem defendido na OLAS que, em relação a análise da sociedade brasileira, não haveria a presença de características feudais no campo e negado o papel revolucionário da burguesia, assuntos que não haviam sido resolvidos internamente na AP. O segundo ponto, era o de que o Informe não

³⁵⁹ Para GORENDER, Jacob, op. cit. p. 126, por exemplo, “os fundadores do PRT captaram a orientação cubana, porém a modificaram pelo fato de organizarem um partido”.

³⁶⁰ Vale registrar que ao mesmo tempo, no segundo semestre de 1967, uma comissão formada por José Rena Rabelo, Jair Ferreira de Sá, Ronald Freitas, José Novaes Aumond viajaram para a China, sendo que Jair ficou mais tempo que os demais (OLIVEIRA Jr, Franklin, op. cit., p. 308). Após a volta ao Brasil, Jair Ferreira de Sá viria a ser um dos principais responsáveis pela adoção do maoísmo e um dos maiores críticos das tendências foquistas no interior da AP.

³⁶¹ Sobre o período de Betinho em Cuba, ver: SOUZA, Herbert José de. *No fio da navalha*, op. cit., p. 79 e SOUZA, Herbert José de. Depoimento, op. cit, p. 40.

³⁶² Segundo informação de OLIVEIRA Jr, Franklin, op. cit., p. 309.

³⁶³ Informe sobre a I Conferência da OLAS – 1968 (F.D.P.P. caixa 3).

esclarecia se a OLAS tinha ou não aprovado o foco, como linha militar, e o fidelismo, como orientação geral para a América Latina.³⁶⁴

Como se vê pelo teor da reunião que discutiu o *Informe de participação na OLAS*, as idéias maoístas já haviam avançado dentro da AP, conseguindo a adesão de boa parte dos membros da direção. Entretanto, a adoção definitiva do maoísmo pela organização seria fruto de um tortuoso processo, que causaria duro desgaste nas forças da AP.

O afastamento do foquismo e a adesão ao maoísmo.

Militantes da AP prepararam, em 25 de julho de 1966, um atentado à bomba contra o general Costa e Silva que estava em campanha política pelo Brasil. A idéia era explodir o artefato às 8h45, horário marcado para a chegada do general no Aeroporto dos Guararapes, em Recife. A bomba explodiu e matou duas pessoas, deixando quatorze feridas, sendo que o general estava bem longe do local por causa de problemas em seu avião, que nem chegou a decolar de João Pessoa para Recife. O responsável pelo atentado foi Alípio de Freitas, membro da Comissão Militar.³⁶⁵

O episódio de Recife é apontado por alguns autores como um marco que demonstraria tanto o auge da influência foquista na AP, como o momento no qual, por causa de seu fracasso, a organização reavalia seu posicionamento em relação a Cuba, abrindo espaço para uma rápida aproximação do maoísmo e da estratégia de *guerra popular prolongada*. A nosso ver, essa interpretação procura facilitar a explicação de um processo extremamente complexo como o que levou a AP a aderir ao maoísmo. Certamente o episódio foi criticado internamente, e pode até ter sido usado como argumento por aqueles que eram favoráveis ao exemplo chinês. Entretanto, o abandono das idéias foquistas seria lento, e se daria entre o final de 1966 e durante o ano de 1967, estendendo-se mesmo até 1968, a partir de longos debates internos sobre a análise da sociedade brasileira, sobre a luta armada, as diferenças entre foquismo e guerra popular, não podendo ser creditado a um único episódio.

³⁶⁴ As informações sobre a reunião que discutiu a participação de Betinho e Wright na OLAS se encontram no documento “Esboço de um histórico da corrente 1 – março de 1969, p.18-19. (F.D.P.P. caixa 5)

³⁶⁵ Sobre o atentado, ver GORENDER, Jacob, op. cit., p. 122-123.

Nesse processo, o ano decisivo é 1967. Foi o momento que Betinho voltou de Cuba e os militantes que estavam na China também retornaram, dando origem a duas linhas dentro da AP que, embora divergissem sobre questões de fundo, suas diferenças mais visíveis eram aquelas relativas à avaliação do foquismo. Nas palavras de Betinho:

“quando eu voltei de cuba, voltaram também os companheiros da China. Então, entram em briga, em contradição, duas linhas: alinha maoísta e a linha guerrilheira, foquista. Eu vinha da linha foquista, vinha de cuba. A direção é tomada pela linha maoísta”.³⁶⁶

Jair Ferreira de Sá, que ficara alguns meses na China, entre 1966 e 1967, é apontado como o principal responsável pela adoção do maoísmo. Com a chegada dos dois grupos formaram-se dentro da organização duas correntes que ficariam conhecidas como “Corrente 1” e Corrente 2”, a primeira identificada com as idéias chinesas, e a segunda com o ideário cubano.³⁶⁷

Em um documento de autoria de Jair Ferreira, *Esboço de um histórico da corrente I*³⁶⁸, datado de março de 1969, é possível acompanhar a sua versão sobre a ofensiva das idéias Mao Tse-tung dentro da AP entre 1967 e 1968 e, ao mesmo tempo, a persistência de ecos da influência cubana, que resistiam a maoização da organização. Em uma reunião de outubro de 1967, a primeira desde a chegada dos militantes vindos de Cuba e China, discutiu-se a viagem dos dois grupos. Na discussão sobre a OLAS, reconheceram o Partido Comunista Chinês (PCCh) como “vanguarda proletária mundial” e foi definido que seria com ele que a AP teria “uma relação de aliança privilegiada”. Quanto ao Partido Comunista Cubano (PCC), definiu-se com ele uma aliança “estreita”, sem especificar, contudo, se era “reconhecido ou não como partido proletário”. Quanto à crítica ao foco, “se manteve uma atitude de estudar melhor a questão, mantendo-se a posição anterior favorável.”³⁶⁹

³⁶⁶ SOUZA, Herbert José de. *No fio da navalha*, op. cit., p. 82.

³⁶⁷ Esta designação, usada realmente no debate interno nos anos sessenta, e depois utilizada por LIMA & ARANTES, em seu livro sobre a AP (op. cit.), acabou se tornando comum nos trabalhos sobre AP, por isso as utilizamos aqui. Para os autores, a “Corrente 1”, que aglutinava em 1967 a maioria da direção, se identificava plenamente com maoísmo, enquanto a “Corrente 2” não aceitava a existência de uma terceira etapa do marxismo-leninismo; consideravam a sociedade brasileira capitalista, propondo uma revolução socialista e viam a necessidade da construção de um partido proletário. Quanto ao caminho da revolução, mesmo não tendo clareza, “seus mais destacados representantes” teriam “nítida posição foquista”. (p. 71).

³⁶⁸ O documento encontra-se no F.D.P.P. caixa 5.

³⁶⁹ *Ibidem*, p. 16.

Na reunião de janeiro de 1968, aquela em que se discutiu o Informe sobre a participação na OLAS, ficou decidido ainda o reconhecimento do papel de vanguarda do PCCh na revolução mundial e de crítica ao revisionismo de Krushove. Ainda uma vez não se chegou a um consenso sobre o “revisionismo de esquerda, o fidelismo”, nem sobre o caráter do PCC e da revolução cubana. Sobre o foquismo, foi conseguido aprovar como posição da AP, “inclusive a ser divulgada internacionalmente”, a crítica ao foco e a luta por uma guerra popular dirigida pela classe operária. Ainda assim, não teria sido possível aprovar a crítica ao “revisionismo de esquerda”. Assim, foi definido “uma política quanto ao Partido Comunista Cubano de aliança política e de luta ideológica”.³⁷⁰

Na reunião do Comando Nacional realizada em março de 1968 foi tomada uma importante decisão a respeito da significação que assumiria o maoísmo dentro da AP: “a definição formal, proposta por *Do.*[³⁷¹], do Comando Nacional, pelo marxismo-leninismo, reconhecendo no pensamento de Mao Tse-tung a 3ª etapa do marxismo-leninismo.”³⁷² Em abril, em outra reunião, demonstrando a adesão definitiva da AP ao maoísmo, e a crítica a que passaria a ser submetida a influência cubana, foi decidido a suspensão do envio de um grupo de militantes a Cuba. O motivo foi a falta de um posicionamento claro do conjunto do “partido” sobre o “fidelismo e o foquismo”, com o risco de que os militantes voltassem influenciados pelas idéias cubanas, querendo “arrastar o partido para ações fidelistas clássicas, o que redundaria em atraso para a evolução brasileira”. Por fim, havia a possibilidade de uma viagem à China, opção que deveria ser priorizada.³⁷³

Como pudemos perceber, entre 1967 e 1968, o maoísmo ganha espaço dentro da AP, mas, ao mesmo tempo, a defesa de muitos aspectos da revolução cubana continuava presente na organização, fazendo com que em cada reunião do Comando Nacional fossem feitos acordos entre partidários do maoísmo e defensores de aspectos do castro-guevarismo, o que afasta, a nosso ver, a interpretação de que o foquismo fora abandonado por causa do malogrado atentado do Recife. O desfecho das discussões entre as correntes internas da AP, no que diz respeito à adesão ou não às idéias de Mao Tse-tung, se deu na I Reunião Ampliada da Direção Nacional, realizada em julho de 1968.

³⁷⁰ *Ibidem*, p. 20.

³⁷¹ Trata-se de Dorival, nome utilizado por Jair Ferreira de Sá na clandestinidade.

³⁷² “Esboço de um histórico da corrente 1”, op. cit, p. 27.

³⁷³ *Ibidem*, p. 28.

Nessa reunião, foi aprovado o documento que marcaria a aceitação definitiva do maoísmo como estratégia revolucionária pela AP. Trata-se do “Esquema dos Seis pontos”, de responsabilidade de Jair Ferreira de Sá. O primeiro ponto era sobre o marxismo, em que se defendia que estava em sua terceira etapa, representada pelo pensamento de Mao Tse-tung. O segundo, afirmava que a sociedade brasileira era de caráter semicolonial e semifeudal. Em decorrência, o terceiro afirmava a necessidade de uma revolução de tipo nacional e democrática, feita a partir da guerra popular (quarto ponto). O quinto ponto afirmava ser necessário reconstruir o partido proletário na Brasil. O sexto e último ponto afirmava a necessidade da “integração na produção” “como meio para a transformação ideológica dos militantes da AP, em sua maioria de origem pequeno-burguesa”.³⁷⁴

Além da adesão ao maoísmo, o ‘Esquema dos seis pontos’ apresentaria uma avaliação contundente sobre o foquismo, que é apresentado como um meio “burguês e revisionista”, por sua base teórica e sua posição de classe. Criticaria ainda o foco por este negar o papel dirigente da classe operária e desprezar o papel da Partido. Sobre o comunismo internacional, coloca Cuba no campo dos revisionistas pela sua “natureza de classe do poder, de partido, origem e orientação na construção do P., linha de construção do socialismo; política internacional de conciliação com o revisionismo; vacilação frente ao imperialismo, vacilação frente a revolução mundial”.³⁷⁵

Ainda na I Reunião Ampliada da Direção Nacional, foram expulsos vários representantes da “Corrente 2”, responsáveis pelo documento “Duas posições”, que criticava a transplantação que o “Esquema dos seis pontos” fazia da experiência chinesa para o Brasil. Era favorável a revolução socialista e a “luta armada de massas”, além de defender a revolução cubana das críticas presentes no documento de Jair Ferreira de Sá. O grupo expulso, do qual fazia parte Vinícius Caldeira Brant e Altino Dantas, viria a formar, junto com militantes provenientes de outras organizações, o PRT, que para alguns tinha feições foquistas.

No que diz respeito aos motivos, e ao significado da maoização da AP, existem variadas interpretações. No livro de Haroldo Lima e Aldo Arantes (1984), a versão é a de

³⁷⁴ LIMA & ARANTES, op. cit., p. 70.

³⁷⁵ “Esquema dos Seis pontos” (F.D.P.P. caixa 3.).

que a organização seguiu o rumo mais adequado, saindo de um posicionamento cristão e idealista até chegar a uma prática marxista-leninista, e portanto revolucionária. Visão distinta dessa é dos remanescentes do PRT. Altino Dantas, por exemplo, aponta o processo de adesão ao maoísmo como profundamente mecanicista, se revestindo, inclusive, de aspectos grotescos, como a exigência de que os militantes fizessem uma “auto-crítica de Deus”, ou seja, que assumissem explicitamente a ruptura com a consciência religiosa. Na política, esse tipo de interpretação do maoísmo apareceria através da transposição mecânica das práticas em curso na China.³⁷⁶

Para Reis Filho (1991), o maoísmo possuía uma série de características que atraíram a AP. As críticas ao revisionismo soviético, as propostas de revolução violenta, a ênfase no campo como cenário privilegiado da luta revolucionária, as críticas às concepções tradicionais de fazer política, típicas do modelo leninista de partido, são alguns dos atrativos que a AP teria enxergado no maoísmo. Além desses, um último ponto, mas não menos importante, que seria a existência de uma “ética maoísta”,

“caracterizando a ação revolucionária como um serviço ao povo, valorizando qualidades como a humildade, o trabalho paciente e anônimo, a austeridade, o igualitarismo, etc., propunha uma concepção comportamental que recuperava ressonâncias do cristianismo primitivo igualitarista, reinterpretado e reintroduzido, sobretudo na América Latina, pela chamada Teologia da Libertação...”³⁷⁷

Por fim, há uma abordagem muito original a respeito do caminho trilhado pela AP, do *cristianismo*, passando pelo *guevarismo* até chegar ao *maoísmo*, que é feita por Marcelo Ridenti. O autor explica esse percurso através da utilização do conceito de *romantismo revolucionário*³⁷⁸, que estaria presente nos três ideários que marcaram a trajetória da organização. Assim, para Ridenti,

³⁷⁶ Apud GARCIA, Marco Aurélio. AP, do cristianismo ao marxismo-leninismo. *Em Tempo*, São Paulo, 1979.

³⁷⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. *História do Marxismo no Brasil*. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 130-131.

³⁷⁸ O autor utiliza o conceito de *romantismo revolucionário* cunhado por Michael Löwy e Robert Sayre (1995), ver RIDENTI, Marcelo. *Ação Popular: cristianismo e marxismo* e RIDENTI, Marcelo. RIDENTI, Marcelo. O romantismo revolucionário nos anos 60. In: ALMADA, Izaías, FREIRE, Alípio e PONCE, J. A. Granville (orgs.). *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997, p. 414-422.

“vários traços românticos permitiram uma afinidade entre o cristianismo, por um lado, e o guevarismo e maoísmo por outro: a identificação com o camponês, tomado como autêntico representante do povo; a negação do processo imperialista de industrialização e urbanização, que oprimiria o povo e a nação; o combate ao dinheiro e à fetichização impostos pelo mercado capitalista; o sacrifício pessoal do militante em nome da causa popular etc.”³⁷⁹

Além das afinidades acima, ancoradas no que havia de romântico nos três ideários, o autor lembra ainda que a influência mundial do guevarismo e do maoísmo não era gratuita, ela se amparava em acontecimentos muito importantes, como a própria vitória da revolução cubana e na revolução cultural proletária chinesa, que empolgaram muitos jovens mundo a fora. No Brasil, é de se considerar a decadência do PCB no pós-64 e a busca de novos horizontes por parte dos jovens militantes. Assim, em tais circunstâncias históricas, “era natural que a esquerda brasileira procurasse fontes de inspiração em revoluções vitoriosas na época, o que colocava em alta o guevarismo e o maoísmo, cujos limites históricos logo viriam revelar-se.”³⁸⁰

Restaria ainda registrar uma interpretação sobre a adoção do maoísmo por parte da AP que foi sugerida por Luis Antonio Duarte, ex-dirigente regional da organização. Ele aponta a importância de se considerar que Ação Popular era uma organização que tinha uma importante inserção social antes do golpe de 1964, o que tornava difícil aos seus membros aceitarem uma teoria que se desvinculava da sociedade, ao mesmo tempo em que os predispunham às idéias do maoísmo. Em suas palavras:

“Num primeiro momento ela (a teoria do foco) foi o embalo, mas logo, logo, vem a crítica do foco. Porque a gente tinha ligação com as massas. Foi diferente por exemplo da experiência do Lamarca que saiu da estrutura exército, pra uma estrutura do foco. Não tinha ligação com a massa, nós não, ia a sindicato, freqüentava bairros, freqüentava igreja, a gente tinha ligações com a comunidade, a gente tinha... tem um famoso documento da AP, chamado Linha de Massas, que se eu não me engano foi escrito pelo Duarte Pacheco (...) Linha de massas, então, a preocupação de fazer um trabalho de massa que a transformação social não ia ser feita por um grupo rebelde iluminado, não ia ser o foco. Se as massas... a idéia de que as massas é que fazem a história, a transformação social, revolucionária vem através das massas. É claro que vai ter o grupo dirigente, ter o partido, vamos dizer, como é que é, de vanguarda,

³⁷⁹ RIDENTI, Marcelo. AP: cristianismo e marxismo, op. cit., p. 256.

³⁸⁰ *Ibidem*, p. 257.

né? Mas não pode abrir mão da linha de massas, e tem uma experiência que eu acho que clarifica isso aí.”³⁸¹

Seja qual for a interpretação que melhor se aproxime da experiência vivida pela AP em sua adesão ao marxismo, o fato é que a maior parte da organização acabou aderindo ao marxismo em sua versão maoísta, até chegar a incorporar-se ao PC do B no início dos anos 70. Esperamos ter demonstrado que essa passagem da AP ao marxismo foi muito mais complexa do que se costuma apontar. Sobre ela pesavam divergências sobre a análise da sociedade brasileira, a estratégia revolucionária, os dilemas do movimento comunista internacional, entre outros problemas. E, para finalizar, pudemos perceber que o castro-guevarismo, em certo momento, chegou a ser discutido como opção viável para AP, sendo deixado de lado pelo maoísmo dentro de longos e difíceis embates entre os membros da Ação Popular. Em outras palavras, não estava dado que a organização seguiria o caminho do maoísmo, este foi o projeto vencedor entre outros possíveis que existiam no interior da organização.

³⁸¹ Entrevista realizada por Mônica Oliveira para sua dissertação de mestrado sobre processo de “integração na produção” realizado pela AP. (OLIVEIRA, Mônica de, op. cit.).

Capítulo VII

POLOP: da insurreição de massas ao foco catalisador

A Organização Revolucionária Marxista–Política Operária (POLOP), que surgiu em fevereiro de 1961, representou um fenômeno novo em um cenário no qual a contestação à hegemonia do Partido Comunista Brasileiro vinha há décadas sendo feita por setores trotskistas, mas que não lograram nem uma influência efetiva entre os setores de esquerda, nem uma atuação significativa junto aos movimentos de massa. A POLOP, por sua vez, mesmo não tendo chegado a desempenhar tampouco papel preponderante nos movimentos sociais, aparece trazendo propostas que foram debatidas por amplos setores da esquerda, tanto antes, quanto depois do golpe de 1964.³⁸²

A grande contribuição teórica da POLOP foi a análise inovadora da sociedade brasileira, e por conseqüência sua estratégia política, que se afastavam das idéias do PCB e de outras organizações que surgiram no pré-1964. Neste caminho, vale destacar a sua concepção segundo a qual a economia brasileira seria plenamente capitalista e de que a burguesia nacional era associada ao imperialismo, não restando outro caminho ao proletariado senão o da independência política e da revolução socialista.

A proposta de independência dos trabalhadores, em relação ao reformismo representado pelo PCB e à forte corrente nacionalista, e a defesa da revolução socialista, já amplamente expostas no pré-1964, tiveram de se submeter a uma nova fase com a eclosão do golpe. No novo contexto não bastava o posicionamento crítico frente a outras organizações, chegara a hora de partir para a ação. Neste momento, a POLOP se viu atraída pelo ideário revolucionário cubano e tentou mesclar duas estratégias revolucionárias que não se mostraram compatíveis: a insurreição de massas e o foco guerrilheiro.

³⁸² Não são muitos os estudos sobre a POLOP. O mais recente é MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). In: RIDENTI, M; REIS FILHO, D. A. (orgs.). *História do marxismo no Brasil. Vol. V*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002. Informações sobre a organização podem ser encontradas ainda no artigo de GARCIA, Marco Aurélio. Na história da PO um pouco da história da esquerda brasileira. *Em tempo*, São Paulo, n. 84, 4 a 10/10/1979. Na dissertação de mestrado de LEAL, L. P. *Política Operária: a quebra do monopólio político teórico e ideológico do reformismo na esquerda brasileira*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 1992 e ROLLEMBERG, Denise. *A idéia de revolução: da luta armada ao fim do exílio (1961-1979)*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 1992 e no livro de GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5. ed. São Paulo: Ática: 1998.

Foi na tentativa de adequar a sua estratégia política às condições de luta contra a ditadura, através da utilização do foco guerrilheiro, que a POLOP depositou suas energias na segunda metade dos anos sessenta. Como em outras organizações, o caminho não foi fácil e a POLOP sofreu divisões, em grande parte motivadas pelas discussões em torno da adesão ao foquismo. A aproximação e as conseqüências da influência foquista sobre a Política Operária é o tema deste capítulo.

Socialismo e insurreição proletária

Quando o Congresso de fundação foi instalado na cidade de Jundiaí, interior de São Paulo, em 1961, a POLOP contava com cerca de 20 delegados representando aproximadamente 100 militantes oriundos de diversos grupos e setores sociais. Entre seus fundadores estavam membros oriundos da Juventude Socialista, da Guanabara; da Liga Socialista; da Juventude trabalhista, de Minas Gerais; do Partido Socialista Brasileiro (PSB), e de muitos militantes independentes. As suas influências, segundo Marco Aurélio Garcia³⁸³, vinham principalmente de Talheiner, dirigente do Partido Comunista Alemão nos anos 20 e Bukharin, bolchevique morto por Stalin nos anos 30. Havia ainda uma herança do Partido Obrero de Unificação Marxista (POUM), que atuou na Guerra Civil Espanhola e era forte crítico do stalinismo.

O que unia essa diversidade de tendências, segundo Teothônio dos Santos, um dos seus líderes e fundadores, era, antes de tudo, a crítica à linha política adotada pelo PCB em 1958, que propunha uma aliança com a burguesia para completar as tarefas democrático-burguesas no país. Ao contrário disso, os jovens intelectuais da POLOP partiam de uma análise segundo a qual o capitalismo estava plenamente desenvolvido no país e a luta contra os elementos pré-capitalistas da sociedade, como a estrutura agrária, “contra o imperialismo e pela implantação da democracia não poderiam se dar nos marcos de um capitalismo democrático, tal como o PCB e o ISEB defendiam”³⁸⁴. Nesse caminho, a revolução socialista aparecia como necessidade inadiável para resolução do problema da classe trabalhadora. A estratégia revolucionária, por sua vez, retomava claramente o

³⁸³ GARCIA, M. A. op. cit

³⁸⁴ Teothônio dos Santos, apud MORAES, D. A esquerda e o golpe de 1964. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p. 68.

modelo bolchevique de revolução e propunha a insurreição de massas liderada pela classe operária como caminho para se chegar ao socialismo. Ruy Mauro Marini, um dos fundadores da organização, resume a proposta inicial da POLOP:

“Nossa concepção estratégica geral era a de que a evolução seria violenta, com a tomada do poder concretizada por uma insurreição proletária urbana. A base do poder armado seria constituída pelas camadas inferiores das forças armadas burguesas, fracionadas horizontalmente no quadro de aguçamento da crise institucional.”³⁸⁵

Para a implementação de tal programa, a POLOP apontaria a necessidade da criação de um verdadeiro partido operário que aplicasse construtivamente o marxismo, uma vez que a “velha esquerda” mostrara-se incapaz de fazê-lo. O novo partido deveria surgir da nova geração revolucionária, que demonstrava a sua existência em atuações na crise política, nas universidades, nas fábricas e nas ruas, tomando as iniciativas “de luta antiimperialistas, que propaga as idéias da revolução cubana e que defende os precários direitos democráticos quando ameaçados por golpes de direita”.³⁸⁶

As teses da POLOP, que apareceram no início dos anos sessenta, em um cenário dominado pelas idéias nacionalistas, eram “assimiladas ou combatidas com vigor”³⁸⁷, mas não passavam despercebidas. Isso porque, ao surgir, a nova organização centrou suas críticas no nacionalismo e na falta de independências das esquerdas frente à burguesia nacional, em clara alusão ao PCB e ao ISEB. Assim, já em 1959, um de seus principais ideólogos, Eric Sachs, apontava as implicações do nacionalismo para a luta revolucionária. Para ele, na prática, o dilema entre nacionalismo e internacionalismo se traduzia na alternativa “Partido Nacionalista” ou “Partido Operário”, sendo que no primeiro caso o proletariado ficaria sob a tutela da burguesia, enquanto no segundo poderia se organizar de forma autônoma. Para Sachs, as conseqüências da escolha eram claras:

“Se aceitarmos o movimento nacionalista como solução, aceitamos a continuação da tutela burguesa sobre o movimento operário e a renúncia às reivindicações de classe do proletariado que só podem impor-se contra a burguesia nacional. Se aceitarmos esta solução nós nos conformamos também com a tutela da burguesia sobre o movimento ‘antiimperialista’ que nessas

³⁸⁵ Apud LEAL, L. P. op. cit., p. 214.

³⁸⁶ O nome e o programa. *Política Operária*, n. 1, janeiro de 1962. (Trata-se do primeiro número do jornal da organização, que circulou como boletim antes da formação oficial do grupo, depois como jornal mensal, a depois como revista. Circularia ainda como jornal semanal de janeiro a abril de 1964 e, clandestinamente, até 1984. Ver sobre o assunto, LEAL, L.P. op. cit., p. 35.

³⁸⁷ GARCIA, M. A. op. cit.

condições só poderá ser escrito com aspas. Pois a nossa burguesia não é diferente de suas irmãs, que nasceram antes e seu nacionalismo tem as mesmas características pragmáticas e mercantis...”³⁸⁸

É necessário esclarecer que a POLOP não se considerava necessariamente o partido de vanguarda, mas propunha uma frente política da cidade e do campo, de onde ele deveria nascer. Outra característica importante da organização, é que ela apontava como tarefa principal naquele momento “dar consciência ao proletariado”, uma vez que se estava em uma fase de preparação revolucionária, no qual a ênfase devia recair sobre o trabalho na propaganda e nas atividades de organização do proletariado.³⁸⁹

Foi, portanto, em um contexto no qual se encontrava em luta contra o reformismo e o nacionalismo, trazendo à tona análises e propostas inovadoras para o cenário político das esquerdas, como a tese do pleno desenvolvimento capitalista brasileiro e a revolução socialista como tarefa imediata, que a POLOP analisou e se relacionou com o fenômeno revolucionário cubano. Como veremos, em um primeiro momento, Cuba aparece em suas análises como mais um elemento no conturbado jogo da revolução latino-americana. Após o golpe, entretanto, muitos militantes polopistas se sentirão atraídos pelo foquismo, o que levará a organização a uma profunda crise política.

Cuba: antiimperialismo e revolução

É inegável que a revolução cubana esteve presente no debate teórico e ideológico da POLOP. Um dos seus fundadores, por exemplo, a aponta como um marco histórico que cerca a origem do grupo.³⁹⁰ Além disso, desde antes de seu surgimento, seus principais ideólogos já se debruçavam sobre os caminhos da revolução em Cuba. Entretanto, estava ainda longe o momento em que o foquismo apareceria em seu interior como uma alternativa de luta contra a ditadura e pelo socialismo. Entre 1960 e 1962, os membros da POLOP estavam preocupados em entender o processo revolucionário cubano e o papel de Cuba no cenário político latino-americano e da guerra fria.³⁹¹

³⁸⁸ Eric Sachs, Apud GARCIA, M. A. op. cit.

³⁸⁹ Perspectivas da luta de classes no Brasil. (Tese aprovada no II congresso), *Política operária* (revista bimensal), n. 6, março-abril de 1962, p. 38.

³⁹⁰ Emir Sader, apud LEAL, L. P. p. 129.

³⁹¹ Vera esse respeito os artigos: Kruchtchiov e a defesa da revolução cubana. *Política operária*. Boletim n. 4, 1962 e Coexistência pacífica e guerra de classe. *Política operária*. Boletim n. 5, 1962.

Neste caminho, entre novembro e dezembro de 1960, Ruy Mauro Marini escreveu uma série de três artigos para o jornal *O Metropolitano* sobre a revolução cubana, ressaltando que Cuba teria demonstrado que “antiimperialismo e revolução social nada mais são que aspectos de uma só realidade”.³⁹² O documento de convocação de seu Congresso de fundação afirmava que o “exemplo de Cuba indica hoje os rumos da revolução na América Latina”. Além disso, se o antiimperialismo latente no hemisfério havia encontrado o seu auge na Guatemala, em Cuba ele reapareceu de forma muito mais radical, na medida em que foi um movimento que nasceu da classe média, mas estava tomando medidas “que ultrapassavam os métodos tradicionais da pequena-burguesia latino-americana e, no campo externo, aceita ajuda material do mudo socialista para sobreviver”³⁹³. Enfim, no primeiro número do jornal *Política operária*, a organização afirmava que Cuba preocupava o imperialismo porque tinha destruído algumas teses correntes, como a da onipotência ianque e do desenvolvimento burguês, “pois mostrou que o subdesenvolvimento econômico ainda não implica em subdesenvolvimento político”. Além disso, ela continuava a dar aos trabalhadores aulas práticas de luta de classes.³⁹⁴

No que diz respeito aos aspectos mais polêmicos da estratégia revolucionária cubana, como a utilização da guerra de guerrilhas como caminho evolucionário, a POLOP os trataria com bastante cautela. Por exemplo, em abril de 1962, foi publicado um artigo no jornal *Política operária*, no qual ao mesmo tempo em que se analisa o livro recém lançado no Brasil de Che Guevara, *Guerra de guerrilhas*, nos serve também para verificar o posicionamento da organização sobre a guerrilha e foquismo no período que antecede o golpe militar de 1964.

O artigo começa lembrando que a revolução cubana, entre outras coisas, trouxe ensinamentos sobre a estratégia e a tática da insurreição no continente americano, embora seu aproveitamento ainda estivesse apenas no início. Entre as principais contribuições da experiência cubana à dinâmica dos movimentos sociais, estão aquelas apontadas por Guevara em seu escrito: 1. As forças populares podem ganhar uma guerra contra o exército regular; 2. Nem sempre se faz necessário esperar que se dêem todas as condições para a

³⁹² Ruy Mauro Marini. A verdadeira face da revolução. *O metropolitano*, 25/12/1960.

³⁹³ Apud LEAL, L. P. p. 158.

³⁹⁴ Terceiro aniversário da evolução cubana. *Política operária*, n. 1, janeiro de 1962. Sobre o apoio da POLOP a Revolução cubana, ver ainda no mesmo jornal o artigo “Moção de solidariedade a Cuba de Fidel Castro”.

revolução, o foco insurrecional pode criá-las; 3. Na América subdesenvolvida, o terreno da luta armada deve ser fundamentalmente o campo.³⁹⁵

As contribuições da revolução cubana apresentadas acima, sempre segundo a POLOP, deveriam ser examinadas com cuidado para evitar interpretações equivocadas, afinal o próprio Che advertia que em países onde existissem governos representativos não se poderia iniciar a luta guerrilheira. Além disso, devia-se lembrar das condições cubanas no momento em que eclodiu a revolução: Cuba não tinha passado por um processo de industrialização; toda a sua economia girava em torno do açúcar; as classes dominantes foram incapazes de minimizar os problemas sociais através de reformas, recorrendo à ditadura de Batista. Além disso, por viver praticamente do açúcar, a guerrilha pôde desestabilizar o país ao atacar a produção de cana-de-açúcar e, no final, o ditador Batista foi abandonado por todas as classes.³⁹⁶

Para a POLOP, as condições apontadas acima dificilmente se repetiriam, “em futuro próximo”, na América Latina. Tal impossibilidade, segundo a organização, se devia, em primeiro lugar, à criação de fatos consumados pela revolução cubana, o que seria facilmente detectado em outro movimento. Além disso, o Movimento 26 de Julho pôde desenvolver a sua luta sem levantar suspeitas mesmo entre os EUA, agora o fator surpresa desaparecera e qualquer revolução nos países da América Central levaria a intervenção dos EUA. Enfim, a POLOP lembra que em muitos países do continente as burguesias estariam se dispondo a resolver o problema agrário para eliminar a tensão revolucionária, o que retiraria nestes países o papel preponderante que a guerrilha teve em Cuba.³⁹⁷

A POLOP concluiria a sua análise sobre a guerra de guerrilha afirmando que sociedades mais complexas eram mais sensíveis à conjuntura econômica capitalista, não sendo preponderantes apenas as questões estritamente nacionais. Lembraria ainda que em países como Brasil, Argentina e Chile, as possibilidades legais, às quais se refere Guevara, não estavam esgotadas. Deste modo, a revolução em Cuba, apesar da importante contribuição, não bastaria para enfrentar os problemas da luta revolucionária em países

³⁹⁵ A propósito da ‘Guerra de guerrilhas’. *Política operária*, n. 2, abril de 1962.

³⁹⁶ *Ibidem*.

³⁹⁷ *Ibidem*.

mais desenvolvidos, sendo, portanto, essencial considerar os aspectos nacionais para não cair no erro da transplantação mecânica da experiência cubana.³⁹⁸

Como podemos perceber, a POLOP, neste momento, não vê o exemplo da luta revolucionária cubana, no que diz respeito à luta armada, como caminho viável para países como o Brasil. Pelo menos até o golpe de 1964, a organização apresentará a importância cubana para as lutas do continente e no Brasil em termos amplos, não se restringindo a aspectos concretos. Nesse caminho, no início de 1963, a organização apresentaria o tipo de influência exercida por Cuba, que se exercera em diversas direções: 1. Destruiu velhos mitos que entravavam o movimento latino-americano, como o da impossibilidade prática de êxito devido a proximidade geográfica dos EUA, ou da exigência de uma ação conjugada de classes, com destaque para o papel das burguesias nacionais; 2. Colocou perante as esquerdas e as massas do continente o problema da conquista do poder político; 3. Radicalizou as posições de todas as classes em relação ao imperialismo norte-americano, forçando a uma tomada de posição seja a favor ou contra os EUA, ao mesmo tempo que demonstra a espoliação brutal do imperialismo; 4. Destruiu a idéia de *chasse gardée* que os Estados Unidos emprestavam à América Latina, liquidando a Doutrina Monroe e deslocando o hemisfério para o centro do conflito entre o mundo capitalista e o mundo socialista; 5. Mostrou para a esquerda novas perspectivas de ação, independentemente dos organismos tradicionais; 6. Reabilitou o marxismo-leninismo no continente, liquidando os preconceitos que o consideravam incompatível com a situação econômica e as tradições dos povos latino-americanos; 7. Inaugurou um novo centro de ação e elaboração marxista no conjunto do comunismo mundial ligado diretamente às necessidades do movimento revolucionário latino-americano.³⁹⁹

Essa seria a tônica da relação que a POLOP estabeleceu com as idéias cubanas no pré-64, ou seja, um apoio ao projeto revolucionário cubano em seus aspectos mais amplos de luta contra o imperialismo, fortalecendo a própria posição da organização no Brasil, que estava em luta contra a corrente nacionalista e reformista. Nas palavras de um de seus fundadores:

³⁹⁸ *Ibidem.*

³⁹⁹ Luis Cayo. O papel das esquerdas no Brasil. *Revista Política operária*, n. 5, janeiro-fevereiro de 1963, p. 22-30.

“à medida que começou a radicalizar ideologicamente, a condenar a concepção da revolução democrático-burguesa na América Latina, a colocar a questão da revolução socialista, a negar o papel da burguesia nacional, a Revolução Cubana fortalecia as nossas posições. (...) A Revolução Cubana deu também o exemplo de um socialismo que ainda não estava estratificado pela burocracia.”⁴⁰⁰

O golpe de 1964 fez a POLOP modificar os aspectos até então ressaltados na experiência revolucionária cubana. Na verdade, se até 1964 a organização pôde desempenhar um papel fundamentalmente teórico, de crítica às organizações e projetos então existentes, chegara a hora dela mesmo partir para a ação. Neste momento, a guerra de guerrilha, o foquismo, que havia recebido pouca atenção de sua parte, passa a ser considerado como um caminho necessário na luta pelo socialismo nas condições impostas pela ditadura militar, e vai, pouco a pouco, se tornar o centro das discussões e divergências da organização.

Do foco de Copacabana ao foco catalisador

“Até o golpe, éramos contra o foco guerrilheiro. Com o golpe o assumimos teórica e praticamente como propagandístico e catalisador”. Assim resume Ruy Mauro Marini a aproximação da POLOP das idéias foquistas. Para ele, a idéia era erguer uma bandeira que fosse capaz de “reagrupar forças do movimento operário em dispersão e catalisar o descontentamento com o golpe, inclusive no interior das forças armadas para depois fracioná-las horizontalmente.” Ainda para Marini, essa concepção do foco se mantinha dentro da “estratégia geral da insurreição”.⁴⁰¹

A explicação de Marini resume a avaliação que a POLOP fez após o golpe de 1964 de que era possível articular a sua proposta de insurreição urbana com a idéia do foco revolucionário. Entretanto, a nosso ver, tanto em sua prática, quanto em suas elaborações teóricas, a organização vai se aproximando cada vez mais da idéia clássica do foquismo e, por conseqüência, se afastando de sua estratégia original. Podemos perceber esse movimento, por exemplo, no episódio conhecido como “Foco de Copacabana”, passando pelas elaborações das chamadas “Teses Tiradentes” até chegar nas elaborações do seu VI

⁴⁰⁰ Luiz Alberto Moniz Bandeira, apud MORAES, D. *A esquerda e o golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p. 69. Um outro fundador da POLOP, Michael Löwy, também ressalta o papel da revolução cubana no período, que fortaleceu as posições da organização diante do PCB, sobretudo no que diz respeito à bandeira socialista. (Entrevista de Michael Löwy ao autor. São Paulo, 26/09/2005).

⁴⁰¹ Rui Mauro Marini, apud LEAL, L. P., p. 214.

Congresso, realizado em 1967, no qual se procurou, sem sucesso, amalgamar o foquismo e a insurreição de massas.

O pejorativamente chamado “Foco de Copacabana” foi a tentativa da POLOP, logo após o golpe de 1964, de organizar uma resistência armada ao regime militar. Os planos, porém, foram descobertos por agentes policiais infiltrados ainda na fase preparatória, tendo seus participantes sido presos. Talvez não seja o caso de procurar relacionar as idéias cubanas a esta tentativa da POLOP pegar em armas contra a Ditadura, uma vez que a organização, até o golpe, não via no foquismo um caminho adequado para a revolução Brasileira. Nesse caminho, é pouco provável que em alguns meses fosse possível modificar as suas concepções políticas a respeito da luta armada, o que viria a fazer nos dois anos posteriores.

A nosso ver, o entendimento do episódio do Foco de Copacabana deve ser buscado na própria trajetória da POLOP, mais especificamente em sua atuação junto aos militares de baixa patente no período anterior a 1964. Como bem apontou Marcelo Badaró Mattos⁴⁰², pela própria concepção insurrecional derivada da experiência russa, era natural que a proposta de unidade entre operários, camponeses e militares estivesse presente nas preocupações da organização e, no mesmo sentido, a sua atuação junto aos militares recebesse atenção especial. Nesse caminho, a POLOP teve influência importante no movimento dos marinheiros e sargentos no período que antecede o golpe, ganhando com isso um expressivo contingente de militantes de origem militar. Basta lembrar, por exemplo, que dos processados pela ditadura acusados de pertencerem à organização, 20% tinham origem militar, enquanto nas outras organizações a média era de 3,2%.⁴⁰³

As discussões ideológicas dentro da POLOP sobre a viabilidade da luta armada aconteceriam um pouco depois e apareceriam em abril de 1966 no documento intitulado “Teses Tiradentes”, enumeradas de um a dez. A tese número oito versava sobre a luta contra a ditadura, com destaque para o caminho armado. No essencial, a organização inseria o papel da guerrilha dentro de sua estratégia geral de luta revolucionária, que contemplava a aliança operário-camponesa e, principalmente, o movimento proletário nas cidades. Insistia ainda que a experiência da América Latina teria demonstrado que a

⁴⁰² MATTOS, M. B. op. cit., p. 194).

⁴⁰³ Para as cifras, ver *Ibidem*, p. 188.

guerrilha “por si só não faz milagre, como freqüentemente se está inclinado a acreditar”. Enfim, segundo a POLOP, a luta armada deveria preencher alguns requisitos para se adequar aos objetivos de combate contra o regime militar:

“a) garantir a sua sobrevivência militar, e isso supõe que b) vá ao encontro das aspirações imediatas dos camponeses que terá que mobilizar, direta e indiretamente; mas sua função em escala nacional só se preencherá se c) se identificar politicamente com o movimento proletário das cidades, cujo despertar é indispensável para o processo revolucionário. A guerrilha tem uma função eminentemente política: a de conquistar, mediante a ação revolucionária, a autoridade de liderança das massas exploradas do país”⁴⁰⁴.

Como podemos perceber, a POLOP, em 1966, passa a apontar a guerrilha como elemento de sua estratégia revolucionária, ainda que com ressalvas e inserindo-a em sua concepção mais ampla de revolução. Em outras palavras, o foco aparecia aqui subordinado à questão política à luta de classes. A difícil relação da organização com o foquismo demonstra os próprios impasses no período pós-golpe, que pedia uma atuação efetiva contra a ditadura de uma organização que até então pouco tinha feito em termos práticos e que teve que começar quando a luta armada estava na ordem do dia.

Segundo Éder Sader, no começo de 1966 a direção da POLOP fizera um balanço da questão armada e propôs que a guerrilha fosse vista num prazo mais longo. Entretanto, a concepção de um foco guerrilheiro, catalisador de uma luta insurrecional, “permanece como uma peça chave na arquitetura teórica de nossa estratégia, ocupando um lugar que sem ele ficaria vazio”.⁴⁰⁵ Outro exemplo dos impasses da organização no que diz respeito ao foquismo pode ser visto nas matérias publicadas em seu jornal, *Política Operária*. Enquanto se falava em foco catalisador nos documentos programáticos, as manchetes de seu jornal não faziam qualquer referência à luta armada. Por exemplo, na edição de 24 de novembro a organização conclamava: “Lutemos pela frente de esquerda revolucionária, pela Organização dos operários em Comitês de empresa, pela Mobilização dos trabalhadores para sua luta revolucionária contra a ditadura.”⁴⁰⁶ Na semana seguinte continuava, por “revolução comandada pelos trabalhadores da cidade e do campo que

⁴⁰⁴ Apud LEAL, L. P. op. cit., p. 159-160.

⁴⁰⁵ Raul Villa (Éder Sader). Para um balanço da P. O. *Brasil Socialista*, n. 7, outubro de 1976, p. 13.

⁴⁰⁶ *Política operária* (informe nacional n. 48), 18 de novembro de 1966.

destrua o poder econômico e político do grande capital e inicie a construção de uma sociedade socialista no Brasil.”⁴⁰⁷

Enquanto a POLOP fazia esse tipo de proposta em seus jornais, voltadas para o trabalho de massas, em uma Resolução Política de 1966 afirmava que se a derrota das classes dominantes exigia uma luta revolucionária das classes trabalhadoras, este objetivo pedia antes um “foco insurrecional” que lhe criasse as condições. Isso porque, na situação de descrédito que se encontravam as esquerdas, em função de seu reformismo no passado, a luta de massas necessitava de um novo centro de onde surgisse a direção para a revolução social. Além disso, pela própria necessidade de destruir o aparelho armado da repressão, a guerra de guerrilha se impunha como necessidade, uma vez que se trataria de uma forma de luta que “se inicia com um pequeno núcleo inicial de combatentes que cresce e se fortalece a medida que golpeia o exército dominante e em que se identifica com os interesses das massas oprimidas do país”. Mais adiante, ainda demonstrando os impasses em se aceitar a teoria foquista, acrescenta a Resolução que num país como o Brasil, onde a hegemonia pertenceria ao proletariado, não caberia uma tática insurrecional qualquer: “o que visamos – e só o que poderá mudar a qualidade da luta no Brasil – é uma insurreição que cria uma *força armada dos trabalhadores*”⁴⁰⁸.

A aproximação e aceitação por parte da POLOP da teoria clássica do foco, ou seja, de que um grupo de militantes, ao iniciar a guerrilha pode impulsionar o processo revolucionário, se deu no decorrer de 1967. Podemos perceber essa gradual adesão ao foquismo, em primeiro lugar, na mudança da tônica sobre a questão em sua imprensa periódica, e, em seguida, em seus próprios documentos programáticos. Nesse caminho, a organização, em abril, ao comentar o episódio que envolveu a chamada “guerrilha do Caparaó”, afirmava a sua “simpatia” pela decisão dos participantes de derrubar a ditadura, e “desencanto” pela falta “de maior decisão e firmeza dos primeiros lutadores presos”.⁴⁰⁹ Em maio, apontava que “quando a voz de Cuba se estende novamente pelo continente, as guerrilhas obtêm vitórias na Bolívia, Venezuela e Guatemala, que ainda no Brasil a experiência de Caparaó mostra que é possível enfrentar as forças da reação”, sendo

⁴⁰⁷ *Política operária* (informe nacional n. 49), 28 de novembro de 1966.

⁴⁰⁸ Resolução Política, abril de 1966. (Coleção D.A. R. F. Dossiê 18, caixa 10. doc. 2).

⁴⁰⁹ A guerrilha no Brasil. *Política operária* (informe nacional n. 59), 8 de abril de 1967. (Coleção D.A. R. F. Dossiê 20, caixa 11. doc.14).

necessário estender a agitação e organização das massas contra a ditadura⁴¹⁰. Em julho, ressaltava o papel fundamental da OLAS, principalmente por desmascarar os revisionistas e impulsionar a luta revolucionária.⁴¹¹

Se é perceptível a partir de sua imprensa periódica a aproximação do foquismo, nos documentos e discussões internas será ainda mais patente. Em julho de 1967, circulou entre os militantes da POLOP um documento intitulado *Aonde vamos?*, de autoria de Ernesto Martins (Eric Sachs), um dos seus principais dirigentes. O texto, dividido em quatro partes, dedicou seu último capítulo, intitulado *Foco e revolução*, à problemática da luta armada. Ainda que inicialmente faça ressalvas de que a guerrilha não traz resultados milagrosos e que não pode ser fruto de atos individuais, mas sim parte de um movimento de massas, o documento acaba por aceitar aspectos fundamentais da teoria foquista, particularmente no que diz respeito ao voluntarismo político. Nesse caminho, no que concerne às condições para o surgimento da luta armada, afirma Sachs,

“a experiência mostra (...) que os movimentos de guerrilha surgiram em fases de recesso do ciclo revolucionário, em momento de aparente consolidação da contra-ditadura(...). Em Cuba, o período de luta foi muito mais curto, mas foi igualmente a ação de guerrilha que cristalizou e formou o movimento de massas. Isso foi possível porque a luta de guerrilha requer recursos relativamente pequenos para iniciar a ação contra as Forças Armadas regulares muito superiores. O que decidiu a sobrevivência e posterior vitória – além das condições objetivas favoráveis – foram fatores qualitativos: consciência e moral política e objetivos de luta definidos.”⁴¹²

Em resposta àqueles que eram contrários ao desencadeamento da guerrilha sem que houvesse um movimento de massas em ascensão, o autor defende que este tipo de restrição, “que não se alimenta em nenhuma experiência real”, equivaleria, na verdade, “a um antiguerrilherismo envergonhado”⁴¹³. No que diz respeito à direção do movimento,

⁴¹⁰ Ação da esquerda. *Política operária* (informe nacional n. 61), 21 de maio de 1967. (Coleção D.A. R. F. Dossiê 20, caixa 11. doc. 15.)

⁴¹¹ A revolução latino-americana e a conferência da OLAS. *Política operária* (informe nacional n. 65) 22 de julho de 1967. (Coleção D.A. R. F. Dossiê 20, caixa 11. doc. 19).

⁴¹² Ernesto Martins (Eric Sachs). *Aonde Vamos ?* (IV). *Foco e revolução*, julho de 1967, p. 2. (Coleção D.A. R. F. Dossiê 18, caixa 10. doc. 7.)

⁴¹³ *Ibidem*, p. 6. Ernesto Martins escreveria ainda um artigo especificamente para responder aos setores da POLOP que eram contrários ao esquema guerrilheiro, e que propunham uma ação concentrada nos sindicatos e predominantemente legais. Neste caso, trata-se especificamente de responder a um texto documento assinado por Fernando Machado intitulado “Do economicismo prático ao foquismo teórico”. Ver Ernesto

Sachs afirma que o importante é a presença de uma vanguarda com concepções políticas definidas, não necessariamente do partido, que deve se formar no decorrer da luta, aspecto este, diga-se de passagem, marcadamente foquista em sua versão debraysta⁴¹⁴. Enfim, o documento de Sachs não deixaria de expressar a grande dificuldade em mesclar estratégias tão distintas como a insurreição proletária e o foquismo, indefinições que, aliás, estarão presentes nas cisões que a POLOP sofreu logo após a realização de seu IV Congresso:

“nas condições em que a luta se desenvolverá no país, em que a ação da guerrilha não se pode limitar à mobilização de camponeses e que se impõem a formação de um partido revolucionário nos centros do proletariado industrial, não podemos querer deslocar de antemão a direção do movimento para o foco. Ela tem de estar na cidade, tem de estar presente na ação dos militar e na luta de classes, tem de coordenar a luta de classe na cidade e no campo, guiada pelo objetivos políticos da revolução no país e vilas por uma estratégia geral que garanta a vitória final. Esta se dará quando a guerra de guerrilha desembocar numa insurreição do proletariado, que lidera as massas exploradas do país contra a reação interna e a intervenção imperialista.”⁴¹⁵

Mais um exemplo da simpatia da POLOP em relação ao foquismo, ainda que com as restrições que apontamos acima, pode ser vista pela acolhida favorável que teve o livro de Régis Debray dentro da organização. Segundo Raul Villa (Éder Sader), mesmo não compartilhando com as simplificações e investidas de Debray ao leninismo, a Política Operária recebeu bem o livro de Debray: “nós julgamos que ele exerceria uma influência positiva num ambiente – interno e externo – anti-guerrilherista que procurávamos vencer”⁴¹⁶.

No mesmo caminho, em setembro de 1967 a POLOP realizou seu IV Congresso, no qual foi apresentado o documento *Programa socialista para o Brasil*, sintetizando discussões que estavam em curso desde o golpe de 1964. Um dos temas fundamentais do documento era exatamente o papel da luta armada, em sua forma de

Martins (Eric Sachs). “Mais uma vez a pequena burguesia”, maio de 1967. (Coleção D.A. R. F. Dossiê 18, doc. 4.).

⁴¹⁴ Ernesto Martins (Eric Sachs). *Aonde Vamos ? (IV)*. Foco e revolução, julho de 1967, op. cit., p. 6.

⁴¹⁵ *Ibidem*, p. 8.

⁴¹⁶ Raul Villa (Éder Sader). Para um balanço da P.O., op. cit., p. 15. Ainda sobre a acolhida favorável do livro de Debray, ver o um texto escrito por Ernesto Martins (Eric Sachs). *Luta armada e luta de classes. Marxismo militante*, n. 1, 1968, p. 10-32. (Coleção D.A. R. F. Dossiê 21, doc. 1). É importante lembrar que o texto de Eric Sachs foi publicado já em uma segunda fase da história da POLOP, quando esta tinha sofrido várias cisões. Ainda assim, o artigo é representativo das idéias que circulavam na organização no segundo semestre de 1967.

guerra de guerrilha, na estratégia revolucionária da organização. Aqui, como em outros documentos que analisamos no decorrer deste texto, a POLOP demonstraria definitivamente que pretendia unir insurreição de massas e foquismo em sua luta política, o que viria, certamente, com uma forte influência da experiência cubana. O último parágrafo do documento não deixa dúvida sobre o papel desempenhado pelas idéias cubanas nas discussões e na elaboração do projeto político da POLOP:

“A primeira tarefa política do foco guerrilheiro há de ser, desta maneira, a de colocar claramente no cenário político do país uma nova liderança, uma alternativa revolucionária ao poder das dominantes. O fato consumado do foco de guerrilha elevará o nível da luta, apressará a unificação das forças da esquerda revolucionária e a continuação do partido revolucionário da classe operária. Da instalação do foco até a insurreição do proletariado da cidade, haverá um caminho prolongado, mas será um caminho só, com um objetivo traçado: a Revolução dos trabalhadores brasileiros no caminho do socialismo. Será essa a nossa contribuição decisiva para a construção de uma nova sociedade no mundo, liberta para sempre da exploração do homem pelo homem. Ao mobilizar os operários sob a bandeira da luta de classes ouvir-se-á, também, dos rincões deste país, o brado da guerra: PROLETARIOS DE TODOS OS PAISES, UNI-VOS !”⁴¹⁷

A definição da POLOP a respeito da luta armada foi um dos temas mais controversos das discussões de seu IV Congresso. Enquanto alguns achavam insuficientes os preparativos efetivos para o desencadeamento da guerrilha, outras defendiam a necessidade do trabalho junto aos sindicatos, abandonando o projeto guerrilheiro. No final, por motivos diferentes, um número grande de militantes era contrário a adoção do *Programa socialista para o Brasil*, apresentado pela direção. Contra o projeto, na interpretação de Eder Sader, havia uma proposta de libertação nacional, por parte do grupo do Rio de Janeiro e outra voltada para uma revolução democrático-burguesa, oriunda de militantes de Minas Gerais. Um terceiro projeto teria sido apresentado pelo grupo de São Paulo, “recém ganho pelo foquismo”, que apresentou um conjunto de teses “que se limitavam a transcrever as posições da OLAS (realizada em agosto), logrando com isso aglutinar as outras tendências de oposição”⁴¹⁸.

⁴¹⁷ Programa socialista para o Brasil, setembro de 1967. In: REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. (orgs.). *Imagens da revolução. Documentos políticos das organizações de esquerda no Brasil dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p. 116.

⁴¹⁸ Raul Villa (Éder Sader). Para um balanço da P.O., op. cit., p. 15.

O resultado da votação final não podia ser mais revelador do enfraquecimento do poder da direção do POLOP. Os defensores do *Programa Socialista para o Brasil* venceram por 16 votos a 14. A estreita margem foi o primeiro passo para as cisões que a organização viria a sofrer nos meses seguintes. Neste caso, a influência do foquismo no debate interno é inegável, o que pode ser percebido pela própria discussão congressual, e, principalmente, no caminho que os militantes descontentes seguiram após saírem da organização. De fato, excetuando uma parte do núcleo dirigente que manteve a defesa do *Programa Socialista para o Brasil*, a maioria dos militantes criou organizações que propunham a luta armada como tarefa imediata. Por exemplo, membros egressos da POLOP estão presentes na fundação de duas organizações que estão entre as mais representativas do foquismo no Brasil. São os casos do Comando de Libertação Nacional (COLINA), formado basicamente pelos militantes oriundos de Minas Gerais e da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), criada por militantes paulistas. Em ambas as organizações, como veremos ao tratar da esquerda revolucionária, as idéias vindas de Cuba, principalmente no que diz respeito ao papel da luta armada, seria um de seus pilares ideológicos.

PARTE III

A ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA E A ADAPTAÇÃO DO FOQUISMO À REALIDADE BRASILEIRA

O golpe de 1964 representou um momento de inflexão para as esquerdas brasileiras, sobretudo para os comunistas. Isso pode ser percebido por um dado significativo do debate que causou nas organizações de esquerda temas como o significado do golpe, as causas da derrota do movimento popular e, principalmente, o caminho que deveria ser seguido na nova situação política aberta com a chegada dos generais ao poder. Neste caminho, é de se destacar que praticamente todas as organizações comunistas que existiam no pré-64 sofreram cisões a partir de discussões em torno do tema da definição de uma nova estratégia política.

Assim, o PCB sofreu diversas cisões, que deram origem a grupos como a ALN, PCB-R, MR-8, além de ter fornecido militantes para outras organizações revolucionárias. Do PC do B saíram militantes que criaram o PC do B-AV e o PCR. A AP teve pelo menos duas divisões importantes, a primeira deu origem ao PRT e a segunda a AP-ML. Da POLOP, por sua vez, saíram militantes que criaram, juntamente com outros grupos, os COLINA, a VPR e o POC. Muitos destes grupos, surgidos de cisões em suas matrizes, acabaram por se dividir em diversos outros grupos em um processo de grande fragmentação da esquerda revolucionária em seus poucos anos de existência.

Entre os temas que estavam em pauta nos debates que ajudaram a fragmentar a esquerda revolucionária estava o da definição de um projeto de enfrentamento armado contra a ditadura militar. Entre as possibilidades de estratégias de luta armada estava o foquismo, que atraía o interesse de muitos militantes no período, e que esteve na origem e foi defendido por vários dos setores que criaram grupos revolucionários a partir das cisões nas organizações das quais tratamos na primeira e segunda parte desta tese.

Seria, talvez, inviável e repetitivo tratar de todas as organizações da esquerda revolucionária brasileira. Isso porque, embora tenham as suas especificidades, há também muito de comum em suas propostas políticas, principalmente no que diz respeito às propostas de luta armada e a tentativa de adaptação de aspectos do foquismo à realidade brasileira. Nesse caminho, nesta terceira parte da tese, optamos por escolher alguns grupos da Nova Esquerda que são representativos da influência da revolução cubana sobre a esquerda comunista brasileira por pelo menos três motivos diferentes: 1. Aqueles grupos que surgiram diretamente do debate em torno da opção pela luta armada contra a ditadura. 2. Os que assumiram as idéias foquistas, ainda que não tenham efetivamente colocado-as

em prática. 3. Os agrupamentos que tentaram mesclar a influência cubana com outras tradições revolucionárias.

De uma forma geral, a nossa idéia é mostrar o tipo de influência que a revolução cubana exerceu naquelas organizações matrizes, que deram origens a diferentes grupos da esquerda revolucionária. São os casos de grupos que discutimos na primeira e segunda parte da tese: PCB, PC do B e ORM-POLOP. Nesse caminho, trataremos, no capítulo VIII, da ALN, normalmente considerada como a principal organização representante do foquismo no Brasil, seja pela ligação de seu principal líder com os cubanos, sejam pelas suas características políticas.

No capítulo IX, a idéia é discutir o caso de mais duas organizações que tiveram origem em cisões do PCB (MR-8 e PCBR) para em seguida discutirmos as organizações que surgiram de outras matrizes políticas: PC do B-AV e do COLINA, que tiveram origem, respectivamente, em divisões do PC do B e da ORM-POLOP.

Resta um comentário a respeito do fato de não tratarmos do episódio conhecido como guerrilha do Caparaó ou de outras tentativas não efetivadas de luta armada imediatamente após o golpe de 1964 (são casos, por exemplo, da chamada “operação Pintasilgo” e a insurreição da coluna do coronel Jeferson Cardim). Não analisaremos tais episódios porque, em primeiro lugar, fugiriam da preocupação central da tese, que diz respeito à influência da revolução cubana sobre a esquerda comunista, principalmente no que diz respeito ao debate ideológico e a definição do caminho armada contra a ditadura. Diferentemente disso, os casos de Caparaó e do Coronel Jeferson foram protagonizados, principalmente, por militares de baixa patente cassados após 1964 e não faziam parte de qualquer debate político a respeito da esquerda brasileira. Na verdade, talvez possamos afirmar que se tratava muito mais de tentativas de reação aos acontecimentos de 1º de abril do que propriamente a um programa revolucionário. Em segundo lugar, mas no mesmo sentido, os episódios acima, nas palavras de Marco Aurélio Garcia, “não se davam articulados ao quadro de modificações político-ideológicas mais importantes na esquerda brasileira que só vai atingir seu auge em 1967/68”⁴¹⁹, fugindo assim das discussões desta tese.

⁴¹⁹ GARCIA, Marco Aurélio. Como surge a esquerda armada brasileira (ou “A arma da crítica e a crítica das armas”). *Em tempo*, São Paulo, n.81, 13 a 19/09/1979.

Capítulo VIII

Ação Libertadora Nacional (ALN): foquismo e guerra de movimento.

“O senhor é maoísta? Sou brasileiro. Sou o que a prática revolucionária exercida no contexto brasileiro fez de mim. Seguimos nosso próprio caminho e se chegamos a pontos de vista semelhantes aos Mao, Ho Chi Minh, Fidel Castro, Guevara, etc., não terá sido de propósito (...). Mas, se se pode falar de inspiração, a nossa vem, sobretudo de Cuba e do Vietnã. A experiência cubana, para mim, foi determinante, sobretudo no que se refere à organização de um pequeno grupo inicial de combatentes”⁴²⁰.

O diálogo acima faz parte da última entrevista concedida por Carlos Marighella, principal líder e teórico da Aliança Libertadora Nacional (ALN), a um semanário francês. A resposta do revolucionário brasileiro serve para adiantarmos como pretendemos analisar a influência da revolução cubana sobre a ALN. Assim como em outros momentos desta tese, não se trata de buscar ligações esquemáticas entre as idéias cubanas e o surgimento e a atuação do agrupamento brasileiro, que em vários documentos, inclusive na epígrafe acima, rejeita tal interpretação.

Ao mesmo tempo, trata-se de buscar o entendimento de como e em que medida a teoria revolucionária que emanou da ilha de Fidel Castro marcou e influenciou a trajetória de seu líder e da ALN, o que também, assim acreditamos, está claramente exposto no programa revolucionário da organização. A propósito dessa influência, certamente deve-se a ela o fato de alguns autores defenderem que a ALN “foi a principal representante da linha castro-guevarista no Brasil”⁴²¹, ou que Marighella “foi a personificação brasileira de

⁴²⁰ Trecho de entrevista de Carlos Marighella ao semanário francês *Front*, em novembro de 1969. In: CARONE, Edgard. *O movimento Operário no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: DIFEL, 1984, p. 63-70.

⁴²¹ BARÃO, Carlos Alberto. *A influência da revolução cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60*. In: MORAES, João Quartim de e REIS FILHO, Daniel Aarão. (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. 2. ed. rev. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, p. 291.

uma estratégia de ação continental concebida sob influência direta da revolução cubana: a guerra de guerrilhas latino-americana”⁴²².

Defendemos neste capítulo a tese de que as idéias cubanas desempenharam um papel importante no surgimento e nas definições teóricas e políticas da ALN, o que pode ser percebido a partir da análise dos documentos escritos por Carlos Marighella, dirigente que se confunde com a própria organização, uma vez que enquanto esteve vivo foi seu principal teórico⁴²³. Como veremos, a passagem de Marighella por Cuba em 1967 marcou profundamente a sua trajetória, o levando a reformular e/ou aprofundar críticas que vinha fazendo a linha política do PCB desde 1961. Ao mesmo tempo, sob tal influência, traçará o programa político da ALN, sobretudo naqueles aspectos que dizem respeito à guerra de guerrilhas, cuja característica principal será a tentativa de adaptar o foquismo, nos moldes em que foi proposto por Che Guevara e Régis Debray, à realidade brasileira.

O golpe de 1964, a crise do PCB e a insurgência de Carlos Marighella

As divergências de Carlos Marighella com a direção do PCB remontam pelo menos até 1961, no momento da renúncia de Jânio Quadros. Porém, só se tornaram públicas com a crise que tomou conta do partido após o golpe de 1964⁴²⁴ e com a crescente oposição que Marighella e outros dirigentes passaram a demonstrar em relação à direção partidária. A insatisfação veio a público com a elaboração, em maio de 1964, do primeiro pronunciamento partidário após o golpe, intitulado de *Esquema para discussão*, exatamente para indicar que deveria servir de subsídio para o debate interno. O documento refletia o ponto de vista de Mário Alves, Jover Telles, Jacob Gorender, Giocondo Dias, Orlando Bonfim e Marighella⁴²⁵. Entre outras coisas, o *Esquema para discussão* afirmava que a causa da derrota diante dos golpistas estava no fato do PCB ter incorrido em grave “desvio

⁴²² FERREIRA, Muniz. Carlos Marighella: revolução e antinomias. In: NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (orgs.). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, p. 221.

⁴²³ Não somos os primeiros a relacionar a história da ALN à trajetória de Carlos Marighella. Ver, por exemplo, Marco Aurélio Garcia. ALN – A ação faz a vanguarda. São Paulo, *Em tempo*, n. 91, 22 a 28/11/1979.

⁴²⁴ *Ibidem* e NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge. Genealogias, transversalidades e rupturas de Carlos Marighella. In: NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (orgs.). op. cit., pp. 87-89.

⁴²⁵ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5. ed. rev. São Paulo: Ática, 1998, p. 95. Já na versão de Moisés Vinhas, o documento sintetizava as idéias de Mário Alves, Marighella, Gorender, Telles e Apolônio de Carvalho. VINHAS, Moisés. *O partidão. A luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: HUCITEC, 1982, p. 237.

de direita”, na medida em que alimentara ilusões a respeito do alcance das reformas de base por meio pacífico, acreditando na aliança com a burguesia nacional e “conciliando objetivamente com um governo burguês”, não tendo, assim, preparado às massas para resistir ao golpe.⁴²⁶

Em maio de 1965, ocorreu a primeira reunião do C. C. do PCB após a chegada dos militares ao poder. Nela, diferentemente do que afirmava o *Esquema para discussão*, prevaleceu a idéia de que o problema residia em um “desvio de esquerda” que o partido havia adotado, na medida em que haveria abandonado a bandeira da legalidade nas mãos dos inimigos e superestimado o nível de enraizamento e coesão das forças democráticas.⁴²⁷ Em suma, a linha política que havia sido traçada no V Congresso deveria ser salva, pois havia apenas sido mal aplicada na conjuntura que antecedeu o golpe. Durante o encontro, segundo Jacob Gorender, Marighella teria evitado confronto com a maioria dos presentes, uma vez que pretendia manter o seu posto na Comissão Executiva, o que de fato conseguiu.⁴²⁸

No segundo semestre de 1965, foi publicado o livro *Porque resisti à prisão*, escrito por Carlos Marighella, no qual ele relata o episódio de sua prisão em um cinema no Rio de Janeiro, para, em seguida, ainda que de forma incipiente, fazer uma análise da ditadura militar e das causas da derrota do campo democrático. Podemos afirmar que é neste livro que Marighella começa a elaborar suas idéias a respeito da luta contra o regime militar, inclusive no que diz respeito à luta armada, que estarão presentes no momento da criação da ALN. Entretanto, como demonstraremos adiante, as primeiras formulações do futuro guerrilheiro estão distantes daquelas que colocarão a *ação* e *guerrilha* como marca central de sua atuação política.

A maior parte de *Porque resisti à prisão*⁴²⁹, os dezesseis dos dezoito capítulos, relatam a prisão, o ferimento que sofreu, a passagem pelo hospital, a tortura e o processo que respondeu enquanto estava sob poder da polícia. Nos dois últimos capítulos⁴³⁰,

⁴²⁶ VINHAS, Moisés. op. cit. p. 236.

⁴²⁷ *Ibidem*, p. 237.

⁴²⁸ GORENDER, Jacob. Op. cit., p. 97.

⁴²⁹ MARIGHELLA, Carlos. *Porque resisti à prisão*. São Paulo: Brasiliense; Salvador: EDUFBA: OLODUM, 1995.

⁴³⁰ Jacob Gorender sugere que os dois últimos capítulos foram escritos após a reunião do C. C. de maio de 1965, quando o documento apoiado de Marighella foi derrotado, o que explicaria o teor mais radical do final do livro. GORENDER, Jacob. op. cit. p. 103.

Marighella faz uma análise das possibilidades de luta contra a ditadura. Aqui, o que chama atenção é que as propostas apresentadas são pouco radicais se comparadas com as formulações que a ALN adotará três anos depois. A ênfase das proposições recai sobre a necessidade de uma luta que seja feita junto com as massas, para fugir do isolamento que o PCB teria experimentado antes do golpe. A “frente única antiditadura” não poderia ser liderada pela burguesia, cujos interesses estavam atrelados aos dos militares. O conteúdo da luta seria “de oposição popular e de combate cerrado à ditadura. E somente com este conteúdo, a luta das forças populares e democráticas terá êxito”. A questão central que estava envolvida era “o problema das liberdades democráticas”.⁴³¹

Sobre os caminhos da luta política, Marighella não assume ainda a via armada como o único modo possível de oposição à ditadura. Para ele, “a solução do problema brasileiro por uma via pacífica se distanciou enormemente da realidade”. Ainda assim, insiste que “se trata de realizar uma luta revolucionária de massa, extensa e profunda”.⁴³² De qualquer forma, o líder revolucionário deixa em aberto a possibilidade de outras formas de atuação, inclusive o “aparecimento de guerrilhas”.⁴³³

Por fim, ainda nesse livro, a revolução cubana já aparece como “exemplo ilustrativo” de como muitos países latino-americanos poderiam conseguir sua independência política e progresso social. Para Marighella, naquele momento, não se tratava de tentar copiar as situações vivenciadas em Cuba, mas sim apreender as lições e apreciar a validade das teses táticas e princípios revolucionários postos em ação naquele país, aspectos estes que possibilitaram a vitória do povo cubano.⁴³⁴

A próxima intervenção de Marighella no debate interno do PCB, que se deu com a publicação, ainda em 1966, de um texto intitulado *A crise brasileira*, aprofundou as questões que ele havia apenas esboçado em *Porque resisti à prisão*, principalmente no que diz respeito à atuação política do partido e na tentativa de definir uma estratégia de luta armada para o Brasil. Em relação ao PCB, afirmaria que já na crise da renúncia de Jânio Quadros tinha ficado claro que ele estava despreparado para enfrentar a situação, o que veio a se confirmar na queda de João Goulart. A origem desse problema estaria em uma política

⁴³¹ MARIGHELLA, Carlos. *Porque resisti à prisão*, op. cit., pp. 103-104.

⁴³² *Ibidem*, p. 141-142.

⁴³³ *Ibidem*, p. 141.

⁴³⁴ *Ibidem*, p. 142.

de dependência frente à burguesia e ao governo, ao mesmo tempo em que mantinha um trabalho apenas de cúpula junto ao proletariado e não dava qualquer atenção à organização dos camponeses.⁴³⁵ A nova situação não podia ser resolvida segundo a fórmula anterior (“caminho pacífico e apoio à burguesia na luta pelas reformas”). Neste sentido, Marighella se esforçaria em traçar uma nova forma de atuação política, cuja característica central será um certo ecletismo entre luta de massas e luta armada. Em suas palavras:

“os fatos indicam que o proletariado – em face do tremendo impacto da *abrilada* – não tem outro recurso senão adotar uma estratégia revolucionária que leve à derrubada da ditadura. Trata-se da revolução, da preparação da ‘insurreição armada popular’. Trata-se do caminho não pacífico, violento, até mesmo da guerra civil. Sem o recurso à violência por parte das massas, a ditadura será institucionalizada por um período de maior ou menor duração.”⁴³⁶

Esse caminho, chamado pelo revolucionário de “não pacífico”, de “violento”, aparece, na prática, como uma proposta de luta guerrilheira que vem, porém, acompanhada de uma série de ressalvas, o que a distancia ainda das propostas da ALN. Em primeiro lugar, neste momento a guerrilha é apontada como “uma das formas da luta de resistência das massas” e como “uma forma de luta complementar”, “que em si mesma não decide a vitória final”⁴³⁷.

Uma segunda característica das primeiras formulações de Carlos Marighella a respeito da luta guerrilheira é que ela “não é inerente às cidades, não é uma forma de luta apropriada às áreas urbanas⁴³⁸”, e, mais do que isso, ela é pensada como resultado de um profundo enraizamento junto ao campesinato. Ainda neste caminho, o futuro líder da ALN pensava a guerrilha como parte integrante de um amplo movimento de massas contra a ditadura militar, fora da qual seria um tipo de luta praticamente inviável: “nada parece aprovar a idéia de uma luta guerrilheira que não surja das entranhas do movimento camponês e do movimento de massas, da resistência do povo brasileiro”⁴³⁹. Por fim, o último parágrafo de *A crise brasileira* apresenta uma idéia que se distancia enormemente daquelas dos defensores do foquismo como estratégia política para a revolução na América

⁴³⁵ A crise brasileira. In: MARIGHELLA, Carlos. *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Editorial Livramento, 1979, p. 49.

⁴³⁶ *Ibidem*, p. 61.

⁴³⁷ *Ibidem*, p. 84.

⁴³⁸ *Ibidem*, p. 85.

⁴³⁹ *Ibidem*, p. 87.

Latina. Para Marighella, a guerrilha não seria a responsável pelo desencadeamento da luta contra a ditadura, mas sim pensada como mais um elemento da frente ampla de luta contra o regime militar:

“ninguém espera que a guerrilha seja o sinal para o levante popular ou para a súbita proliferação de focos insurrecionais. Nada disso. A guerrilha será o estímulo para o prosseguimento da luta de resistência por toda parte. Para o aprofundamento da luta pela formação da frente-única antiditadura. Para o esforço final da luta de conjunto, de todos os brasileiros, luta que acabará pondo por terra a ditadura.”⁴⁴⁰

É importante lembrar que essas propostas a respeito da guerrilha acontecem dentro de um forte debate interno dentro do PCB, resultando na saída de grande parte dos militantes fundadores das organizações guerrilheiras, caso inclusive da ALN. Nesse debate, um dos pólos aglutinadores era representado exatamente pelo Comitê Estadual de São Paulo, que tinha como principal liderança Carlos Marighella. Assim, em meados de 1966, Marighella foi eleito primeiro secretário do estado paulista, em clara afirmação de inconformismo diante do C. C., já tornado público após a publicação de *Porque resisti à prisão*. Em dezembro, firmando mais um passo na luta interna, ele se demite da Comissão Executiva, não sem enfatizar que esta, além de inerte, subordinava “a tática do proletariado à burguesia” e que a saída para o Brasil só poderia se dar através da “luta armada, do caminho revolucionário, da preparação da insurreição armada do povo, com todas as conseqüências e implicações que daí resultam”⁴⁴¹.

Entre abril e junho de 1967, aconteceriam ou últimos lances da participação de Carlos Marighella dentro do debate interno do PCB. Em abril, em Conferência realizada na cidade de Campinas, e com a presença de uma delegação chefiada por Luis Carlos Prestes, 33 dos 37 delegados presentes rejeitaram as Teses do C. C. e aprovaram o informe apresentado por Marighella, que foi reeleito primeiro secretário do C. E. de São Paulo.⁴⁴² Em junho, ele ainda se pronunciou a respeito das Teses apresentadas para o VI Congresso do PCB, que se realizaria no final do ano. Mais uma vez, o Primeiro Secretário de São Paulo criticaria a subordinação do partido à burguesia, o fato das Teses não optarem claramente nem pelo caminho pacífico nem pela via armada e por não se preocupar com a

⁴⁴⁰ *Ibidem*, p. 88.

⁴⁴¹ Carta à executiva. In: *Escritos de Carlos Marighella*, op. cit., p. 91-93.

⁴⁴² Sobre a crise interna no PCB, ver GORENDER, Jacob. op. cit., p. 95-101.

questão fundamental do principal aliado na frente política que deveria ser, segundo Marighella, os camponeses.⁴⁴³ Por fim, contrastando com a proposta do C. C., que se apoiava na proposição de uma ampla frente política pelas liberdades democráticas, afirmava que o objetivo dos revolucionários deveria ser de maior alcance: “substituir tal governo ditatorial por um governo que assegure a independência do país. E isto não será possível pela via pacífica, mas sim pela via armada e com a unidade das forças populares.”⁴⁴⁴

Entre 31 de julho e 10 de agosto de 1967 aconteceu em Cuba a conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) que, como vimos na introdução desta tese, significou, em certa medida, uma tentativa por parte dos cubanos em tornarem-se um centro revolucionário no continente. Entre outras coisas, a OLAS criticou a política defendida pelos partidos comunistas e indicou a luta guerrilheira como estratégia adequada para a maior parte dos países latino-americanos, proclamando que o dever de todo revolucionário era o de “fazer a revolução”.⁴⁴⁵ Por estes e outros motivos o PCB se negou a participar da Conferência, além de ter lhe feito críticas publicamente. Entretanto, para surpresa de seus dirigentes, souberam não somente da presença de Carlos Marighella na reunião, mas que este tinha criticado a política adotada pelo partido no Brasil. Diante dessa situação, juntamente com as várias manifestações contrárias de Marighella em relação à orientação pecebista, o C. C. o expulsou do partido.

A expulsão de Carlos Marighella colocou fim aos embates travados por ele contra as orientações do C. C. e, ao mesmo tempo, deixou o novo líder revolucionário livre para desenvolver as suas idéias sobre a luta contra a ditadura e pela revolução brasileira. E, na elaboração de seu projeto político, a sua estadia em Cuba entre junho e dezembro de 1967 teve um papel imprescindível. Como veremos adiante, as ponderações em torno do papel da guerrilha, que até aqui aparecia como mais um elemento dentro da frente política de massas contra a ditadura, desaparecem e dão lugar a uma proposta cada vez mais adepta

⁴⁴³ Críticas às teses do Comitê Central. In: *Escritos de Carlos Marighella*, op. cit., p. 103-109. Marighella ainda insistiria nas críticas as Teses do C. C. no texto “Ecletismo e Marxismo”, publicado em 1967. In: *Ibidem*, p. 113-116.

⁴⁴⁴ *Ibidem*, p. 110.

⁴⁴⁵ A Declaração da OLAS pode ser vista in LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina. Uma ontologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, pp. 303-314.

das teses fundamentais do foquismo e subordina o processo de luta política à tarefa da organização guerrilheira.

A influência cubana e a guerrilha como único caminho para a revolução brasileira

A viagem de Carlos Marighella a Cuba desempenhou um papel importante em sua trajetória pessoal e em suas formulações teóricas. Nas palavras de Jacob Gorender, que nos parecem coerentes, seu pensamento sofreu uma flexão, “para qual já estava propenso e que, sem dúvida, não se verificaria tão depressa sem o influxo direto das teses cubanas”⁴⁴⁶. A primeira e principal mudança ocorrida nas elaborações de Marighella, que se distingue do que havia escrito antes de sua viagem a Cuba, que dizia respeito ao entendimento da guerrilha como “uma das lutas de resistência de massas”⁴⁴⁷, passa ser vista como a única forma de luta contra a ditadura. Além disso, aparece também como desencadeadora da consciência revolucionária no país, aspecto este característico das formulações foquistas. Tais mudanças no pensamento de Carlos Marighella aparecerão já em seu primeiro documento escrito em Cuba, *Carta ao Comitê Central*, no qual responde às críticas que havia sofrido da direção do PCB. Em suas palavras:

“...a luta guerrilheira é a única maneira de reunir os revolucionários brasileiros e de levar nosso povo à conquista do poder. Recursos humanos e condições para a guerrilha não faltam no Brasil. A consciência revolucionária, que brota na luta, se incumbirá do resto. A guerrilha é o que pode haver de mais anticonvencional e de mais antiburocrático, o que mais se distancia do sistema tradicional de um partido da cidade.”⁴⁴⁸

Ainda em Cuba, Marighella continuaria a dar mostras de sua aproximação das idéias foquistas, sobretudo do pressuposto de que seria possível, após a eclosão da luta guerrilheira, expandir as forças revolucionárias até chegar ao poder. Neste sentido, de forma bastante otimista, afirmava que havia condições para a luta armada no Brasil, uma

⁴⁴⁶ GORENDER, Jaco. op. cit., p. 104.

⁴⁴⁷ Conforme havia afirmado no documento *A crise brasileira* (op. cit., p. 84.), o qual comentamos acima.

⁴⁴⁸ Carta ao Comitê Central. In: CARONE, Edgard. *O movimento Operário no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: DIFEL, 1984, p. 51. No mesmo sentido, em uma mensagem de Carlos Marighella sobre a OLAS através da Rádio Havana, o revolucionário afirmava: “a luta revolucionária armada constitui a linha fundamental da Revolução na América Latina. Segundo palavras textuais da Declaração Geral, o problema, hoje, para a maioria de nossos países, é organizar, desenvolver e levar até o fim a luta armada. O método eficaz para levar avante a luta armada revolucionária é a guerrilha.” (Mensagem sobre a OLAS através da Rádio Havana. Anexo BNM: 59. AEL).

vez que vigorava no país um contexto semelhante ao que existia em Cuba antes da revolução: o controle do imperialismo norte-americano na produção, no poder político e militar, os problemas do campo e a miséria das massas populares, “estas são as condições objetivas do Brasil, capazes de levar o país à luta armada”⁴⁴⁹

Restaria, seguindo a fórmula clássica do leninismo, a necessidade da presença das condições subjetivas para desencadear a luta armada. Segundo Marighella, aqueles que param para discutir “a falta de condições subjetivas” e a negar, por causa disso, a luta armada, negam, na verdade, “a filosofia marxista” e “caem no dogmatismo ou ainda no campo da metafísica, como sucede a muitos revolucionários e pseudo-revolucionários da América Latina, que costumam citar a fórmula clássica de Lênin”⁴⁵⁰.

A verdadeira resposta para a questão, ainda segundo o brasileiro, foi encontrada pelos “revolucionários modernos” do continente, que acharam “a justa interpretação da relação entre as condições objetivas e subjetivas, desencadeando a revolução cubana e tornando-a vitoriosa”. Tudo teria sido feito dentro da justa posição leninista “para criar a consciência revolucionária, e com ela, as condições subjetivas da revolução sem esperar o surgimento espontâneo do momento decisivo”⁴⁵¹. Por fim, afirmaria Marighella que coube a Fidel Castro o mérito de ter aplicado corretamente o conceito leninista às condições cubanas e da América Latina e que, caso se aplicasse corretamente “a mesma concepção às particularidades da realidade brasileira, veremos que no Brasil também há condições subjetivas para a luta armada”⁴⁵².

Neste caminho, o próximo passo seria o de tentar adaptar às condições do Brasil as idéias utilizadas em Cuba. A primeira tentativa se deu quando Marighella ainda se encontrava em Cuba, no texto intitulado *Algumas questões sobre as guerrilhas no Brasil*⁴⁵³, publicado no *Jornal do Brasil* em setembro de 1968, mas sido escrito em Havana em outubro de 1967, sob o impacto do assassinato de Che Guevara na Bolívia⁴⁵⁴. Este documento se reveste de importância na medida em que pode ser tomado como a primeira

⁴⁴⁹ Respostas ao questionário do Pensamento Crítico. In: CARONE, Edgard. *O movimento Operário no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: DIFEL, 1984, p. 44.

⁴⁵⁰ *Ibidem*, p. 45.

⁴⁵¹ *Ibidem*.

⁴⁵² *Ibidem*, p. 46.

⁴⁵³ *Algumas questões sobre as guerrilhas no Brasil*. In: *Escritos de Carlos Marighella*, op. cit., p. 117-130.

⁴⁵⁴ Neste sentido, vale notar que o texto se inicia com uma epígrafe que homenageia o revolucionário argentino.

elaboração feita por Marighella de uma teoria geral de como se poderia desencadear a guerrilha no Brasil, vindo permeada de clara influência cubana.

Em primeiro lugar, Marighella destacaria que a guerrilha havia assumido, nos anos sessenta, uma nova dimensão: a de papel estratégico decisivo na libertação dos povos. Isso porque, até então, as experiências das revoluções socialistas haviam sido caracterizadas pela transformação da guerra antiimperialista mundial em guerra civil pela tomada do poder, apoiadas no triunfo da revolução de outubro na Rússia. A revolução cubana, por sua vez, trouxera ao marxismo-leninismo um novo conceito: “o da possibilidade de conquistar o poder através da guerra de guerrilhas, e expulsar o imperialismo quando não há guerra mundial e não se pode, portanto, transformá-la em guerra civil”⁴⁵⁵. Neste sentido, a contribuição teórica e prática da Cuba ao marxismo, teria elevado a guerrilha a um ponto inteiramente novo, “colocando-a na *ordem do dia* por toda parte, em especial na América Latina”⁴⁵⁶.

No caso brasileiro, caberia apontar as características fundamentais que luta a guerrilheira poderia assumir. Nesse sentido, a estratégia central deveria ser a expulsão e o aniquilamento do imperialismo norte-americano e das forças militares brasileiras. Para isso, diante da ofensiva global do imperialismo, seria necessário também aos revolucionários o esforço para expandir a revolução por toda a América Latina e tornar efetiva a palavra de ordem de “criar dois, três...muitos Vietnãs”⁴⁵⁷.

O primeiro cuidado da guerrilha no Brasil deveria ser o de evitar o “cerco estratégico do inimigo”, o que significa dizer que ela deveria ser desencadeada fora da faixa atlântica do país, que, por motivos históricos, concentraria toda a força repressiva. Seria ainda necessário observar as três fases da luta guerrilheira que, mesmo não sendo estanques, deveriam ser consideradas em seu planejamento: 1. A do planejamento e preparação da guerrilha. 2. A do lançamento e sobrevivência da guerrilha. 3. A de seu crescimento e transformação em guerra de manobras⁴⁵⁸.

Certamente, é na fase de planejamento e preparação da guerrilha que percebemos mais claramente o quanto a permanência de Carlos Marighella em Cuba o

⁴⁵⁵ Algumas questões sobre as guerrilhas no Brasil, op. cit., p. 117.

⁴⁵⁶ *Ibidem*, p. 118.

⁴⁵⁷ *Ibidem*, p. 118-119.

⁴⁵⁸ *Ibidem*, p. 122.

tornou receptível às idéias foquistas, sobretudo àquelas que preconizam a possibilidade do desencadeamento da luta guerrilheira a partir da existência de um pequeno núcleo de militantes bem treinados e que, uma vez deflagrada, a guerrilha conseguiria aglutinar forças e apoio até a tomada do poder, seguindo a receita que teria sido utilizada em Cuba. Neste sentido, segundo Marighella, o requisito básico para a primeira fase da guerrilha é a “existência de um pequeno núcleo de combatentes, surgido em condições histórico-sociais determinadas”. Este núcleo deve ser imune aos partidos da esquerda tradicional e conduzir a luta ideológica contra o “grupo de direita oposto à luta armada”. Por fim, nesta fase, seria necessário o adestramento dos combatentes em tiro e marcha a pé, “algumas armas e munições”, a exploração do terreno, noções de sobrevivência e orientação e a organização inicial do apoio logístico, o que incluiria a coleta de recursos⁴⁵⁹.

A segunda fase, de lançamento e sobrevivência da guerrilha, deveria constituir uma surpresa para o inimigo, principalmente devido a dois fatores: a forma inicial de combate deve consistir nas “ações de surpresa e emboscada” e o método de condução deve ser o da ofensiva contra as forças do inimigo, levando-as ao aniquilamento. Já para a sua sobrevivência, a guerrilha deveria observar três questões fundamentais: a de seus objetivos políticos, do método de condução da luta armada e da estreita ligação entre a guerrilha e o povo⁴⁶⁰.

Os objetivos políticos da guerrilha resumem-se basicamente na idéia de “despertar o povo e particularmente os camponeses” para a presença dos combatentes e de seu programa: a expulsão do imperialismo norte-americano e a destruição da ditadura. No que diz respeito aos métodos de condução da luta armada deve-se seguir o princípio básico caracterizado pelo propósito de partir de uma situação em que a guerrilha tem inferioridade em relação ao inimigo e chegar em uma situação de superioridade. Neste caso, para Marighella, não só as armas decidem: “o fator decisivo mesmo é o homem, que maneja as armas e as captura ao inimigo. Se o decisivo fossem as armas, venceriam os *gorilas*”. Sobre as relações com o povo, a guerrilha deveria ter uma conduta honesta e respeitar e ajudar a população, além de nutrir-se e organizar o seu apoio logístico entre os camponeses⁴⁶¹.

⁴⁵⁹ *Ibidem*, p.122-123.

⁴⁶⁰ *Ibidem*, p. 124.

⁴⁶¹ *Ibidem*, p. 125-125.

Por fim, após cumprir as normas de sobrevivência da guerrilha, a luta entraria em sua última e decisiva fase, que é a de seu crescimento e transformação em guerra de manobras, momento de aniquilamento do inimigo. O desenvolvimento dessa fase, porém, seria impossível sem uma série de condições que deveriam ser observadas: o crescimento político da guerrilha; o crescimento de sua potência de fogo; o aparecimento da retaguarda; a criação do exército revolucionário e a mudança da forma principal das ações dos combatentes.⁴⁶²

Em resumo, como pudemos perceber ao longo da exposição sobre a primeira elaboração de um projeto de guerrilha para o Brasil feito Carlos Marighella, o revolucionário brasileiro assumia as principais teses propostas pelo foquismo: a não necessidade de um partido para guiar a guerrilha, o campo como cenário ideal para o seu desencadeamento e a crença em que um pequeno núcleo de guerrilheiro poderia dar início a luta, aglutinar forças e chegar ao poder. Em suas palavras: “partindo do marco zero, a guerrilha possibilita a organização da força do povo, a princípio sob forma de um pequeno núcleo de combatentes que se lança à luta, dentro de um plano estratégico e tático global.” Em seguida,

“a guerrilha dá um salto para frente. E passa do tipo de organização de grupos guerrilheiros para a o tipo de organização de um exército revolucionário. Mas um exército revolucionário não convencional, surgido da guerrilha, com base na aliança armada de operários e camponeses, aos quais se reunirão estudantes e outras forças da revolução brasileira”⁴⁶³.

No final de 1967, Marighella voltou ao Brasil depois de permanecer cerca de oito meses em Cuba e ter refletido sobre os caminho da luta contra a ditadura militar e concluído que esta passaria pela guerra de guerrilhas. Como era de esperar, ao voltar e começar de fato os preparativos e as ações voltadas para o desencadeamento da luta armada, suas idéias sobre o assunto se modificarão diante da realidade aqui encontrada. Como veremos, os elementos essenciais do foquismo permanecerão presentes, mas haverá modificações em aspectos táticos da guerrilha.

⁴⁶² *Ibidem*, p. 126.

⁴⁶³ *Ibidem*, p. 128.

A volta ao Brasil, o surgimento da ALN e o desencadeamento da guerrilha

De volta ao Brasil, já expulso do PCB, Marighella partiu imediatamente ao trabalho de organização de um grupo de ação que pudesse colocar em prática as idéias sobre a luta armada que ele havia pensado quando ainda estava em Cuba. Neste momento, houve pelo menos duas atitudes entre os militantes que já o acompanhavam na crise interna que tomava conta do PCB. De um lado, muitos⁴⁶⁴ se juntaram ao Agrupamento Comunista, criado por Marighella e pouco tempo depois transformado em ALN.⁴⁶⁵ Por outro lado, a adoção da guerrilha como único caminho de luta contra a ditadura militar afastou militantes que eram simpáticos ao marighellismo, mas que não concordavam com o caminho das armas.

Foi o caso, por exemplo, de Fernando Perrone, que foi procurado por Marighella no mesmo dia em que voltou de Cuba, lhe dizendo claramente que “a estratégia da revolução no Brasil é a guerrilha” e, ao ser questionado sobre a necessidade de ganhar o partido comunista, ele teria respondido que não valia à pena, que o importante era “ganhar os comunistas, não o partido”⁴⁶⁶. Ainda segundo Perrone, muitos militantes que apoiaram Marighella na luta interna não o acompanharam na proposta de luta armada. Neste sentido, cita o caso de José Mariano de Souza, funcionário da Assembléia Legislativa de São Paulo, que teria dito: “apoiar o Marighella na luta interna, tudo bem. Mas abandonar o partido isso nunca”. E o próprio Perrone afirma: “tínhamos uma profunda dificuldade de escolher entre Marighella e o partido. Eu também me sentia dividido e mantive essa ambigüidade, não por oportunismo, mas por falta de clareza, e também por minhas funções parlamentares.”⁴⁶⁷

Provavelmente Marighella não estava muito preocupado com o número de militantes que o acompanhariam no início da luta armada. Isso porque o tipo de organização que ele propunha se diferenciava de um partido político e, por suas

⁴⁶⁴ É difícil falar em números de uma organização como a ALN, que além de ser clandestina, não tinha a estrutura de um partido, centralizada, muito pelo contrário. Normalmente se afirma que foi a maior das organizações da esquerda armada. Por exemplo, no momento da saída do PCB, segundo Moisés Vinhas, teriam deixado o partido junto com Marighella e Câmara Ferreira cerca de 10.000 militantes. Já na estimativa de Elio Gaspari, a ALN tinha, por volta de 1969, em torno de 300 militantes. (VINHAS, Moisés, op. cit., p. 242. GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 142.).

⁴⁶⁵ Ver a esse respeito os depoimentos de ex-dirigentes do PCB, como Apolônio de Carvalho e Marco Antônio Coelho, que relatam a atração que as idéias de Marighella exerciam dentro do partido, sobretudo entre os jovens militantes. CARVALHO, Apolônio. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997 e COELHO, Marco Antônio. *Herança de um sonho. As memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

⁴⁶⁶ PERRONE, Fernando. *Relatos de guerras: Praga, São Paulo, Paris*. São Paulo: Busca Vida, 1988, p. 76.

⁴⁶⁷ *Ibidem*, p. 77.

características, dificilmente poderia ser uma agremiação de massas. Pelo menos é o que podemos perceber no documento *Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo*, no qual acontece o rompimento público com o PCB e se anuncia a criação de uma organização revolucionária de novo tipo: “clandestina, pequena, bem estruturada, flexível, móvel. Uma organização de vanguarda para agir, para praticar a ação revolucionária constante e diária, e não para permanecer em discussões e reuniões”⁴⁶⁸.

A linha política adotada pelo Agrupamento, segundo o documento, é a da *Declaração Geral da OLAS*, e partia do pressuposto de que a guerrilha era a vanguarda revolucionária, o seu núcleo fundamental, constituindo-se no centro do trabalho dos comunistas e patriotas. Os princípios que regiam a nova organização eram três: “o primeiro é que o dever de todo revolucionário é fazer a revolução; o segundo é que não pedimos licença para praticar atos revolucionários e o terceiro é que só temos compromisso com a revolução”⁴⁶⁹.

É importante salientar que o novo grupo preconizava, de uma forma tipicamente foquista, que as principais tarefas políticas deveriam estar subordinadas à guerrilha, e que naquele momento diziam respeito exatamente a sua preparação e a criação do apoio logístico. Além disso, o comando geral da organização pertence à guerrilha, “onde quer que ela esteja”⁴⁷⁰. Por fim, no que concerne à estratégia geral a ser implementada, propunha que se deveria partir diretamente para ação. Na célebre frase, que viraria uma marca da ALN, afirma o documento: “o conceito teórico pelo qual nos guiamos é o de que a ação faz vanguarda”⁴⁷¹.

Outra característica das propostas da ALN que vai ao encontro das idéias de Che Guevara e, particularmente, de Régis Debray, é a de que a guerrilha se tornou o único caminho, a única estratégia a ser aplicada nas condições políticas e sociais da América Latina. Para Marighella, seria através da guerrilha que se criaria o “exército revolucionário de libertação nacional, o “único capaz de aniquilar as forças militares dos gorilas”⁴⁷².

⁴⁶⁸ Pronunciamento do Agrupamento comunista de São Pulo. In: *Escritos de Carlos Marighella*, op. cit., p. 133.

⁴⁶⁹ *Ibidem*, p. 134.

⁴⁷⁰ *Ibidem*, p. 136.

⁴⁷¹ *Ibidem*, p. 137.

⁴⁷² O papel da ação revolucionária na organização. In: REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da revolução. Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p. 214.

Mais um tema importante na proposta da luta guerrilheira da ALN, também revelador de seus laços ideológicos com a revolução cubana, é o da relação com as massas na luta contra a ditadura. Segundo a organização, haveria no Brasil duas concepções diferentes sobre o “trabalho de massa e ligação com o povo.” Uma delas, é do tipo que parte “das reivindicações imediatas e através dessa atividade procuram ganhar as massas para a revolução”. Essas organizações, por sua vez, que restringem o seu trabalho à luta reivindicatória, tendo em vista a sua transformação em luta política, “terminam reduzidas diante da potência de fogo do inimigo”⁴⁷³. A outra concepção, à qual a ALN se vincula, é a de organizações que se preocupam em partir para a luta armada, procurando enfrentar a ditadura “através de uma potência de fogo”, ainda que pequena, mas usada pelos revolucionários e pelos movimentos de massas: “em torno dessa potência de fogo, que surge do nada e vai crescendo pouco a pouco, a massa aglutina-se, constrói a sua unidade e marcha para a tomada do poder”⁴⁷⁴.

Para colocar em prática o seu projeto, a organização se estruturou a partir de um modo mais militar do que político, refletindo uma crítica prática ao modelo do partido comunista e o antiteoricismo que caracterizaria tão fortemente a Nova Esquerda brasileira nos anos sessenta. No caso da ALN, ela era dividida entre o Grupo de Trabalho Estratégico (GTE), responsável pelo planejamento e implementação da guerrilha rural; o Grupo Tático Armado (GTA); voltado para as ações armadas e o Grupo de Ação (GA), que deveria estar ligado ao trabalho de massa. Havia ainda os Grupos Independentes (GIs), setores de apoio, simpatizantes, sem uma ligação orgânica com a organização. Enfim, acima dos setores anteriores, havia o Conjunto Regional e o Conjunto Nacional⁴⁷⁵.

Com essa concepção e estrutura, a ALN se lançou no desencadeamento da guerrilha ainda em 1967, mas sem se identificar como organização revolucionária. As primeiras ações guerrilheiras tinham a finalidade de angariar fundos para a implantação da almejada guerrilha rural. Neste caminho, praticou dezenas de assaltos a bancos, a carros que transportavam dinheiro e mesmo a um trem pagador na estrada de ferro Santos-Jundiaí. A descoberta por parte da polícia da existência da organização guerrilheira acabou no final

⁴⁷³ *Ibidem*, p. 216.

⁴⁷⁴ *Ibidem*.

⁴⁷⁵ Sobre a estruturação da ALN, ver RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993, p. 41.

de 1968, quando um dos participantes de um assalto foi identificado e preso. Sob tortura, relatou aos policiais a origem dos assaltos.⁴⁷⁶

O treinamento guerrilheiro e a ligação orgânica com a revolução cubana

Durante a maior parte do tempo em que existiu, aproximadamente entre 1968 e 1973, a ALN, bem como outras organizações, enviou militantes para fazerem treinamento militar em Cuba, e se constituiu no grupo que mais membros enviou para treinar na ilha de Fidel Castro. Antes da ALN, já havia estado em Cuba militantes das Ligas Camponesas, ainda antes do golpe de 1964, e também do Movimento Nacionalista Revolucionário, ligado ao ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, já depois da chegada dos militares ao poder.⁴⁷⁷ Além da organização de Marighella, após o golpe, militantes de outras organizações também fizeram o curso, como a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8).

Dentre todas as organizações que fizeram o treinamento, a ALN foi a que mais militantes enviou. Entre 1967 e 1970, foram enviadas quatro turmas de militantes, totalizando cerca de 92 militantes. O treinamento era basicamente militar, com instruções de tiro, fórmulas explosivas, montagem e desmontagem de armas. Havia ainda, ao final do curso, um exercício de sobrevivência com simulação de combate com exército cubano.⁴⁷⁸

Para Marighella, a idéia era de que o treinamento se restringisse aos aspectos militares, não devendo significar uma interferência cubana nas decisões e orientações da ALN. Havia, certamente, uma política de apoio à revolução cubana e mesmo uma certa inserção dentro da idéia de uma revolução continental, mas sem interferência de um país sobre outro. Isso não significava, como mostra o livro de Denise Rollemberg, que não houvesse setores da ALN que achassem natural uma liderança cubana ou que os próprios cubanos não tentassem usar a sua influência e interferir nos rumos da organização. Essa tentativa podia se dar, por exemplo, escolhendo entre os militantes que estavam em

⁴⁷⁶ A respeito das ações da ALN, ver GORENDER, Jacob. op. cit., p. 108-109.

⁴⁷⁷ Trataremos brevemente da questão do treinamento guerrilheiro em Cuba, e o faremos, sobretudo, no que diz respeito à influência que a revolução cubana exerceu sobre as organizações brasileiras. Nos apoiaremos para isso basicamente no excelente livro de Denise Rollemberg, que faz uma análise aprofundada sobre o tema. (ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.)

⁴⁷⁸ *Ibidem*, p. 40-41.

treinamento o “comandante” do grupo ou mesmo privilegiando informações e contatos em Cuba para aqueles que eram mais permeáveis a sua influência.⁴⁷⁹

De qualquer forma, o importante é que não há indícios que a ALN tenha sido orientada pelos cubanos na elaboração e aplicação de sua linha política. A influência de Cuba sobre a ALN não está exatamente em sua relação orgânica com Cuba, através do treinamento, devendo ser buscada em outra dimensão. Como vimos acima, ela está na inspiração que suscitou a Carlos Marighella na elaboração de sua estratégia de luta contra a ditadura militar, a qual aceita o núcleo das idéias foquistas.

“A guerrilha não é um foco”

Não são apenas as interpretações recentes que apontam a ALN como uma organização de matriz foquista.⁴⁸⁰ Durante o período que existiu foi mais de uma vez criticada por outros grupos de seguir orientações cubanas, a começar pela própria direção do PCB que, nos documentos de seu VI Congresso, criticou fortemente os grupos que exigiam uma opção pela luta armada, entre os quais se encontrava Marighella. Segundo o partido, tais militantes estariam tentando, de forma equivocada, aplicar no Brasil idéias oriundas da experiência cubana.⁴⁸¹

Certamente pesou nas interpretações, passadas e recentes, sobre a adesão de ALN ao foquismo a presença de Carlos Marighella na OLAS; a relação privilegiada com Fidel Castro; o grande número de militantes enviados para fazer o treinamento em Cuba e de ter adotado, oficialmente, às resoluções da OLAS como bandeira política. De qualquer forma, como vimos defendendo até aqui, a ALN não pode ser caracterizada como uma organização tipicamente foquista, pelo menos nos termos defendidos por Che Guevara e Régis Debray. Na verdade, ALN de Marighella pode ser tomada como um dos exemplos mais representativos do tipo de influência exercida pela revolução cubana sobre a esquerda revolucionária brasileira. Ou seja, uma organização que, inspirada por Cuba, e partindo das idéias centrais do foquismo, tenta adaptar esse ideário à realidade brasileira e à luta contra a

⁴⁷⁹ *Ibidem*, p. 47-49. Ver ainda ROLLEMBERG, Denise. A ALN e Cuba: apoio e conflito. *Cadernos AEL*. Campinas, UNICAMP/IFCH/AEL, v. 8, n. 14/15, p. 205-251, 2001.

⁴⁸⁰ Ver no início do capítulo, as notas 2 e 3.

⁴⁸¹ Discutimos, no primeiro capítulo desta tese, as críticas feitas pelo PCB ao foquismo e aos grupos que defendiam a luta armada nos debates preparatórios para seu VI Congresso. Ver a resolução política do Congresso em NOGUEIRA, Marco Aurélio. (org.). *PCB: vinte anos de política. 1958-1979*. São Paulo: LECH, 1980, p. 153-190.

ditadura militar, chegando a um tipo de proposta que contemplava tradições variadas, inclusive aquelas que vinham do PCB, do qual grande parte dos militantes da ALN, e certamente seus principais dirigentes, tinham origem.

A respeito da adaptação feita por Marighella das idéias centrais do foquismo, além da óbvia necessidade colocada pela realidade geográfica brasileira, tão diferente da cubana, um autor lembra de um aspecto que não pode ser desprezado no entendimento da questão. Para Muniz Ferreira, o fracasso de Che Guevara e Régis Debray na Bolívia, bem como outros eventos de menor monta na tentativa de implementação do foco, teriam abalado a crença na validade da teoria foquista, levando a necessidade de ajustes “programáticos ao foquismo original⁴⁸²”. Neste caminho, Marighella teria acrescentado à teoria guevarista-debrayista elementos do maoísmo (o conceito de guerra popular e a perspectiva de uma luta prolongada no campo) e também aspectos inspirados na revolução argelina.⁴⁸³ Ainda no caminho do entendimento das mudanças implementadas na teoria do foco, Jacob Gorender vê influências de Georges Sorel e Fanon no pensamento do líder da ALN, além das lições tiradas da derrota da malograda guerrilha do Caparaó.⁴⁸⁴

Para além das variadas influências cubanas perceptíveis na tória da ALN, no que se refere ao foco, o próprio Marighella, em diversas ocasiões, se manifestou a fim de esclarecer que a sua organização não era foquista. Em abril de 1968, no primeiro número do jornal *O guerrilheiro*, a ALN afirmava de modo a não deixar dúvidas: “*a guerrilha não é um foco*”. E continuava: “pensamos sobre a guerrilha o mesmo que a conferência da OLAS (...)no ponto 10 de sua Declaração Geral, que apresenta a guerrilha como embrião dos exércitos de libertação e como método mais eficaz para iniciar e desenvolver a luta revolucionária.”⁴⁸⁵. No caso do Brasil, dada a sua dimensão continental, Marighella introduz a idéia de guerrilha como *guerra de movimento* no lugar de foco⁴⁸⁶ e falaria ainda de guerrilha em *forma de marcha* e das *colunas guerrilheiras móveis*⁴⁸⁷. Como se percebe pela nomenclatura, a idéia do líder da ALN era a de que no Brasil a guerrilha deveria ser móvel, atacar em locais variados e não se fixar em um território, diferentemente da

⁴⁸² FERREIRA, Muniz. op. cit., p. 247.

⁴⁸³ *Ibidem*, p. 248.

⁴⁸⁴ GORENDER, Jacob. op. cit., p. 105.

⁴⁸⁵ *O guerrilheiro*, n. 1, abril de 1968 (Anexo BNM: 4274).

⁴⁸⁶ O papel da ação revolucionária na organização, op. cit., p. 215.

⁴⁸⁷ Alocução sobre a guerrilha rural. In: CARONE, Edgard. op. cit. p. 58.

revolução cubana, em que, a partir da *Sierra Maestra*, os guerrilheiros expandiram suas forças até a tomada do poder.

Outra mudança significativa introduzida por Marighella na teoria foquista é a valorização da guerrilha urbana e o uso do terrorismo como luta política, o que não se encontra nas obras de Guevara e Debray. Nos dois casos, é possível pensar que a incorporação de tais elementos está diretamente ligada à própria realidade brasileira. Ou seja, ainda que houvesse a idéia de que a guerrilha se daria no campo, os seus principais militantes, recursos, e mesmo a efervescência política se encontravam nas cidades. Assim, se nos primeiros documentos sobre a questão a guerrilha urbana aparece como uma fase necessária antes de se partir para o campo⁴⁸⁸, pouco a pouco ela vai sendo valorizada até ocupar um espaço estratégico no projeto da ALN⁴⁸⁹.

Da mesma forma, e fruto das difíceis condições de luta contra a ditadura, que em um movimento crescente passa a utilizar a tortura como método policial, a organização adotou a idéia do uso do terrorismo como forma de se fazer propaganda política e mesmo de eliminação de pessoas ligadas ao regime militar e ao imperialismo norte-americano. O exemplo mais representativo, tanto da importância da guerrilha urbana, como o uso do terrorismo, está na publicação, assinada por Marighella, do conhecido *Pequeno manual do guerrilheiro urbano*, de 1969, que viria inclusive a ser traduzido em várias línguas e usado por grupos radicais na Europa ocidental nos anos setenta.

Ainda sobre as diferenças entre o programa da ALN em relação ao foquismo, vale lembrar daqueles elementos que a organização herdou do PCB, como a idéia da revolução feita em duas etapas. Ou seja, a primeira delas seria “burguesa” ou de “libertação nacional”, liderada a partir da união de setores progressistas da sociedade que teriam em comum o interesse de desenvolver as forças produtivas e, assim, acabar com os resquícios feudais no campo e com a presença do imperialismo norte-americano. Somente depois de cumprida essa etapa, se passaria para revolução socialista.⁴⁹⁰ É certo que a ALN não seguia exatamente esta idéia clássica da revolução por etapas, havendo em seu discurso nuances

⁴⁸⁸ É o caso, por exemplo, do documento *Algumas questões sobre a guerrilha no Brasil* (op. cit.), no qual não há qualquer discussão sobre a guerrilha urbana.

⁴⁸⁹ Ver a esse respeito o documento *O papel da ação revolucionária na organização*, op. cit., p. 215 e *Quem samba fica, quem não samba vai embora*. In: NOVA, Cristina e NÓVOA, Jorge (orgs.). op. cit, p. 548.

⁴⁹⁰ Para uma discussão sobre o projeto político da ALN, e de outras organizações revolucionárias, ver RIDENTI, Marcelo. op. cit.

que apontavam para um maior radicalismo.⁴⁹¹ Entretanto, nos interessa ressaltar que, de qualquer forma, a ALN não defendia uma revolução imediatamente socialista, o que a distancia do pensamento de Che Guevara e Régis Debray. Outra característica que diferenciava as idéias de Marighella deste último, e que guardava ligação com a herança pecebista, era a preocupação com a base social do movimento revolucionário.⁴⁹²

Em que pese às mudanças implementadas pela ALN na teoria do foco no que se refere adaptação à realidade brasileira, no final das contas, a organização, como vimos no decorrer deste capítulo, acabou por manter em seu programa o núcleo do foquismo. Ou seja, partia do pressuposto de que um pequeno grupo que inicia a luta armada incorpora forças até chegar ao poder e aceitava a guerrilha como vanguarda política da revolução, subordinando todos os outros elementos da luta contra a ditadura a este postulado. Assim, podemos afirmar que as diferenças em relação ao foquismo são secundárias, não passando de aspectos táticos necessários diante da realidade geográfica e política brasileira, mas que não abandonava as idéias centrais de Régis Debray e Che Guevara. Este último, assim como Marighella, morto por forças repressivas. Um, na selva boliviana, outro, na cidade de São Paulo. Os dois imbuídos essencialmente do mesmo projeto político.

⁴⁹¹ Para Muniz Ferreira, as circunstâncias da luta guerrilheira e o pouco apego às discussões teóricas acabaram por levar a ALN a um certo “improviso” no terreno da teoria, daí decorrendo a “ausência de precisão estratégica” de sua parte. FERREIRA, Muniz. op.cit., 251.

⁴⁹² Algumas diferenças entre o programa da ALN e o foquismo podem ser vistos em GARCIA, Marco Aurélio. ALN – A ação faz a vanguarda, op. cit.

Capítulo IX

O foquismo no projeto político da Esquerda Revolucionária: PCBR, MR-8, PC do B-AV e COLINA.

PCBR: entre a tradição comunista e a guerra revolucionária.

O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) teve a sua origem no mesmo processo que fez surgir a ALN, de Carlos Marighella. Ou seja, as discussões que resultaram em sua fundação fizeram parte dos debates que acometeram o PCB entre 1966 e 1967, que diziam respeito à avaliação do golpe de 1964 e a nova linha política a ser traçada. Até 1967, vários setores, que tinham em comum a crítica aos métodos e avaliações do Comitê Central do PCB, faziam parte do que se passou a chamar de Corrente Revolucionária, que aglutinava, além dos futuros membros do PCBR e da ALN, os jovens militantes das chamadas Dissidências (DI'S).⁴⁹³

A crítica ao PCB, entretanto, não foi capaz de aglutinar todos os opositoristas participantes da Corrente, que acabaram dando origem a diversas organizações revolucionárias, pulverizando a esquerda comunista brasileira. Dessa forma, nomes expressivos como Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira findaram a ALN; as dissidências deram origem a grupos como o MR-8, em São Paulo, e o POC, no Rio Grande do Sul e, ainda de dentro do PCB, saíram dirigentes como Jacob Gorender, Mário Alves e Apolônio de Carvalho que criaram o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.

Para Apolônio de Carvalho, um dos fundadores e líderes do PCBR, a primeira inflexão, servindo para apressar a definição do novo caminho a seguir, foi a reunião da OLAS, quando se modifica a percepção, por parte dos militantes brasileiros, dos ensinamentos da revolução cubana. Se até aquele momento as profundas diferenças entre Cuba e Brasil não pareciam encorajar que aquela revolução servisse de modelo, a reunião de OLAS e a publicação do livro de Régis Debray no ambiente de impasse da esquerda, acabou por difundir-se e ganhar adeptos a idéia de que seria possível fazer no Brasil uma

⁴⁹³ Ver a esse respeito GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1998.

revolução do tipo que havia sido feita pelos cubanos. E tal mudança na apreciação da revolução cubana, ainda segundo Apolônio de Carvalho, se deu porque Cuba parecia trazer respostas aos sentimentos profundos dos militantes: a frustração pela derrota de 1964; o nihilismo político, dadas as sucessivas derrotas sofridas pela esquerda; o romantismo revolucionário; as dificuldades de atuação na clandestinidade.⁴⁹⁴

A primeira organização a se estruturar após o golpe, com clara identificação com as idéias cubanas, foi a ALN, conforme vimos no capítulo anterior. O PCBR se afastou de Marighella exatamente por este ter abraçado uma idéia que deve muito a experiência cubana: o abandono da estrutura do partido comunista de molde bolchevique. Já em relação às Dissidências, era incompatível a defesa que estas faziam do caráter socialista da revolução, abandonando completamente a idéia da revolução por etapas.⁴⁹⁵

Nas palavras de Jacob Gorender, o PCBR veio a ser a mais típica das novas organizações “que se debateram no esforço de entrelaçar a tradição doutrinária marxista à pressão avassaladora pela luta armada imediata e incondicionada”⁴⁹⁶. De fato, como veremos adiante, a trajetória do partido será marcada pela tentativa de equacionar um problema que restou insolúvel em seu seio: a adaptação da estrutura partidária à luta armada, feita através da guerrilha, contra a ditadura militar. Ao mesmo tempo em que critica formalmente o foquismo, acaba por se deixar levar pelo seu aspecto principal: a crença na possibilidade de se fazer a revolução a partir de um pequeno núcleo de combatentes.

É no seu documento fundador, datado de abril de 1968, que podemos partir para compreensão da proposta do PCBR e de sua relação com a questão do foco. O partido parte de uma análise segundo a qual vivia-se no Brasil o pleno capitalismo, que seria, entretanto, dependente, “vinculado e subordinado ao sistema de dominação imperialista”⁴⁹⁷. Diante dessa situação, o desenvolvimento econômico e social do país só poderia ser impulsionado por uma “revolução popular”, capaz de derrubar o poder da

⁴⁹⁴ CARVALHO, Apolônio de. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 198-199.

⁴⁹⁵ GARCIA, Marco Aurélio. PCBR: da formação à tentativa militarista. São Paulo, *Em tempo*, n. 93, 5 a 12/12/1979.

⁴⁹⁶ GORENDER, Jacob. op. cit., p. 113.

⁴⁹⁷ Linha Política. In: REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. (orgs.). *Imagens da revolução. Documentos políticos das organizações de esquerda no Brasil dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p. 161.

minoria latifundiária, liberar o país do domínio imperialista, eliminar o latifúndio e realizar uma reforma radical na estrutura agrária, abrindo deste modo o caminho para o socialismo”⁴⁹⁸.

É interessante observar que o PCBR insere a sua proposta revolucionária, um meio termo entre revolução por etapas e socialismo, dentro da idéia de uma revolução continental proclamada pela OLAS em 1967, principalmente no que diz respeito à luta contra o inimigo comum, o imperialismo norte-americano.⁴⁹⁹ Sua estratégia política se aproximará ainda mais da OLAS e das idéias oriundas da revolução cubana no que se refere ao caminho para se fazer a sua “revolução popular”.

Não resta qualquer dúvida ao PCBR que a tomada do poder e a destruição do “Estado burguês-latifundiário” só pode ser realizados através da luta armada.⁵⁰⁰ As formas de ação legais e pacíficas poderiam ser utilizadas para desenvolver o movimento popular, mas com a clareza de que somente com o emprego exclusivo de tais meios a revolução não pode ser vitoriosa: “a violência reacionária só pode ser vencida com a violência revolucionária. Todas as demais formas de luta devem servir ao desenvolvimento da luta armada e não lhe constituir obstáculo”⁵⁰¹.

Nas condições do Brasil, ainda segundo o PCBR, a “guerra de guerrilhas” seria o meio mais adequado para se começar a “luta armada popular” e “criar o núcleo inicial do exército revolucionário”. A realidade indicaria ainda que, no Brasil, o cenário principal da luta se daria no campo, ao mesmo tempo em que seria possível desencadear nas cidades diversas formas de luta armada, “desde ações de autodefesa de massas até as guerrilhas urbanas e suburbanas”. Ainda no que diz respeito às condições para a luta armada no Brasil, afirma-se que não seria possível esperar uma situação revolucionária em todo o país para desencadeá-la, na medida em que havia uma grande diversidade cultural, geográfica e econômica que tornava praticamente impossível tal coesão. Assim, a guerra revolucionária deveria ser iniciada nas regiões onde houvesse condições favoráveis, “estendendo-se em seguida a outras zonas do país”. Por fim, revelando um aspecto tão marcadamente foquista das organizações guerrilheiras nos anos sessenta, o partido afirma que

⁴⁹⁸ *Ibidem*, p. 163.

⁴⁹⁹ *Ibidem*, p. 170.

⁵⁰⁰ *Ibidem*, p. 171.

⁵⁰¹ *Ibidem*.

“as guerrilhas atuarão como detonadores do movimento insurrecional, fustigando e desmoralizando as forças armadas da reação, galvanizando a consciência popular, acirrando todas as contradições do regime reacionário (...).

A tarefa imediata e fundamental do movimento revolucionário no Brasil consiste, portanto, em organizar, iniciar, desenvolver e culminar a luta armada, a partir da guerra de guerrilhas. A essa tarefa devem ser consagrados todos os esforços e os recursos principais das forças revolucionárias e do Partido, do comando unificado político-militar, que deverá dirigir o movimento de armado”⁵⁰².

Para enfrentar a tarefa do desencadeamento da luta armada, o PCBR apontava como essencial a presença, à frente da luta, de um “partido de vanguarda guiado pela teoria marxista-leninista”. Àqueles que defendiam a incompatibilidade entre o partido e a luta armada, o documento respondia que a reconstrução do partido deve ser realizada em estreita “vinculação com a preparação e desenvolvimento da luta armada”, em função da qual deveriam ser colocados a disposição todos os recursos humanos e materiais da organização. Nesse caminho, não seria contraditória a organização do partido e a preparação da guerrilha, “desde que seja considerada a tarefa principal do partido para a tomada do poder”⁵⁰³.

Mais um aspecto importante a ressaltar aqui é a diferenciação que o PCBR faz de sua proposta de luta revolucionária em relação ao foquismo, que nunca aceitará como base teórica de sua prática. O ponto que separaria um e outro projeto seria o da relação entre guerrilha e movimento de massa. Enquanto o partido pregaria uma “ação conjugada das ações de massas e da luta armada nas cidades com a luta armada e as ações de massas no campo”, no foquismo a luta armada bastaria a si mesma⁵⁰⁴.

A crítica explícita ao foquismo não impediu que a organização caísse na mesma dinâmica da maior parte das organizações da Nova Esquerda, e em um ano de vigência o programa político do PCBR demonstraria todas as contradições e impasses nele presentes. O partido, que foi criado em abril de 1968, com o objetivo explícito de desencadear a luta armada, começou as suas primeiras ações armadas nas cidades um ano depois, em abril de 1969. Sendo que no início eram basicamente manifestações de propaganda política contra o

⁵⁰² *Ibidem*, p. 171-172.

⁵⁰³ *Ibidem*, p. 176.

⁵⁰⁴ *Ibidem*, p. 173.

regime, como a ocupação de rádios para leitura de manifestos, vindo a realizar o seu primeiro assalto a banco em dezembro⁵⁰⁵.

É importante frisar que foi exatamente em 1969 que as organizações armadas chegarão ao auge de suas atuações político-militares, o que pressionava o PCBR a partir para ações guerrilheiras, sob risco de perder militantes para outros agrupamentos, sobretudo para a ALN⁵⁰⁶, um dos grupos mais afinados com a teoria do foco. Nesse caminho, diante da pressão interna, o partido volta-se efetivamente para as ações guerrilheira e protagoniza um episódio revelador da força de atração do militarismo nas organizações revolucionárias do período. Segundo Marco Aurélio Garcia, em um dos assaltos realizados pelo PCBR, as suas bases foram avisadas com antecedência pela direção⁵⁰⁷, provavelmente como forma de demonstrar que não havia caído no pacifismo reformista que então se criticava entre as esquerdas.

Apolônio de Carvalho, em seu livro de memórias, identifica no retorno, em meados de 1969, de Mário Alves de uma viagem feita a Cuba, quando este assume a secretaria-geral do PCBR, o momento em que se imprime um novo rumo nas atividades da organização, sobretudo no sentido de “galvanizar os militantes para a ação armada imediata”⁵⁰⁸. Ainda a respeito desta viagem, Jacob Gorender afirma que Mário Alves conseguiu o reconhecimento do partido junto aos cubanos e treinamento guerrilheiros para seus militantes, que deveriam, entretanto, ser encaminhados por intermédio da ALN.⁵⁰⁹ A nova lógica da organização, consubstanciada nas ações armadas, se fará sentir não apenas pelo aumento das mesmas, mas também pelo reforço da tendência militarista no interior do partido⁵¹⁰.

De sua entrada na dinâmica das ações militares, até o seu desaparecimento, o PCBR parece ter se debatido entre o dilema da relação entre o partido, o movimento de massas e a luta guerrilheira, como se pode verificar em seus documentos programáticos, principalmente naqueles voltados para a definição dos rumos da luta armada. Assim, em

⁵⁰⁵ GARCIA, Marco Aurélio. PCBR: da formação à tentação militarista, op. cit.

⁵⁰⁶ *Ibidem*.

⁵⁰⁷ *Ibidem*.

⁵⁰⁸ CARVALHO, Apolônio, op. cit., p. 203.

⁵⁰⁹ GORENDER, Jacob, op. cit., p. 115.

⁵¹⁰ GARCIA, Marco Aurélio. O PCBR na agonia do militarismo. *Em tempo*, São Paulo, n. 94, 13 a 19/12/1979.

julho de 1970, dois anos após o seu surgimento, o PCBR ainda se dedicava ao esclarecimento de sua linha militar.

A principal questão a ser equacionada era a de como relacionar, na teoria e na prática, a frente de massas e a frente militar. Isso porque seria exatamente pela existência de uma separação mecânica entre esses dois aspectos que o movimento revolucionário estaria sendo levado ao “unilateralismo e às derrotas”. Para se evitar tal problema, deveria se fortalecer ao mesmo tempo o “trabalho de massas” e a “prática armada”, sendo que “nem um nem outro deve ser subestimado ou supervalorizado”⁵¹¹.

A proposta do PCBR para resolver a questão acima era a de que antes do lançamento da guerrilha rural, objetivo central do partido, se deveria intensificar a guerrilha urbana; o trabalho entre as massas, principalmente em seus locais de trabalho, e a guerrilha local. Esta última se tratava de uma guerrilha feita no campo, mas de forma móvel e entre os trabalhadores assalariados rurais. Entretanto, ainda que as ações estivessem voltadas a guerrilha local e para o trabalho de massas, e revelando a nosso ver os impasses da elaboração de sua proposta, isso não significava que a guerrilha rural seria deflagrada apenas após o “enraizamento do partido entre as massas” ou teria que aguardar a organização das massas em suas áreas limítrofes. Para a organização: “possuindo-se o mínimo de meios materiais e humanos o mínimo de enraizamento do partido que assegure a quebra do isolamento político, a guerrilha deve ser lançada, *como ação de vanguarda*”⁵¹².

É interessante observar como o PCBR, em um documento que pretende explicitar a sua linha política, não consegue esconder os impasses de sua proposta de luta armada. Acaba muito mais criticando as propostas de outros grupos do que definindo a sua. Por exemplo, volta a afirmar neste documento que divergia do foquismo por este ter como base “o desprezo pelo papel desempenhado pelas massas na revolução, a confusão no relacionamento vanguarda-massa, a ilusão de que a pura ação militar é suficiente para trazer as massas à luta”⁵¹³.

Ao mesmo tempo, o partido critica a corrente que denomina de “gradualista”, que teria suas raízes no reformismo e se manifestava no “rebaixamento da ação e organização de vanguarda ao nível da massa”. No encaminhamento da guerrilha rural, esta

⁵¹¹ Linha militar (Julho de 1970). In: Fundo D. A. R. F. Dossiê 24, documento 5, p. 2.

⁵¹² *Ibidem*, p. 5. (Grifo nosso).

⁵¹³ *Ibidem*.

tendência apontava para a necessidade de que cada ação no campo deveria corresponder a uma greve ou qualquer outra ação de massa na área. Segundo o PCBR, aceitar essa posição era admitir que a guerrilha rural só poderia ser lançada na ascensão do movimento de massas e que tal movimento se encontraria em grau elevado, com suas ações voltadas diretamente aos interesses da guerra revolucionária, o que seria enganoso e inaceitável.⁵¹⁴

Outro aspecto do documento *Linha militar* no qual transparece a dificuldade do PCBR em mesclar a tradição comunista com as necessidades da luta guerrilheira é o da estrutura partidária necessária para a aplicação de sua proposta. O partido acaba por criar uma *Organização militar*, responsável pelas ações de luta armada. Entretanto, a convivência de duas estruturas em seu seio não parece ter sido fácil, como demonstra a relação que deveria ser estabelecida entre uma e outra:

“a organização militar do partido é dirigida por este, mas não se confunde com ele. O partido é a organização de vanguarda da classe operária e como tal se rege pelos princípios leninistas de organização. A sua O. M. (organização militar) é um instrumento do partido para encaminhar a luta armada e obedece aos princípios e leis da guerra revolucionária”⁵¹⁵

O impasse político e organizacional do PCBR não se resolveu com a publicação do documento *Linha militar*. Em 1972, quando o partido já havia sofrido duramente a repressão dos órgãos de segurança, tendo alguns de seus dirigentes sido presos, torturados e mortos, ainda era visível os problemas que enfrentava. Em um documento intitulado *Informe do interior*, o partido afirmava que o que se tinha de concreto naquele momento, e que a cegueira do “neo-reformismo” não percebia, era que se o foquismo não canalizou a potencialidade revolucionária da população, também os “massistas e reformistas” nada tinham conseguido de importante em termos de enraizamento. Para o PCBR, as duas tendências atestariam que uma política de massas correta só podia surgir em cima de uma prática revolucionária capaz de “modificar o impasse criado pelos dois desvios antagônicos: militarismo x massismo”⁵¹⁶.

Não por acaso, o documento termina sem que se chegue a uma proposta para o impasse apontado acima e sim com uma crítica ao militarismo das organizações da esquerda revolucionária, que não teria sido capaz de apontar uma alternativa para a

⁵¹⁴ *Ibidem*.

⁵¹⁵ *Ibidem*, p. 8.

⁵¹⁶ Informe do interior. In: F. D. A. R. F. Dossiê 24, documento 9, p.4.

“estagnação do movimento de massas”, não ultrapassando os “marcos do recrutamento militar”⁵¹⁷. A finalização do documento deixa transparecer as dúvidas do próprio PCBR, que desapareceu da cena política por volta de outubro de 1973 sem conseguir resolver as contradições que existiam desde o seu nascimento que, no mais, não lhes eram exclusivas, podendo ser encontradas em todos grupos que pegaram em armas contra a ditadura militar⁵¹⁸.

MR-8: da luta de massa à guerrilha urbana

O Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), assim como o PCBR e a ALN, também surgiu a partir das divergências internas do PCB após o golpe de 1964. Na verdade, o novo grupo foi um dos primeiros a deixar para trás a estrutura do velho partido comunista e a aparecer como organização autônoma. As divergências com o PCB, além das questões relativas à avaliação do golpe de 1964, aparecem em novembro de 1966, por ocasião das eleições realizadas naquele ano. Diferentemente da direção do PCB, a então Dissidência da Guanabara (DI-GB), que adotaria apenas em 1969 a nome MR-8, preconizava o voto nulo na eleição.

A DI-GB realizou a sua primeira Conferência em fevereiro de 1967 e, já em dezembro, levada pelas disputas internas e perda de militantes para outros grupos que surgiam no período, organiza a II Conferência, a partir da qual consolida a sua linha política. A organização logo ocupou lugar de destaque no Movimento Estudantil e ganhou as eleições para o DCE-Livre da UFRJ, da PUC e da Universidade Estadual. Além disso, consegue a maioria dos delegados no congresso de organização da UEE carioca e papel de destaque nas mobilizações estudantis de 1968⁵¹⁹.

Ainda que tenha surgido adotando a crítica ao caminho pacífico para a revolução brasileira e de luta contra a ditadura, o MR-8, em comparação com outras organizações da Esquerda Revolucionária, demorou a aderir efetivamente a ações armadas. Isso se deve, em grande parte, a própria origem da organização, que tinha raízes no

⁵¹⁷ *Ibidem*.

⁵¹⁸ A respeito dos últimos momentos de atuação do PCBR ver GORENDER, Jacob. op. cit., p. 223-227.

⁵¹⁹ Sobre a origem do MR-8 ver GARCIA, Marco Aurélio. MR-8: uma história de zigue-zagues. *Em tempo*, São Paulo, n. 97, 17 a 23/01/1980.

movimento estudantil, que estava em ascensão. Entretanto, o refluxo dos movimentos de massas no segundo semestre de 1968, a prisão dos líderes estudantis no XXX Congresso da UNE, o fechamento do regime com a publicação do Ato Institucional número 5 e o desencadeamento da luta armada por parte de outras organizações, levaram o MR-8 a acelerar e colocar a guerrilha como centro de sua política.⁵²⁰

Assim, abril de 1969 realiza a sua III Conferência, se define como “organização comunista empenhada na guerra revolucionária”⁵²¹ e adota a tática de mobilizar o proletariado através de ações armadas exemplares, considerando que as únicas organizações revolucionárias são aquelas que desencadeiam a luta armada⁵²². Nesse caminho, a DI-GB passa imediatamente à ação, sendo responsável por um dos eventos que mais atraiu a atenção pública para a guerrilha brasileira. Em setembro de 1969, a organização, juntamente com a ALN, seqüestrou o embaixador dos EUA no Brasil, com o objetivo de pedir em troca a libertação de militantes de presos pela ditadura. Nas negociações com os militares, a DI-GB assume o nome de MR-8, sigla que pertencia anteriormente a um grupo de Niterói que havia sido aniquilado pela ditadura⁵²³.

A passagem efetiva à luta armada exigia definições teóricas que embasassem a sua prática política. Nesse caminho, os documentos *Linha Política e Orientação para a prática* vão procurar preencher esta lacuna. Cabe destacar em primeiro lugar a filiação da organização à revolução continental aberta pela revolução cubana “enquanto vanguarda histórica da revolução latino-americana” e a defesa de que “a luta armada é o caminho essencial para a liquidação da exploração do trabalho do homem pelo homem”. Na aplicação desse princípio era necessário considerar a “diversidade dos métodos que este caminho pode assumir tendo em vista as características de cada situação concreta”.⁵²⁴

⁵²⁰ Uma visão geral a respeito da luta armada empreendida pela esquerda revolucionária pode ser vista em ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELAGADO, Lucília de Almeida (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003, p. 43-91.

⁵²¹ REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. (orgs.). *Imagens da revolução. Documentos políticos das organizações de esquerda no Brasil dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985., p. 340.

⁵²² GARCIA, Marco Aurélio. op. cit.

⁵²³ Não é nosso objetivo aqui tratar das ações guerrilheiras do MR-8. Sobre o assunto, ver GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1998 e REIS FILHO, Daniel Aarão et al. *Versões e ficções: o seqüestro da história*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

⁵²⁴ *Linha política e Orientação para a prática*. In: REIS FILHO, D. A. e SÁ, J. F. (orgs.), op. cit., p. 343.

Aqui, como outras organizações da Esquerda Revolucionária, o MR-8 procuraria adaptar à situação brasileira os princípios fundamentais do foquismo. A organização parte do pressuposto de que a sociedade brasileira caracteriza-se pela presença plena da estrutura capitalista de produção, ainda que dependente e atrelada ao imperialismo norte-americano. De qualquer forma, essa ligação com os interesses externos não impedia que a contradição principal no país fosse aquela que opõe o proletariado e burguesia. Nesse caminho, a solução seria uma revolução socialista, única capaz de cumprir até as últimas conseqüências as transformações sociais⁵²⁵.

O caminho para a revolução é o da guerra revolucionária. Aqui, temos a diferença principal que o MR-8 quer imprimir na definição da proposta guerrilheira em relação a outras organizações. Ele insiste que o processo de luta armada deve ser uma combinação das formas armadas e não-armadas. Entretanto, essa aparente preocupação em não se deixar levar pelo militarismo presente em outras organizações não deixa esconder a presença em seu seio de um caráter marcante do foquismo em sua versão debraysta: a submissão da luta política à dinâmica da luta armada. Segundo o documento: “a combinação das formas armadas e não-armadas de luta se manifesta no decorrer do processo, embora as formas não-armadas permaneçam submetidas em sua dinâmica à direção e ao sentido da preparação ou da prática das formas armadas de luta”⁵²⁶.

A proposta de adaptação da luta armada às condições brasileiras, que deveria contemplar formas armadas e não armadas, deveria ser seguida por um instrumento capaz de colocá-la em prática. Ou seja, era necessária formação de um exército guerrilheiro com as seguintes características: 1. No campo, a presença de guerrilha táticas regulares (permanentes e irregulares, cujos membros estarão integrados na produção; as guerrilhas estratégicas, colunas permanentes que se diferenciam dos grupos táticos por uma maior capacidade de incorporar novas forças. 2. Na cidade, os grupos político-militares “que agruparão quadros de vanguarda e frações mais conscientes das classes exploradas”⁵²⁷.

Em que pese às formulações do MR-8 a respeito da necessidade da ligação de luta armada e não armada no processo político, a organização acabou, como outros grupos do período, restringindo a suas práticas às ações armadas e se isolando enormemente

⁵²⁵ *Ibidem*.

⁵²⁶ *Ibidem*, p. 347.

⁵²⁷ *Ibidem*, p. 351.

dos movimentos sociais. Deve ter contribuído para isso, além da situação interna, de fechamento do regime e refluxo do movimento de massa, a passagem de militantes do MR-8 pelo treinamento guerrilheiro em Cuba. Ainda que, segundo Denise Rollemberg, os membros do MR-8 fossem os mais críticos em relação à eficácia e validade do curso para o sucesso da luta armada no Brasil e que acabassem convencendo a direção de que a passagem por Cuba era desnecessária, fazendo com que os banidos que chegaram no Chile em janeiro de 1971 não fizessem o treinamento.⁵²⁸ Apesar disso, é possível supor que setores do grupo se deixassem levar pela mística que envolvia o treinamento e acreditassem que seria possível a vitória da guerrilha no Brasil nos moldes que havia acontecido em Cuba.

Em dezembro de 1972, o MR-8 faria uma avaliação crítica de sua atuação nos anos anterior destacando o caráter “espontaneísta” e “militarista” que havia lhe caracterizado. Buscando as causas dessa prática, relembra o papel que a revolução cubana desempenhou. Em primeiro lugar, e de forma positiva, Cuba havia derrotado o revisionismo e demonstrado que a revolução socialista era possível na América Latina, dando um atestado de incapacidade a teoria reformista.⁵²⁹

Por outro lado, a esquerda latino-americana, em geral, e a brasileira, em particular, não aprenderam apenas os ensinamentos gerais da revolução cubana e aceitaram como válidas em seus respectivos países as particularidades do processo cubano. No caso brasileiro, a sistematização “incorreta da revolução cubana realizada por Debray” influenciou amplos setores da esquerda revolucionária, “dogmatizando a luta anti-reformista” e contribuindo a desviá-la do entendimento da realidade brasileira⁵³⁰.

Principalmente após o AI-5, as ações urbanas da esquerda tentam ocupar o lugar deixado pelo movimento de massa em refluxo, em claro domínio da visão militarista, acreditando que o aumento do volume das ações criaria “vínculos políticos com as massas, que o exemplo despertaria seu ardor combativo e sua consciência e, a partir daí, se estabeleceriam vínculos orgânicos sólidos com os explorados”⁵³¹. Assumindo as críticas

⁵²⁸ ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil. O treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001, p. 44.

⁵²⁹ Balanço crítico, p. 10. (Fundo D. A. R. F. Dossiê 28, documento 18).

⁵³⁰ *Ibidem*,.

⁵³¹ *Ibidem*, p. 15.

feitas ao conjunto esquerda revolucionária, o MR-8 não se furta a assumir os erros da própria organização:

“com o refluxo do movimento de massas de 68 e com a promulgação do AI-5, nosso espontaneísmo começou a deslocar-se para sua manifestação militarista. A Linha Política adotada por nossa organização em abril de 69 expressava nossa adesão ao militarismo, confirmando nosso espontaneísmo, embora do ponto de vista formal seguisse anunciando nosso compromisso com as tarefas da construção partidária, com a revolução socialista e com o trabalho político no seio das massas...”⁵³²

Como se vê, o MR-8 não conseguiu ficar imune a uma idéia chave da esquerda revolucionária nos anos sessenta, a de que era possível fazer a revolução através de um grupo pequeno de combatentes que conseguiriam despertar as massas e chegar, assim, ao poder. Como outros grupos, tentou adaptar o foquismo à realidade brasileira, mas acabou, entretanto, mantendo o seu núcleo central que estava assentado no voluntarismo político.

PC do B-AV: influência maoísta e prática foquista

Como o restante das esquerdas brasileiras, o PC do B se viu aturdido pelos acontecimentos de abril. Em agosto de 1964 lança o documento *O golpe de 1964 e seus ensinamentos*, no qual faz uma análise do significado do golpe e das conseqüências para o país. Pela primeira vez afirma que a luta armada deve nortear o “pensamento e a ação de todos os verdadeiros revolucionários”, ainda que não insista sobre o tema (In: PC do B: 1974, p. 45-84). Entretanto, diante da grandeza dos problemas a enfrentar, não consegue traçar uma nova tática para o período pós-golpe, o que só viria a ser feito em sua VI Conferência, realizada em junho de 1966, através do documento *União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista* (*Ibidem*, p. 101-175). No que se refere ao uso da violência, a resolução da VI Conferência enfatiza a necessidade do uso da luta armada, feita através da *guerra popular prolongada*.

A opção explícita pela guerra popular prolongada só aparentemente resolve o problema da definição estratégica para o período. Como já apontou Jacob Gorender, na primeira parte do documento expõe-se que persistiam oportunidades de atuação legal e de

⁵³² *Ibidem*.

movimentos de massa. Nesse caminho, propõe a luta por um governo democrático, representativo de todas as forças patrióticas, e a convocação de uma Assembléia Constituinte livremente eleita. Na conclusão de Gorender, dessa perspectiva de eleições democrático-burguesas, a resolução passa, sem mediações, à proposta da *guerra popular prolongada*. A essa verdadeira “justaposição de táticas diametralmente opostas”, o autor chama de “dualismo tático-estratégico”, que só seria rompido com o lançamento, em janeiro de 1969, do documento *Guerra Popular-Caminho da luta armada no Brasil*, no qual o PC do B assume claramente os preparativos para a luta armada (Gorender: 1998, p. 118).

Logo após a Conferência, um grupo descontente com o seu resultado foi expulso e criou uma dissidência que passou a se chamar Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha (PC DO B-AV). A causa da cisão, segundo Gorender, teria sido a "aparente inação" do PC do B em relação aos preparativos da luta armada⁵³³. Os jovens que fundaram o PC do B-AV não sabiam que o PC do B já estava dando início à execução de seu projeto de luta armada, ainda que a sua preparação estivesse sendo feita por uma Comissão Militar em total sigilo, sendo que nem mesmo todo o Comitê Central tinha conhecimento de suas atividades.

Dado o caráter sigiloso da preparação da luta armada, através do deslocamento de militantes para o Sul do Pará, parte do PC do B criticava a demora na aplicação da luta armada e se sentia atraído por idéias foquistas. A direção do PC do B tinha conhecimento do problema e, de fato, tentou combatê-lo. Exemplo disso é que já em março de 1966 o partido fazia duras críticas a Cuba, particularmente à sua pretensão de irradiar o seu modelo revolucionário para toda a América Latina. Nessa crítica, o PC do B ressaltava que, apesar da importância da experiência cubana na luta contra o imperialismo, o "fidelismo" não era uma teoria válida para o Brasil.⁵³⁴ No próprio documento de sua VI Conferência o partido dava mostras de preocupação com a atração exercida pelo foquismo em suas fileiras:

"...toda tentativa de levar adiante a revolução sem partido fracassou. Os defensores daquela idéia apoiam-se no que ocorreu em Cuba, onde à frente da revolução não se encontrava uma vanguarda marxista-leninista. Mas o que sucedeu naquele país não se repetirá facilmente. Os imperialistas e a reação

⁵³³ GORENDER, Jacob, op. cit., p. 119.

⁵³⁴ Estamos nos referindo ao documento "O marxismo-leninismo triunfará na América Latina - carta aberta a Fidel Castro", de março de 1966, o qual discutimos no início desta tese no capítulo dedicado ao PC do B.

tomam medidas objetivando a impedir que surja, na América Latina, processo semelhante ao de Cuba.

(...)Ao basear-se, exclusivamente, no exemplo cubano, os partidários da tese de que o partido marxista-leninista é desnecessário para o êxito da revolução não levam em conta os ensinamentos da quase totalidade dos países que se libertaram da opressão e constroem o socialismo. É uma lição que emana da luta de mais de um bilhão de pessoas. Daí sua validade universal."⁵³⁵

Toda essa preocupação em responder às inquietações internas em torno da problemática das ações armadas não foi suficiente para aplacar as divergências que conviviam no seu interior. Assim, ainda em 1966, o PC do B sofreria duas cisões. Uma daria origem ao Partido Comunista Revolucionário (PCR), e outra, ao PC do B-AV. Os dois grupos surgem fazendo críticas a sua matriz, justamente a respeito dos problemas colocados acima: necessidade de preparação imediata da luta armada e crítica ao modelo tradicional do partido comunista. Uma vez consumadas as cisões, vieram à tona aquelas críticas que não podiam ser feitas enquanto ocupavam a mesma sigla.

Terminada a Conferência, em junho de 1966, e aprovada a resolução "União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista", um grupo de militantes juntou-se em oposição a este documento, dando origem ao Partido Comunista do Brasil - Ala Vermelha. O núcleo do grupo parece ter sido uma turma de militantes que havia retornado de treinamento político-militar na China. A Ala Vermelha articulou-se com mais força nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Ceará, Bahia, Espírito Santo.⁵³⁶O documento no qual a Ala Vermelha fará a crítica mais acabada em relação à tática e a estratégia do PC do B é de dezembro de 1967. Antes disso, porém, é possível perceber a gestação de seu posicionamento em documentos anteriores. Em setembro, o grupo escreveria um texto intitulado "A luta contra o oportunismo: a origem da luta interna", no qual faz uma crítica tanto à política quanto ao funcionamento do PC do B:

"...em todo o Partido o murmúrio da direção dizia que se preparava efetivamente a luta armada, sem que, no entanto, houvesse qualquer estudo ou

⁵³⁵ União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista. op. cit., p. 148.

⁵³⁶ GORENDER, Jacob, op. cit., p. 120; entrevista de Vicente Roig, op. cit. e REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da revolução. Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda nos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985, p. 117.

discussão do problema militar. Diante de tais circunstância , não se poderia esperar sequer substituir a reação contra-revolucionária."⁵³⁷

Em relação aos métodos utilizados pelo partido durante o encontro, continua:

"A VI Conferência Nacional, cujo objetivo deveria ter sido o de ativar as discussões de todas as questões fundamentais da revolução e do Partido (sua ligação com as massas revolucionárias, a retificação de métodos de trabalho, estudo e de direção, a análise de erros do passado), muito pelo contrário, foi o de consolidar as posições do grupo que ocupa cargos de direção. Por outro lado, a VI Conferência, em alguns aspectos, exorbitou de suas atribuições, tendo assumido características de congresso, ao aprovar novos estatutos e substituir mais de 1/5 dos membros do CC..."⁵³⁸

Diante dessa situação,

"...a sua resolução (dos problemas do partido) só pode se dar através de uma luta interna ativa, que vá de baixo para cima, atingindo todos os escalões do partido, sob a forma de *revolução cultural*."⁵³⁹

Em novembro, em outro documento, o grupo aprofundaria as suas críticas, agora já apontando problemas ligados ao cerne da política traçada na União dos brasileiros:

"...a linha da 'União dos Brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista' não define com clareza o caráter da revolução brasileira, não defende um governo popular revolucionário nem a destruição do aparelho de estado burguês e sua substituição por um novo estado dirigido pelo proletariado. Tampouco a luta armada como único meio de derrubar a contra-revolução armada instalada no poder. Defende simplesmente a luta para livrar o país de uma chamada 'ameaça de recolonização' como se o país estivesse simplesmente 'ameaçado' e não em pleno processo de neocolonização. Advoga a conquista de um governo democrático, contentando-se em postular 'transformações progressistas' e a 'convocação de uma constituinte'. Esquecem que é necessário combinar a construção do partido com o desencadeamento da luta armada(...). Renegam do princípio de que *'todo o poder nasce do fuzil'* e que só uma revolução armada pode se opor a uma contrarrevolução armada."⁵⁴⁰

⁵³⁷ A luta contra o oportunismo: a origem da luta interna, agosto/setembro de 1967. In: Coleção Particular "Daniel Aarão Reis Filho", sub-série "documentos de discussão interna", Cx. 5, doc. 4, no Arquivo Público do Rio de Janeiro (APERJ).

⁵³⁸ *Ibidem*.

⁵³⁹ Grifo nosso. Essa menção à Revolução Cultural não é feita ao acaso. Os militantes que formariam o núcleo da Ala Vermelha estiveram na china no momento que se iniciava lá a Revolução Cultural, o que deve tê-los influenciado.

⁵⁴⁰ Reformemos nossos métodos de trabalho e nossas concepções de mundo, 20/11/1967, grifo nosso. In: Coleção particular, op. cit., doc. 6. Vale apontar mais esta clara menção ao maoísmo - "todo o poder nasce do fuzil" - , que certamente seria um dos traços característicos da Ala Vermelha.

Finalmente, em dezembro, a ALA Vermelha publicaria o seu documento programático, "Crítica ao oportunismo e subjetivismo do documento 'união dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista"⁵⁴¹, no qual, além de reafirmar e esmiuçar as críticas anteriores, iria propor seus próprios caminhos para a revolução brasileira. O seu ponto de partida não se diferencia do proposto pelo PC do B. A sociedade brasileira aparece marcada por uma contradição principal - entre o neocolonialismo e seu suporte interno, de um lado, e a grande maioria da nação, de outro. Contra essa situação devia-se concentrar todas as forças das classes que sofriam com a opressão neocolonialista - o proletariado, o campesinato, a pequena burguesia, o semiproletariado e a "burguesia não integrada".⁵⁴²

A grande tarefa dessa frente seria a de implementar a primeira fase da revolução brasileira - e aqui já temos uma diferença importante em relação ao PC do B -, que não se resumiria a uma simples volta das liberdades democráticas nos moldes que existiam no pré-64. O seu objetivo era o de

"...instituir um regime democrático, sob a hegemonia do proletariado, e realizar transformações na estrutura da sociedade, correspondentes às necessidades da grande maioria da nação, ou seja, do povo brasileiro, o que a caracteriza como uma etapa de democracia popular."⁵⁴³

Será, entretanto, na tática proposta para atingir o "Governo Popular Revolucionário" que encontraremos a característica que singularizaria a Ala em relação a sua matriz: a predominância da luta armada em relação a outras formas de luta e, ao mesmo tempo, a mistura entre as formas de Guerra Popular com aspectos do Foquismo.

Em primeiro lugar, o novo grupo ressalta que a experiência demonstrara que a revolução só pode triunfar através da luta armada, e que esta pode assumir o caráter de guerra insurrecional ou de guerra popular. A primeira teria como base principal os grandes centros urbanos e se realizaria através de um processo de acumulação de forças até que o movimento revolucionário fosse superior aos do inimigo. Seriam condições para isso a existência de um exército inimigo sem coesão interna, que o poder constituído estivesse em

⁵⁴¹ O documento completo pode ser visto na Daniel Aarão Reis Filho, op. cit., doc. 7. Utilizamos aqui apenas sua parte final - "Algumas considerações sobre o programa, a estratégia e a tática da revolução brasileira" -, na qual estão presentes as propostas da Ala Vermelha. Está também publicado in: REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da revolução...*, op. cit., p. 118-133.

⁵⁴² *Ibidem*, p. 120.

⁵⁴³ *Ibidem*, p. 121.

decomposição e que houvesse um proletariado “em armas que se constitua no contingente principal da revolução, tendo o campesinato como reserva imediata”⁵⁴⁴. A segunda forma que a luta armada poderia assumir, mais adequada à situação brasileira, era a da guerra popular. Considerando que as forças revolucionárias eram ainda débeis, a sua característica principal seria a de atacar o inimigo onde ele era mais vulnerável, no campo, até se tornar possível enfrentá-lo em campo aberto⁵⁴⁵.

A Guerra Popular seria, segundo a Ala Vermelha, a forma que a luta armada assume quando "se desenvolve paulatinamente até envolver a participação de todo o povo". O seu desencadeamento, por sua vez, poderia ocorrer de diversas formas: no auge do movimento de massas, como resultado de um levante armado camponês, através de uma cisão no exército inimigo; a outra, através da formação de um foco revolucionário.⁵⁴⁶

No Brasil, dadas as circunstâncias, as três primeiras possibilidades estavam descartadas, restando apenas a última, o *foco revolucionário*, que consistiria

"...na existência de uma região estrategicamente favorável ao desencadeamento da luta armada, onde um contingente guerrilheiro realiza as primeiras ações armadas do processo revolucionário. A partir das ações do contingente guerrilheiro e do apoio das massas camponesas entre as quais se realiza a propaganda armada, criam-se as condições necessárias para a transformação da região numa zona de guerrilhas, permitindo o surgimento de novas guerrilhas e ampliando sua zona de ação, dando-se assim os primeiros passos para a construção do Exército Popular Revolucionário e da primeira base de apoio revolucionário..."⁵⁴⁷

Também na criação do foco havia vários caminhos possíveis: através da formação do contingente guerrilheiro com moradores da região e se baseando em um trabalho de agitação política; através da implantação clandestina dos guerrilheiros para posterior trabalho de massas e formação de uma rede de apoio e de uma organização política. A partir da implantação clandestina da guerrilha feita por uma organização marxista-leninista, que realizaria um trabalho político na região a fim de criar uma rede de apoio e de sustentação.⁵⁴⁸

⁵⁴⁴ Crítica ao subjetivismo e ao oportunismo da União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista. In: REIS Filho, D. A. e SÁ, J. F. de. (orgs.) op. cit., p. 126.

⁵⁴⁵ *Ibidem*.

⁵⁴⁶ *Ibidem*, p. 128.

⁵⁴⁷ *Ibidem*, p. 129.

⁵⁴⁸ *Ibidem*, p. 129.

As mesmas razões que impossibilitariam o desenvolvimento de movimento de massas no campo e a formação de um contingente guerrilheiro com pessoas da região e o trabalho político anterior a guerrilha, leva a necessidade de que a “implantação do contingente seja realizada na mais absoluta clandestinidade”. Ainda sobre a natureza de sua proposta de luta armada, a organização afirma que todas as outras tarefas deveriam estar a ela subordinadas.⁵⁴⁹

A estratégia de luta armada da Ala Vermelha foi, em um primeiro momento, uma das que mais se aproximou das idéias foquistas na segunda metade dos anos sessenta no Brasil. Pouco tempo depois de seu nascimento, e diante dos impasses colocados pela realidade brasileira, a organização começaria, de forma pioneira, a criticar o foquismo por levar a organização a um extremo militarismo, isolando-a do movimento de massas. Entretanto, essa crítica não deixa de esconder o quanto as idéias oriundas de cuba tiveram eco em seu interior. O final de seu primeiro documento programático, *Crítica ao oportunismo e ao subjetivismo da União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e de ameaça neocolonialista*, realça a força dessa influência:

“já constatamos que a tarefa mais urgente da revolução brasileira é a preparação e eclosão da luta armada e que, atualmente, no Brasil, a única forma de fazê-lo é pela criação de um foco revolucionário através da formação clandestina de um contingente guerrilheiro. Partindo dessas conclusões, podemos afirmar que no momento a tarefa principal que nos indica a tática da revolução brasileira para a preparação da luta armada é a da criação do foco revolucionário”⁵⁵⁰.

Dois anos depois, no início de 1969, o partido começava a enfrentar as dificuldades práticas dessa orientação que tinha como tarefa principal o desencadeamento do foco guerrilheiro. Para isso, seria necessário enviar homens e recursos para a área rural, o que o grupo efetivamente não possuía. Ao mesmo tempo, era claro que não se podia naquela conjuntura simplesmente postergar às ações armadas sob argumento de haver dificuldades práticas ou políticas, uma vez que o próprio PC do B-AV havia surgido da crítica a inação do PC do B na preparação da luta armada contra o regime militar. Dessa forma, o grupo, assim como outras organizações da esquerda revolucionária, apesar de influenciado pelo foquismo e propor a guerrilha rural como caminho da revolução, acaba por pegar o atalho da guerrilha urbana.

⁵⁴⁹ *Ibidem*, p. 130.

⁵⁵⁰ *Ibidem*, p. 133.

Nesse caminho, a Ala vermelha ressalta o papel indispensável das cidades no conjunto das forças que deveriam preparar e desfechar a guerra popular. Essa preparação deveria se dar por meio da formação de quadros político-militares que depois iriam para o campo, pelo fornecimento de meios e recursos para atingir esse objetivo e pelo desenvolvimento do movimento de massas e criação de guerrilha urbanas para “apoiar a luta política nas cidades e a luta guerrilheira no campo”⁵⁵¹.

Curiosamente, é no momento em que o PC do B-AV chama os seus militantes a intensificarem as tarefas de luta armada voltadas para a propaganda política e arrecadação de fundos, que ele também aponta como a principal debilidade da organização o “desligamento das massas básicas da revolução, as massas operárias e camponesas”⁵⁵². Inicialmente, não parecia contraditório à organização a influência foquista e a sua militarização em relação ao seu afastamento da dinâmica da sociedade. Entretanto, no decorrer de 1969, com a edição do AI-5, o refluxo dos movimentos de massa e o isolamento dos grupos da esquerda revolucionária levaram a Ala Vermelha a fazer uma crítica de sua atuação política e reorientar a sua estratégia revolucionária, sobretudo no que diz respeito ao foquismo e o seu afastamento das massas.

A principal crítica que a organização passa a fazer ao foquismo é a de que ele deixa de lado a linha de massa. Assim, aqueles militantes influenciados por essa teoria acreditariam que a luta armada poderia ser começada por “um grupo que no início vai ficar isolado das massas populares, mas que o simples fato de começar [a luta] criará condições subjetivas na massa”⁵⁵³. Este tipo de concepção, que deveria ser abandonada pelo partido, teria dado prova de sua inviabilidade pelo próprio exemplo da morte de Che Guevara na selva boliviana. Para a Ala Vermelha, o decisivo para derrota de Guevara

“não era o seu conhecimento técnico da luta armada, da qual era profundo mestre, mas a razão do fracasso encontra-se na falta de consciência sobre a linha de massa e sua aplicação constante; sua falta de consciência sobre a controvérsia sino-soviética (ele não esperava a traição do PC boliviano), sua falta de consciência do partido político do proletariado e a substituição do mesmo pelo foco”⁵⁵⁴.

⁵⁵¹ Orientações para o trabalho armado. In: Coleção Particular Daniel Aarão Reis Filho, dossiê 5, documento 122.

⁵⁵² *Ibidem*.

⁵⁵³ A concepção metafísica e a concepção científica da luta armada. In: Coleção Particular Daniel Aarão Reis Filho. Dossiê 9, documento 257, p. 10.

⁵⁵⁴ *Ibidem*, p. 20.

A crítica ao foquismo se aprofundaria no documento que ficou conhecido como os *16 pontos*, segundo o qual o foco não assegura de forma alguma o apoio das massas à sua ação, não garante a sua integração à luta armada, permanecendo isolado. O foco se constituiria mesmo no “maior entrave ao desenvolvimento de ações armadas capazes de levar ao estabelecimento concreto da luta armada no país”. Isso porque ele impediria que o partido guiasse as massas onde houvesse condições para tanto, abandonando assim a única condição para a generalização “de fato da luta armada no Brasil”⁵⁵⁵.

Diante das críticas feitas ao foquismo que havia marcado as suas concepções políticas, cabia à organização reorientar a sua estratégia política. Nesse momento, o PC do B-AV faz um retorno a concepções que já estavam presentes em sua fundação, que tinham influência do maoísmo e da revolução cultural proletária chinesa. Nesse caminho, a sua proposta de luta passa a considerar como fundamentais quatro postulados: 1. A necessidade da união e participação de todo o povo na luta armada. 2. Que a luta seria uma guerra prolongada. 3. A luta armada teria como palco principal o campo. 4. No Brasil, a luta armada se desenvolveria tanto na cidade como no campo, “embora este assumo o papel principal e decisivo”⁵⁵⁶.

O fato do PC do B-AV ter feito as reflexões acima não significa que ele tenha conseguido escapar da dinâmica militarista que tomou conta da esquerda revolucionária brasileira nos anos sessenta. Pelo contrário, mesmo tendo sido pioneiro na crítica a tal tendência, o partido continuou a praticar ações armadas urbanas até ser atingido e aniquilado pela repressão policial. O importante a reter é que a organização pode ser tomada como um dos exemplos mais claros do quanto o foquismo exerceu influência na origem e na opção da esquerda revolucionária pela luta armada, mesmo em um grupo que em sua origem reivindicava a tradição revolucionária chinesa, particularmente aquela da revolução cultural proletária. Certamente a realidade brasileira logo mostrou os limites das tendências que procuravam transplantar ou adaptar o foquismo às condições de luta no

⁵⁵⁵ Resolução política da reunião extraordinária da DNP (os 16 pontos). In: Coleção Particular Daniel Aarão Reis Filho. Dossiê 3, documento 105, p. 4. Parte deste documento pode ser lido no livro *Imagens da revolução*, op. cit., p. 277-286.

⁵⁵⁶ A estratégia da luta armada no Brasil e as tarefas do partido na sua preparação. In: Coleção Particular Daniel Aarão Reis Filho. Dossiê 5, documento 124, p.7.

Brasil, o que não significa que essa teoria não tenha tido um papel preponderante em seus primeiros anos de atuação.

Comando de Libertação Nacional: o foquismo como resposta à inação da POLOP

Acompanhamos na segunda parte desta tese como os impasses vividos pela POLOP após o golpe de 1964 fizeram com que ela procurasse mesclar em suas formulações tradições de origens distintas, como a proposta de insurreição de massas e o foquismo, chegando à proposta do *foco catalisador*. Após o seu VI Congresso, no qual se afluam as divergências internas, a POLOP sofreu várias cisões que estariam na origem de organizações como o POC, a VPR e o COLINA. Em comum, mas com matizes variados, estas organizações tinham como característica a crítica à incapacidade de sua matriz política em adotar uma clara tática de luta contra a ditadura militar, já que a POLOP ficara no meio do caminho entre a luta de massas e preparação da luta armada em um momento em que a atração pelas armas fazia eco em todas as organizações de esquerda. Não por acaso, os grupos que surgiram do interior de POLOP estiveram entre os defensores mais ferrenhos do caminho imediato da luta armada no Brasil, principalmente a VPR e o COLINA.

Escolhemos discutir o caso do COLINA por se tratar do mais representativo de uma organização da esquerda revolucionária que assumiu, com poucos acréscimos, o foquismo como teoria que embasasse a sua política⁵⁵⁷. E aqui, pouco importa se de fato conseguiu colocar em prática suas idéias, já que nenhuma das organizações da Nova Esquerda que pegou em armas contra a ditadura o fez. Como se sabe, estes grupos, em grande parte pelas idéias de Guevara e Debray, pretendiam implantar uma guerrilha rural, mas acabaram sendo aniquilados durante a sua preparação, que envolvia ações nas cidades. O interesse dentro deste capítulo está em perceber como o foquismo logrou atrair setores de uma organização, a POLOP, que já se insurgira contra o reformismo pecebista e que já

⁵⁵⁷ Vale registrar o caso do primeiro MR-8, que teve origem na Dissidência do PCB do Estado do Rio de Janeiro de Niterói. Este grupo foi o primeiro a adotar, após o golpe, o foquismo como estratégia política. Dessa forma, não chegou a participar de ações nas cidades, transferindo-se imediatamente para um área rural de onde deveria desencadear a guerrilha rural. Os seus militantes foram descobertos prematuramente e a organização, em 1969, já havia sido aniquilada pela ditadura. Em setembro de 1969, a DI-GB, em homenagem ao grupo, e como forma de desmoralizar a ditadura, assumiu o nome MR-8, dando continuidade à sigla. Sobre ao assunto, ver GORENDER, Jacob, op. cit., e entrevista de Humberto Trigueiros (um de seus membros) a Marcelo Ridenti, à disposição no AEL.

propusera, mesmo que com pouca consequência prática, o foco catalisador como tática política.

O núcleo de militantes que deu origem ao COLINA vinha da seção mais importante da POLOP, a mineira. Já em 1965 os mineiros criticavam a sua organização por não traçar uma tática efetiva de ação contra a ditadura, atendo-se a vagas palavras-de-ordem educativas, de longo prazo. Como alternativa a isso, o secretariado de Minas Gerais apareceu com a proposta de convocação de uma “Assembléia Nacional Constituinte Popular e Soberana” como forma de se engajar na luta democrática que estava em pauta naquele momento⁵⁵⁸.

O segundo momento das divergências, segundo Marco Aurélio Garcia, se deu durante a preparação do IV Congresso da POLOP, durante o qual a discussão sobre a luta armada dominou a cena. Neste caminho, para os mineiros a proposta de foco catalisador tinha um caráter mais propagandístico do que prático, enquanto eles pretendiam um encaminhamento imediato da luta armada contra a ditadura. O grupo de Minas encontrou no debraysmo, com a sua visão da inadequação do partido como instrumento revolucionário, o caminho para satisfazer suas inquietações⁵⁵⁹.

Uma das participantes e dirigente do COLINA não deixa dúvida quanto ao papel das idéias de Debray e da realização da OLAS, em julho de 1967, como fundamental na tomada da decisão do grupo mineiro em romper com a direção da POLOP, que ademais já era criticada por não preparar efetivamente a luta armada⁵⁶⁰. Essa influência das idéias cubanas ou foquistas na gestação da organização é praticamente unânime entre os ex-militantes da organização. A simpatia pela revolução cubana no pré-64, a leitura dos escritos de Régis Debray e Che Guevara sobre a guerrilha, o assassinato de Guevara na Bolívia e a realização da OLAS são os elementos comuns apontados pelos militantes como as influências definidoras do novo grupo⁵⁶¹.

Com tais influências era natural que o documento programático do COLINA assumisse o legado de inspiração cubana. Em primeiro lugar, ressaltava que no Brasil havia

⁵⁵⁸ GARCIA, Marco Aurélio. COLINA: uma alternativa socialista ao reformismo? *Em tempo*, São Paulo, n. 101, 6 a 11 de março de 1980. Ver ainda GORENDER, Jacob, op. cit.

⁵⁵⁹ *Ibidem*.

⁵⁶⁰ Entrevista de Maria do Carmo Brito a Marcelo Ridenti, à disposição no AEL.

⁵⁶¹ Ver as entrevista realizadas por Marcelo Ridenti com Maurício Paiva, Fernando Pimentel e Jorge Nahas, à disposição no AEL.

condições para o desencadeamento da luta armada e criticava aqueles que defendiam a necessidade de “radicalizar” o movimento de massa até se chegar ao caminho armado ou ainda os que afirmavam que falar em lutar armada imediata, segundo a teria foquista, seria se aventurar e se isolar das massas. Para o COLINA não restava dúvida e afirmava: “hoje no Brasil estão maduras as condições para o desencadeamento da luta armada. E não somente na etapa da tomada do poder, mas durante todo o processo da luta revolucionária”⁵⁶².

Nas condições políticas e sociais brasileiras, a luta armada assumiria a “forma de *foco guerrilheiro* como força móvel estratégica, embrião do exército popular e vanguarda política”⁵⁶³. A guerrilha deveria ser rural, uma vez que, como apontava o próprio Guevara, o guerrilheiro seria antes de tudo um “revolucionário agrário”⁵⁶⁴ e seria também o embrião do exército popular e da própria vanguarda política, que surgiria a partir da luta e não antes dela. Nesse caminho, enquanto vanguarda do processo revolucionário, todo movimento de massa seria impulsionado “pelo pequeno motor dirigente que é o exército guerrilheiro”⁵⁶⁵. A preparação deveria ainda considerar algumas condições. Na escolha da zona de operações deve contemplar as características políticas e geográficas para a sobrevivência da guerrilha. A questão política, entretanto, não deveria ser uma condição *sine qua non*: “o fundamental, hoje, é que se assegure, desde o seu início, as condições de sobrevivência física. O trabalho político, a própria luta o fará”⁵⁶⁶. O papel da cidade deveria estar ligado ao desdobramento das necessidades logísticas do foco guerrilheiro bem como o apoio do movimento de massa.

Acreditamos que os elementos acima são suficientes para demonstrar a afinidade do COLINA com as idéias foquistas. Ainda assim, nunca é demais lembrar, a sua inspiração foquista também contempla elementos da conjuntura brasileira e da origem política do grupo que findou a organização. Um das marcas de sua proposta que se diferencia da idéia clássica de foco é a de sua ligação com as massas. Neste sentido, mesmo

⁵⁶² Concepção da luta revolucionária. In: REIS FILHO, D. A. e SÁ, J. F. de (orgs). op. cit., p. 137.

⁵⁶³ *Ibidem.*, p. 143.

⁵⁶⁴⁵⁶⁴ *Ibidem.*, p. 144. É interessante observar que no decorrer do documento são feitas várias citações diretas das obras de Debray e Guevara, o que não se verifica em outras organizações influenciadas pelo foquismo. Este pode ser tomado como mais um elemento na definição do COLINA como o grupo mais representativo do foquismo entre aqueles que pertenceram à esquerda revolucionária.

⁵⁶⁵ *Ibidem.*, p. 154.

⁵⁶⁶ *Ibidem.*, p. 156.

com a tarefa central da luta armada, o COLINA manteve uma coordenação operária e outra estudantil. Esta última, inclusive, chegou a disputar com a Ação Popular a hegemonia do movimento estudantil em Minas Gerais⁵⁶⁷. No plano da luta armada, a inovação viria da criação de áreas auxiliares e das “guerrilhas irregulares” para evitar o cerco do exército brasileiro.

Ainda assim, mais do que em outras organizações, os reparos feitos ao foquismo não impediram que o COLINA mantivesse as idéias centrais do foco. Um ex-militante da organização afirma que a trabalho do grupo era voltado para a organização de um “foco no campo”, montar uma estrutura logística para seu desencadeamento

“a idéia era montar essa estrutura na cidade. Tinha-se a idéia de que a cidade era o cemitério da revolução, dos guerrilheiros, da guerrilha, que se tinha de montar o foco guerrilheiro no campo. E se trabalhou nesse sentido. Se fez levantamento em áreas propícias para o foco guerrilheiro. Porque a idéia era que o guerrilheiro vinha de fora mesmo. Um grupo de pessoa que montava um embrião de um exército revolucionário ali. Não era um negócio que dependia muito do trabalho anterior entre os camponeses. O trabalho se desenvolveria no próprio processo de combate armado, que era a idéia na época”⁵⁶⁸.

Como sabemos, o COLINA não conseguiu colocar em prática a sua idéia de criação de um foco guerrilheiro e da guerrilha rural, assim como nenhum dos grupos da esquerda revolucionária. A organização, porém, se singulariza por ter se deixado levar mais que as outras pelas idéias de Régis Debray e Che Guevara. Já durante o debate interno da POLOP o influxo para decisão de formar uma nova organização veio, em parte, da leitura do livro de Debray e da reunião da OLAS. Uma vez fundada a organização, esta adotou oficialmente o foquismo como estratégia política. Não teve, entretanto, maior sorte diante do fechamento ditatorial e dos impasses dos grupos revolucionários do período. O COLINA, assim como os demais grupos, não conseguiu romper o isolamento imposto pelos militares.

⁵⁶⁷ Garcia, Marco Aurélio. Colina: uma alternativa socialista ao reformismo? Op. cit. Nes sentido, um ex-militante do COLINA afirma: “Nós éramos, o COLINA, nós não podemos dizer que seja uma organização estritamente foquista, mas no fundo era. Digo que ela não era estritamente foquista porque não abandonamos o movimento de massa. Nós achavamos que uma organização necessariamente teria que ter uma guerrilha, mas teria que ter um as suas ligações com o movimento de massa, que a guerrilha era o motor, o impulsor, o carr-chefe, mas ele carrega atrás de si toda mobilização urbana”. (Entrevista de Jorge Nahas, op. cit.).

⁵⁶⁸ Entrevista de Marcelo Paiva, op. cit.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revolução cubana representou um momento importante na história da América Latina. Talvez nem o mais otimista militante de esquerda, nem o mais pessimista dos conservadores do continente imaginassem que a ditadura de Batista seria destruída da forma como foi, e tampouco que o grupo 26 de Julho, liderado por Fidel Castro, chegaria e permaneceria no poder. Menos ainda, se esperaria que o regime cubano fosse assumir um caráter socialista e não seria esmagado pelos vizinhos americanos. Foi um evento espetacular que ganhou espaço no centro das discussões geopolíticas da guerra fria e atraiu o interesse dos mais variados setores sociais.

No Brasil não foi diferente. Uns contra, outros a favor, mas toda a imprensa e a crônica política estavam empenhadas em entender o que se passava em Cuba e quais conseqüências poderiam haver para o Brasil. Comitês de Solidariedades foram criados, Congressos regionais foram organizados para apoiar Cuba diante das ameaças dos EUA. Muitos livros foram publicados no período para explicar e entender o processo revolucionário cubano. A intelectualidade progressista, principalmente através da revista *Brasiliense* e *Civilização Brasileira* discutia os caminhos da revolução cubana e da revolução brasileira nos conturbados anos sessenta.

Esta tese não discute esse processo mais amplo das relações da revolução cubana com a sociedade brasileira, ainda que ele esteja subjacente a análise que realizamos. O que se pretendeu aqui foi contribuir para o entendimento da história do comunismo no Brasil através da compreensão do papel que o impacto causado pela revolução cubana teve no debate ideológico e nas formulações políticas das organizações comunistas no país nos anos sessenta e setenta.

Nesse sentido, entendemos que a revolução cubana foi um dos principais temas que estiveram em pauta na definição da estratégia política das organizações comunistas no período. Certamente não foi uma relação estanque e sofreu mudanças decorrentes do processo político cubano e brasileiro, além do próprio debate entre as organizações. A mais visível dessas modificações aconteceu com o golpe de 1964, quando houve uma profunda discussão entre os comunistas, que fizeram mudanças substanciais em suas propostas e

práticas políticas. Nesse momento, também a percepção do significado e dos ensinamentos da revolução cubana se modificou.

Uma primeira conclusão da tese diz respeito ao relacionamento da ortodoxia comunista brasileira com a revolução cubana. Diferente do que se tem visto na historiografia sobre o PCB e o PC do B, pudemos perceber que a questão cubana esteve presente no debate ideológico dos dois partidos no decorrer dos anos sessenta. Dessa forma, não se pode reduzir a dimensão internacional do PCB a seu relacionamento com a URSS, nem a do PC do B a seu alinhamento político à China.

No caso do PCB, a revolução cubana foi imediatamente saudada como a corporificação no continente da teoria apregoada há décadas pelos comunistas. Enfim, a América Latina teria conhecido uma revolução democrático-burguesa que logo teria passado para fase socialista, processo no qual o Partido Comunista Cubano teria desempenhado um papel fundamental. Essa apreciação do significado do processo revolucionário cubano, que com dificuldade tentava esconder os aspectos heterodoxos da revolução cubana, logo foi questionado por setores partidários. Inicialmente de forma sutil, mas logo ganhando grande força, sobretudo após o golpe de 1964.

Com a chegada dos militares ao poder, amplos setores do PCB responsabilizaram a política partidária pela derrota dos movimentos sociais diante dos militares e passaram a buscar novos caminhos de atuação. Nesse momento, o modelo revolucionário cubano foi visto por muitos militantes como um exemplo que poderia servir ao Brasil, principalmente no que concerne à utilização da luta armada contra a ditadura militar. A discussão que tomou conta do partido levou à saída de centenas de militantes que deram origem a muitas das organizações da esquerda revolucionária brasileira, que tinham em comum uma clara influência do foquismo na elaboração de seus projetos políticos.

O PC do B, por sua vez, via na revolução cubana um exemplo da falência da política dos partidos comunistas ligados a Moscou, principalmente no que diz respeito ao uso da violência e a aliança com a burguesia nacional. Apesar disso, após o golpe ele também sofreu cisões que tiveram em sua origem as discussões sobre a luta armada contra a ditadura. A cisão sofrida pelo partido, que deu origem ao PC do B-AV, foi buscar no ideário cubano a inspiração para a luta armada, ainda que complementada com elementos do maoísmo.

Ainda sobre a ortodoxia, cabe destacar como o tipo de relação estabelecida pelo PCF com os cubanos se diferenciou do caso dos comunistas brasileiros, ainda que ambos tivessem uma mesma concepção teórica. O decisivo para essa diferença foi o contexto político dos dois países. Enquanto a França estava voltada para a questão da guerra da Argélia o Brasil vivia uma ditadura militar e a esquerda estava preocupada com a luta interna contra os militares. Por essa diferença, o partido francês logrou manter as suas divergências com os cubanos no nível teórico, enquanto os brasileiros tiveram que recorrer a ruptura pública, na medida em que a sua política era diretamente questionada por grupos que utilizavam o exemplo cubano para desqualificá-la.

Como podemos perceber, a revolução cubana esteve no centro do debate que originou a Nova Esquerda brasileira, na medida em que contribuiu para engrossar a crítica ao modelo tradicional de partido comunista, levando a cisões no PCB e no PC do B. Mas a sua importância não se resume a isso. Na segunda parte da tese pudemos verificar que as idéias cubanas desempenharam um papel importante na estruturação de grupos como a AP e ORM-POLOP. No primeiro caso, o exemplo cubano serviu para justificar a proposta heterodoxa de socialismo feita pela AP, que procurava se distanciar do socialismo real, propondo um *socialismo com humanismo*. No caso da ORM-POLOP, a revolução cubana serviu para fortalecer a sua proposta de uma revolução imediatamente socialista, que contrastava com a bandeira da revolução por etapas empunhada pelo PCB e PC do B. Após o golpe, entretanto, principalmente a ORM-POLOP, sofreria cisões que tinham na origem a atração exercida pelo foquismo.

Na segunda parte da tese, discutimos ainda o caso das Ligas Camponesas, que mesmo não sendo uma organização comunista sofreu forte influência da revolução cubana. A relação com Cuba fez o grupo sofrer uma verdadeira mutação política, abandonando a bandeira da reforma agrária dentro da lei e passando a se aproximar de uma proposta de transformação social revolucionária. O agrupamento foi responsável ainda pela implantação de campos de treinamento guerrilheiro no interior de Goiás com clara inspiração na luta guerrilheira empreendida pelos cubanos.

Enfim, na terceira parte da tese discutimos a influência da revolução cubana sobre a esquerda revolucionária a partir dos casos da ALN, PCBR, MR-8, PC do B-AV e COLINA. A idéia central que procuramos destacar foi a de que as concepções cubanas

desempenharam um papel importante na elaboração do projeto político da esquerda revolucionária. Uns mais do que outros, mas todos os grupos dessa esquerda dialogaram com as propostas de Che Guevara e Régis Debray. É perceptível como esses grupos procuraram, sem sucesso, adaptar o foquismo à realidade brasileira.

A partir das discussões que fizemos no decorrer da tese, a conclusão geral é que dificilmente seria possível tratar da história das organizações comunistas brasileiras nos anos sessenta sem se destacar o papel desempenhado pela influência da revolução cubana no processo de elaborações do programa político dos comunistas brasileiros no período. Pouco importa se de fato nenhum dos grupos analisados, por mais que tenham se aproximado das idéias cubanas, tenham conseguido implantar uma guerrilha rural. O importante, esperamos ter deixado claro no decorrer da tese, é que os comunistas, seja através da crítica ou da adesão, discutiram intensamente o projeto revolucionário cubano e procuraram, de formas diferenciadas, utilizar as contribuições oriundas de Cuba para a elaboração de seus projetos políticos nos anos sessenta.

FONTES

Instituições de pesquisa

Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), da UNICAMP.

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

Biblioteca da Universidade de Bourgogne - França

Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine (BDIC) – França

Publique d'information du Centre Pompidou - França

Fundos documentais

Anexos do Projeto Brasil: Nunca Mais (AEL).

Processos do Projeto Brasil: Nunca Mais (AEL).

Acervo do Departamento de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro (APERJ).

Acervo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (APESP).

Fundo Duarte Pereira Pacheco (AEL).

Coleções particulares: Daniel Aarão Reis Filho, Jair Ferreira de Sá e Jean Marc van Der Weid (APERJ).

Periódicos e revistas

A Classe Operária: 1961-1964 e 1966 1974 – números esparsos (PC do B)

Estudos Sociais: 1960-1964 (PCB)

France nouvelle: 1959-1968 (PCF)

Informe Nacional: 1966-1967 (POLOP)

L'humanité: números esparsos (PCF)

La nouvelle revue internationale. Problèmes de la paix et du socialisme: 1959-1969 (PCF)

Les Cahiers du communisme: 1959-1968 (PCF)

Libertação: 1969 (AP)

Liga: 1962-1964 (Ligas Camponesas)

Novos Rumos: 1959-1964 (PCB).

O guerrilheiro: 1971 (ALN)

O Metropolitano: 1959-1960 (UEE-RJ)
Política Operária: 1962-1964 (PC do B)
Problemas da paz e do socialismo: 1959-1964 (PCB)
Revista Brasiliense: 1960-1964.
Revista Civilização Brasileira: 1965-1967.
Revolução: 1965-1967 (AP).
Voz Operária: 1966-1973 (PCB).

Entrevistas

Renato Tapajós *

Clodomir Santos de Moraes

Michael Löwy

Elizabeth Teixeira

Documentos publicados

CARONE, Edgard. *O PCB*. Vols. 2 e 3. São Paulo: DIFEL, 1982.

FREDERICO, Celso. *A esquerda e o movimento operário (1964-1984)*. Vol. 1. São Paulo: Novos Rumos, 1987.

FREDERICO, Celso. *A esquerda e o movimento operário (1964-1984)*. Vol. 2. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

LÖVY, Michael (org.). *O marxismo a América Latina. Uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

PCB: vinte anos de política (documentos). São Paulo, LECH, 1980.

Partido Comunista do Brasil. *Guerra Popular: caminho da luta armada no Brasil*. Lisboa, Ed. Maria da Fonte, 1974.

_____. *A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil*. Lisboa, Maria da Fonte, 1974.

_____. *Cinqüenta anos de luta*. Lisboa, Maria da Fonte, 1974.

_____. *Política e revolucionarização do partido*. Lisboa, Maria da Fonte, 1974.

PARTI COMMUNISTE FRANÇAIS. *Problèmes du mouvement communiste international: documents*. Paris: Ed. du Parti Communiste Français, 1963.

REIS FILHO, D. A. e SÁ, J. F. de. *Imagens da revolução: documentos políticos de esquerda – 1961-1971*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985.

* Estas entrevistas foram realizadas por Marcelo Ridenti e estão à disposição dos pesquisadores no arquivo Edgard Leuenroth, na UNICAMP. As outras foram realizadas pelo nós durante a pesquisa de mestrado e também estão à disposição no mesmo arquivo.

Livros sobre a revolução cubana publicados no período

- BETHEL, Paul D. *O trabalho em Cuba*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966.
- DRAPER, Theodore. *A revolução de Fidel Castro: Mitos e realidades*. Rio de Janeiro: GRD, 1962.
- _____. *Castrismo. Teoria e prática*. Rio de Janeiro: GRD, 1966.
- ESTRELA, J. E e REGO, José. *Ianques contra Cuba. David enfrenta Golias*. São Paulo: Fulgor, 1963.
- HADDAD, Jamil Almansur. *Revolução cubana e revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.
- MATOS, Almir. *Cuba: a revolução na América*. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.
- MILLS, C. Whight. *A verdade sobre Cuba*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- PLANK, John. *Cuba e Estados Unidos. Perspectivas no tempo*. Rio de Janeiro: Ed. O Cruzeiro, 1968.
- RIVERO, Nicolas. *Fidel, um dilema americano*. São Paulo: Dominus, 1963.
- RODRIGUES, Miguel Urbano. *Opções de revolução na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- SWEEZY, Paul M. e HUBERMAN, Leo. *Cuba: anatomia de uma revolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.
- SARTRE, Jean-Paul. *Furacão sobre Cuba*. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1960.
- WILKERSON, Loree. *A filosofia política de Fidel Castro. Do marxismo ao marxismo-leninismo*. Rio de Janeiro: Ed. O Cruzeiro, 1967.

BIBLIOGRAFIA GERAL

- AGOSTI, Aldo. O mundo da terceira internacional: os estados maiores. In: HOBBSBAWM, Eric J. (org.). *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, v. 6.
- ALDRIGUI, Clara. *La izquierda armada. Ideología, ética e identidad en el MLN-Tupamaros*. Uruguay: Ediciones Trilce, 2001.
- AUED, Bernadete Wrubleski. *A vitória dos vencidos: Partido comunista brasileiro e as Ligas camponesas-1955-1964*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1986.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BAITZ, Rafael. *Um continente em foco: a imagem fotográfica da América Latina nas revistas semanais brasileira (1954-1964)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 1998.
- BAMBIRRA, Vânia. *A revolução cubana: uma reinterpretação*. Coimbra: Centelha, 1975.
- BANDEIRA, Lourdes et al. (orgs). *Eu marcharei na tua luta: a vida de Elizabeth Teixeira*. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.
- BARÃO, Antonio Carlos. A influência da revolução cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60. In: MORAES, João Quartim de e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. 2. ed. Campinas: Edit. Da UNICAMP, 2003, v. I, p. 259-316.
- BARRETO, Leda. *Julião, Nordeste e revolução*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- BASTOS, Elide Rugai. *As ligas camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BRUNET, Jean-Paul. *Histoire du parti communiste français: 1920-1982*. Paris: PUF, 1982.
- CABRAL, Pedro. *Xambioá - Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Record, 1993.
- CAMPOS FILHOS, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia. A esquerda em armas*. Goiânia: Edit. da UFG, 1997.
- CARONE, Edgard. *O PCB (1922-1982)*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1973, 3 v.
- CARVALHO, Apolônio. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- CARVALHO, Ferdinando de. *O comunismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1967. v. 3.
- CARVALHO, Péricles e ALMEIDA, Francisco de. *PC do B (1962-1984). A sobrevivência de um erro*. São Paulo: Novos Rumos, 1985.
- CASTAÑEDA, Jorge. *A utopia desarmada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CASTRO, Paulo de. *Subdesenvolvimento e revolução*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- CHILCOTE, Ronald. *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- CLAUDIN, Fernando. *La crise du mouvement communiste: du Komintern au Kominform*. Paris: Maspero, 1972.
- COELHO, Marco Antônio. *Herança de um sonho. As memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- COURTOIS, Stéphane et LAZAR, Marc. *Histoire du parti communiste français*. 2. éd. Paris: PUF, 2000.

- COURTOIS, Stéphane et LAZAR, Marc. *Histoire du parti communiste français*. 2. éd. Paris: PUF, 2000.
- DASSÚ, Marta. Frente única e frente popular: o VII Congresso da Internacional Comunista. In: HOBSBAWM, Eric J. *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 293-336, v. 6.
- DEBRAY, Régis. *Revolução na revolução*. São Paulo: Centro Editorial Latino Americano, s/d.).
- DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB (1928-1935)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- DIAS, Reginaldo Benedito. *Sob o signo da revolução brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná – 1962/1973*. Dissertação de mestrado, Assis, UNESP, 1997.
- DÓRIA, Palmério et al. *A guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- DREYFUS, Michel et al. (dir.). *Le siècle des communismes*. Paris: Les éditions de l'atelier, 2000.
- DREYFUS, Michel. *PCF, crises et dissidences. De 1920 à nos jours*. Paris: Editions Complexe, 1990.
- FEJTO, François. *Chine-URSS, de l'alliance au conflit, 1950-1972*. Paris: Seuil, 1973.
- FEJTO, François. *The french communist party and the crisis of international communism*. Cambridge, Mas., MIT Press, 1967.
- FERREIRA, Jorge Luiz. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 1996.
- FERREIRA, Muniz. Carlos Marighella: revolução e antinomias. In: NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (orgs.). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, p. 221-255.
- GARCIA, Marco Aurélio. Na história da PO um pouco da história da esquerda brasileira. *Em tempo*, São Paulo, n. 84, 4 a 10/10/1979.
- GARCIA, Marco Aurélio. PC do B: os impasses dos anos 70. *Em tempo*, São Paulo, novembro de 1979.
- GARCIA, Marco Aurélio. AP, do cristianismo ao marxismo-leninismo. *Em Tempo*, São Paulo, 1979.
- GARCIA, Marco Aurélio. As esquerdas no Brasil e o conceito de Revolução: trajetórias. In: ARAÚJO, Angela M. C. (org.). *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997, p. 40-41.
- GARCIA, Marco Aurélio. Le parti communiste chilien et les alliances de classes. *Critiques de l'Economie Politique*, Paris, n. 27, p. 41-61, avril-juin, 1977.
- GARCIA, Marco Aurélio. Na história da PO um pouco da história da esquerda brasileira. *Em tempo*, São Paulo, n. 84, 4 a 10 de outubro de 1979.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GÓMEZ DE SOUZA, Luiz Alberto. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1998.
- GUEVARA, Ernesto Che. *A guerra de guerrilhas*. In: *Obras completas*. São Paulo: Edições Populares, 1981, vol 9.

- HAUPT, Heinz Gerhard. O lento surgimento de uma história comparada. In: BOUTIER, J. e JULIA, D. (org.). *Passados recompostos: campos e conceitos da História*. Rio de Janeiro, Edit. UFRJ e FGV, 1998.
- HOBBSAWM, Eric J.. Problemas da história do comunismo. In: *Idem. Revolucionários. Ensaio contemporâneos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- HOURMANT, François. *Au pays de l'avenir radieux. Voyages des intellectuels français en URSS, à Cuba et en Chine populaire*. Paris: Aubier, 2000.
- IANNE, Octávio et al. *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- IANNE, Octávio et al. *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- JOÃO Pedro Teixeira vivo na memória e nas lutas dos trabalhadores. João Pessoa: Idéia, 2002.
- JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- KAREPOVS, Dainis e NETO, José Castilho Marques, . Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966). In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002, p. 103-155.
- KRIEGL, Annie. *Les communistes français dans leur premier demi-siècle, 1920-1970*. Paris: Ed. du Seuil, 1985.
- KRIEGL, Annie. *Les communistes français dans leur premier demi-siècle, 1920-1970*. Paris: Ed. du Seuil, 1985.
- KUCINSK, Bernardo *Jornalistas e revolucionários. Nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.
- LAVOU, Georges. L'URSS et eux...(le parti communiste français et socialisme existant, 1964-1981). In: MARCOU, Lilly. *L'URSS vue de gauche*. Paris: PUF, 1982, p. 189-210.
- LEAL, L. P. *Política Operária: a quebra do monopólio político teórico e ideológico do reformismo na esquerda brasileira*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 1992.
- LESSA, Afonso. *La revolución imposible. Los tupamaros y el fracasso de la via armada em el Uruguay del siglo XX*. Montevideo/Uruguay: Editorial Fin de Siglo, 2003.
- LEVESQUE, Jacques. *L'URSS et la révolution cubaine*. Paris: Presses de la Fondation nationale des sciences politiques; Montréal: Presses de l'Université de Montréal, 1976.
- LEVESQUE, Jacques. *Le conflit sino-soviétique*. Paris: PUF, 1973.
- LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.
- LÖWY, Michael (org.). *O marxismo a América Latina. Uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- LÖWY, Michael e SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia – o romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

- LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- MARCOU, Lilly. *L'Internationale après Staline*. Paris : Bernard Grasset, 1979.
- MARCOU, Lilly. *L'URSS vue de gauche*. Paris: PUF, 1982.
- MARCOU, Lilly. *Le Kominform: le communisme de guerre froide*. Paris: Presse de la fondation nationale de sciences politique, 1977.
- MARCOU, Lilly. *Le mouvement communiste international depuis 1945*. Paris: PUF, 1980.
- MARIGHELLA, Carlos. *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Editorial Livramento, 1979.
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. México: Siglo Veintiuno, 1969.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar*. Campinas: Papirus, 1987.
- MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil na conjuntura do golpe. In: TOLEDO, Caio Navarro de. (org.). *1964: visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo*. Campinas, SP: Edit. da UNICAMP, 1997, p. 75-81.
- MATTOS, Almir. *Cuba: a revolução na América*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.
- MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). In: RIDENTI, M; REIS FILHO, D. A. (orgs.). *História do marxismo no Brasil. Vol. V*. Campina: Editora da UNICAMP, 2002.
- MIR, Luís. *A revolução impossível. A esquerda e a luta armada no Brasil*. São Paulo: Best Seller, 1994.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *De Martí a Fidel. A revolução cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O caminho da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Melso, 1962.
- MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.
- MORAIS, Clodomir Santos de. *História das ligas camponesas do Brasil*. Brasília: Edições Iattermund, 1997.
- MORAIS, Clodomir Santos de. Peasant leagues in Brazil. In: STAVENHHAGEN, Rodolfo. *Agrarian problems and peasant movements in Latin America*. New York: Anchor Books, 1970.
- MORAIS, D. e VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- MOURA, Clovis. *Diário da guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.). *PCB: vinte anos de política – 1958-1979*. São Paulo: LECH, 1980.
- NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge. Genealogias, transversalidades e rupturas de Carlos Marighella. In: NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (orgs.). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, p. 35-188.
- NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- OLIVEIRA Jr., Franklin. *História da Ação Popular*. Tese de doutorado. Recife, UFP, 2000.
- OLIVEIRA, Elvira de. “Uma ‘gloriosa jornada de lutas’?” *Em tempo*, São Paulo, novembro de 1979.
- OLIVEIRA, Franklin de. *Revolução e contra revolução no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

- OLIVEIRA, Mônica de. *Militantes operários e operários militantes. A experiência da integração na produção na história da Ação Popular (1965-1970)*. Dissertação de emstrado. Campinas: UNICAMP, 2005.
- PACHECO, Eliezer. *O partido Comunista do Brasil (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o nordeste do Brasil -1955-1964*. Rio de Janeiro: Record, 1972.
- PARTI COMMUNISTE FRANÇAIS. *Problèmes du mouvement communiste international: documents*. Paris: Ed. du Parti Communiste Français, 1963.
- PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil*. Lisboa: Maria da Fonte, 1974.
- PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Guerra popular – caminho da luta armada no Brasil*. Lisboa: Maria da Fonte, 1974.
- PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1996.
- PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Política e revolucionarização do partido*. Lisboa: Maria da Fonte, 1974c.
- PERALVA, Osvaldo. *O Retrato*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1960.
- PERI, Marcos. *Perspectiva da revolução brasileira – para onde vai o proletariado brasileiro? Reforma ou revolução?* [s. l.], Autores Reunidos, 1962.
- PERRONE, Fernando. *Relatos de guerras: Praga, São Paulo, Paris*. São Paulo: Busca Vida, 1988.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- POMAR, Wladimir. *O partido e a guerrilha*. São Paulo: Brasil Debates, 1980.
- POMAR, Wladimir. *Pedro Pomar: uma vida em vermelho*. São Paulo: Xamã, 2003.
- PORTANTIERO, Juan Carlos. O marxismo latino-americano. In: HOBBSAWM, Eric. J. *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, vol. 6, p. 333-357.
- PORTELA, Fernando. *A Guerra de guerrilhas no Brasil*. São Paulo: Global, 1979.
- PRADO JR, Caio. *A revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1965.
- QUINTANEIRO, Tania. *Cuba e Brasil: da revolução ao golpe – 1959-1964*. Belo Horizonte/MG: Ed. da UFMG, 1988.
- RANGEL, Maria do Socorro. *Medo de morte e esperança de vida: uma história das Ligas Camponesas na Paraíba*. Dissertação de mestrado. Campinas, SP: UNICAMP, 2000.
- REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair ferreira de (orgs.). *Imagens da revolução. Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil, vol V*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002, p. 69-102.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. *História do Marxismo no Brasil*. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 105-132.
- RIADO, Pierre. *L'Amérique latine de 1945 à nos jours*. Paris: Masson, 1992.

- RIDENTI, Marcelo. *Ação Popular: cristianismo e marxismo*. In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil vol. V*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002, p. 213-282.
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.
- RIDENTI, Marcelo. O romantismo revolucionário nos anos 60. In: ALMADA, Izaías, FREIRE, Alípio e PONCE, J. A. Granville (orgs.). *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Scipione, 1997, p. 414-422.
- RIVERO, Nicolas. *Fidel, um dilema americano*. São Paulo: Dominus, 1963..
- ROBRIEUX, Philippe. *Histoire intérieure du parti communiste*. Paris: Fayard, 1984. (vol. II).
- ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELAGADO, Lucilia de Almeida (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003, p. 43-91.
- ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001.
- ROLLEMBERG, Denise. A idéia de revolução: da luta armada ao fim do exílio (1961-1979). Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 1992.
- ROLLEMBERG, Denise. A ALN e Cuba: apoio e conflito. *Cadernos AEL*. Campinas, UNICAMP/IFCH/AEL, v. 8, n. 14/15, p. 205-251, 2001.
- RONY, Jean. Préliminaires à une “troisième voie”: le parti communiste italien et l’URSS. In : MARCOU, Lilly. *L’URSS vue de gauche*. Paris: PUF, 1982, p 211-229.
- SÁ, Glênio. *Relato de um Guerrilheiro*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990.
- SADER, Emir. Cuba no Brasil: influências da revolução cubana na esquerda brasileira. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. *História do marxismo o Brasil, vol. I*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *A política armada. Fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.
- SALES, Jean Rodrigues. O PC do B e o movimento comunista internacional nos anos 60. *História: questões & debates*, Curitiba, n. 35, p. 275-303, 2001.
- SALES, Jean Rodrigues. *Partido Comunista do Brasil – PC do B: propostas teóricas e prática política (1962-1976)*. Dissertação de mestrado. Campinas,SP: UNICAMP, 2000.
- SANTIAGO, Vandek. *Francisco Julião - luta, paixão e morte de um agitador*. Recife: Assembléia Legislativa de Pernambuco, 2001.
- SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.
- SEGATTO, José Antonio. *Reforma e evolução. As vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- SEMERARO, Giovani. *A primavera dos anos 60. A geração de Betinho*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à revolução brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

- SOUZA, Herbert José de. Depoimento. In: CAVALCANTE e RAMOS (orgs.). *Memórias do exílio*. São Paulo: Livramento, 1978.
- SOUZA, Herbert José de. *No fio da navalha*. Rio de Janeiro: Revan, 1996.
- SOUZA, Herbert José de. *Revoluções de minha geração (depoimento a François Bougon)*. São Paulo: Moderna, 1996.
- STEDILE, João Pedro. (org.). *História e natureza das ligas camponesas*. São Paulo: Expressão popular, 2002.
- STREIFF, Gérard. *Jean Kanapa, 1921-1978. Une singulière histoire du PCF*. Paris: L'Harmattan, 2001, tome 1.
- TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. 4. ed. São Paulo: Globo, 1999.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- VAYSSIÈRE, Pierre. *L'Amérique latine de 1890 à nos jours*. 2. ed. Paris: Hachette, 1999.
- VAYSSIÈRE, Pierre. *Les révolutions d'Amérique latine*. Paris: Éditions du Seuil, 1991.
- VERDES-LEROUX, Jeannine. *La lune et le caudillo. Le rêve des intellectuelles et régime cubain (1959-1971)*. Paris: Gallimard, 1989.
- VINHAS, Moisés. *O partidão: a luta por um partido de massas, 1922-1944*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- WALLON-LEDUC, Christian-Marie. *Le parti communiste français et le mouvement communiste international (depuis la dissolution de l'internationale)*. Thèse de doctorat d'Etat; science politique, Lille II, 1978.
- WOLICOW, Serge. Internationalistes e internacionalismes communistes. In: DREYFUS, Michel et al. (dir.). *Le siècle des communismes*. Paris: Les éditions de l'atelier, 2000, p. 341-368.
- WOLICOW, Serge. Les interprétations du mouvement communiste international. In: DREYFUS, Michel et al. (dir.). *Le siècle des communismes*. Paris: Les éditions de l'atelier, 2000, p. 83-91.
- WRIGHT, D. J. *O coronel tem um segredo: Paulo Wright não está em Cuba*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- Z Aidan, Michel. O grande *tournant*: o VI Congresso da Internacional Comunista (1928-1929). In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. *História do marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 89-104, v. 1.
- ZARADOV, K. (dir.). *Conférence internationale des partis communistes et ouvriers (Moscou 1969)*. Prague: Editions paix et socialisme, 1969.

APÊNDICE

1. Artigos consultados na imprensa do PCF a respeito da revolução cubana

Les Cahiers du communisme (1959-1968)

Achille Finzi. Les perspectives de la révolution cubaine. n. 1 et 2, janvier-février 1959, p. 94-95.

Georges Fournial. La grande victoire du peuple de Cuba. n. 5, mai 1960, p. 1021-1029.

Marcel Veyrier. Punta del Este: L'imperialisme sur la sellette. n. 3, mars 1962, p. 94-101.

Roger Garaudy. La classe ouvrière, le parti et l'Etat dans la révolution cubaine. n. 6, juin 1962, p. 65-82.

Raoul Calas. La révolution cubaine et les luttes libératrices des peuples de l'Amérique Latine. n. 10, octobre 1962, p. 111-121.

Georges Fournial. Sur la conférence de La Havane. n. 2, février 1966, p. 86-87.

Jacques Denis. La révolution cubaine va de l'avant. n. 7-8, juillet-août 1966, p. 60-78.

Communique commun du P. C. Français et du P. C. de Cuba. n. 4, avril 1966, p. 137-139.

Georges Fournial. En Amérique latine aujourd'hui...n. 3, mars 1968, p. 96-106.

La nouvelle revue internationale. Problèmes de la paix et du socialisme (1959-1969)

La situation après la révolution. n. 4, avril, 1959, p. 157-162.

Blas Roca. La révolution a Cuba. n. 8, août 1959, p. 32-47.

Où en est la révolution cubaine? n. 6, juin 1960, p. 132-138.

Blas Roca. Le VIII Congrès national du parti socialiste populaire de Cuba. n. 11, novembre 1960, p. 77-94.

Solidarité avec Cuba. n. 11, novembre 1960, p. 131-134.

Vadim Zagladine. La défaite de la contre-révolution a Cuba et ses leçons. n. 6, juin 1961, p. 26-40.

Blas Roca. Nouvelle étape de la révolution cubaine. n. 10, octobre 1961, 83-99.

Ernesto Che Guevara. Cuba devant le 'plan Kennedy'. n. 1, janvier 1962, p. 92-106.

Carlos Rafael Rodriguez. La révolution cubaine et la paysannerie. n. 10, octobre 1965, p. 138-164.

Alberto Ferrari, José Manoel Fortuny, Pedro Mora Lima et Luciano Ferreto. La révolution cubaine et le front anti-impérialiste. n. 1, janvier 1965, p. 58-73.

Blas Roca. Quelques aspects de la lutte de classes à Cuba. n. 2, février 1965, p. 84-96.

Pour l'unité des partis communistes. n. 3, mars 1965, p. 161-165.

J. M. Fortuni, A. Delgado, M. Saliby. La conférence tricontinentale. n. 3, mars 1966, p. 107-116.

José Manuel Fortuni. La conférence des trois continents. n. 1, janvier 1966, p. 165-168.

W. Atias et J. M. Fortuni. La conférence de l'organisation de solidarité. n. 7, juillet 1967, p. 173-176.

R. Otero et P. Castellanos. La première conférence de l'organisation latino-américaine de solidarité. n. 10, octobre 1967, p. 188-198.

Ramiro Otero. Ils sont tombés pour une Bolivie libre. n. 12, décembre 1967, p. 128-130.

Schafik Handal. Réflexions sur une stratégie continentale. n. 4, avril 1968, p. 128-130.

Manuel Cepeda. A Cuba le socialisme a dix ans. n. 1, janvier 1969, p. 139-143.

France nouvelle (1959-1968)

Les communistes et la révolution de Fidel Castro. (29/1/1959).

Georges Fournial. Fidel Castro à Washington. (23/4/1959).

Georges Fournial. Cuba gifle wall-street. (23/7/1959).

Georges Fournial. Fidel Castro: « Ni liberté sans pain, ni pain sans liberté ». (30/7/1959).

Juan Marinello. Les pièges des « terratenientes ». (29/10/1959).

Georges Fournial. « La Rose blanche » et l'énervement de Wall Street. (19/11/1959).

Fidel Castro reçoit A. Mikoyan. (11/2/1960).

Nike Matraka. J'ai vécu derrière le rideau de bagasse! (13/4/1960).

Georges Fournial. Menaces d'intervention des « marines » U.S. (25/5/1960).

Alvarez Nunes. Echec à l'agression américaine. (13/7/1960).

Georges Fournial. La fin d'une époque. (20/7/1960).

Georges Fournial. Quand Fidel Castro parle à l'O.N.U. (5/10/1960).

Le complot U. S. des dernières dictatures contre Cuba. (23/11/1960).

Georges Fournial. Les menaces d'Eisenhower et l'estimation du danger réel. (11/1/1961).

André Stil. Les raisons de notre inquiétude et de notre solidarité. (18/1/1961).

L'aide U. S. : un plan très conditionnel. (22/3/19961).

Georges Fournial. Le pamphlet antifidélite de M. Kennedy. (19/4/1961).

Georges Fournial. L'agression américaine. (19/4/1961)

Roland Vuillaume. Miro Cardona ou le chemin de la trahison. (26/4/1961).

Georges Fournial. Le désastre des mercenaires américains. (26/4/1961).

Georges Fournial Les Etats-Unis en quête d'une politique néo-pan-américaine. (12/7/1961).

Cuba à l'heure Castro. Un livre de Georges Soria. (26/7/1961).

Charles Haroche. Punta del Este et la nouvelle déclaration de La Havane. (31/1/1962).

Charles Haroche. La Sainte Alliance yankee contre Cuba et l'Amérique latine. (24/1/1962).

Georges Fournial. J'étais parmi un million d'hommes à La Havane. (14/2/1962).

Georges Fournial Il y a un an: Playa Giron. (18/4/1962).

Georges Fournial. Cette révolution qui étonne et passionne. (30/5/1962).

Raoul Calas. Brésil, terre de lutte et de souffrance. (12/9/1962).

Georges Fournial. Un coup de semonce. (19/9/1962).

Jacques Duclos. Eveil aux Amériques. (19/9/1962).

L'exceptionnel dans la révolution. (7/10/1962).

Charles Haroche. Kennedy, Cuba et le poker international contre la paix. (24/10/1962).

Jacques Arnoult. La mort de Monroe. (31/10/1962).

Marcel Veyrier. Kennedy au pied du mur. (14/11/1962).

Charles Haroche. La paix et la liberté retrouvées. (7/11/1962).

Boris Leontiev. Pour les compromis raisonnables. (28/11/1962).

Jean Cathala. Moscou. La visite de Fidel Castro. (8/5/1963).

Pourquoi les sénateurs du Minnesota redoutent Cuba? (15/5/1963).

Jean Cathala. Cuba et l'unité. (29/5/1963).

Pierre Dupont. Un continent sous la terreur. (4/12/1963).

Charles Haroche. Confondre et combattre les scissionnistes chinois. (8/4/1964).

Georges Fournial. Un danger pour tous. (20/5/1964).

Georges Fournial. Nouvelles menaces américaines contre Cuba. (12/8/1964).

Ernesto Guevara. Le développement industriel. (23/12/1964).

Georges Fournial. Cuba. Sixième anniversaire. (6/1/1966).

Fidel Castro. Unité face à l'impérialisme. (24/3/1965).

René Lamps. L'année de l'agriculture. ((7/4/1965).

Georges Fournial. « Moncada » premier combat de Fidel Castro. (28/7/1965).

Georges Fournial. Le 40 anniversaire du Parti communiste. (15/9/1965).

André Bonhomme. Des bases contre Cuba. (17/11/1965).

Georges Fournial. La Havane, capitale des trois continents. (5/1/1966).

Georges Girard. J'étais à La Havane - interview avec Léon Feix . (2/2/1966).

Fidel Castro dénonce les procédés chinois. (23/2/1966).

Georges Marchais. Cuba: perspectives d'avenir pour l'économie. (6/4/1966).

Georges Fournial. De Cuba a St-Domingues: vigilance dans les caraïbes. (8/6/1966).

Georges Fournial. 26 juillet: une grande fête nationale. (27/6/1966).

Georges Fournial. Le VIII anniversaire de la révolution. (4/1/1967).

Georges Fournial. Pour la défense de Régis Debray. (7/6/1967).

Georges Fournial. Cuba. Entourée de la solidarité internationale. (26/7/1967).

Waldeck Rochet. « Che Guevara ». (18/10/1967).

L'humanité

Jacques Arnault. La conférence latino-américaine de solidarité s'est ouverte à La Havane. (2/8/67).

A la conférence de l'O.L.A.S. le délégué du P. C. Chilien précise les conditions d'une lutte armée dans son pays. (3/8/67).

Des représentants de groupuscules gauchiste se livrent a de violentes diatribes anticommunistes et antisoviétiques. (4/8/67).

La conférence de l'O.L.A.S. s'achèverait demain. (8/8/67).

Les résolutions adoptées pour l'O.L.A.S. à La Havane. (9/8/67).

Les résolutions adaptées en commissions devaient être examinées la nuit dernière en séance plénière. (10/8/67).

La conférence de l'OLAS devait se terminer hier soir par un discours de Fidel Castro. (11/8/67).

La conférence de l'OLAS a été clôturée par un discours de Fidel Castro. (12/8/67).

2. Bibliografia selecionada sobre *O movimento comunista internacional, a revolução cubana e o PCF*

ZARADOV, K. (dir.). *Conférence internationale des partis communistes et ouvriers (Moscou 1969)*. Prague: Editions paix et socialisme, 1969.

BONCHIO, Roberto et al, ed. *Il partito comunista italiano e il movimento operaio internazionale, 1956-1968*. Roma: Ed. Riuniti, 1968.

- FEJTO, François. *Chine-URSS, de l'alliance au conflit, 1950-1972*. Paris: Seuil, 1973.
- FEJTO, François. *The french communist party and the crisis of international communism*. Cambridge, Mas., MIT Press, 1967.
- HOURMANT, François. *Au pays de l'avenir radieux. Voyages des intellectuels français en URSS, à Cuba et en Chine populaire*. Paris: Aubier, 2000.
- KRIEGEL, Annie. *Le système communiste mondial*. Paris: PUF, 1984.
- KANAPA, Jean. *Le mouvement communiste international hier et aujourd'hui*. Paris: Ed. Parti communiste français, 1978.
- « Le système communiste mondial », *Pouvoir* 21, 1982.
- LESAGE, Michel ed. *Documents sur le mouvement communiste international*. Paris, 1966, 4 vol. (notes et études documentaires, avril, juin, oct. 1966).
- LEVESQUE, Jacques. *Le conflit sino-soviétique*. Paris: PUF, 1973.
- LEVESQUE, Jacques. *L'URSS et la révolution cubaine*. Paris: Presses de la Fondation nationale des sciences politiques; Montréal: Presses de l'Université de Montréal, 1976.
- LILLY, Marcou. *Le mouvement communiste international depuis 1945*. Paris: PUF, 1980.
- LILLY, Marcou. *L'Internationale après Staline*. Paris: Grasset, 1979.
- LILLY, Marcou. *L'URSS vue de gauche*. Paris: PUF, 1982.
- Parti communiste français. *Problèmes du mouvement communiste international: documents*. Paris: Ed. du Parti Communiste Français, 1963.
- PONOMAREV, B. N. éd. *Le mouvement révolutionnaire international de la classe ouvrière*. Moscou: Éditions du Progrès, 1967.
- SCHAFF, Adam. *Le mouvement communiste à la croisée des chemins*. Paris: Éd. Anthropos, 1982.
- VERDES-LEROUX, Jeannine. *La lune et le caudillo. Le rêve des intellectuelles et régime cubain (1959-1971)*. Paris: Gallimard, 1989.
- WALLON-LEDUC, Christian-Marie. *Le parti communiste français et le mouvement communiste international (depuis la dissolution de l'internationale)*. Thèse de doctorat d'Etat; science politique, Lille II, 1978.